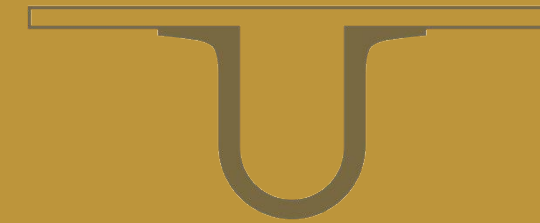




UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Paula Alexandra Cruz da Silva Xavier

**PERSPETIVAS SOBRE A HOMOPARENTALIDADE EM
PORTUGAL:**
DAS REPRESENTAÇÕES DE PROFISSIONAIS DAS ÁREAS PSICOSSOCIAIS
E JURÍDICAS ÀS EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS

Tese no âmbito do Doutoramento em Psicologia, área de especialização em Psicologia Forense, orientada pela Professora Doutora Isabel Maria Marques Alberto e pelo Professor Doutor Francisco Emiliano Dias Mendes e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Agosto de 2018

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**PERSPETIVAS SOBRE A
HOMOPARENTALIDADE EM PORTUGAL:
Das representações de profissionais das
áreas psicossociais e jurídicas às
experiências individuais**

Paula Alexandra Cruz da Silva Xavier

Tese no âmbito do Doutoramento em Psicologia, área de especialização em Psicologia Forense, orientada pela Professora Doutora Isabel Maria Marques Alberto e pelo Professor Doutor Francisco Emiliano Dias Mendes e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Agosto de 2018



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Agradecimentos

Agradeço aos meus Orientadores, a Professora Doutora Isabel Alberto e o Professor Doutor Francisco Mendes, pela forma como acolheram o meu pedido de orientação e pelo voto de confiança no meu projeto e capacidades; pelo estímulo e ensinamentos; pelas palavras certas nos momentos certos; e por terem estado ao meu lado nos momentos cruciais deste percurso, de tantas formas, tão desafiador.

À Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, pelo acolhimento e pelo apoio. Mais uma vez! Foi um privilégio regressar e continuar a crescer com aquela que há uns anos foi a minha primeira escolha na candidatura ao Ensino Superior.

Agradeço também a todas as pessoas e Associações que contactei para colaborarem na divulgação do estudo. Sem elas não teria sido possível esta pesquisa.

Uma palavra muito especial para todas e todos os que aceitaram participar nas sessões de grupos focais e nas entrevistas individuais: obrigada pela forma como acolheram o meu pedido e pela disponibilidade. Obrigada pelo tanto que as vossas narrativas contribuíram para este trabalho. E me ensinaram enquanto pessoa! Obrigada também por, em muitos casos, me terem literalmente aberto a porta de casa, depositando em mim uma confiança de que espero ter sido fiel depositária.

Às Professoras, Colegas e Amigos da Área Científica de Psicologia da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu: muito obrigada pelos desabafos escutados e pelas palavras de alento. Obrigada por todas as vezes em que, por diferentes motivos, me levaram a refletir sobre o meu trabalho. Um agradecimento especial à Professora Doutora Emília Martins por me ter desafiado a ir mais longe.

E porque tenho a firme convicção de que é a colaborar que todos – academia e sociedade – saem a ganhar, não posso deixar de agradecer também a outras pessoas cujos conhecimentos e apoio foram, em diferentes momentos e de diferentes formas, decisivos para este trabalho: ao Doutor Jorge Gato e ao Doutor Pedro Costa, com quem partilho o interesse por esta área de investigação em Portugal; à Alda Portugal e à Inês Pimentel, duas colegas de Faculdade com quem me cruzei neste percurso, ao Professor Jonathan Smith e à Professora Fiona Tasker, por me oferecerem o seu tempo e talento em alguns momentos deste percurso; aos Revisores e Editores das revistas a que se submeteram os artigos que integram esta tese, pelas críticas e oportunidades de reflexão e aprofundamento.

E obrigada à minha família! Que tem uma história, como todas têm, que fez de mim a pessoa que sou. Em especial à minha Mãe: obrigada por tudo!

Declaração

De acordo com o ponto 2 do art.º 8 do *Regulamento do Doutoramento em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*, esta dissertação engloba artigos científicos publicados/submetidos para publicação em revistas com comités de revisão de reconhecido mérito internacional. A autora declara que foi responsável pela recolha de dados, análise e interpretação dos resultados, bem como pela redação, submissão e revisão dos manuscritos dos artigos enviados para publicação.

Paula Alexandra Cruz da Silva Xavier

Agosto de 2018

Resumo

É consensualmente aceite pela comunidade científica que o desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes são mais determinados pela dinâmica familiar e suporte social da família, do que pelo género ou orientação sexual dos pais/mães.

Em Portugal, o reconhecimento social da homoparentalidade ainda é marcado por reservas. Mas a atualidade também integra mudanças, sobretudo legais, que poderão permitir às gerações mais novas fazerem o *coming out* mais cedo e incluir a parentalidade nos projetos de vida adulta. Em contraste com o volume de estudos internacionais, esta área encontra-se em afirmação no nosso país, sendo particularmente relevante uma análise centrada no contexto forense, considerando o papel cada vez mais requisitado dos Tribunais na regulação do exercício das responsabilidades parentais.

O presente estudo procurou contribuir para a compreensão da realidade destas famílias em Portugal, tendo como objetivos específicos (a) a identificação das representações sociais de profissionais de áreas psicossociais e jurídicas relativamente ao exercício da parentalidade por lésbicas e gays, (b) a identificação de perceções de jovens adultos sem filhos em torno de um eventual projeto de homoparentalidade e (c) a identificação de perceções de pais/mães relativamente aos desafios e condições da homoparentalidade.

Foram recolhidos dados com três subgrupos de participantes: (1) profissionais da área psicossocial e jurídica ($n = 19$), nomeadamente dois grupos focais com psicólogos, um com assistentes sociais, um com juristas/advogados e um grupo focal com magistrados; (2) jovens adultos sem filhos ($n = 7$) que se autoidentificaram como lésbicas ($n = 2$), gays ($n = 4$) e bissexuais ($n = 1$); e (3) oito pessoas que se autoidentificaram como pais/mães, lésbicas ($n = 7$) e gay ($n = 1$). Os profissionais tinham uma idade média de 38.2 ($DP = 9.3$) sendo na maioria mulheres ($n = 12$). A média de idades dos jovens adultos era 27.3 ($DP = 3.49$). Todos tinham habilitações académicas ao nível do Ensino Superior e trabalhavam (exceto um). Na altura da entrevista, cinco estavam numa relação com uma pessoa do mesmo sexo. Quanto aos participantes com filhos, a média de idades era 40.1 anos ($DP = 4.61$). Também tinham habilitações ao nível do Ensino Superior e trabalhavam. Cinco estavam numa união de facto, uma era casada, um divorciado e uma participante identificou-se como solteira. O número máximo de filhos era dois, com uma média de idade de 7.4 anos ($DP = 6.43$). Um homem e uma mulher tiveram os filhos numa relação heterossexual anterior e as restantes participantes ($n = 6$) no contexto de uma relação lésbica. Duas dessas participantes recorreram a inseminação

artificial e uma a fertilização *in vitro*, todas no estrangeiro. Uma fez “inseminação caseira” e duas eram mães não biológicas.

Os grupos focais realizados com os profissionais tinham como tópico de discussão “opinião profissional acerca do exercício da parentalidade por sujeitos homossexuais”. Com os restantes participantes foram realizadas entrevistas individuais. Os grupos focais e as entrevistas individuais foram orientadas por guiões semiestruturados construídos para este estudo tendo por base os objetivos estabelecidos. As transcrições integrais foram analisadas de acordo com a Análise de Conteúdo, no caso dos grupos focais, e a Análise Interpretativa Fenomenológica (AIF), nas entrevistas individuais.

A análise revelou um espectro de posicionamentos dos profissionais relativamente à influência da orientação sexual, desde a não influência per se, passando pela reserva velada, até à rejeição explícita da homoparentalidade, particularmente no grupo focal dos advogados/juristas. O posicionamento pessoal foi mais expressivo na sustentação das perceções, em contraste com o recurso ao conhecimento científico.

Das entrevistas com os jovens adultos verificou-se que a maioria ($n = 6$) manifesta o desejo de ter filhos, apesar de referirem o adiamento dessa intenção, eventualmente até estarem asseguradas as condições percebidas como necessárias. Os temas que emergiram da AIF sugeriram que algumas dessas condições, e os desafios antecipados, são os comumente associados à parentalidade, enquanto outros foram associados à orientação sexual, particularmente os ligados ao heterossexismo e à ponderação de recursos para o enfrentar.

No que respeita à análise das entrevistas dos participantes com filhos, os temas remeteram para perceções sobre os desafios associados ao heterossexismo e para a assunção de responsabilidades acrescidas na parentalidade, havendo especificidades ligadas à história familiar.

Os resultados apelam à necessidade de reflexão crítica sobre: (a) a influência do sistema de crenças e valores pessoais subjacente à prática profissional, (b) a importância da formação profissional, e (c) o papel dos processos de transformação social promotores da afirmação da diversidade familiar, particularmente no que respeita ao subsistema parental no contexto português.

PALAVRAS-CHAVE: homoparentalidade; representações sociais; perceções; gays, lésbicas.

Abstract

It is widely accepted in the scientific community that the development and well-being of children and adolescents are more greatly determined by the family dynamic and social support provided to the family than by the gender or sexual orientation of the parents.

Socially, in Portugal, there is still reservation surrounding the issue of same-sex parenting. But change is happening, especially on the legal front, which may allow younger generations to come out earlier and include parenting in their projects for adult life. In contrast to the considerable volume of international studies, this area of research is still asserting itself in our country, and there is a particularly relevant analytical focus on the forensic context, considering the increasingly necessary role of the courts in the regulation of parenting responsibilities.

The present study aims to contribute to the understanding of the reality experienced by these families in Portugal, with the specific objectives of (a) identifying the social representations of those working in the legal and psychosocial professions with regard to same-sex parenting, (b) identifying the perceptions of young adults without children regarding a possible same-sex parenting project, and (c) identifying the perceptions of parents with regard to the challenges and conditions of same-sex parenting.

Data were collected from three subgroups of participants: (1) psychosocial and legal professionals ($n = 19$), consisting of two focus groups of psychologists, one of social workers, one of lawyers and one of judges; (2) young adults with no children ($n = 7$) who identified themselves as lesbian ($n = 2$), gay ($n = 4$) or bisexual ($n = 1$); and (3) eight people who identified themselves as being lesbian ($n = 7$) or gay ($n = 1$) parents. The average age of the professionals was 38.2 ($SD = 9.3$) the majority of whom were women ($n = 12$). The average age of the young adults was 27.3 ($SD = 3.49$). All of them had higher education qualifications and were in employment (except one). At the time of the interview, five were in same-sex relationships. The average age of the parents was 40.1 ($SD = 4.61$). They too had higher education qualifications and were all in employment. Five were in a non-marital partnership, one was married, one was divorced and one was single. No one had more than two children, and the average age of the children was 7.4 years old ($SD = 6.43$). One man and one woman had children from a prior heterosexual relationship and the others ($n = 6$) had them in the context of a lesbian relationship. Two of these participants had artificial insemination and one had *in vitro* fertilization, all abroad. One did “home insemination” and two were non-biological mothers.

The professional focus groups discussed the topic “a professional opinion on same-sex parenting”. The other participants were interviewed individually. The focus groups and the interviews were guided by semi-structured scripts created for this study, based on the stated objectives. The full transcripts were analysed using Content Analysis for the focus groups and Interpretative Phenomenological Analysis (IPA) in the interviews.

Analysis revealed a range of perspectives among the professionals regarding the influence of sexual orientation, from no influence per se, to veiled reservation, to explicit rejection of same-sex parenting, particularly in the lawyers’ focus group. Perceptions were based more on personal opinion than scientific knowledge.

From the interviews with the young adults, it was clear that most of them ($n = 6$) would like to have children, although they said they would not yet, probably until they could be sure of having the conditions in place they deem as necessary. The themes that came up in the IPA suggested that some of these conditions, and the anticipated challenges, are issues commonly associated to parenting, while others had to do with sexual orientation, particularly to do with heterosexism and the resources to face it.

As for the analysis of the interviews of participants with children, the themes touched on the perceptions about the challenges associated to heterosexism and the assumption of increased responsibility in parenting, with specific issues to do with family history.

The results point to the need for critical reflection about: (a) the influence of personal values and beliefs underlying professional practice, (b) the importance of professional training, and (c) the role of processes of social change that promote the acceptance of diverse family structures, particularly with regards to the parental subsystem in the Portuguese context.

KEYWORDS: same-sex parenting; social representations; perceptions; gay men, lesbians.

Índice

Introdução	1
Enquadramento conceptual e teórico	2
Homoparentalidade: análise do conceito	2
Emergência e desenvolvimento das famílias homoparentais	3
Uma proposta de lentes para olhar a homoparentalidade	9
i. Perspetiva ecológica	9
ii. Perspetiva sistémica do ciclo evolutivo da família	15
iii. Singularidades do estatuto de minoria	19
Justificação do estudo	22
Enquadramento metodológico e desenho da investigação	30
Nota autorreflexiva	38
Questões éticas	39
Estrutura da tese	40
Capítulo I	43
Homoparentalidade: Da Abordagem Científica aos Normativos Legais em Portugal	44
Resumo	44
Resumen	45
Abstract	46
Introdução	47
(Homo)parentalidade	49
Das preocupações sociais às evidências científicas	53
Normativos legais em Portugal	58
Conclusão	59
Capítulo II	61
Same-sex Parenting: Identification of Social Representations in a Sample of Portuguese Professionals	62
Abstract	62
Introduction	63
Method	66
Participants	66
Data collection	67

Data analysis	68
Analysis and discussion of the results	68
Perceptions about the influence of (homo-)sexual orientation on parenting	71
Specificities of same-sex families	75
Conclusions	80
Capítulo III	83
Pensando a Homoparentalidade: Um Estudo Qualitativo com Jovens Adultos Portugueses sem Filhos	84
Resumo	84
Abstract	85
Introdução	86
Método	91
Participantes e contexto	92
Técnica e procedimentos de coleta dos dados	93
Procedimentos de análise dos dados	94
Resultados	95
Motivações sobre a parentalidade	96
Influência da orientação sexual dos pais/mães na parentalidade	97
Condições e desafios da parentalidade ao nível <i>Pessoal</i>	97
Condições e desafios da parentalidade ao nível das <i>Relações Próximas</i>	99
Condições e desafios da parentalidade ao nível do <i>Contexto Social</i>	101
Discussão	104
Considerações finais	107
Capítulo IV	110
Challenges and Resources in Parenting: Perspectives from a Sample of Gays and Lesbians in Portugal	111
Abstract	111
Introduction	112
Method	117
Participants	117
Procedures for the collection and analysis of data	118
Analysis and discussion of data	119

i. Challenges/obstacles arising from outside	119
ii. Assumption of increased responsibility in parenting	124
Conclusions	128
Discussão e considerações finais	131
Síntese integrativa dos principais resultados	133
Representações sociais de profissionais de áreas psicossociais e jurídicas	133
Projeto de parentalidade em jovens adultos sem filhos	135
Percepções de pais/mães relativamente aos desafios e condições da parentalidade	136
Das representações dos profissionais às perspectivas e experiências individuais	138
Implicações do estudo para a Psicologia Forense	149
Limitações do estudo e propostas para pesquisas futuras	153
Referências Bibliográficas	157

Apêndices

Apêndice A	177
Guião de entrevista semiestruturada para as sessões de grupos focais e respetivo modelo de consentimento informado	
Apêndice B	180
Guião de entrevista semiestruturada para os participantes sem filhos e respetivo modelo de consentimento informado	
Apêndice C	183
Guião de entrevista semiestruturada para os participantes com filhos e respetivo modelo de consentimento informado	
Apêndice D – Perceções em torno da ponderação de ter filhos: temas individuais (jovens adultos sem filhos)	187
Apêndice E – Perceções em torno dos desafios e condições da parentalidade: temas individuais (pais/mães)	197
Apêndice F	217
<i>Appendix F: Category tree: Social representations of professionals on the topic of same-sex parenting</i>	

Lista de Tabelas

Tabela 1	67
<i>Table 1: Sociodemographic characteristics of the participants (profissionais)</i>	
Tabela 2	69
<i>Table 2: Categories and subcategories included in the topic of “perceptions of the influence of (homo-)sexual orientation on parenting” and their respective occurrences by focus group (profissionais)</i>	
Tabela 3	70
<i>Table 3: Categories and subcategories included in the topic of “specificities of same-sex families” and their respective occurrences by focus group (profissionais)</i>	
Tabela 4	92
Caracterização sociodemográfica dos participantes (participantes sem filhos)	
Tabela 5	95
Temas e subtemas que emergiram da análise das entrevistas aos participantes (mencionados por pelo menos 4 dos 7 participantes) (participantes sem filhos)	
Tabela 6	143
Tornar-se pai/mãe: do investimento pessoal esperado ao vivido	

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO

O estudo apresentado na presente tese teve como finalidade contribuir para a compreensão da(s) realidade(s) das famílias homoparentais em Portugal. De modo mais específico, este trabalho procurou explorar e identificar: (a) as representações sociais de profissionais de áreas psicossociais e jurídicas relativamente ao exercício da parentalidade por lésbicas e gays; (b) as perceções de jovens adultos sem filhos em torno de um eventual projeto de homoparentalidade; (c) as perceções de pais/mães relativamente aos desafios e condições da homoparentalidade.

Seguem-se as lentes teóricas (Anfara & Mertz, 2006) que orientaram a realização do estudo, enquanto área de investigação em fase de afirmação em Portugal, mas que conta já com um volume de estudos significativo a nível internacional. Este enquadramento começa com uma análise crítica ao conceito de homoparentalidade e com a apresentação do cenário de emergência e desenvolvimento das famílias homoparentais.

Homoparentalidade: análise do conceito

O termo homoparentalidade, traduzido do francês *homoparentalité* e conhecido por *same-sex parenting* ou *lesbian and gay parenting* na língua inglesa, foi proposto pela *Association des Parents et Futurs Parents Gays et Lesbiens* (APGL) em 1997 (Zaouche-Gaudron & Schneider, 2005). Leroy-Forgeot (1999, como citado em Vecho & Schneider, 2005) define homoparentalidade como um agregado familiar constituído por um subsistema parental formado por uma pessoa ou um casal cuja orientação homossexual é assumida e conhecida e um ou mais filhos legalmente reconhecidos, de pelo menos uma dessas pessoas.

O termo e a sua definição devem ser analisados criticamente. Por um lado, parecem deixar de fora identidades de género não normativas e pessoas que não se identificam com os termos lésbica e gay, além de que não são explicitamente (ex)inclusivos dos homens e mulheres bissexuais (Gato, 2014; A. E. Goldberg, 2010). Por outro lado, a definição parece circunscrever-se às situações em que existem vínculos legais entre pais/mães e filhos, ficando de fora os vínculos afetivos estabelecidos com o membro do subsistema parental com quem não há laços biológicos e/ou que não é reconhecido legalmente como pai/mãe¹ (Gato, 2014). Às fragilidades desta definição acresce o facto de veicular uma ligação entre orientação sexual

¹ No presente estudo, alguns dos participantes, nomeadamente duas mulheres, enquadravam esta situação na altura da recolha dos dados.

e exercício parental (Zambrano, 2006), a mesma que os estudos comparativos realizados com pais e mães com orientação homossexual e heterossexual procuraram esclarecer, concluindo que tanto uns/umas como outros/outras podem ser bons/boas pais/mães (e.g., American Psychological Association, 2005; Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013). Todavia, a utilização do termo também se justifica pelo facto de permitir nomear e identificar uma categoria social distinta, trazendo-a para o debate sociopolítico e para o domínio da investigação (Stacey, 2009; Zambrano, 2006). Ainda assim, Stacey (2009, p. 481) entende que o seu uso (no caso, *gay and lesbian family*) poderia tornar-se irrelevante se o meio envolvente “simplesmente se habituasse” à realidade destas famílias.

Emergência e desenvolvimento das famílias homoparentais

O cenário de emergência e desenvolvimento das famílias homoparentais é marcado pela convergência de diversos fatores, nomeadamente as transformações ocorridas na(s) família(s) no último século e que têm reflexos a nível social. A família constitui hoje um espaço onde se encontram tradição e modernidade, designadamente nas sociedades ocidentais, realidade a que não são indiferentes os movimentos de resistência à mudança e de apelo ao regresso à chamada *família tradicional* (Giddens, 2009).

De acordo com Giddens (2009), a família tradicional começou por constituir uma unidade eminentemente económica, fundamental para assegurar o trabalho da agricultura ou a manutenção/transferência da propriedade através do casamento, na qual prevalecia a desigualdade entre homem e mulher. A mulher era considerada propriedade do marido, ou do pai, não sendo vista como detentora de direitos, à semelhança do acontecia com as crianças. A sexualidade teria como finalidade a procriação, existindo um duplo padrão entre homens e mulheres que instituíam os termos nos quais estar seriam ou não *virtuosas*.

No entanto, vão-se sentindo mudanças sociais associadas à progressiva afirmação das mulheres no mundo do trabalho e ao reconhecimento/afirmação dos seus direitos (Carter & McGoldrick, 1995; Gerson, 1983; Relvas, 2002). A família típica (americana/ocidental) dos meados do século XX em que viviam pai, mãe—unidos pela formalização do matrimónio—e filhos, onde a mulher cuidava do lar e família a tempo inteiro e o pai assegurava os rendimentos, vai sofrer transformações, pelo menos no Ocidente (ainda que não tenha desaparecido) (Gerson, 1983; Giddens, 2009; Relvas, 2002). Progressivamente, a ideia do amor romântico vai substituindo o conceito do contrato económico/familiar no casamento (Relvas, 1996). O casal começa a emergir como sistema familiar baseado no afeto, na negociação e na intimidade.

A decisão de ter filhos baseia-se, predominantemente, numa escolha sustentada em motivações psicológicas e emocionais, em contraste com o benefício económico que lhes era reconhecido anteriormente e com a quase inevitável associação entre sexualidade e reprodução decorrente da falta de métodos anticoncepcionais eficazes. Estabelecem-se, assim, um conjunto de condições propícias ao aparecimento de uma nova dinâmica que Giddens (2009, p. 29) designou de “relação pura”, fundada na comunicação, no afeto, na confiança e num funcionamento democrático onde os membros da relação são respeitados e vistos como detentores de direitos e obrigações e onde os papéis passam a estar eventualmente menos condicionados pelas prescrições de género tradicionais.

Numa análise aos resultados de um estudo realizado em Portugal com o objetivo de identificar mudanças e dinâmicas das famílias portuguesas no final do séc. XX, Wall (2005) refere movimentos de transformação que apontam numa direção semelhante, associados a mudanças económicas e sociais. O sistema familiar (casal e filhos) vai assumindo um carácter cada vez mais central (maior autonomia residencial do casal, saída das mulheres para o mercado de trabalho, relação de companheirismo entre os membros da família e centração na vida familiar nuclear, nomeadamente no casal e na educação e promoção do desenvolvimento dos filhos) a par com uma promoção da individualização (maior investimento na carreira da mulher, práticas mais autónomas de gestão dos rendimentos e lazer, maior divisão familiar das tarefas) e informalização da vida familiar (e.g., a maior aceitação da rutina conjugal associada à menor estigmatização do divórcio e reconstituição familiar). Apesar das mudanças na organização e composição familiar que se foram sentindo a nível da comunidade, continuou a verificar-se uma valorização do casamento, ainda que com uma ênfase na dimensão afetiva, na coesão e na igualdade.

É inquestionável que as mudanças verificadas a partir de meados do séc. XX na esfera da sexualidade, da vida emocional, do casamento e da família tiveram uma importante expressão ao nível dos projetos individuais. A este propósito, Pailhé et al. (2014) sistematizaram um conjunto de transformações ocorridas na estrutura da(s) família(s), particularmente no espaço Europeu, associadas a mudanças significativas nas atitudes em relação ao casamento, coabitação, monoparentalidade, divórcio e a ter ou não filhos, dentro/fora do casamento, resultantes de uma maior liberdade individual na escolha do estilo e projeto de vida, a par das oportunidades/restrições existentes no meio envolvente. Em última análise, essas mudanças concretizaram-se numa maior expressão e visibilidade das diversas formas de família (Relvas, 2002). Na perspetiva do construcionismo social (e.g., A. E. Goldberg, 2010; Relvas, 2002), as configurações familiares emergentes deste quadro de

evolução da pós-modernidade (Stacey, 2009), onde se incluem as homoparentais, devem ser encaradas como tão válidas quanto a “família nuclear intacta (pai, mãe e filhos)” (Relvas, 2002 p. 318) ou “família nuclear tradicional” (Alarcão, 2006, p. 204), não significando a desintegração da instituição “família”, mas antes a sua coexistência. Olhando este quadro de evolução a partir da perspectiva do Direito, Guilherme de Oliveira também se refere ao lugar que o afeto² veio ocupar nas relações familiares, designadamente na parentalidade, a par dos progressos nas técnicas de reprodução medicamente assistida e reconhecimento das uniões de facto e casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, enquanto aspetos que contribuem para a “construção de uma parentalidade cada vez mais desligada do ancestral vínculo biológico” (Oliveira, 2016, p. 304).

Em contraste com a longa história das relações, identidades e comunidades homossexuais, as famílias homoparentais têm um passado mais recente. Algumas das suas formas seriam mesmo inconcebíveis sem o aparecimento das técnicas de procriação medicamente assistida (PMA) (Stacey, 2009). A própria evolução das atitudes em relação à homossexualidade, associada ao movimento de liberalização gay que se afirmou nos finais dos anos 60/início dos anos 70 (séc. XX), impulsionado pela Revolta de Stonewall, de 1969, nos Estados Unidos da América (EUA) também contribuiu para a visibilidade das famílias homoparentais. Para Giddens (2009), a crescente aceitação da homossexualidade deve ser entendida não apenas como um tributo à tolerância liberal, mas também como um resultado esperado da separação entre sexualidade e procriação. Com a expansão dos métodos anticoncepcionais—outro dos aspetos que também contribuiu para a emancipação da mulher (Relvas, 2002)—a sexualidade deixa de estar restringida à procriação, facto que vai contribuir para uma aproximação da sexualidade entre pessoas de sexo diferente e a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo (Gato, 2014). Complementarmente, com o desenvolvimento das técnicas de PMA a procriação também deixa de ficar confinada ao coito heterossexual.

“Deixando a procriação de estar necessariamente relacionada com a heterossexualidade e passando o afeto a ser considerado um princípio fundador da família, algumas pessoas homossexuais começaram também a pensar as suas relações afetivas em termos de casamento ou parentalidade” (Gato, 2014, p. 27).

² A centralidade do afeto tem reflexo inclusive na linguagem jurídica contemporânea (Oliveira, 2016). É exemplo disso o ponto 2 do art.º 35.º da Lei n. 141/2015, de 8 de setembro, onde é estabelecido que, nos processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais, o juiz pode ouvir, para além dos familiares, “pessoas de especial referência afetiva para a criança”.

De acordo com Giddens (2009) as pessoas lésbicas e gays são pioneiras na descoberta e exploração das possibilidades das “relações puras”, pois ao emergirem num contexto que não lhes é propriamente favorável, são levadas a inovar e encontrar pontos de ancoragem diferentes daqueles que estão disponíveis para as famílias “tradicionais”. E como? Desafiando as relações familiares tradicionais e as noções de família baseadas no género e transformando as relações nos subsistemas conjugal e parental, por exemplo, (co)construindo um exercício parental que sintetiza papéis tradicionalmente outorgados à figura materna e à figura paterna (A. E. Goldberg, 2010; Stacey, 2009). Não obstante, pode também haver famílias homoparentais em que a segregação de papéis é mais vincada e por isso mais próxima do que afastada da que se verifica nas composições familiares mais usuais. Como ressalva A. E. Goldberg (2010), a heterogeneidade que pode ser encontrada nas famílias de pessoas heterossexuais também caracteriza as famílias de lésbicas e gays.

Como já foi referido, os movimentos de defesa dos direitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e trans) tiveram um importante papel no aparecimento e consolidação das famílias homoparentais, ao darem-lhe visibilidade e ao reivindicarem a extensão da igualdade de direitos da esfera individual para os projetos de conjugalidade e parentalidade (Gato, 2014). Numa revisão da literatura identificam-se dois percursos de acesso à homoparentalidade (e.g., Gato, 2014; A. E. Goldberg, 2010; Stacey, 2009): (a) ter filhos antes do *coming out* como lésbica/gay, designadamente no contexto de uma relação heterossexual anterior, ou (b) depois do *coming out*, no contexto (ou não) de uma relação com uma pessoa do mesmo sexo. A primeira possibilidade será a mais comum (A. E. Goldberg, Gartrell, & Gates, 2014; Stacey, 2009), sobretudo na geração das pessoas mais velhas, ao passo que a segunda tem vindo a tornar-se mais visível, também porque o *coming out* tende a acontecer mais cedo nas pessoas lésbicas e gays mais novas (Gato, 2014) e a evolução no plano legal tem vindo a proporcionar oportunidades inexistentes anteriormente (Costa & Bidell, 2017; A. E. Goldberg, 2010).

O conceito de *coming out* ou “sair do armário” remete para o processo de reconhecimento, e construção de sentido, perante si e perante os outros, em diferentes contextos e ao longo da vida, de que se é lésbica, gay ou bissexual (American Psychological Association, 2012; Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2017). Cass (1979) propôs um modelo pioneiro (Carneiro, 2009) para a compreensão deste processo, constituído por seis estádios relativamente lineares, contínuos e de complexidade crescente de formação da identidade como membro de uma minoria sexual. Numa sociedade que estigmatiza a homossexualidade e valoriza a heterossexualidade, a pessoa vai experimentar incongruências entre a perceção que tem de si e a forma como é percebida pelos outros. As estratégias mobilizadas para gerir essas

incongruências serão determinantes neste processo de desenvolvimento. De modo sucinto, à *confusão de identidade*, experimentada nas primeiras percepções de que a homossexualidade é relevante para o/a próprio/a, segue-se a alienação associada à *comparação identitária* e antecipação das reações dos outros, a *tolerância identitária*, onde vai acontecer a procura ativa de outros gays/lésbicas, seguida da *aceitação* da autoimagem homossexual, onde ocorrem revelações seletivas, o *orgulho identitário*, com o envolvimento na cultura gay e rejeição dos valores heterossexuais, e, por fim, a *síntese da identidade* pública e privada e integração da orientação homossexual no conjunto de aspetos que definem a pessoa. Para além de ser importante ter em conta as diferenças individuais, importa notar que os indivíduos têm um papel ativo nesse processo, podendo em qualquer altura decidir manter oculta a orientação sexual. Apesar do *coming out* ser essencial para a autoaceitação e bem-estar individual (Meyer, 2003), esta gestão da visibilidade pode ter um efeito protetor em contextos percebidos como menos aceitantes (e.g., Oswald, 2002). Na atualidade, o *coming out* é visto como um processo permanente, contínuo e que pode variar ao longo do tempo e dos diferentes contextos (Oswald, 2002). Os fatores que influenciam a forma como o estigma tem impacto nas minorias sexuais—como “a ‘raça’/etnia, o estatuto de cidadania, a religião, a localização geográfica, o estatuto socioeconómico, a idade e o coorte, a existência de diversidade funcional, as condições de saúde, ou a identidade e a expressão de género” (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2017)—também têm influência no processo de *coming out*.

Considerando então o *coming out*, as formas de acesso à parentalidade estão associadas às oportunidades/restrições do meio envolvente, particularmente em termos legais (disposições jurídicas mais ou menos restritivas), mas também aos fatores individuais, como o nível socioeconómico ou o desejo de ter ou não uma relação biológica com a criança, e com as escolhas e trajetórias de outras lésbicas e gays da rede de contactos pessoais, comunidade de referência ou conhecidos dos *media* (Gato, 2014; A. E. Goldberg, 2010). Vendo muitas vezes negado o acesso a formas alternativas de acesso à procriação/parentalidade, a constituição destas famílias tem por base um processo de reflexão e intencionalidade (Stacey, 2009).

De entre as diversas formas de acesso à parentalidade, e considerando que as possibilidades serão diferentes consoante as disposições jurídicas vigentes, destaca-se a adoção, singular ou em casal, a coadoção do filho do cônjuge/unido de facto e o recurso a técnicas de PMA, como a inseminação artificial ou a fertilização *in vitro*, com dador conhecido ou não, isto no caso das lésbicas, ou a gestação de substituição, no caso dos gays. Em Portugal, na atualidade, todas estas possibilidades se encontram previstas pela Lei, à exceção da gestação de substituição, pelo menos nos termos aqui referidos (as especificidades do caso português

serão desenvolvidas mais à frente). Há ainda a acrescentar os acordos estabelecidos com uma pessoa de sexo diferente para ter relações sexuais e conceber uma criança, as situações de inseminação caseira (i.e., sem recurso aos tratamentos médicos previstos na PMA) (Gato, 2014; Stacey, 2009), e as relações reprodutivas negociadas, por exemplo, entre um homem e uma mulher conhecidos entre si, que acordam uma situação de coparentalidade em que existe a partilha de responsabilidades parentais de uma criança concebida através de inseminação artificial (e.g., Dempsey, 2010).

Esta diversidade de formas de acesso à parentalidade pode ser constatada em dois dos poucos trabalhos já realizados em Portugal com famílias homoparentais, ainda que deva ser notado que até muito recentemente a lei portuguesa impunha diversas restrições a este nível, nomeadamente a impossibilidade de recurso a técnicas de PMA por casais do mesmo sexo (e a pessoas solteiras ou sem diagnóstico de infertilidade), e a impossibilidade de adoção em casal. Aboim, Costa, e Gomes (2012), num estudo em que entrevistaram lésbicas e gays, com e sem filhos, verificaram, entre outros aspetos, que os percursos e formas parentais estavam associados a situações de adoção singular com a presença de padrasto, e de filhos biológicos nascidos numa relação heterossexual anterior com a presença do padrasto/madrasta. Num estudo que Costa e Bidell (2017) realizaram com uma amostra de lésbicas, gays e bissexuais foram identificadas como formas de acesso à parentalidade situações de conceção/adoção heterossexual anteriores, inseminação artificial, arranjos coparentais, adoção singular, entre outras, sendo que a grande maioria dos participantes (mais de 80%) referiu ter uma relação biológica com os filhos, nascidos sobretudo no contexto de relações heterossexuais prévias.

Por último, quanto à sua configuração, as famílias homoparentais refletem a diversidade de composições presentes nas famílias de um modo geral, designadamente as situações de biparentalidade, ou seja, em casal (viabilizadas pelas alternativas anteriormente elencadas), a monoparentalidade (que pode resultar de uma situação de divórcio, de uma adoção singular ou de um projeto singular de parentalidade com recurso a PMA) ou ainda a multiparentalidade (Gato, 2014). As crianças criadas em famílias multiparentais, ou polifamílias (Pallotta-Chiarolli, Haydon, & Hunter, 2013), têm pais/mães que podem ser bissexuais, gays, lésbicas, heterossexuais ou trans, que mantêm relações íntimas negociadas e abertas com mais do que uma pessoa, podendo viver juntos ou em várias casas. Trata-se de uma realidade ainda pouco estudada (Pallotta-Chiarolli et al., 2013).

Uma proposta de lentes para olhar a homoparentalidade

O presente trabalho tem como “mapa” teórico (Anfara & Mertz, 2006) uma perspectiva integrativa do modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1977, 1986; A. E. Goldberg, 2010), do modelo dos determinantes da parentalidade de Belsky (1984, 2008; A. E. Goldberg, 2010) e da perspectiva sistêmica do ciclo vital da família (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995; A. E. Goldberg, 2010; Relvas, 1996). Compreende ainda a consideração de influências, no sistema familiar, do heterossexismo institucional e do preconceito sexual e discriminação antecipada/vivida nas interações entre maioria e minoria (A. E. Goldberg, 2010; Herek, 2009), complementada por uma leitura ecológica e desenvolvimental da resiliência familiar (A. E. Goldberg, 2010; Walsh, 2012, 2016).

i. Perspetiva ecológica

Para Bronfenbrenner (1977) a compreensão do desenvolvimento humano deve ser feita a partir de uma análise multinível, abrangendo os múltiplos contextos que envolvem o indivíduo, desde os mais próximos aos mais alargados (que os abarcam), podendo ser identificados quatro sistemas interligados entre si, numa relação de influências mútuas, nomeadamente o microssistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema (Bronfenbrenner, 1997; Rosa & Tudge, 2013).

O *microssistema* é o contexto mais imediato, remetendo para o conjunto de relações entre a pessoa em desenvolvimento e um determinado ambiente onde ela vive quotidianamente e onde desempenha papéis específicos. A família é uma estrutura básica do microssistema e o principal contexto do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1986). O *mesossistema* é um sistema de microssistemas e compreende as interações entre os principais ambientes que envolvem a pessoa num determinado momento, mas também as transições que esta experimenta, ao longo do seu ciclo de vida, entre diferentes ambientes e as correlativas transformações nos papéis que é chamada a desempenhar. O *exossistema* é o sistema social no qual a família está inserida. Integra estruturas sociais, formais e informais, que podem não envolver diretamente a pessoa em desenvolvimento, mas que exercem influência nos seus ambientes imediatos. São as grandes instituições da sociedade e as estruturas como os órgãos de poder (central e local), mas também a vizinhança, os meios de comunicação, o mundo do trabalho e os organismos de saúde, sociais e judiciais. O *macrosistema* difere dos níveis anteriores na medida em que não se refere a ambientes concretos. Compreende os padrões culturais gerais, como os valores, crenças e representações dominantes, os sistemas

económicos, sociais, educacionais, legais e políticos e os estilos de vida de uma determinada cultura ou subcultura, com expressão no nível do micro, meso e exossistema.

Este modelo foi mais tarde complementado com a integração do fator tempo, o *cronossistema* (Bronfenbrenner, 1986; Rosa & Tudge, 2013) que remete para o grau de estabilidade ou variação no mundo de uma pessoa (e família) e para a forma como as mudanças ocorridas ao longo do tempo influenciam o desenvolvimento humano. Na perspetiva de Bronfenbrenner (1986), essas mudanças incluem as transições de vida normativas (e.g., entrada na escola ou no mundo do trabalho) e não normativas (e.g., doença, mudança de residência), que constituem acontecimentos de vida pessoais e históricos com influência no sistema familiar e no desenvolvimento individual. Um dos trabalhos no qual Bronfenbrenner se baseou para sustentar esta leitura foi a investigação que Elder publicou nas décadas de 70/80 (séc. XX) acerca do impacto da Grande Depressão na vida de crianças, adolescentes e adultos norte-americanos (Rosa & Tudge, 2013). Segundo a perspetiva desenvolvimentista do *ciclo de vida* de Elder (1998), as transições de vida são enquadradas por trajetórias sociais que lhes conferem um significado e uma forma distintos, que são modelados pelas forças históricas que operam num determinado momento e lugar. Assim, as trajetórias individuais, mas também as escolhas, são influenciadas pelas oportunidades/constrangimentos existentes ao nível da estrutura social e cultural.

O modelo ecológico implica uma análise no estudo das famílias homoparentais a múltiplos níveis, desde as interações no sistema familiar, às relações dos seus elementos com os contextos circundantes (e.g., entrada filhos na escola, relações com a família de origem, amigos ou rede de suporte informal), passando pelas disposições jurídicas em matéria de família e (acesso à) parentalidade, pelos contactos com os serviços/agentes que as operacionalizam (e.g., profissionais das áreas psicossociais e jurídicas), tudo isto envolvido pelas ideologias da cultura de pertença e respetivas crenças, designadamente no que respeita à família, homossexualidade e (homo)parentalidade (Bronfenbrenner, 1977; A. E. Goldberg, 2010; Rosa & Tudge, 2013). Acresce a consideração das mudanças ao longo do tempo (Bronfenbrenner, 1986; Elder, 1998; Rosa & Tudge, 2013). Como sublinha A. E. Goldberg (2010), é importante situar as vivências do sistema familiar homoparental no seu contexto social e histórico, considerando, por exemplo, um possível efeito de coorte nas oportunidades que as gerações mais novas de lésbicas e gays que queiram ter filhos poderão encontrar, comparativamente às precedentes, associado à evolução das atitudes sociais e mudanças no ordenamento jurídico.

Baseando-se também numa leitura ecológica, Belsky (1984) propôs o modelo de determinantes da parentalidade onde destaca a influência dos recursos pessoais e psicológicos das figuras parentais, das características das crianças e do contexto que envolve a relação parento-filial. Apoiando-se em estudos sobre maus-tratos infantis Belsky (1984) identificou como fontes de stress e de suporte contextuais, suscetíveis de proteger ou ameaçar o funcionamento parental, a qualidade da relação conjugal, a disponibilidade e o apoio de uma rede social e as vivências associadas à atividade laboral dos pais/mães. Belsky (1984) realçou os recursos pessoais e psicológicos dos pais/mães como um dos determinantes fundamentais da parentalidade, quer pelo efeito direto que exercem no exercício da função parental (e.g., a interdependência entre maturidade e bem-estar psicológico dos pais/mães e um exercício parental promotor do desenvolvimento dos filhos), mas também pela influência que podem ter na mobilização de apoios, em busca de suporte emocional e/ou instrumental (e.g., informação, apoio na educação das crianças) e no acesso a expectativas sociais que poderão orientar na distinção entre comportamentos parentais apropriados e não apropriados.

Na revisão da literatura sobre homoparentalidade, para além das questões relacionadas com o desenvolvimento e adaptação dos filhos evidenciam-se duas das dimensões sublinhadas por Belsky, designadamente a adaptação e competências dos pais/mães e as fontes de suporte/desafios do exterior, como é o caso das atitudes do meio envolvente (1984, 2008; A. E. Goldberg, 2010). Como será analisado ao longo desta tese, e de modo particular no Capítulo IV, esta segunda dimensão tem sido a mais investigada nos estudos realizados em Portugal. Quanto à adaptação e competências dos pais/mães, os estudos internacionais dão conta, essencialmente, de semelhanças no exercício da parentalidade por parte de pessoas lésbicas/gays e heterossexuais, sendo que quando se verificam diferenças elas tendem a favorecer as primeiras (e.g., Gato, 2014).

Numa revisão sucinta desses estudos, e começando por um dos primeiros trabalhos publicados nesta área, nos Estados Unidos da América (EUA), Muclow e Phelan (1979) estudaram uma amostra de conveniência constituída por 34 mães lésbicas e 47 mães heterossexuais, não tendo identificado diferenças entre elas nas respostas ao comportamento das crianças. Por seu turno, Flaks, Ficher, Masterpasqua, e Joseph (1995) compararam 15 famílias de lésbicas com filhos com idades compreendidas entre os três e os nove anos, nascidos através de inseminação artificial, com 15 famílias de casal heterossexual e não verificaram diferenças significativas nos dois grupos de crianças em medidas relacionadas com o funcionamento cognitivo, ajustamento comportamental e competência social, nem na qualidade da relação do casal. As diferenças encontradas situaram-se ao nível das

competências, onde as mães lésbicas revelaram uma maior consciência de competências parentais eficazes, ainda que este dado estivesse mais relacionado com o género do que com a orientação sexual, uma vez que tanto estas como as heterossexuais obtiveram resultados superiores aos dos pais heterossexuais nessa medida.

No Reino Unido, Golombok, Tasker, e Murray (1997) realizaram um estudo com uma amostra de 30 famílias lésbicas, 42 famílias monoparentais femininas (heterossexuais) e 41 famílias de casal heterossexual, com filhos com idades compreendidas entre os três e os nove anos ($M = 6$), com o objetivo de analisar o funcionamento familiar e o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias onde está ausente a figura paterna desde o primeiro ano de vida. Não se verificaram diferenças nos resultados obtidos em medidas relacionadas com o estado psicológico das mães (stress parental, ansiedade, depressão). Quanto à qualidade da parentalidade, nas famílias sem figura paterna verificaram-se diferenças significativas no afeto e na interação mãe-filhos, com valores superiores aos das mães das famílias heterossexuais, sendo que no caso das famílias de casal lésbico os valores na dimensão relativa à interação foram significativamente superiores aos das famílias monoparentais. Mesmo não sendo mais frequentes, as disputas entre mãe e filhos nas famílias sem pai eram mais sérias do que nas famílias com pai. No que respeita aos resultados obtidos com as crianças, os valores médios das medidas de problemas de comportamento e emocionais estavam abaixo do ponto de corte, não tendo sido constatadas diferenças entre os três grupos. Verificaram-se diferenças significativas na segurança da vinculação, superior nas crianças provenientes de famílias sem a presença da figura paterna, que as autoras mencionaram poder estar associada ao maior envolvimento destas mães. Também se verificaram diferenças na perceção da criança relativamente à sua competência cognitiva e física, desta feita com valores inferiores reportados pelas crianças das famílias sem pai. As autoras recordam, a este propósito, que as perceções de competência estão intimamente relacionadas com a aprovação do exterior, sobretudo nas crianças mais velhas, sugerindo uma possível influência de uma visão menos positiva da sociedade sobre as famílias sem pai na autoavaliação das crianças. Não se registaram diferenças significativas entre os três tipos de famílias na perceção das crianças relativamente à aceitação pela mãe e pelos pares.

Numa segunda fase deste estudo, MacCallum e Golombok (2004) contactaram novamente as famílias por altura do 12.º aniversário dos filhos. As conclusões desta segunda fase do estudo indicaram que a ausência da figura paterna em casa não tem uma influência negativa nos filhos, não existindo ainda evidência da orientação sexual da mãe influenciar a interação parento-filial ou o desenvolvimento socioemocional dos filhos. Não se verificaram

as diferenças na percepção relativa à competência cognitiva e física, registadas na primeira fase do estudo. Na Fase III (Golombok & Badger, 2010) foram recolhidos dados com 27 das famílias monoparentais, 20 das lésbicas e 36 de casal heterossexual. Os filhos eram já jovens adultos. Os resultados obtidos nas medidas de qualidade parental e de ajustamento psicológico dos filhos revelaram-se positivos e semelhantes nos três tipos de famílias. As diferenças existentes apontavam para relações familiares mais positivas e maior bem-estar psicológico nos jovens adultos das famílias encabeçadas por mulheres.

No estudo comparativo de Brewayes, Ponjaert, van Hall, e Golombok (1997) participaram 30 famílias de lésbicas com filhos nascidos através de inseminação artificial, 38 famílias de casal heterossexual que também recorreram a inseminação e 30 famílias de casal heterossexual com filhos concebidos naturalmente. As crianças tinham entre os quatro e os oito anos. Não foram encontradas diferenças significativas na qualidade da relação do casal nem na qualidade da relação pais/mães-filhos, exceto quando comparadas as mães não biológicas das famílias de lésbicas e os pais heterossexuais (sexo masculino), com as primeiras a revelarem resultados superiores ao nível da interação com os filhos. As crianças dos diferentes grupos registaram percepções semelhantes relativamente às figuras parentais. O desenvolvimento emocional e o comportamento de rapazes e raparigas das famílias de lésbicas revelaram-se ajustados e não registaram diferenças relativamente aos papéis de género quando comparados com os pares das famílias heterossexuais.

Num estudo com uma amostra da comunidade, no Reino Unido, Golombok et al. (2003) analisaram a qualidade das relações entre figuras parentais e filhos (com 7-8 anos) e o desenvolvimento das crianças em 39 famílias lésbicas (20 monoparentais e 19 biparentais), 74 famílias de casal heterossexual e 60 famílias monoparentais femininas (heterossexuais). À semelhança dos estudos anteriores, os resultados apontaram para relações mãe-filho/a positivas e para o ajustamento das crianças similares nas várias configurações familiares.

Na Holanda, Bos, van Balen, e van den Boom (2004) realizaram um estudo com o objetivo de analisar se as famílias homoparentais femininas diferiam das famílias heteroparentais num conjunto de indicadores considerados relevantes para a relação pais/mães-filhos, tais como a experiência de parentalidade, os objetivos educacionais, a relação do casal e o suporte social. Compararam 100 famílias biparentais de lésbicas com 100 famílias de casal heterossexual, registando poucas diferenças entre os dois grupos, nomeadamente o facto das mães lésbicas valorizarem menos a conformidade como objetivo educacional dos filhos (i.e., o desenvolvimento de qualidades valorizadas na nossa sociedade como a ambição e o autocontrolo) e das mães lésbicas não biológicas sentirem que tinham que justificar mais a

qualidade do seu exercício comparativamente aos pais, homens, dos casais heterossexuais. As mães lésbicas (biológicas e não biológicas) mostraram-se tão competentes e com a mesma percepção de sobrecarga no exercício da parentalidade do que os participantes heterossexuais (mães e pais). Também não foram encontradas diferenças na qualidade da relação do casal ou no recurso à rede de suporte formal e informal no que à educação dos filhos diz respeito. Os participantes dos dois tipos de famílias mostraram valorizar de forma semelhante o desenvolvimento da autonomia dos filhos.

Os resultados de um outro estudo realizado no Reino Unido, desta feita com famílias adotivas, vêm ao encontro dos anteriormente apresentados. Golombok et al. (2014) compararam 41 famílias de gays, 40 de lésbicas e 49 de casal heterossexual com filhos com idades entre os três e os nove anos. Encontraram diferenças significativas em medidas de bem-estar psicológico das figuras parentais, mais positivo no caso dos gays (níveis inferiores de depressão e stress parental) quando comparados com os heterossexuais, e em medidas relacionadas com o exercício parental, novamente com resultados melhores para os gays (níveis mais elevados de expressão de afeto, interação com os filhos, responsividade e menor recurso a práticas disciplinares agressivas) comparativamente aos heterossexuais. Não se verificaram diferenças significativas entre os participantes gays e lésbicas. No que diz respeito às crianças, as diferenças verificadas apontaram para mais problemas de comportamento, avaliados pelos pais/mães, nos filhos dos heterossexuais.

Em Itália, Baiocco et al. (2015) compararam 40 famílias homoparentais (20 pais gays e 20 mães lésbicas) com 40 pais e mães heterossexuais, com filhos em idade pré-escolar. Os pais gays recorreram à gestação de substituição no estrangeiro, as mães lésbicas à inseminação artificial e os pais e mães heterossexuais eram os progenitores biológicos dos filhos. Os participantes das famílias homoparentais revelaram níveis mais elevados de ajustamento da díade e satisfação com a relação de casal, flexibilidade e comunicação na família, comparativamente aos heterossexuais. Não se verificaram diferenças na regulação emocional e bem-estar psicológico dos filhos, de acordo com a percepção dos pais/mães.

Da revisão da literatura verifica-se que são mais numerosos os estudos realizados com lésbicas comparativamente aos realizados com gays. Não estando em questão o desejo de ter filhos (Baiocco & Laghi, 2013; Costa & Bidell, 2017; Gianino, 2008; Rabun & Oswald, 2009; Riskind & Patterson, 2010), é possível que sejam as barreiras biológicas, que tornam mais difícil a procriação para um homem sozinho, mas também os estereótipos e preconceitos sociais que podem ser internalizados pelos próprios, de que os homens não estarão tão preparados para a parentalidade, como as mulheres, ou de que as relações homossexuais são instáveis e, por

isso, incompatíveis com a parentalidade, estereótipo mais fortemente associado aos homens gays (Gato, 2014; Gato & Fontaine, 2014; Stacey, 2009). A revisão da literatura sugere que os gays “exercem a parentalidade de uma forma mais andrógina” (Gato & Fontaine, 2014, p. 318), adotando “práticas parentais [ditas] mais ‘femininas’ do que os pais heterossexuais” (Gato & Fontaine, 2011, p. 88).

ii. Perspetiva sistémica do ciclo evolutivo da família

Em estreita ligação com o modelo ecológico, a perspetiva sistémica do ciclo evolutivo da família propõe o estudo dos comportamentos humanos através da análise das interações ocorridas num determinado contexto ou situação (Alarcão, 2006; Relvas, 1996), assumindo-se que, através de interações recursivas, indivíduo e família co-evoluem no seu processo de desenvolvimento (Bateson, 1987, como citado em Alarcão, 2006). A conceção de família que decorre desta perspetiva é a de um sistema, que pode ser definido como um “conjunto de elementos ou unidades em interação constante e recíproca, ordenados segundo determinadas regras e formando um todo organizado” (Alarcão, 2006, p. 356). A família enquanto sistema é, assim, constituída por objetos (elementos) e respetivos atributos e relações; contém subsistemas e está contida por suprassistemas, ligados entre si de forma hierarquicamente organizada, demarcada por limites/fronteiras que a distinguem do seu meio (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). A análise do sistema familiar pode ser desenvolvida em dois eixos: o eixo sincrónico (espaço familiar; relacional) e o eixo diacrónico (tempo familiar; histórico) (Relvas, 1996), ambos influenciando o exercício da parentalidade, a qualidade da relação entre pais e filhos e o bem-estar dos vários membros da família.

O espaço familiar revela-se na estrutura da família, nas relações que se estabelecem entre os seus elementos e na forma como estes comunicam, remetendo para o conjunto das interações que são preferencialmente consolidadas dentro da família, coincidindo com a organização dos seus membros e respetivos papéis e funções. Distinguem-se, assim, diversos subsistemas dentro do sistema familiar (Alarcão, 2006; Minuchin, 1979, 2012; Relvas, 1996): o *subsistema individual* (a pessoa que, para além de fazer parte do sistema familiar, desempenha funções e papéis noutros sistemas que vão influenciar o seu desenvolvimento e, em consequência, o seu posicionamento na família); o *subsistema conjugal*³ (onde a complementaridade e adaptação recíproca dos elementos da díade será essencial para o funcionamento do casal, que tem como funções a criação de um sentimento de pertença a um

³ É curiosa a forma como Minuchin (1979, 2012) se refere ao subsistema conjugal, mencionando que se cria quando dois adultos de sexo diferente se unem com o propósito de constituir família.

novo modelo relacional, o apoio emocional e ainda o desenvolvimento das crianças ao constituir-se como modelo para o estabelecimento de relações futuras de intimidade); o *subsistema parental* (geralmente constituído pelas mesmas pessoas do subsistema conjugal, que é responsável pela proteção e educação das gerações mais novas, sendo no contexto da relação vertical com as figuras parentais, que podem ou não ser os pais/mães, que as crianças aprendem a noção de autoridade, a negociação e a gestão de conflitos); e o *subsistema fraternal* (composto pelos mesmos elementos do subsistema filial, assume funções específicas ao nível da socialização e preparação para o relacionamento interpessoal com os pares) (Alarcão, 2006; Minuchin, 1979, 2012; Relvas, 1996).

Para além de ser um todo que compreende estas totalidades mais pequenas, a família é também parte de sistemas mais abrangentes como a comunidade envolvente e a sociedade, nos quais se integra e com os quais interage e partilha influências mútuas (Alarcão, 2006; Belsky, 1984, 2008; Bronfenbrenner, 1986; Relvas, 1996). Nessas trocas, o sistema familiar faz mais do que apenas reagir às pressões do exterior através da sua capacidade auto organizativa que lhe permite manter-se informacionalmente aberto, mas organizacionalmente fechado, num jogo de equilíbrios dinâmicos permanentes (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). A comunicação também ocorre entre subsistemas, sendo regulada por limites que visam manter a diferenciação da família em relação aos outros contextos, mas também dos subsistemas familiares e dos seus elementos (Alarcão, 2006).

Quanto ao tempo familiar, partindo de uma perspetiva desenvolvimentista, é possível estabelecer uma sequência de mudanças previsíveis na organização e relações familiares, exigidas internamente pelo desenvolvimento dos seus membros e externamente pela pressão social para o desempenho adequado de tarefas consideradas fundamentais para a continuidade funcional do sistema. Essa sequência corresponde ao *ciclo vital da família* e as tarefas envolvidas caracterizam as suas etapas, reconhecendo-se os filhos e as suas necessidades de desenvolvimento como alguns dos importantes marcadores da evolução familiar (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995; Relvas, 1996).

Relvas (1996), partindo dos trabalhos de Minuchin e Fishman (1981, como citado em Relvas, 1996), apresentou uma sequência de cinco estádios de desenvolvimento da família: a *formação do casal* (criação do novo modelo relacional, o novo sistema, com normas e padrões transacionais específicos); *família com filhos pequenos* (implica a reorganização do sistema, na medida em que o casal passa a ter que cumprir também a função interna de prestação de cuidados e proteção dos filhos, além de ter de redefinir os limites com o exterior visando uma maior abertura às famílias de origem e comunidade, enquanto fontes de apoio); *família com*

filhos na escola (com a entrada da criança na escola, o sistema familiar passa pelo primeiro grande teste à sua função externa, de socialização da geração mais nova); *família com filhos adolescentes* (ainda que as figuras parentais se mantenham como subsistema executivo da família, deve acontecer a flexibilização dos limites/normas familiares contingente à procura de autonomia e construção da identidade dos filhos); *família com filhos adultos* (etapa marcada por três tarefas de reestruturação, designadamente facilitar a saída de casa dos filhos estabelecendo com eles uma relação adulto-adulto e acolhendo a entrada dos parentes por afinidade e os netos, renegociar a relação de casal e aprender a lidar com o envelhecimento dos ascendentes e do/a próprio/a).

A relação pais/mães-filhos constitui uma das vivências fundamentais do ciclo vital de muitas famílias, concretizando-se num modelo relacional e de funcionamento (vitalício) que implica o desempenho, pelos adultos, das funções executivas de proteção, educação, integração sociocultural e apoio na construção da autonomia da geração mais nova, estando sujeito a reestruturações e a acomodações mútuas dos subsistemas envolvidos, à medida que se sucedem as tarefas desenvolvimentais em interação com as pressões sociais que lhes correspondem (Alarcão, 2006; Minuchin, 1979; 2012; Relvas, 1996).

Como notado por Relvas (1996), importa sublinhar que esta sequência tem por base a composição “família nuclear intacta”, não incorporando especificidades das outras organizações familiares. Esta observação é reforçada por Pailhé et al. (2014) que, para além de terem identificado uma maior diversidade nas formas de família e respetivas dinâmicas na atualidade, reconheceram uma maior variabilidade na sequência das etapas de desenvolvimento familiar, agora menos previsíveis do que no passado, devido a uma diversidade de fatores, como é o caso, por exemplo, do adiamento da parentalidade associado às incertezas a nível económico (Mills, Rindfuss, McDonald, & Velde, 2011). Nesse sentido, e refletindo sobre a evolução do papel da mulher na sociedade e na família, Relvas (2002) destaca uma etapa proposta por Carter e McGoldrick (1995), a etapa do *jovem adulto entre famílias*, caracterizada pela aceitação (pelo próprio e pela família) da autonomia emocional e financeira, desenvolvimento de relações íntimas e estabelecimento de uma identidade no mundo do trabalho, agora também vivida plenamente pelas mulheres, contribuindo para o adiamento da formação do casal. Por seu turno, Alarcão (2006) sublinha que, muitas vezes, verifica-se mais a sobreposição de etapas de desenvolvimento familiar e não tanto uma sucessão linear (e.g., quando a fratria é constituída por elementos com idades distintas).

Apesar de se identificarem algumas limitações na abordagem do ciclo vital da família, este fornece referências importantes para a análise e estudo do sistema familiar, na condição

de se ter presente a singularidade de cada caso (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). No que respeita às famílias homoparentais, A. E. Goldberg (2010) sublinha a relevância desta perspetiva na análise das experiências individuais dos vários membros ao longo das suas múltiplas transições e estádios, e da forma como as mesmas se refletem, de forma recursiva, nas interações que são estabelecidas entre eles.

O sistema familiar encontra-se sob a influência de dois tipos de pressão, uma de ordem interna, associada às mudanças desenvolvimentais dos seus elementos e subsistemas, e outra de ordem externa, relacionada com as exigências de adaptação às instituições sociais envolventes. Estas pressões vão exigir que se operem transformações nos padrões de interação de modo a que o sistema possa continuar a evoluir, mas sem colocar em perigo a sua identidade e funcionamento. Num paralelo com o que já foi mencionado na abordagem ao modelo ecológico de Bronfenbrenner (1977, 1986), particularmente no que se refere ao cronossistema, e ao modelo de determinantes da parentalidade de Belsky (1984, 2008), importa trazer para esta análise a sistematização de Minuchin (1979, 2012) relativa às fontes de stress que influenciam o sistema familiar, designadamente o contacto da família, ou de um dos seus elementos, com uma fonte de stress extrafamiliar (e.g., nas situações de discriminação), o stress relacionado com os períodos de transição do ciclo vital da família e o stress associado a problemas particulares (e.g., uma doença grave de um membro da família). Este conjunto de crises, naturais e acidentais, constituem tanto uma ocasião (para o crescimento e evolução) como um risco (de impasse, disfuncionalidade) para o sistema familiar (cf. Alarcão, 2006; Relvas, 1996) que é assim desafiado para a mudança.

Uma das propriedades do sistema familiar, a equifinalidade, segundo a qual “um mesmo objectivo pode ser atingido a partir de condições iniciais diferentes ou através de caminhos diferentes” (Alarcão, 2006, p. 45), abre caminho para a relativização do risco e correlativa ponderação da resiliência aquando da análise do sistema familiar. Segundo Walsh (2012), o conceito de resiliência familiar envolve o potencial de recuperação, reparação e crescimento das famílias face a crises/desafios significativos. Como destaca a autora, o símbolo chinês para o termo crise é composto pelo carater “ameaça” e pelo carater “desafio”: “*the paradox of resilience is that our worst times can also bring out our best as we rise to meet the challenges*” (Walsh, 2016, p. 7).

A análise da resiliência familiar combina uma leitura sistémica, ecológica e desenvolvimentista do funcionamento da família em relação com os contextos que a envolvem, ao longo do seu ciclo vital (Walsh, 2012, 2016). As fontes de resiliência (como as de stress) podem ser encontradas nas interações entre pessoa e família (em coevolução), com a

comunidade e com os sistemas mais alargados. Walsh (2012, 2016) sistematiza a este propósito um conjunto de processos interativos e cruciais da resiliência familiar: processos relativos ao *sistema de crenças da família* (a construção de sentido, a contextualização do *distress* face à situação vivida, a capacidade de manter um foco positivo/esperança, no propósito); processos relativos aos *padrões de organização* (a flexibilidade e adaptação a par da estabilidade e continuidade do sistema, o suporte mútuo e respeito pelas necessidades de cada membro, a procura e disponibilidade de apoio instrumental e emocional nos contextos envolventes, desde os imediatos aos mais alargados); e processos de *comunicação e resolução de problemas* (as trocas de informação claras e consistentes, a partilha e expressão emocional abertas, a resolução colaborativa de problemas e proatividade).

A abordagem da resiliência familiar tem como vantagens o facto de realçar as forças que podem ser desenvolvidas pelas famílias desafiadas pela crise e adversidade vs. uma visão deficitária das mesmas, sublinhando, uma vez mais, a importância de tomar cada caso como singular, uma vez que não tem que existir um único modelo de funcionamento saudável que sirva todas as famílias/situações (Walsh, 2012, 2016).

De acordo com a perspectiva sistémica, a história de cada família vai sendo escrita através da “sucessiva progressão dos seus momentos de crise e períodos de transição, bem como da evolução ou dificuldades que a sua elaboração comporta no chamado ciclo vital e no intercruciar de gerações” (Relvas, 1996, p. 31). A par das regularidades que, grosso modo, poderão ser esperadas em todas as famílias, designadamente as que têm filhos, as histórias das famílias homoparentais estarão potencialmente marcadas por singularidades resultantes das interações com os sistemas que as envolvem, particularmente se as pensarmos em termos de relações entre minoria e maioria (A. E. Goldberg, 2010; Herek, 2009; Oswald, 2002).

iii. Singularidades do estatuto de minoria

Herek (2009) propôs a concetualização de *estigma sexual* partindo da noção geral de estigma enquanto estatuto inferior que a sociedade, como coletivo (*maioria*), confere a pessoas detentoras de características particulares ou que pertencem a determinados grupos/categorias (*minorias*), instituindo um conhecimento partilhado sobre quais as categorias/atributos que são ou não valorizados socialmente. O autor definiu estigma sexual como o que está ligado a qualquer comportamento, identidade, relação ou comunidade não heterossexual que são desvalorizados comparativamente aos congéneres heterossexuais.

Esta leitura diferencial é perpetuada pelos sistemas ideológicos e pelas instituições sociais (situadas no *exo* e *macrossistema*) sob a forma de estigma estrutura/institucional que,

no caso do estigma sexual, é conhecido por *heterossexismo* (Herek, 2009), termo cunhado por Morin (1977). Ao incorporar o estigma sexual nas instituições sociais, o heterossexismo contribui para o enfraquecimento do poder das minorias sexuais tanto através da assunção de que todas as pessoas são heterossexuais (“invisibilizando” as que o não são), como pela inferiorização dos comportamentos e relações não heterossexuais (rotulando-os de “não naturais”). O heterossexismo constitui o cenário para as manifestações individuais do estigma sexual, tais como o estigma agido (em inglês, *enacted stigma*), o estigma percebido (em inglês, *felt stigma*) e o estigma internalizado (em inglês, *internalized stigma*) (Herek, 2009).

O estigma agido corresponde à expressão aberta do estigma sexual num continuum de ações que vão desde o uso de termos pejorativos e comentários negativos, passando por comportamentos de evitamento e ostracização dos membros das minorias sexuais até à discriminação aberta ou ao extremo da violência para com os não heterossexuais. Essas ações podem ser dirigidas também ao sistema familiar, à rede de amigos ou àqueles que se identificam como aliados (i.e., que assumem publicamente uma posição contrária ao estigma sexual), assim como a todos os que “aparentem” ser não heterossexuais.

O estigma percebido resulta da consciência do estigma sexual e corresponde à expectativa de ser alvo do mesmo em diferentes situações e sob circunstâncias diversas, nomeadamente: (a) o medo das ações dos outros, que pode ser vivido de forma permanente pelos membros das minorias sexuais e que conduz a uma vigilância e eventual necessidade de gestão da visibilidade (*coming out*) contínuas; e (b) a ameaça do estereótipo, presente nas ideias pré-concebidas e nos mitos em torno da homoparentalidade, tanto no que se refere às (in)competências parentais de lésbicas e gays como aos impactos (negativos) no desenvolvimento dos filhos (e.g., American Psychological Association, 2005; Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013).

Por último, o estigma internalizado refere-se à incorporação, ao nível individual, do estigma enquanto parte do sistema de valores pessoal e/ou autoconceito. Toma a forma de auto-estigma quando são os próprios membros da minoria sexual a direcionar as atitudes negativas da sociedade contra si, ao nível do autoconceito, repercutindo-se de forma negativa no bem-estar físico e emocional (Meyer, 2003). Ainda que seja difícil ficar indiferente ao que os outros dizem e às suas expectativas, a experiência de auto-estigma pode ser variável, em função dos próprios indivíduos e dos contextos. Quando falamos das atitudes negativas dos não estigmatizados contra os estigmatizados (i.e., maioria vs. minoria) referimo-nos ao *preconceito sexual*.

Na literatura surgem ainda os conceitos *homofobia* e *homofobia internalizada* (e.g., Meyer & Dean, 1998, como citados em Pereira & Leal, 2002), este último na linha do que foi anteriormente descrito como auto-estigma (Herek, 2009). No que respeita ao primeiro, foi proposto por Weinberg em 1972 (como citado em Hegarty & Massey, 2006; Herek, 2009). Autores como Herek (2009) dirigiram-lhe críticas pelo facto de veicular uma leitura do preconceito como uma patologia individual, não abrangendo a expressão do estigma sexual na esfera social mais alargada. Borrillo (2009) também se referiu um entendimento mais alargado do conceito de homofobia, distinguindo entre homofobia psicológica e homofobia social (cf. Capítulo I).

Esta ênfase na análise das atitudes da sociedade surge associada à rutura com a conceção patologizante da homossexualidade, movimento que se começou a afirmar a partir da década de 70 (séc. XX), nomeadamente em 1975 quando, fundada em evidência científica, a *American Psychological Association* adotou uma resolução em que enuncia que a homossexualidade em si mesma não implica défices no funcionamento pessoal e social, sendo necessário que os profissionais da área da saúde mental se comprometessem na eliminação do estigma de doença mental que lhe estava associado (American Psychological Association, 2012). Esta mudança do foco de uma análise que assume a diferença como patologia para o estudo dos efeitos psicológicos dos preconceitos e da discriminação é conhecida como abordagem afirmativa (American Psychological Association, 2012; Carneiro, 2009). Como refere Carneiro (2009, p. 130), a propósito da Psicologia afirmativa gay, “não pode ser da responsabilidade do sujeito o sofrimento que experiencia no mundo opressivo em que vive, sob pena de que esta responsabilidade resulte numa culpa que se atribui a quem sofre”.

À semelhança do que se tem verificado no estudo de outras minorias, o heterossexismo e o preconceito sexual têm vindo a assumir formas dissimuladas, em paralelo com modos mais tradicionais de expressão (e.g., Gato, Fontaine, & Carneiro, 2012). Gato e Fontaine (2017) recordam a este propósito que as primeiras concetualizações e instrumentos usados no estudo das atitudes em relação a lésbicas e gays baseavam-se na natureza fóbica e sexista dessas avaliações. Mais recentemente tem-se assumido que a avaliação dessas atitudes deve abranger tanto as questões clássicas da condenação moral e patologização da homossexualidade, da rejeição e evitamento de lésbicas e gays, como as questões mais contemporâneas do *heterossexismo moderno* (Gato, Fontaine et al., 2012), designadamente a convicção de que já não existe discriminação contra as minorias sexuais; as atitudes negativas dirigidas à visibilidade/expressão das identidades lésbicas e gays; e as atitudes negativas contra o exercício

de papéis tradicionalmente associados à heterossexualidade, como o casamento e o exercício da parentalidade, por lésbicas e gays (e.g., a representação heteronormativa da parentalidade).

O heterossexismo e a discriminação constituem uma ameaça significativa para o bem-estar psicológico das minorias sexuais (Carneiro, 2009; Carneiro & Menezes, 2007; Herek, 2009; Meyer, 2003) e um desafio no acesso a projetos de vida desejados, como a parentalidade, constituindo-se como um potencial fator de stress acrescido para o desenvolvimento e funcionamento familiar (Gato, 2014; A. E. Goldberg, 2010; Stacey, 2009). No entanto, para além das condições que constituem desafios, há que ponderar a influência dos recursos internos e externos para o exercício da parentalidade. Assim, é fundamental garantir as condições proporcionadas pelos sistemas que contêm a família (e.g., em termos de reconhecimento legal e garantia de direitos), mas também compreender os processos que são mobilizados pelo próprio sistema familiar para fazer face aos desafios associados ao estatuto de grupo estigmatizado (vs. uma visão deficitária dessa condição), e que se podem consolidar na resiliência familiar (Alarcão, 2006; A. E. Goldberg, 2010; Oswald, 2002; Walsh, 2012, 2016).

A ponderação desses recursos justifica-se também atendendo ao consenso já existente, construído com base na investigação realizada a nível internacional, de que a orientação sexual dos pais/mães não constitui critério para a qualidade do funcionamento parental e desenvolvimento dos filhos, e que está na base de tomadas de posição de diversas associações profissionais como a *American Psychological Association* (Paige, 2005), a *American Academy of Pediatrics* (Perrin & Siegel, & Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health, 2013) e a Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013), entre outras, no sentido da não discriminação das famílias de pessoas lésbicas e gays.

JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

A investigação no domínio da homoparentalidade surgiu nos EUA por volta dos anos 70 (séc. XX), motivada pelo aparecimento de processos em Tribunal para definição da custódia dos filhos de pessoas que fizeram o *coming out* após o divórcio num casamento heterossexual⁴. Estas lésbicas e gays começaram por ver os seus direitos parentais negados (Stacey, 2009).

⁴ De acordo com Stacey (2009) estes processos surgiram de forma significativa nos EUA a partir da Revolta de Stonewall de junho 1969. Até essa data apenas há referência a um caso antes de 1950 e cinco entre 1950 e 1960.

Sendo necessário responder às questões que colocaram aos Tribunais⁵, estava dado o mote para o aparecimento de uma primeira vaga de estudos sobre estas famílias (pais/mães e filhos), designadamente aquelas em que o acesso à parentalidade tinha ocorrido no contexto de uma relação heterossexual anterior. A evolução social, entre outros aspetos, permitiu a popularização das técnicas de PMA e a emergência de um segundo conjunto de estudos focados nas situações em que os projetos de parentalidade surgem já após o *coming out*, nomeadamente através da inseminação artificial, mas também da adoção e acolhimento familiar (Johnson, 2012; Stacey, 2009). Em ambos os casos, a ênfase começou por ser colocada na análise do funcionamento familiar, competências parentais e desenvolvimento dos filhos, com base numa abordagem comparativa com famílias heterossexuais. Mais recentemente tem sido sublinhada a importância de focagem da pesquisa na diversidade e especificidades das dinâmicas das famílias homoparentais (e.g., Gato, 2016) em função, por exemplo, do percurso e forma de acesso à parentalidade, designadamente se no contexto de uma relação heterossexual anterior (Tasker, 2013), se através da adoção (Farr & Patterson, 2013) ou com recurso à inseminação artificial, no caso das lésbicas (Bos, 2013), ou à gestação de substituição, no caso dos gays (Berkowitz, 2013).

Mesmo reconhecendo-se o contributo dos estudos comparativos para a desmistificação das crenças e estereótipos em torno da homoparentalidade no que se refere às competências parentais e aos resultados desenvolvimentais dos filhos, já que permitem que se “ancore o estranho no familiar” (Clarke, 2002, p. 217), esta mudança de foco justifica-se pela necessidade de serem abordados os desafios específicos destas famílias, como é o caso das vivências associadas ao estigma (Gato, 2016). Contudo, importa também analisar esta questão sob um outro prisma. A partir de uma leitura construcionista e feminista da investigação produzida nesta área, designadamente sobre famílias lésbicas, Clarke (2002) identificou diferentes conceções de homoparentalidade, desde a noção de *não diferença* comparativamente às famílias heterossexuais, à de *diferença* que, por seu turno, pode assumir diferentes sentidos, desde desviante, transformativa ou como resultado (apenas) da opressão. Apesar de reconhecer o papel que a conceção da *não diferença* teve e tem na salvaguarda destas famílias (e.g., nas questões que envolvem custódias parentais), a autora também refletiu sobre a forma como os estudos comparativos contribuem para a perpetuação de uma ideologia familiar opressiva e

⁵ Nos EUA, as decisões judiciais favoráveis a lésbicas e gays em matéria de definição da custódia parental baseiam-se fortemente no caso “*Palmore v. Sidoti*”, de 1984, onde foram restabelecidos os direitos parentais de uma mulher branca que após o divórcio tinha perdido a guarda dos filhos por ter casado com um homem negro (Stacey, 2009).

heteronormativa, ao estabelecerem a heterossexualidade como norma. Nesse sentido, Clarke (2002) sublinhou a importância de a investigação analisar as questões associadas à opressão e formas de a superar.

Apesar das preocupações sociais e dos mitos que (ainda) envolvem a homoparentalidade (serão desenvolvidos no Capítulo I), e não obstante os limites apontados aos estudos realizados (e.g., Marks, 2012), os resultados da investigação internacional conduziram ao estabelecimento de um consenso na comunidade científica relativamente às competências e ao ajustamento destes pais/mães e filhos, apesar do heterossexismo potencialmente experienciado nos mais variados contextos de vida (e.g., American Psychological Association, 2005; Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013; Perrin & Siegel, 2013). Não obstante, esta área de pesquisa encontra-se ainda em fase de afirmação em Portugal, onde o volume mais significativo de trabalhos já publicados diz respeito ao estudo das atitudes em relação à homoparentalidade, sobretudo de estudantes do ensino superior (e.g., Costa et al., 2014; Gato & Fontaine, 2013, 2016, 2017; Gato, Freitas, & Fontaine, 2012), sendo ainda escassos os estudos que analisaram as experiências destas famílias na sua perspetiva (Aboim et al., 2012; Costa & Bidell, 2017; Franco, 2013; Oliveira, 2004), tal como será desenvolvido mais à frente no Capítulo IV. Em termos sociais, o contexto que envolve as famílias homoparentais caracteriza-se por um progressivo reconhecimento jurídico em paralelo com atitudes sociais de reserva (cf. Capítulos II, III e IV).

Nos anos que se seguiram à publicação da Lei n. 9/2010, de 31 de maio, que veio reconhecer o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, foram diversas as propostas apresentadas à Assembleia da República com vista ao alargamento desse reconhecimento (legal) à parentalidade (cf. Capítulo I). Nesse seguimento, o ano de 2016 ficou marcado por importantes mudanças jurídicas nesta matéria. Por um lado, a Lei n. 2/2016, de 29 de fevereiro, veio eliminar as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares por casais de pessoas do mesmo sexo, unidos de facto ou casados (art.º 2.º e 3.º). Por outro lado, a Lei n. 17/2016, de 20 de junho, veio alargar o acesso às técnicas de procriação medicamente assistida, designadamente a inseminação artificial (ou a fertilização *in vitro*, mediante critérios clínicos) a todas as mulheres, independentemente do diagnóstico de infertilidade, do estado civil e da orientação sexual (art.º 4.º e 6.º)⁶. Não obstante, a gestação

⁶ Deve ser ressalvado que ainda existe alguma indefinição a este nível. Recentemente, um grupo de deputados da Assembleia da República fez chegar ao Tribunal Constitucional um pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade da norma do anonimato dos dadores – ressalve-se, em vigor desde 2006 (art.º 15.º, Lei n. 32/2006, de 26/07) – e da norma que dispensa a averiguação oficiosa da paternidade de criança filha de uma mulher que tenha recorrido sozinha às técnicas de PMA (entre outras questões especificamente ligadas aos

de substituição, que passou a estar prevista na Lei n. 25/2016, de 22 de agosto, ficou circunscrita a “casos de ausência de útero, de lesão ou de doença deste órgão que impeça de forma absoluta e definitiva a gravidez” (art.º 1.º). Ainda de acordo com uma deliberação do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, de 2017, está também previsto o recurso à fertilização recíproca, viabilizando o projeto de maternidade biologicamente partilhada nos casais de mulheres. Nestes casos, uma das mulheres doa os ovócitos que são inseminados com espermatozoides de dador, seguindo-se a transferência do embrião para o útero do outro elemento do casal (Marina et al., 2010). Estas alterações vieram garantir o recurso a formas alternativas de acesso à parentalidade por lésbicas e gays, em Portugal, assim como proteger legalmente as famílias já existentes, designadamente ao permitir “a adoção do filho do cônjuge ou unido de facto” (art.º 5.º, Lei 2/2016, de 29/02). Contudo, e na perspetiva da Associação ILGA-Portugal, ainda é necessário aferir os procedimentos em questão, assim como garantir a formação dos profissionais envolvidos nestes processos legais (Manso, 2017).

Os poucos estudos realizados, sobretudo no que concerne às experiências na primeira pessoa, bem como as especificidades da realidade portuguesa, justificam o aprofundamento da pesquisa neste domínio em território nacional, tanto mais sendo expectável a maior visibilidade destas famílias, na sequência das recentes mudanças no ordenamento jurídico. Como ressaltam Costa e Bidell (2017), apesar de poderem existir há já várias décadas, só recentemente é que passou a ser possível a pessoas lésbicas e gays expressarem de modo claro e realista o desejo e a intenção de ter filhos, em resultado das garantias legais que, entretanto, foram sendo estabelecidas.

Neste seguimento e na decorrência da grelha de leitura teórica anteriormente estabelecida, esta é também uma questão com expressão ao nível dos serviços com responsabilidades em matéria de parentalidade e infância, em particular no contexto forense. Assim, é primordial trazer esta análise para a área da Psicologia Forense enquanto área de conhecimento que procura responder a questões científicas e práticas colocadas pelo sistema judicial a profissionais da Psicologia (Fonseca, Simões, Tabora Simões, & Pinho, 2006). Tal como aconteceu no arranque dos estudos neste domínio de investigação no plano internacional, este investimento justifica-se em Portugal no sentido de antecipar/dar resposta a questões que

processos de gestação de substituição). Como consta do Acórdão n.º 225/2018, o Tribunal Constitucional (2018) entendeu que a regra do anonimato merece censura constitucional por configurar uma “violação dos direitos à identidade pessoal e ao desenvolvimento da personalidade” das pessoas nascidas em consequência de processos de PMA com recurso a dádiva de gâmetas ou embriões. Entendimento diferente teve a averiguação oficiosa da paternidade por ser “inteiramente desprovida de sentido... uma vez que, ainda que pudesse ser conhecida a identidade do dador, este não poderia ser tido como progenitor da criança nascida”.

são colocadas por estas famílias—e que se colocam a estas famílias—em processos como a adoção, a coadoção do filho de cônjuge ou unido de facto e a regulação das responsabilidades parentais nos casos de separação/divórcio, tanto em situações de união heterossexual anterior ao *coming out*, como nas situações de união com uma pessoa do mesmo sexo em que haja crianças envolvidas.

Tratando-se de uma temática que suscita opiniões e tomadas de posição em diferentes setores da sociedade, devem ser refletidos os posicionamentos dos profissionais implicados nesses processos, não apenas os da área jurídica, mas também os das áreas psicossociais que são chamados a prestar assessoria aos Tribunais através de avaliações e da elaboração de relatórios e perícias. No sentido de esclarecer o envolvimento dos profissionais em questão, e a necessidade de refletir criticamente sobre a forma como se posicionam nesta matéria, parece relevante percorrer os procedimentos previstos nesses processos, começando pelo que é preconizado pelo Regime Jurídico do Processo de Adoção, aprovado pela Lei n. 143/2015, de 8 de setembro.

O art.º 1586 do Código Civil define adoção como “o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços do sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas (...)” (Lei n. 43/2017, de 14/06), sendo decretada quando for razoável crer que entre candidatos/as e criança poderão ser estabelecidos laços semelhantes aos da parentalidade biológica. Na maior parte dos casos, decorre da medida de promoção e proteção de confiança com vista a futura adoção aplicada pelo Tribunal (Instituto da Segurança Social, 2017), mas também podem ser adotados os filhos do cônjuge do adotante ou de pessoa com quem viva em união de facto (art.º 5.º, Lei 2/2016, de 29/02; art.º 1980, Lei n. 43/2017, de 14/06).

O processo de adoção desenvolve-se em três fases: a fase preparatória, a fase de ajustamento entre criança e candidato/s e a fase final, que integra o processo judicial de adoção (art.º 40.º, Lei n. 143/2015, de 8/09). A fase preparatória inclui, para além do estudo de caracterização da criança, a avaliação, preparação e seleção dos candidatos por entidades responsáveis, designadamente organismos da Segurança Social (Instituto da Segurança Social, 2017) que fazem a avaliação social e psicológica dos candidatos, incluindo entrevistas, visitas domiciliárias e questionários, e o acompanhamento técnico posterior. Estes procedimentos são assegurados por equipas pluridisciplinares que integram técnicos com formação na área da psicologia, serviço social e direito, podendo estar também representadas a saúde e a educação. O acompanhamento começa nos contactos iniciais entre candidatos/as e criança para conhecimento mútuo (onde também podem ser envolvidos os técnicos das instituições de acolhimento residencial ou que acompanham a família de acolhimento), estendendo-se ao

período de convivência, para ver se se estabelecem os vínculos esperados, e ao momento em que é pedido ao Tribunal que decrete, de forma definitiva, a relação de adoção (nessa altura é solicitado um relatório de acompanhamento e avaliação do período de pré-adoção). Ao longo do processo de adoção, o Ministério Público intervém garantindo a legalidade e assegurando a salvaguarda do interesse superior da criança. Ainda no que concerne ao acompanhamento por parte dos técnicos, se a família o pretender, poderá estender-se ao período pós-adoção para aconselhamento e apoio na superação de dificuldades ligadas à adoção.

A regulação do exercício das responsabilidades parentais prevista no Código Civil, com as alterações introduzidas pela Lei n. 61/2008, de 31 de outubro, e no Regime Geral do Processo Tutelar Cível (Lei n. 141/2015, de 8/09) é outra situação que poderá envolver estas famílias no contexto forense. De acordo com o art.º 1878 do Código Civil (Lei n. 43/2017, de 14/06), as responsabilidades parentais remetem para o conjunto de poderes e deveres de carácter funcional assumidos pelas figuras parentais com vista a garantir os interesses e o bem-estar dos filhos, envolvendo as funções de tomar conta, manter relações pessoais positivas, assegurar sustento, educação, representação legal e a administração dos seus bens.

Nos casos de separação/divórcio deve prevalecer o princípio de manutenção da relação parental, sendo regra o exercício conjunto das responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho—ou “questões existenciais graves e raras (para o filho)”, nomeadamente decisões de natureza médica, educacional ou a saída do país (Guerra, Gago, Massena, & Perquilhas, 2015, p. 644)—salvo quando o Tribunal entenda que este regime é contrário ao interesse da criança⁷ (pontos 1 e 2 do art.º 1906.º do Código Civil, Lei n. 43/2017, de 14/06). Já o exercício das responsabilidades parentais relativas a atos de vida corrente do filho—ou “atos de vida quotidiana” (Guerra et al., 2015, p. 644)—ficará a cargo da figura parental com quem reside habitualmente ou com quem se encontre temporariamente mas, em respeito do mesmo, a liberdade de decisão da figura parental não residente deve atender às orientações educativas definidas pela outra (ponto 3 do art.º 1906.º do Código Civil, Lei n. 43/2017, de 14/06). A igualdade entre as figuras parentais é, aliás, um requisito essencial no entendimento atual do interesse superior da criança em matéria de regulação do exercício das responsabilidades parentais (e adoção, entre outras decisões que lhe digam respeito), tal como se encontra consagrado no art.º 3 da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, s. d.).

⁷ Nomeadamente em situações de violência doméstica, gravidez que resulta de uma violação, elevada conflitualidade entre os adultos que compromete o desenvolvimento da criança, recusa reiterada/protelamento da entrega da criança à figura parental com quem ela reside habitualmente, desinteresse pela criança, afastamento geográfico com contactos raros com a criança e ausência em parte incerta (Gomes et al., 2010, como citado em Fialho, 2013).

A jurisprudência tem permitido a definição de critérios para a determinação do interesse superior da criança. Guerra et al. (2015) enunciam como alguns desses critérios: a capacidade de cuidar e responder às necessidades físicas, emocionais e psicológicas da criança; a natureza e estabilidade da relação da criança com cada uma das figuras parentais, com os eventuais novos companheiros e com os irmãos e outros familiares próximos; a consideração da opinião e preferência da criança; a existência de comportamentos violentos por parte das figuras parentais que afetem a segurança da criança; a capacidade de cooperar nas questões que afetem a criança e de promover o contacto desta com ambas as figuras parentais. Nesse sentido, é definido que a fixação da residência dos filhos deverá salvaguardar a possibilidade de serem promovidas e mantidas relações habituais e de grande proximidade com ambas as figuras parentais (ponto 5 do art.º 1906.º do Código Civil, Lei n. 43/2017, de 14/06). Em suma, em cumprimento da satisfação do interesse da criança (Oliveira, 2016), a eventualidade de separação/divórcio do casal não pode traduzir-se na perda da relação parental.

A intervenção judicial é subsidiária relativamente ao acordo das figuras parentais (Fialho, 2013). Se houver acordo, firmado, por exemplo, na Conservatória do Registo Civil, a regulação do exercício das responsabilidades parentais só terá que ser requerida ao Tribunal em processo destinado à sua homologação, mediante parecer favorável do Ministério Público (cf. Lei n. 5/2017, de 2/03). Nos casos em que (a) não se verifique acordo entre as figuras parentais, (b) não são aceites eventuais ajustamentos pedidos pelo Ministério Público ou (c) o divórcio foi requerido ao Tribunal ou não conta com o consentimento de um dos cônjuges, para além das alegações pelas partes e audição de testemunhas, o juiz pode remeter as figuras parentais para mediação ou audição técnica especializada (que inclui a avaliação diagnóstica das competências parentais) (art.º 38.º, Lei n. 141/2015, de 8/09). Terminada a recolha de informação, o Ministério Público apresenta as alegações finais, assim como os advogados constituídos, e o juiz proclama a sentença (art.º 40.º, Lei n. 141/2015, de 8/09), onde fica definida a residência dos filhos menores, o regime de convívio com a figura parental não residente—exceto nas situações em que o interesse superior da criança o desaconselha—e a obrigação de alimentos por parte da figura parental não residente (Guerra et al., 2015). Acrescente-se que estas disposições se aplicam igualmente nas situações de alteração do regime de regulação do exercício das responsabilidades parentais

Também neste processo poderá estar subjacente o encontro entre a família e os técnicos da área psicossocial que fazem a assessoria aos Tribunais (e.g., na audição técnica especializada), para além dos profissionais da área jurídica. Acresce que, antes do início do processo de divórcio, a Conservatória do Registo Civil ou o Tribunal, conforme os casos,

devem informar os requerentes sobre a existência dos serviços de mediação familiar, onde, mais uma vez se coloca a questão do envolvimento dos profissionais das áreas psicossociais.

Tendo presente que estes processos se poderão complexificar quando as famílias se encontram sob o escrutínio da sociedade relativamente às competências dos pais/mães e ao desenvolvimento dos filhos, como acontece nas homoparentais, é importante compreender as interações que são estabelecidas nestes contextos, e garantir que as informações que os profissionais reportem sejam exaustivas e pertinentes para o caso em questão e sustentadas na evidência científica, em vez de baseadas em julgamentos de ordem pessoal ou moral. Em última análise, o objetivo será, de facto, salvaguardar o interesse superior da criança nas decisões que interferem com a sua vida e com a daqueles que lhe são significativos (Haney-Caron & Heilbrun, 2014).

Os resultados de estudos já realizados internacionalmente fundamentam essa necessidade de reflexão. Brooks e S. Goldberg (2001) realizaram sessões de grupos focais com 11 lésbicas e gays candidatos a adoção/adotantes onde foram identificados como obstáculos no contacto com os serviços de adoção, as crenças negativas em relação à homoparentalidade, as atitudes heterossexistas e a falta de políticas formais/práticas para o trabalho com minorias sexuais por parte dos profissionais. Nos casos em que o acesso à parentalidade se deu no contexto de um casamento heterossexual anterior ao *coming out* e divórcio, por exemplo, Lynch e Murray (2000) num estudo em que entrevistaram 23 casais (família reconstituídas), seis masculinos e 17 femininos, constataram, entre outros aspetos, o receio dos participantes de perderem a custódia dos filhos enquanto experiência significativa de vulnerabilidade social e legal. Em Espanha, González, López, e Serantes (2010) realizaram um estudo com 36 famílias, 28 de lésbicas e oito de gays, com filhos adotados, concebidos através de técnicas de PMA ou nascidos em relações heterossexuais anteriores, tendo como objetivo compreender as suas perceções relativamente às mudanças legais que, entretanto, tinham ocorrido no país e que permitiram o casamento entre pessoas no mesmo sexo. Não obstante terem sido reportadas mudanças significativas como a maior visibilidade social destas famílias, os participantes, com base nas suas experiências, reconheceram a necessidade de acontecerem mudanças também a outros níveis, nomeadamente na atuação e formação dos profissionais.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

A investigação agora apresentada centra-se na exploração e interpretação de significados e construções de sentido das ações individuais e interações sociais, ou seja, na compreensão de significados e construções de sentido social e experiencialmente localizados, com vista a construir uma leitura compreensiva do fenómeno em estudo a partir dos dados empíricos emergentes. Deste modo, enquadra-se no paradigma construtivista (Guba & Lincoln, 2004; Lincoln, Lynham, & Guba, 2011). De acordo com Guba e Lincoln (2004), do ponto de vista ontológico, o paradigma construtivista adota uma posição relativista da realidade(s), a qual existe(m) sob a forma de múltiplas construções mentais social e experiencialmente situadas, e inspira-se numa epistemologia subjetivista, que reconhece o investigador como co-construtor do conhecimento.

Tendo presente o estado de arte da investigação neste domínio, o estudo foi orientado pelas seguintes questões: *qual/quais a/s realidade/s das famílias homoparentais em Portugal? Quais as perspetivas de lésbicas e gays em relação aos projetos e vivências da (homo)parentalidade? Quais as perspetivas de profissionais que trabalham com famílias, relativamente à homoparentalidade?*

Tendo por base estas questões, e com vista a alcançar uma compreensão abrangente do objeto de estudo, foi adotada uma abordagem *multi-informadores* (jovens adultos sem filhos; pais/mães; profissionais), *multi-etapas* (jovens adultos sem filhos; pais/mães) e *multidisciplinar* (profissionais de áreas psicossociais e jurídicas). Assim, e com base no enquadramento teórico anteriormente apresentado, o desenho da investigação (Yin, 2011) compreende uma recolha de informação que procurou abranger o *micro e mesossistema* (perceções de jovens adultos sem filhos em torno do eventual projeto de parentalidade e vivências de pais/mães), mas também o *exo* e o *macrossistema* (representações sociais de profissionais de áreas psicossociais e jurídicas e perceções dos participantes relativamente ao contexto social mais alargado, incluindo os referenciais sobre homossexualidade e parentalidade).

De acordo com Rosa e Tudge (2013), uma das implicações do modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1977) para o domínio da investigação é haver a noção de que os contextos ecológicos são constituídos num campo fenomenológico que orienta a pessoa em desenvolvimento nas suas ações e interações, razão pela qual é importante considerar o meio tal como é percebido/construído mentalmente pelos indivíduos. Também a

perspetiva sistémica vai ao encontro desta leitura ao propor que a realidade corresponde a um conjunto de significados que são construídos pelo(s) indivíduo(s), num determinado espaço e tempo, em interação consigo e com os (significados dos) outros (Alarcão, 2006).

Seguindo a tendência que se tem vindo a afirmar neste domínio de investigação, tal como discutido anteriormente, foi privilegiada a análise das singularidades nas perceções e vivências dos participantes (jovens adultos e pais/mães) em detrimento de uma abordagem comparativa com os pares heterossexuais. Apesar de também terem sido recolhidos dados com jovens adultos e mães/pais heterossexuais (com características sociodemográficas semelhantes às dos jovens adultos sem filhos e aos pais/mães gays e lésbicas), a sua análise acabou por não ser integrada neste estudo. Ao longo da concretização do projeto de investigação, e tendo em conta a evolução social traduzida pelas alterações legislativas, mas também o foco que tem vindo a ser valorizado neste domínio de estudo, foi enfatizada a análise dos desafios destas famílias em Portugal, como é o caso das vivências associadas ao estigma e preconceito (Clarke, 2002; Gato, 2016), as quais poderiam vir a ficar diluídas numa abordagem de natureza comparativa.

Posto isto, a par da revisão da literatura, internacional e nacional, que teve como objetivo a sistematização de contributos teóricos e científicos relevantes para a compreensão das famílias homoparentais, complementada por uma análise crítica das disposições jurídicas portuguesas nesta matéria, esta investigação compreendeu **três momentos de recolha e análise de dados** com diferentes subgrupos de participantes ($N = 34$):

- i. realização de cinco sessões de grupos focais com **profissionais da área psicossocial e jurídica** ($n = 19$), designadamente dois grupos diferentes de psicólogos ($n = 4$ por grupo), um grupo de assistentes sociais ($n = 4$), um de juristas/advogados ($n = 4$) e um grupo de magistrados ($n = 3$), com o objetivo de identificar as representações sociais destes profissionais relativamente ao exercício da parentalidade por lésbicas e gays;
- ii. realização de entrevistas individuais a **jovens adultos sem filhos** ($n = 7$), quatro do sexo masculino e três do sexo feminino, que se autoidentificaram como lésbicas ($n = 2$), gays ($n = 4$) e bissexuais ($n = 1$), com o objetivo de identificar as suas perceções em torno de um eventual projeto de homoparentalidade;
- iii. realização de entrevistas individuais a oito pessoas que se autoidentificaram como **pais/mães**, lésbicas ($n = 7$) e gay ($n = 1$), com o objetivo de identificar as suas perceções relativamente aos desafios e condições da homoparentalidade.

Os profissionais foram selecionados de modo intencional nas redes de contactos da investigadora e orientadores, segundo o método *purposive sampling* (Wilkinson, 2008; Yin, 2011). A formação académica em áreas de atuação profissional com responsabilidades no domínio da parentalidade (psicossociais—psicólogos e assistentes sociais; e jurídicas—advogados/juristas e magistrados), preferencialmente com experiência no trabalho com famílias, foram os critérios usados para a inclusão no estudo. A constituição deste subgrupo de participantes também teve subjacente o critério de saturação dos dados (Lincoln & Guba, 1985) que se procurou consubstanciar através da recolha de perspetivas de profissionais de diferentes áreas que integram o contexto forense.

O processo de amostragem está dependente das restrições sob as quais se possa estar a investigar, consideração que faz todo o sentido no estudo de populações de acesso mais difícil, ou que se salvaguardem da sua identificação como forma de evitar a discriminação, como pode ser o caso das pessoas homossexuais, não obstante a evolução social já ocorrida neste âmbito (A. E. Goldberg, 2010). Assim sendo, os outros dois subgrupos de participantes foram constituídos com base nos métodos *purposive sampling* e *snowball* (W. L. Miller & Crabtree, 2004; Smith & Osborn, 2008; Yin, 2011). Foram estabelecidos contactos iniciais (e periódicos), através de e-mail e presencialmente (em alguns casos), com grupos/associações representativos dos direitos LGBT em Portugal, como a Opus Gay, Associação ILGA-Portugal (e Famílias Arco-Íris, Porto Arco-Íris), Clube Safo, LES, AMPLOS, Rede Ex-Aequo, A CASA, Panteras Rosa e Não te Prives. Esses contactos tinham como intuito apresentar o projeto de investigação e solicitar a colaboração para a divulgação do estudo o que resultou no acesso a quatro participantes (dois de cada subgrupo) que se voluntariaram para participar, tomando a iniciativa de contactar diretamente a investigadora. Os restantes participantes dos dois subgrupos foram contactados mediante indicação de alguns dos participantes anteriores ($n = 8$) e por intermédio da rede de contactos da investigadora, que viabilizou o acesso a pessoas que se disponibilizaram para participar nas entrevistas após tomarem conhecimento do estudo ($n = 3$). A inclusão dos participantes em função da orientação sexual assentou no critério da autoidentificação. Este procedimento foi já adotado noutros estudos realizados em Portugal, como é o caso do trabalho de Carneiro (2009) que tinha como objetivo analisar o processo de desenvolvimento psicológico das identidades homossexuais numa amostra de 400 sujeitos autodefinidos como lésbicas e gays.

Após o estabelecimento do primeiro contacto, independentemente da via de acesso e subgrupo, foram fornecidas informações e esclarecidas dúvidas acerca do estudo, através de telefone/e-mail/presencialmente, e prosseguiu-se com o agendamento das mesmas, atendendo

à conveniência dos participantes. No caso das sessões de grupos focais foi ajustado com os participantes um local acessível e confortável; nas entrevistas individuais, a investigadora deslocou-se aos locais escolhidos pelos participantes (residência, local de trabalho ou lugares públicos, em diferentes pontos do país).

No que se refere à **recolha dos dados**, no caso dos profissionais a opção recaiu nos grupos focais, um método que pressupõe o envolvimento de um pequeno grupo de pessoas que partilham experiências ou pontos de vista numa discussão focalizada num tópico específico (Morgan, 2004; Wilkinson, 2008). As perspetivas dos participantes constituem o alvo da atenção do investigador que, desta forma, poderá explorar as especificidades das suas opiniões e experiências (Hughes & DuMont, 1993). Comparando com as entrevistas individuais, os grupos de discussão são mais naturalistas, aproximando-se de uma conversa onde os participantes negociam, debatem e discordam sobre temas-chave (Wilkinson, 2008). No momento da análise, a unidade a considerar é o grupo e não cada participante, já que aquilo que cada indivíduo diz não é independente da dinâmica gerada pelo grupo (Hughes & DuMont, 1993; Yin, 2011).

A opção por este método baseou-se em dois critérios: (a) a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Teoria das Representações Sociais para o domínio da investigação, onde se procura analisar o indivíduo no contexto social e atividades de comunicação, e as representações, simultaneamente, enquanto produto e processo de uma atividade cognitiva através da qual os indivíduos constroem o real, atribuindo-lhe os significados que poderão depois guiar os comportamentos (Moscovici, 1961, 1969, 1981, como citado em Vala, 1993; Wagner et al., 1999); (b) a adequação do método para a abordagem de temas sensíveis, assumindo-se que a situação de grupo poderia facilitar o envolvimento e a abertura dos participantes (Hughes & DuMont, 1993; Wilkinson, 2008; Yin, 2011). Num estudo português em que se analisaram as interpretações sobre a homossexualidade em técnicos de saúde mental, Moita (2001) fez esta mesma escolha, enfatizando que a interação e a partilha de responsabilidades possibilitadas pela situação grupal permitiriam a diluição dos efeitos da observação que, numa entrevista individual, poderiam conduzir a uma maior racionalização das respostas por parte dos profissionais.

As sessões foram conduzidas a partir de um guião de entrevista semiestruturado, construído para este estudo com base nos contributos do modelo ecológico de Bronfenbrenner (1977; A. E. Golberg, 2010) e do modelo dos determinantes da parentalidade de Belsky (1984, 2008; A. E. Goldberg, 2010), integrando uma caracterização sociodemográfica e os seguintes

tópicos de discussão: opinião profissional acerca da influência da orientação sexual dos pais/mães no exercício da parentalidade e no desenvolvimento dos filhos; fundamentos usados nas opiniões; análise das condicionantes externas e de características internas das famílias homoparentais (ver guião e modelo de consentimento informado no Apêndice A).

Em linha com a natureza e objetivos do estudo, no caso dos restantes participantes recorreu-se à entrevista individual com base num guião de entrevista semiestruturado. Esta opção teve em conta as vantagens reconhecidas a esta metodologia, nomeadamente a possibilidade de estabelecimento de relação e uma maior flexibilidade na cobertura de assuntos ao permitir a abordagem de temáticas introduzidas pelos participantes, dando-lhes voz enquanto “especialistas” enriquecendo, desta forma, a recolha de dados (Smith, 2011; Smith & Osborn, 2008; Yin, 2011).

Os guiões de entrevista foram construídos para este estudo com base na literatura teórica (W. L. Miller & Crabtree, 2004) sobre família e parentalidade, nomeadamente o modelo ecológico de Bronfenbrenner (1977; A. E. Golberg, 2010), o modelo dos determinantes da parentalidade de Belsky (1984, 2008; A. E. Goldberg, 2010) e a perspetiva sistémica do ciclo vital da família (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995; A. E. Goldberg, 2010; Relvas, 1996). Para além dos dados de caracterização sociodemográfica, integraram questões que visavam a exploração das perceções dos participantes sem filhos relativamente à parentalidade de um modo geral e às expectativas e projetos de parentalidade; e, no caso dos participantes com filhos, a exploração das vivências da (homo)parentalidade, designadamente a transição para a parentalidade e os recursos/condições facilitadoras e desafios/obstáculos percebidos tanto a nível interno como externo (ver guiões e modelos de consentimento informado nos Apêndices B e C). A sequência das questões atendeu ao critério de começar por perguntas mais gerais, deixando os tópicos eventualmente mais sensíveis para fases mais avançadas da entrevista, quando os participantes estivessem mais envolvidos na situação (Smith & Osborn, 2008).

Quanto à condução das entrevistas, no caso das sessões de grupos focais foram adotados os procedimentos específicos necessários. O espaço destinado à realização da sessão foi previamente preparado pela investigadora, tendo sido privilegiada a disposição em círculo/semicírculo, consoante as condições físicas disponíveis. Foram distribuídas águas nos lugares destinados aos participantes. No início de cada sessão, foram feitas as apresentações dos participantes e investigadora. Após a reunião no local destinado à sessão, foi sublinhada a importância da mesma decorrer num ambiente de respeito pelas intervenções de cada participante. Na moderação das sessões, a investigadora, mantendo uma postura neutra, para

além de lançar/recentrar a discussão nos tópicos do guião, procurou criar/manter um ambiente propício à participação de todos, encorajando a dos menos envolvidos e direcionando a dos mais interventivos. Na linha do que foi identificado por Hughes e DuMont (1993) e Wilkinson (2008), os principais desafios sentidos na realização dos grupos focais foram sentidos ao nível do recrutamento e reunião dos participantes, na moderação das sessões e, depois, na morosidade dos processos de transcrição e análise dos dados.

Já nas entrevistas individuais, num primeiro momento e após as apresentações presenciais, foi dado espaço para um discurso aberto sobre o estudo e outros aspetos trazidos pelos participantes, como forma de estabelecer relação. Ao longo da entrevista foi mantida pela investigadora uma atitude interessada, empática e de não julgamento (W. L. Miller & Crabtree, 2004). No final, para além de uma síntese e agradecimentos, seguiu-se, muitas vezes, uma conversa informal acerca da forma como tinha corrido a entrevista na perspetiva dos participantes que, por várias vezes, referiram que a mesma tinha servido para organizar ideias e pensar algumas questões pela primeira vez.

A **análise dos dados** assentou nas transcrições integrais das sessões de grupos focais, tal como indicado por Wilkinson (2008), e foi realizada de acordo com os procedimentos previstos na Análise de Conteúdo,

um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens.... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (Bardin, 2015, p. 40)

Em conformidade com os procedimentos propostos por Bardin (2015) a análise foi desenvolvida ao longo de três momentos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

No início da análise, com base nos tópicos do guião usado nas sessões e nas primeiras impressões formadas aquando das transcrições (feitas pela investigadora), foi elaborado um esboço preliminar do sistema de categorias. Esse esboço possibilitou uma primeira orientação para a leitura e segmentação do material, tendo sido definido como unidade de registo o tema, e como unidade de contexto a totalidade do discurso produzido em cada sessão, sendo codificadas todas as ocorrências (unidade de enumeração). De acordo com Bardin (2015, p.

131) é recomendável a utilização do tema como unidade de registo quando o objetivo, como é o caso deste estudo, é “estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências” e quando os dados são recolhidos através de entrevistas semiestruturadas.

Após a definição destas diretrizes, a análise continuou com a leitura das transcrições e com a codificação dos recortes em função do seu sentido. Ao longo da análise foi mantida uma atitude de flexibilidade e abertura face a necessários acrescentos e alterações ao esquema inicialmente esboçado, voltando-se às sessões anteriores sempre que se justificou. Foram realizados vários ensaios e levado a cabo um processo de comparação sistemática das unidades de registo dentro de cada sessão (diferenciação vertical) e entre sessões (comparação horizontal), o que permitiu um progressivo apuramento, organização e refinamento da denominação das categorias e subcategorias e, no final, dos temas gerais. Este processo foi realizado com auxílio do software NVivo (Version 8; QSR International, 2008), ferramenta que se revelou de grande utilidade na organização, manuseamento e posterior apresentação da informação. Foram atendidas as regras da exaustividade (análise da totalidade das entrevistas, ainda que algumas partes não tenham sido codificadas, atendendo à não relevância do conteúdo para o estudo), pertinência (procurou-se que o sistema de categorias refletisse o objetivo do estudo) e objetividade/fidelidade (Bardin, 2015). Assim, antes da categorização definitiva, com vista à validação da análise, foram realizados debates da codificação (Yardley, 2008) com os orientadores da tese. A regra da exclusividade não se aplicou na íntegra, pelo facto de em alguns excertos os temas surgirem sobrepostos, implicando a codificação em diferentes (sub)categorias.

Seguiu-se a fase da inferência e interpretação, onde se recorreu a indicadores quantitativos, com o propósito de realizar uma análise exploratória de tendências na distribuição das categorias e subcategorias tanto na totalidade das sessões como entre os diferentes grupos de profissionais, e a indicadores qualitativos, com a apresentação dos temas gerais, categorias e subcategorias ilustrados com excertos dos discursos dos participantes como forma de sustentar as interpretações realizadas.

Nas entrevistas individuais, e em conformidade com a natureza e os objetivos do estudo, adotou-se a abordagem prevista pela Análise Interpretativa Fenomenológica que tem como propósito a exploração detalhada do modo como os participantes constroem um sentido para o seu mundo pessoal e social, focando os significados que atribuem às suas experiências e aos acontecimentos vividos (Smith, 1996; Smith, 2011; Smith & Osborn, 2008). Este método parte do pressuposto de que existe uma ligação entre o que a pessoa, enquanto ser cognitivo, linguístico, afetivo e físico, diz e o seu pensamento e estado emocional, mas sem negligenciar

as fragilidades inerentes a essa ligação. Nesse sentido, o trabalho do investigador terá que passar necessariamente por uma interpretação do que é narrado (Smith, 1996). O processo de pesquisa é, assim, encarado de modo dinâmico, sendo reconhecido um papel ativo ao investigador que, nessa medida, se encontra envolvido num processo de interpretação com dois níveis ou dupla hermenêutica (Coutinho, 2011; Guba & Lincoln, 2004; Smith, 2011; Smith & Osborn, 2008): os participantes estão a tentar construir um sentido para o seu mundo e o investigador está a tentar construir um sentido para essa construção. Trata-se também de uma abordagem fenomenológica (Smith, 1996; Smith, 2011; Smith & Osborn, 2008), na medida em que incide numa análise das experiências pessoais, partindo das perceções dos indivíduos na primeira pessoa, procurando conhecer os significados psicológicos que constituem o fenómeno, investigando e analisando exemplos vividos no contexto de vida dos participantes sem a presunção de ideias preconcebidas. Além disso, recolhe também influências do interacionismo simbólico (Smith, 1996; Smith & Osborn, 2008) ao preocupar-se com a forma como os participantes constroem os significados num mundo que é, ao mesmo tempo, social e individual. O trabalho de George Herbert Mead (1863-1931) é uma referência a este nível (Ashworth, 2008). Para Mead, o self e os processos mentais emergem num contexto social, pelo que os conteúdos do pensamento e do sentido de si têm de ser compreendidos à luz dos significados que estão disponíveis na cultura na qual a pessoa se encontra integrada.

A análise das entrevistas individuais foi feita separadamente para os dados recolhidos com os participantes sem filhos e com os pais/mães. Nos Capítulos III e IV serão especificadas algumas particularidades a este nível. Não obstante, e de um modo geral, após a transcrição integral das entrevistas (pela investigadora), e de acordo com os procedimentos sugeridos por Smith e Osborn (2008), foi realizada nova escuta da gravação e foram efetuadas leituras repetidas da transcrição do primeiro caso, em simultâneo com o registo, na margem esquerda da folha, de anotações relativas ao conteúdo e a primeiras interpretações. Na fase seguinte, essas notas foram transformadas em temas emergentes, com um nível maior de abstração (registados na margem direita da folha), num confronto permanente com a transcrição. Este processo culminou na elaboração de uma lista cronológica dos temas, que foi depois convertida numa tabela de temas agrupados de acordo com semelhanças conceptuais e numa hierarquização de temas principais e subtemas, mantendo-se o paralelo permanente com as falas do participante. Este processo foi repetido para cada caso (ver as respetivas tabelas, com os temas e subtemas individuais, nos Apêndices D e E). No final, foram (re)analisados e sistematizados todos os temas, os principais e os subtemas, num processo iterativo, atendendo a idiosincrasias e a convergências entre participantes/casos.

O paralelo com as narrativas dos participantes visou a preservação das experiências contadas na primeira pessoa, fundamental nesta abordagem de natureza idiográfica, assim como a possibilidade de aferição da pertinência das interpretações pelo leitor (Finlay, 2014; Smith, 2004; Smith & Osborn, 2008). Complementarmente, os orientadores da tese efetuaram a revisão dos temas finais e do modo como se encontram fundamentados nos dados (Yardley, 2008).

Tendo presente a implicação que a Análise Interpretativa Fenomenológica reconhece ao investigador, o processo de análise envolveu a atenção a ideias preconcebidas, tanto aquelas que resultam de teorias e conceções provenientes de fontes externas, como os julgamentos e opiniões pessoais, no sentido de deixar os fenómenos falar por si, mantendo a abertura a novas construções de sentido (*bracketing*) (Finlay, 2014). Partindo deste princípio, procedeu-se à análise das entrevistas antes de uma revisão mais aprofundada da literatura científica da área no sentido de não limitar os significados encontrados aos de outros estudos anteriormente descritos.

Nota autorreflexiva

O reconhecimento da implicação do investigador no processo de pesquisa enquanto (também ele) construtor de conhecimento sobre o mundo que o rodeia (e está a estudar) é intrínseco à epistemologia subjetivista na qual se inspira o paradigma construtivista (Coutinho, 2011; Guba & Lincoln, 2004; Lincoln et al., 2011). Atendendo à incontornável postura autorreflexiva (Yardley, 2008; Yin, 2011) que decorre desse princípio, importa revelar outros aspetos que envolveram a emergência e o desenvolvimento do trabalho que integra esta tese, tendo em conta as considerações que são tecidas por Anfara e Mertz (2006) a este propósito.

As lentes da investigadora, mulher, heterossexual e sem filhos, têm como pontos de ancoragem não apenas o mapa teórico de referência, mas também outras circunstâncias que começam logo na seleção do tema: para além das insuficiências verificadas no estado de arte da investigação em Portugal, o interesse foi despertado numa altura em que, num determinado contexto de formação, me confrontei com o desconhecimento (também o meu) sobre a realidade das famílias homoparentais. De facto, o tema nunca me tinha surgido antes, nem na rede de contactos pessoais, nem no contexto da formação académica, nem na prática profissional como psicóloga. Acresce que o debate político e social era (e permanece) uma realidade, suscitado pelas sucessivas propostas de lei que visavam o reconhecimento institucional destas famílias, que já existiam, em Portugal. Tudo isto fez despertar a “vontade-

necessidade” de *dar voz aos protagonistas/construtores* destas histórias. Importa sublinhar que nas primeiras incursões pela literatura científica da área fui remetida para a conceção da *não diferença* destas famílias quando comparadas com as heterossexuais (Clarke, 2002).

Para além disto, releva a atividade profissional como docente em cursos superiores da área social e da educação: o envolvimento na formação de pessoas que vão trabalhar com pessoas, sobretudo no caso das profissões de ajuda ao outro, interpela, inevitavelmente, a uma reflexão aturada sobre quais as competências a promover e que, certamente, não se esgotam no conhecimento científico e nas aptidões técnicas. As atitudes do profissional, o respeito pelas pessoas, na sua individualidade e diversidade, e a reflexão em torno da responsabilidade que está subjacente à promoção e afirmação dos direitos humanos e bem-estar das minorias, não podem ser aspetos negligenciados nos processos de formação. Este trabalho pretende trazer também um contributo para essa reflexão. A identificação dos valores que se encontram subjacentes à implicação da investigadora está em consonância com o “lugar cativo” (Guba & Lincoln, 2004, p. 33) que lhes é reconhecido no contexto do paradigma construtivista, particularmente quando o objeto de estudo se centra na compreensão das realidades de quem poderá ter mais dificuldades em fazer ouvir a sua voz.

Para encerrar esta secção relativa ao enquadramento metodológico, importa salientar que, pela sua natureza particularista (Yin, 2011) e idiográfica (Smith & Osborn, 2008), torna-se difícil a generalização dos resultados para outras situações além daquelas que dizem respeito a este estudo. Não será esse o propósito deste trabalho de investigação. Não obstante, a expectativa é que as conclusões possam ser úteis noutros contextos semelhantes aos retratados pelos participantes e que possam ser encontradas relações com outras experiências pessoais e profissionais, assim como com outros estudos, na linha da generalização teórica (vs. empírica/estatística) (Smith & Osborn, 2008; Yardley, 2008).

QUESTÕES ÉTICAS

Na investigação de temas socialmente sensíveis, como o que constitui o objeto deste estudo, existe uma responsabilidade cívica e ética acrescida que implica a ponderação cuidada dos potenciais impactos nos participantes. Esta reflexão deve estar presente em todos os momentos do processo de investigação. A este propósito importa invocar a perspetiva feminista segundo a qual a investigação qualitativa na área da Psicologia deve reconhecer a centralidade

do *poder* que está inerente ao processo de pesquisa, devendo procurar-se equilibrá-lo na relação investigador-participantes (Ashworth, 2008; Preissle, 2006; Ryan-Flood, 2009). Os participantes devem poder ter, como o termo indica, um papel ativo e devem poder posicionar-se em relação ao estudo retirando daí alguma utilidade para as suas vidas.

Ao longo do estudo foram observados os aspetos de natureza ética preconizados pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (2016, 2017), pela *American Psychological Association* (2017) e pela Declaração de Helsínquia (World Medical Association, 2013) para o domínio da investigação. Reconhecendo-se o potencial de tensão existente entre as experiências de vulnerabilidade resultantes de um contexto social ainda não totalmente aceitante e dar a conhecer a realidade de famílias homoparentais em Portugal, foi tido em atenção o cuidado de não gerar falsas expectativas nos participantes (Ryan-Flood, 2009). Este aspeto assume particular relevância tendo em conta que a recolha dos dados ocorreu num momento anterior às alterações legais que, mais recentemente, vieram estabelecer um reconhecimento mais alargado destas famílias no plano jurídico português. Nesse sentido, o propósito do estudo e das entrevistas foi apresentado detalhadamente aos participantes, tendo sido esclarecidas as suas dúvidas e questões, as quais passaram por aspetos relacionados com a área de especialidade da investigação, o desenho do estudo e as origens do interesse da investigadora pelo tema. A recolha de informação teve sempre como cenário a assinatura e recolha dos respetivos consentimentos informados e das autorizações para a gravação áudio das entrevistas, sob garantia do respeito pela confidencialidade da informação pessoal e do anonimato, com a proteção da informação aquando da sua divulgação. Por último, não deixa de ser importante voltar a sublinhar que, ao longo das entrevistas, designadamente as individuais, esteve sempre presente a importância de *dar voz aos participantes enquanto especialistas no assunto*, aspeto que foi acautelado logo na elaboração dos guiões utilizados, de natureza semiestruturada.

ESTRUTURA DA TESE

A presente tese está organizada em cinco capítulos. Os estudos apresentados nos Capítulos I, II, III e IV foram submetidos para publicação ou já estão publicados em revistas internacionais com arbitragem científica, motivo pelo qual seguem o formato de artigo científico.

No Capítulo I, *Homoparentalidade: Da Abordagem Científica aos Normativos Legais em Portugal*, é apresentada uma revisão de contributos teóricos e científicos relevantes para a compreensão das famílias homoparentais, complementada pela análise crítica de dissonâncias verificadas entre as disposições da Ordem Jurídica portuguesa e os princípios emergentes da investigação neste domínio adotados por associações profissionais como a *American Psychological Association* e a *American Academy of Pediatrics*. Ressalve-se que, como referido anteriormente, entre a data de publicação do artigo que o integra (Xavier, Alberto, & Mendes, 2015) e o momento presente, ocorreram importantes alterações legais a este nível.

O Capítulo II, *Same-Sex Parenting: Identification of Social Representations in a Sample of Portuguese Professionals*, tem como objetivo a identificação das representações sociais de profissionais da área psicossocial e jurídica relativamente ao exercício da parentalidade por lésbicas e gays, através da realização de 5 sessões de grupos focais ($n = 19$). Neste capítulo é apresentada a Análise de Conteúdo das informações recolhidas nas sessões realizadas com grupos homogéneos de psicólogos, assistentes sociais, juristas/advogados e magistrados, nomeadamente as perceções acerca da influência da orientação (homo)sexual na parentalidade e no desenvolvimento dos filhos, e as perceções acerca das especificidades das famílias homoparentais. Integra ainda uma reflexão sobre as implicações para a formação e práticas dos profissionais com um envolvimento potencial no contexto forense.

O Capítulo III, *Pensando a Homoparentalidade: Um Estudo Qualitativo com Jovens Adultos Portugueses sem Filhos*, corresponde ao estudo realizado com os jovens adultos sem filhos ($n = 7$), com o objetivo de identificar as suas perceções em torno de um eventual projeto de homoparentalidade. São apresentados os temas e subtemas que emergiram da Análise Interpretativa Fenomenológica, organizados em três tópicos principais: motivações sobre a parentalidade, perceções acerca da influência da orientação sexual na parentalidade e perceções em torno das condições e desafios que poderão estar associados ao projeto (desejo e intenção) de se tornar pai/mãe, designadamente na dimensão individual, relacional e social/comunitária. O facto dos resultados reportarem perceções prospetivas sobre os desafios esperados e os recursos que são antecipados para os enfrentar constitui um contributo para a reflexão sobre condições que permitam otimizar as experiências de lésbicas e de gays que pretendam ter filhos.

O Capítulo IV, *Challenges and Resources in Parenting: Perspectives from a Sample of Gays and Lesbians in Portugal*, integra o estudo realizado com gays e lésbicas com filhos ($n = 8$) com o objetivo de identificar as suas perceções relativamente aos desafios e condições da homoparentalidade. São apresentados os temas e subtemas emergentes da Análise

Interpretativa Fenomenológica, concretamente os que remetem para os desafios percebidos pelos participantes na relação da família com o meio e para a assunção de uma responsabilidade acrescida na parentalidade, com especificidades associadas à história familiar. Como nos capítulos anteriores, são discutidas implicações para as práticas dos profissionais com responsabilidades na área da intervenção com famílias.

Por último, *Discussão e considerações finais*, consiste numa síntese integrativa dos principais resultados reportados nos capítulos anteriores, com vista a alcançar uma compreensão abrangente do objeto de estudo. Compreende ainda a reflexão crítica sobre o processo de investigação e sobre os seus contributos para o contexto forense e investigações futuras.

CAPÍTULO I

HOMOPARENTALIDADE: DA ABORDAGEM CIENTÍFICA AOS NORMATIVOS LEGAIS EM PORTUGAL⁸

Resumo

A homoparentalidade é uma temática que ativa opiniões e tomadas de posição nos vários setores da sociedade que, por sua vez, podem influenciar a postura de cada profissional que trabalha na área das responsabilidades parentais. Neste artigo pretende-se analisar as convergências e dissonâncias entre as disposições da Ordem Jurídica portuguesa e os princípios emergentes da investigação científica adotados por associações como a American Psychological Association (APA) e a American Academy of Pediatrics (AAP) na área da homoparentalidade. Pretende-se, ainda, fazer uma análise crítica dos estudos reportados pela literatura, ponderando possíveis implicações para a investigação e para as práticas profissionais.

Palavras-Chave: parentalidade; homoparentalidade; normativos legais em Portugal.

⁸ Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (2015). Homoparentalidade: da abordagem científica aos normativos legais em Portugal. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 179–188. doi: 10.1590/1807- 845 03102015v27n1p179

Resumen

La homoparentalidad es un tema que activa opiniones y posiciones en los distintos sectores de la sociedad que, a su vez, pueden influir en la postura de cada profesional que trabaja en el área de las responsabilidades parentales. En este artículo pretendemos analizar las convergencias y disonancias entre las disposiciones del sistema jurídico portugués y los principios emergentes de la investigación científica, adoptados por asociaciones como la American Psychological Association (APA) y la American Academy of Pediatrics (AAP) en el dominio de la homoparentalidad. También se pretende hacer un análisis crítico de los estudios reportados en la literatura, considerando posibles implicaciones para la investigación y para las prácticas profesionales.

Palabras-clave: crianza de los hijos; homoparentalidad; normas legales en Portugal.

Abstract

Lesbian and gay parenting is a theme that activates opinions and positions in the various sectors of society which, in turn, can influence the attitude of every professional working in the area of parenting responsibilities. In this article we intend to analyze how the Portuguese laws converge/do not converge with the principles emerging from scientific research that have been adopted by associations such as the American Psychological Association (APA) and the American Academy of Pediatrics (AAP) in the area of lesbian and gay parenting. Also, we intend to make a critical analysis of the studies reported in the literature, considering possible implications for research and professional practices.

Keywords: parenting; lesbian and gay parenting; legal dispositions in Portugal.

Introdução

A homossexualidade tem suscitado investigação e reflexão crescentes, que originaram mudanças fundamentais nas posturas adotadas nos domínios científico, legal e social traduzidas nos movimentos de: (a) rutura com uma conceção patologizante, (b) descriminalização, e (c) defesa/afirmação de direitos. Todavia, subsistem os mitos e as atitudes negativas relativamente à homossexualidade. Na literatura encontram-se conceitos como heterossexismo e homofobia que retratam esta realidade social, referindo-se, na sua conceção inicial, o primeiro, a "um sistema de crenças que valoriza a heterossexualidade como superior e/ou mais "natural" do que a homossexualidade" (Morin, 1977, p. 235), e o segundo, a um "medo irracional" em relação às pessoas com orientação homossexual e a uma autoaversão por parte destas últimas (Weinberg, 1972, como citado em Hegarty & Massey, 2006, p. 51). Mas o conceito de homofobia deve ser entendido num sentido mais lato. Borrillo (2009) sugere duas distinções: a primeira, entre homofobia psicológica e homofobia social; e, a segunda, entre homofobia geral e homofobia específica. A homofobia psicológica retoma o sentido original do termo, remetendo para uma manifestação emocional de medo, aversão e repulsa da homossexualidade; já a homofobia social tem origem nas atitudes de desprezo perante o diferente/o "outro" advogando a tolerância e a não rejeição, mas sem apoiar a igualdade de direitos. A homofobia pode assumir manifestações desumanas, como o extermínio na Alemanha Nazi, mas também demonstrações menos intensas, insidiosas, nas narrativas de discriminação e sarcasmo. Enquanto forma de inferiorização, consequência de hierarquizações estabelecidas pelo heterossexismo e sexismo (discriminação em função do género), a homofobia, num sentido mais geral, pode ser entendida como "guardiã das fronteiras sexuais (hetero/homo) e de género (masculino/feminino)" (Borrillo, 2009, p. 18), abrangendo discursos que estendem as atitudes negativas a todos os comportamentos que são percebidos enquanto desvios da ordem e dos papéis clássicos de género como, por exemplo, a transsexualidade. A homofobia específica traduz a intolerância direcionada especificamente a lésbicas e *gays*. Quanto ao conceito de heterossexismo, também de acordo com Borrillo (2009) estará mais centrado na interpretação das diferenças entre heterossexuais e homossexuais, manifestando-se num conjunto de discursos e práticas que, em nome do reconhecimento da diversidade, problematizam as especificidades homossexuais, acabando, todavia, por reforçar a segregação em função da orientação sexual. Importa referir o conceito de homofobia internalizada que traduz o "direccionamento das atitudes sociais negativas para o *self* da pessoa *gay*, levando à desvalorização desse *self* e resultantes conflitos internos e uma auto-imagem empobrecida"

(Meyer & Dean, 1998, como citados em Pereira & Leal, 2002, p. 107). O heterossexismo e a homofobia representam uma ameaça significativa para o bem-estar psicológico das pessoas com orientação homossexual (Carneiro & Menezes, 2007), podendo dificultar o seu acesso a projetos e funções fundamentais da vida adulta, nomeadamente, a parentalidade.

O termo homoparentalidade (em francês *homoparentalité* e *lesbian/gay parenting* em inglês) surgiu em França para designar um agregado familiar constituído por um subsistema parental formado por uma pessoa ou um casal que assumiu uma orientação homossexual, e um ou vários filhos de, pelo menos, um desses adultos (Leroy-Forgeot, 1999, como citado em Zaouche-Gaudron & Vecho, 2005). O seu uso tem sido criticado por enfatizar a associação entre a orientação sexual dos pais/mães e o cuidado dos filhos, a mesma que os estudos comparativos sobre a homoparentalidade pretendem desconstruir⁹ ao reconhecerem a capacidade de cuidar e a qualidade da relação parento-filial como os determinantes de uma boa parentalidade, e não a orientação hetero ou homossexual dos pais/mães (Zambrano, 2006). Todavia, a sua utilização é também estratégica e necessária na medida em que coloca em evidência uma realidade social atual, possibilitando o seu estudo e transformação dos discursos políticos e sociais (Zambrano, 2006).

A relevância da revisão da literatura e dos estudos empíricos sobre a homoparentalidade emerge da necessidade de comparar os fundamentos teóricos e empíricos e os normativos legais nesta matéria, em Portugal. Perante a escassez de investigação neste domínio em território português (Aboim et al., 2012; Costa et al., 2012; Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010; Moz, 2011¹⁰; Oliveira, 2004; Ramalho, 2008), o presente artigo tem como objetivo fazer uma análise comparativa dos dados da investigação com as orientações de associações reconhecidas na área da Psicologia e Pediatria e com as normas jurídicas portuguesas, no que concerne ao exercício da homoparentalidade, refletindo sobre algumas implicações de natureza científica e prática que decorrem dessa análise.

⁹ Assumindo um posicionamento crítico, Clarke (2007) refere que os estudos comparativos iniciados na década de 70/80 (séc. XX) foram importantes para esclarecer as preocupações levantadas em Tribunal nos processos de disputa da custódia dos filhos por parte de lésbicas, todavia, eles também terão contribuído para reforçar a perspetiva heteronormativa de família.

¹⁰ Moz, M. (2011, outubro). Participação no Painele 1: Crianças no plural. Comunicação apresentada na Conferência Internacional Famílias no Plural: alargar o conceito, largar o preconceito, organizada pela Associação ILGA Portugal e pelo CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Lisboa.

(Homo)parentalidade

Apesar da temática da homoparentalidade ter um interesse comunitário e científico que remonta aos finais da década de 60 e início da década de 70 do séc. XX, na sequência do movimento de liberalização *gay*, a História mostra que é provável que sempre tenham existido famílias com pais/mães homossexuais, ainda que de forma encoberta (Tasker, 1999). Considerando que podem ser muitos aqueles que não assumem a sua homossexualidade como consequência do preconceito social que ainda prevalece e que, raramente, a questão relativa à orientação sexual é tida em conta nos censos populacionais, não se sabe com rigor quantos pais/mães têm uma orientação homossexual, nem quantas crianças vivem ou têm um contacto significativo com homossexuais (Stacey & Biblarz, 2001).

Ao assumirem-se como homossexuais, estas pessoas "desafiam" a associação estabelecida pela heteronormatividade entre família, heterossexualidade e procriação. Na ótica do construcionismo social, este facto enquadra-se num movimento de emergência de outras formas de famílias tão válidas quanto a família dita tradicional, não configurando uma "desintegração da família" como os mitos e representações sociais dominantes pretendem estabelecer (A. E. Goldberg, 2010).

O acesso de homossexuais à parentalidade decorre de várias possibilidades: (a) ser pai/mãe no contexto de relações heterossexuais anteriores à afirmação da homossexualidade; (b) resultar de uma adoção; (c) recorrer à inseminação artificial com doadores de esperma e a "barrigas de aluguer" (A. E. Goldberg, 2010). Há ainda as "relações reprodutivas" negociadas com amigos ou conhecidos, por exemplo, entre uma mulher e um homem que estabelecem um acordo de coparentalidade onde assumem a partilha de direitos e obrigações na educação de uma criança concebida através de inseminação (Dempsey, 2010).

A pesquisa com famílias de pais *gays* é menos numerosa comparativamente com a investigação desenvolvida com famílias de lésbicas (Fond, Franc, & Purper-Ouakil, 2011). Em ambas as situações verificam-se casos de crianças que nasceram no contexto de relações heterossexuais prévias e projetos de parentalidade iniciados após a afirmação da orientação homossexual (Armesto, 2002; Johnson, 2012).

Alguns dos fatores que poderão influenciar o processo de tomada de decisão de adultos com orientação homossexual de se tornarem pais/mães são: (a) a homofobia internalizada; (b) as oportunidades/entraves colocados pelas disposições legais vigentes; (c) o nível socioeconómico; (d) o desejo de ter ou não uma relação biológica com a criança e (e) as trajetórias dos pares da rede social de contactos desses adultos (A. E. Goldberg, 2010).

Constata-se, também, que a vivência de experiências interpessoais e intrapessoais, como por exemplo conhecer e relacionar-se com lésbicas/gays que são pais/mães, contactar com crianças/os filhos dos outros, experimentar um desejo crescente de se tornar pai/mãe e conhecer a/o companheira/o "certa/o", poderão constituir-se como fatores decisivos para a tomada de decisão de assumir um projeto de parentalidade (A. E. Goldberg, 2010).

Independentemente da orientação sexual, tornar-se pai/mãe configura uma transição desafiante e geradora de *stress*, já que exige ao indivíduo a amplificação do seu repertório de papéis e funções enquanto adulto, de modo a incluir o de pai/mãe, designadamente: (a) a (re)negociação com o par conjugal nas questões ligadas à realização das tarefas domésticas e no cuidado das crianças; (b) o ajuste no emprego e suporte da rede social; e (c) lidar com o aumento do cansaço e das preocupações com as finanças familiares, para além da restrição do investimento em *hobbies* e rotinas anteriores (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995).

Uma das vivências fundamentais do sistema familiar é a relação parento-filial que remete para um modelo relacional e de funcionamento que subentende o exercício, por parte dos adultos, de funções de suporte e executivas como a proteção, a educação e a integração sociocultural da geração mais nova (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995). O exercício da parentalidade vai sendo reestruturado ao longo do ciclo de vida no sentido de responder às necessidades de desenvolvimento individuais e familiares e às expectativas sociais que lhes estão associadas.

Com base numa revisão da literatura, Cruz (2005) sistematiza cinco funções das figuras parentais, nomeadamente: (a) satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e saúde das crianças; (b) estruturação de um ambiente organizado e previsível, promotor de rotinas e do desenvolvimento; (c) apresentação, mediação e tradução do mundo, no sentido de apoiar as crianças na necessidade cognitiva de compreender a realidade exterior; (d) satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança, estabelecendo relações de vinculação precoces seguras que permitam competências de adaptação na criança e, (e) satisfação da necessidade de interação social e de integração das gerações mais novas na sociedade.

Deste modo, o exercício da parentalidade constitui uma tarefa complexa, com uma importância indiscutível no desenvolvimento e ajustamento pessoal (Hoghugh, 2004), sustentando-se nos padrões de vinculação pais-filhos (Cummings & Cummings, 2002), nos estilos/práticas educativas parentais (Baumrind, 2005) e na comunicação, enquanto matriz de base das interações familiares (Alarcão, 2006) com uma função mediadora decisiva para a qualidade da relação entre figuras parentais e filhos (Portugal & Alberto, 2011).

No que diz respeito aos fatores que determinam o exercício da parentalidade, Belsky (1984, 2008) destaca a influência dos recursos pessoais e psicológicos das figuras parentais, das características das crianças e das fontes de *stress*/suporte do meio. Relativamente aos recursos pessoais e psicológicos das figuras parentais, o autor referencia a relação de interdependência entre maturidade e bem-estar psicológico e um exercício da parentalidade promotor do desenvolvimento das crianças. No que se refere às características das crianças, Belsky (1984, 2008) enfatiza o temperamento dos filhos que suscita determinado padrão de comportamento das figuras parentais, remetendo para a importância do melhor ajustamento - *goodness-of-fit* - entre ambos (Lerner & Lerner, 1987). Por último, é salientado o contributo do contexto onde decorrem as interações parento-filiais, considerando-se três fontes de suporte/*stress* suscetíveis de proteger ou ameaçar o funcionamento parental, designadamente: (a) a qualidade da relação conjugal, (b) a disponibilidade e o suporte de uma rede social de apoio e (c) as vivências associadas à atividade laboral dos pais.

Na abordagem à homoparentalidade emergem questões relacionadas com dois fatores referidos por Belsky (1984, 2008), nomeadamente, os recursos pessoais e psicológicos dos pais (e a forma como exercem a parentalidade) e as fontes de *stress*/suporte do meio, onde podem ser incluídas as atitudes relativamente aos indivíduos com orientação homossexual e respetivas famílias (Costa et al., 2012; Gato & Fontaine, 2010; Gato, Fontaine, & Carneiro, 2010). Assim, surgem especificidades e desafios adicionais que lésbicas e *gays* terão que gerir na transição para a parentalidade (A. E. Goldberg, 2010). Para além da tomada de decisão sobre o modo como se tornarão pais/mães e levar a cabo os procedimentos necessários para a concretização desse projeto, necessitam criar condições para poderem desempenhar um papel significativo na educação dos filhos e lidarem com as eventuais restrições e dificuldades resultantes de atitudes e disposições jurídicas heterossexistas (Perrin & Siegel, 2013). O estatuto particular das famílias homoparentais, em parte resultante das atitudes heterossexistas da sociedade, traduz-se num conjunto de especificidades a considerar ao longo do seu ciclo de vida (de acordo com o modelo sistémico familiar), para além das regularidades encontradas em todas as famílias.

De acordo com Bayle e Martinet (2008) verifica-se, frequentemente, uma dinâmica de coparentalidade, com ambos os elementos do casal a exercerem funções educativas e afetivas ainda que um deles possa não ter um estatuto jurídico reconhecido.

A. E. Goldberg (2010), com base numa revisão da literatura, refere que lésbicas e *gays* transformam as noções tradicionais de maternidade e paternidade, ao (co)construírem um exercício parental que agrega papéis tipicamente outorgados à "mãe" e ao "pai".

Preocupados e atentos às "possíveis dificuldades das crianças, estes casais homossexuais parecem oferecer-lhes uma diversidade de experiências que ... se constituem como um importante factor protector" (Alarcão, 2006, p. 232) e que poderão ser viabilizadas pela existência de ligações afetivas e sociais múltiplas à família mas, também, a grupos (Bayle & Martinet, 2008; A. E. Goldberg, 2010).

Outra especificidade das famílias homoparentais prende-se com a forma como os filhos lidam com a orientação sexual dos pais/mães, devendo ser distinguidas as situações de crianças nascidas numa relação heterossexual prévia, daquelas em que o projeto de parentalidade tem início no contexto de uma relação homossexual. Neste último caso, de um modo geral as crianças não recordam quando é que tomaram conhecimento desse facto, alcançando uma noção progressiva do mesmo ao longo do tempo, variando o nível de compreensão do que significa ser homossexual ou pertencer a uma família homoparental, em função da fase de desenvolvimento (A. E. Goldberg, 2010). Quanto à postura das crianças que nasceram e cresceram no seio de uma relação heterossexual prévia à afirmação do pai/mãe como homossexual, face ao conhecimento direto (por intermédio do pai/mãe) ou indireto (e.g. observando os seus comportamentos) da orientação homossexual do(a) mesmo(a), poderão apresentar diferentes configurações. A. E. Goldberg (2010) refere que estas crianças podem manifestar respostas mais ou menos positivas, ou até ambivalentes. Uma das possibilidades é o receio do impacto que esse facto pode ter no que concerne à forma como os outros—e elas próprias—veem a sua orientação sexual, bem como no que diz respeito à reação dos pares. As crianças mais novas tendem a experimentar menos dificuldades em aceitar a orientação sexual dos pais/mães, possivelmente porque as mais velhas e os adolescentes já integraram estereótipos relativos à homossexualidade e possuem um conhecimento mais alargado do preconceito social nesta matéria, ou seja, internalizaram a homofobia. Em todos os casos, porém, a atitude dos pais/mães será decisiva. Nesse sentido, Gartrell et al. (2000), num estudo longitudinal realizado com famílias de lésbicas dos Estados Unidos da América, verificaram uma preocupação das mães em alcançar o equilíbrio entre desenvolver, nos filhos, um sentido de aceitação e orgulho na família, e ajudá-los a promover formas de lidar com o possível estigma (e.g. sensibilizando-os para a diversidade das famílias ou preparando-os para lidar com comentários homofóbicos). Estudos realizados com filhos adultos de lésbicas e *gays* vêm apoiar esta ideia. De acordo com uma revisão de A. E. Goldberg (2010) aspectos como: (a) um ambiente familiar caracterizado por uma comunicação aberta sobre a orientação sexual das(os) pais/mães e sobre a estrutura familiar; (b) a preocupação em ensinar/aprender a lidar com as atitudes heterossexistas e homofóbicas vivenciadas a nível institucional (e.g. escola), no grupo

de pares e na família alargada; e (c) a percepção de suporte por parte da rede familiar e amigos, foram mencionados pelos participantes como fatores importantes no desenvolvimento da resiliência para lidar com o eventual estigma social. Ainda de acordo com A. E. Goldberg (2010), apesar dos estudos serem escassos, indicam que os filhos adultos que cresceram numa família homoparental consideram o seu contexto familiar importante no desenvolvimento de uma maior sensibilidade para as questões do heterossexismo e da homofobia, de perspetivas mais diversas e flexíveis sobre o que é uma família e, à semelhança do que se verificou em estudos realizados com crianças e adolescentes, de atitudes mais tolerantes ao nível dos comportamentos e papéis de género e da aceitação das diferenças.

Das preocupações sociais às evidências científicas

O ajustamento de lésbicas e *gays* ao desempenho das funções parentais e as implicações para os seus filhos têm sido alvo de múltiplas reflexões. Na literatura encontra-se sistematizado um conjunto de preocupações sociais e jurídicas que são habitualmente levantadas neste âmbito, designadamente: (a) a eventual associação entre homossexualidade e perturbação psicológica; (b) o receio das mulheres lésbicas serem menos "maternais" do que as heterossexuais; (c) a eventualidade de, nos relacionamentos destes indivíduos, não haver tempo para a relação pais-filhos (American Psychological Association- APA, 2005; Falk, 1989; Long, 1996). Registam-se, ainda, os receios relacionados com a adaptação dos seus filhos no que respeita: (a) à possibilidade de virem a experimentar maiores dificuldades em termos de desenvolvimento da identidade sexual, comparativamente aos filhos de heterossexuais; (b) a um risco acrescido de desenvolverem perturbações psicológicas e de comportamento; (c) maiores dificuldades no relacionamento social devidas à estigmatização social; e (d) maior vulnerabilidade a situações de abuso sexual perpetrado pelas figuras parentais, seus companheiros ou amigos (APA, 2005; Falk, 1989; Long, 1996).

Contudo, a *American Psychological Association* (APA), a partir da análise de dados de estudos que compararam pais/mães homossexuais e heterossexuais, e crianças/adolescentes provenientes destas duas configurações familiares, constatou que tais apreensões não tinham fundamento, afirmando não existir uma base científica que permita concluir que estes pais/mães não são competentes para o exercício da parentalidade, considerando a sua orientação sexual (APA, 2005; Paige, 2005). De acordo com a APA, os resultados da investigação sugerem que os pais e mães homossexuais são tão competentes como os heterossexuais para criar ambientes familiares seguros e saudáveis para os seus filhos.

Com base na investigação e em princípios como o da não discriminação de pais e mães com orientação homossexual a APA adotou, em 2004, uma resolução favorável à homoparentalidade, no sentido de evitar a privação dos filhos destes adultos de benefícios, direitos e privilégios de que gozam os filhos de casais heterossexuais. Nesta resolução manifesta-se a oposição a qualquer forma de distinção baseada na orientação sexual em matéria de adoção, acolhimento familiar, saúde reprodutiva, regulação das responsabilidades parentais e regime de visitas (Paige, 2005).

Mais recentemente, Marks (2012) apresentou um conjunto de críticas aos estudos revistos pela APA (2005), contestando a validade destas conclusões. Essas críticas prendem-se, concretamente, às questões de natureza metodológica, nomeadamente, a utilização de amostras de conveniência, pequenas e não representativas da diversidade das famílias homoparentais e a ausência, em alguns estudos, de um grupo de comparação constituído por pais e mães heterossexuais ou, quando presente, nem sempre formado por participantes provenientes de "famílias biológicas intactas"¹¹. Perante estas fragilidades, que limitam a generalização dos resultados, Marks (2012) conclui pela necessidade de serem realizados mais estudos neste domínio. Todavia, Amato (2012) e Eggeben (2012) tecem algumas considerações à análise de Marks (2012) chamando a atenção para a dificuldade de constituir amostras grandes e representativas quando se trata de participantes difíceis de aceder, como acontece com as famílias homoparentais. Eggeben (2012) refere, ainda, a possibilidade do preconceito social poder exercer uma influência na seletividade das pessoas que se voluntariam para participar nos estudos, em função do nível escolar, grau de ligação a uma comunidade homossexual e percepção de autoeficácia enquanto pai/mãe. Apesar de considerar as limitações apontadas aos estudos desenvolvidos – muitas vezes pelos próprios autores – Amato (2012) reconhece a importância destas pesquisas, defendendo que, se o facto de crescer numa família homoparental constituísse uma desvantagem para as crianças, as dificuldades já se teriam evidenciado mesmo em estudos com amostras pequenas e de conveniência, o que não acontece.

Também na sequência da revisão de estudos realizados nesta área, a *American Academy of Pediatrics* (AAP) (Perrin & Siegel, 2013) considera que o desenvolvimento bem-sucedido das crianças e adolescentes parece ser mais influenciado pela qualidade do funcionamento e relações do sistema familiar do que pela sua configuração particular, reconhecendo a presença

¹¹ Tradução de *marriage-based intact families* (Marks, 2012, p. 735) e *intact biological family* (Regnerus, 2012, p. 757).

de estigmatização social, o heterossexismo e as circunstâncias familiares específicas como fatores de influência mais importantes no desenvolvimento dos filhos do que o género ou a orientação sexual dos pais/mães.

No que diz respeito ao desenvolvimento, adaptação e bem-estar dos filhos de homossexuais, de acordo com a APA (2005) e a AAP (Perrin & Siegel, 2013), os receios acima elencados não foram confirmados pela investigação, não se registando diferenças significativas comparativamente com os pares, filhos de pais heterossexuais. Vecho e Schneider (2005) concluíram, numa revisão sistemática de estudos realizados entre 1972 e 2003, que as crianças e adolescentes filhos de homossexuais não se encontram numa situação de maior vulnerabilidade no seu desenvolvimento, comparativamente aos das famílias de casal heterossexual. O mesmo é referido por A. E. Goldberg (2010) que, igualmente com base na investigação, conclui que estas crianças e adolescentes apresentam um desenvolvimento dentro dos padrões regulares.

Todavia, na revisão da literatura também se encontram estudos com conclusões divergentes das anteriormente apresentadas. Um desses trabalhos é da autoria de Sarantakos (1996, como citado em APA, 2005; Marks, 2012; Perrin & Siegel, 2013) que comparou os desempenhos em três grupos de crianças australianas avaliadas por professores ($N = 58$ em cada grupo). Os grupos foram constituídos em função das características das famílias de origem, designadamente, pais heterossexuais casados, pais heterossexuais em coabitação e casais homoparentais. Os resultados evidenciaram que, de um modo geral, os filhos de heterossexuais casados tinham maior probabilidade de ser melhor sucedidos em termos escolares e sociais do que os filhos de casais heterossexuais em coabitação e os filhos de casais homoparentais (Sarantakos, 1996, como citado em Marks, 2012). Para o autor, os eventuais efeitos perniciosos do divórcio e da estigmatização experienciados pelos filhos de homossexuais que constituíram a amostra poderão ter contribuído para as dificuldades encontradas (Sarantakos, 1996, como citado em Perrin & Siegel, 2013). Numa análise ao estudo de Sarantakos, a APA (2005) reitera a importância de, na interpretação dos resultados, se atender aos efeitos que o divórcio e estigmatização social exercem na adaptação das crianças e conclui que esta pesquisa não vem debilitar a evidência acumulada nesta área de investigação. Numa contra-análise às conclusões da APA, Marks (2012) destaca como aspeto mais proeminente do estudo de Sarantakos, o facto de ter sido usado um grupo de comparação composto por filhos de heterossexuais casados que permitiu verificar diferenças significativas no ajustamento das crianças relativamente aos pares provenientes de famílias homossexuais, favoráveis aos primeiros. Em resposta a Marks (2012), e à semelhança da APA, também a AAP

(Perrin & Siegel, 2013) sublinha a possível influência dos efeitos do divórcio e estigmatização social nos resultados.

Outro estudo a referir neste âmbito é o recentemente publicado *New Family Structures Study* (NFSS), de Regnerus (2012), onde foram recolhidos dados junto de uma amostra aleatória e representativa com cerca de 3000 norte-americanos, com idades compreendidas entre os 18 e os 39 anos, provenientes de diferentes composições familiares. Num estudo com recurso a um questionário disponível online, que abarcava aspetos de natureza sociodemográfica, emocional, relacional e social, Regnerus (2012) comparou os resultados dos filhos de pessoas com história de relação romântica com uma pessoa do mesmo sexo (163 do género feminino e 73 do género masculino), com os dos participantes de outras composições familiares (919 filhos de "famílias biológicas intactas"¹²; 101 adotados até aos 2 anos de idade; 116 criados com os pais biológicos até aos 18 anos, estando os mesmos separados no momento do estudo; 394 viveram com um dos pais biológicos e padrasto/madrasta antes dos 18 anos; 816 de famílias monoparentais; 406 de outras configurações/eventos familiares). Registaram-se diferenças significativas entre os filhos de pais/mães com história de relação homossexual, particularmente do género feminino, e os filhos que cresceram numa "família biológica intacta", com resultados inferiores para os primeiros em medidas relacionadas com a educação, depressão, estatuto profissional ou consumo de maconha. Este autor concluiu que os resultados não suportam a reivindicação de que não existem diferenças significativas entre indivíduos provenientes de famílias homoparentais e os pares das "famílias biológicas intactas", ainda que não tenha estabelecido uma relação de causalidade entre as dificuldades verificadas e a orientação sexual dos pais/mães, reconhecendo que os resultados poderão ser explicados, em parte, por um conjunto de desafios específicos das famílias homoparentais, tais como a falta de suporte social, o *stress* resultante da exposição ao estigma social e a frágil ou ausente proteção legal dos laços conjugais e parentais. Num comentário ao estudo de Regnerus, Amato (2012) sublinha o facto de a maioria dos participantes no NFSS, filhos de pais/mães com história de relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, terem passado pelo divórcio dos pais, cujos efeitos poderão estar na base de muitas das dificuldades encontradas, advogando ainda que o conhecimento de eventuais implicações da homoparentalidade nos filhos implica a realização de estudos com crianças já nascidas nesta configuração familiar.

¹² Tradução de *marriage-based intact families* (Marks, 2012, p. 735) e *intact biological family* (Regnerus, 2012, p. 757).

Não descurando a eventualidade destas crianças e adolescentes, à semelhança dos seus pais/mães, terem de enfrentar desafios específicos resultantes das atitudes heterossexista e homofóbica da sociedade—que parecem constituir-se como "o maior risco para estas famílias" (Alarcão, 2006, p. 232)—Telingator e Patterson (2008) consideram que não existe evidência científica que aponte, de modo inequívoco, para a ocorrência de dificuldades significativas no seu ajustamento global advindas da orientação sexual dos pais/mães. Gato e Fontaine (2011), numa revisão de estudos, identificaram disparidades nos resultados relativos às relações sociais destas crianças e jovens, com algumas pesquisas a encontrarem a existência de problemas (e.g. estigmatização por parte dos pares) e outras a registarem ausência de problemas. Face a esta divergência de resultados, os autores apontam a possível influência do clima atitudinal do contexto social onde as pesquisas foram conduzidas, hipótese que também é levantada por Eggeben (2012).

Ainda numa análise crítica aos estudos comparativos realizados neste domínio, Stacey e Biblarz (2001), ao mesmo tempo que concluem pela não existência de diferenças significativas no bem-estar psicológico, funcionamento cognitivo e adaptação social dos filhos, nos estilos parentais, níveis de investimento e qualidade da relação pais-filhos, comparativamente às famílias heterossexuais, destacam a existência de diferenças como, uma menor adesão aos papéis estereotipados de género e uma maior abertura a relacionamentos afetivos e sexuais com pessoas do mesmo sexo, verificados nos filhos de lésbicas e *gays*, diferenças essas que associam à orientação sexual dos pais/mães e cuja referência terá sido minorizada pelos investigadores. Na perspetiva destes autores, o heterossexismo poderá influenciar também os progressos nesta área de estudo, levando à adoção de uma postura defensiva por parte dos investigadores ao anteciparem que a referência a essas diferenças possa vir a ser usada em posições contrárias à homoparentalidade, quando, na verdade, elas não deverão ser interpretadas como fragilidades, devendo antes ser exploradas enquanto especificidades destas famílias. Em resposta a Stacey e Biblarz (2001), Hicks (2005), mesmo reconhecendo a importância de se considerar o contexto social onde são realizadas as investigações, assume um posicionamento crítico face a esta leitura, desfocando a origem das diferenças encontradas das características das famílias homoparentais, para os discursos dominantes organizados pela sociedade que produzem e mantêm uma hierarquização onde a família heterossexual tradicional ocupa um lugar de destaque, relegando as homoparentais ao lugar de "outras" e diferentes (melhores ou piores). De acordo com Hicks (2005), a leitura de Stacey e Biblarz (2001) em vez de criticar o heterossexismo, como pretendido, acaba por reforçá-lo.

Numa síntese desta revisão da literatura, particularmente dos dados da investigação empírica realizada neste domínio, destaca-se a relativa consistência dos resultados que apontam para o ajustamento de pais/mães homossexuais e respetivos filhos em condições adequadas ao funcionamento familiar (APA, 2005; Perrin & Siegel, 2013), mas também os limites apontados aos estudos realizados, nomeadamente no que respeita às características das amostras utilizadas - concretizando, de reduzida dimensão e tendencialmente constituídas por mulheres, caucasianas, pertencentes à classe média, assumidas na sua orientação homossexual e residentes em áreas urbanas—que condicionam a generalização das conclusões (Eggeben, 2012; A. E. Goldberg, 2010; Marks, 2012; Nogueira & Oliveira, 2010; Regnerus, 2012; Vecho & Schneider, 2005).

Normativos legais em Portugal¹³

As informações sobre a homoparentalidade recolhidas através da investigação devem ser enquadradas na realidade social o que insta a uma abordagem à luz do Direito. Assim, é fundamental complementar esta análise com uma leitura jurídica em torno da temática da homoparentalidade, no caso, no contexto português.

Nesse sentido, no que toca às formas de acesso à parentalidade, em Portugal, a lei não admite a adoção por casais do mesmo sexo (art.º 3.º, Lei n. 9/2010, de 31/05; art.º 7.º, Lei n. 7/2001, de 11/05, com as alterações previstas na Lei n. 23/2010, de 30/08), embora não se verifique uma interdição no que concerne aos casos de adoção singular (Côrte-Real, 2006). Por outro lado, está, por princípio, vedado o acesso às técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA), definidas na lei como "um método subsidiário e não alternativo de procriação" (art.º 4.º, Lei n. 32/2006, de 26/07). Quanto às situações de "maternidade de substituição", "em que a mulher se disponha a suportar uma gravidez por conta de outrem e a entregar a criança após o parto, renunciando aos poderes e deveres próprios da maternidade" (art.º 8.º, Lei n. 32/2006, de 26/07), são consideradas "negócios jurídicos" nulos. Verifica-se ainda o não reconhecimento de famílias que já existem (Ferreira, 2006; Projeto de Lei n. 278/XII).

Numa análise a este enquadramento feita com base nos princípios da dignidade da pessoa humana (art.º 1.º) e da igualdade (art.º 13.º), bem como o direito de constituir família e de contrair casamento (art.º 36.º), entre outros, consagrados na Constituição da República

¹³ O artigo foi publicado em data anterior à aprovação da Lei n. 2/2016, de 29/2 e Lei n. 17/2016, de 20/6.

Portuguesa (Lei n. 1/2005, de 12/08), emergem duas importantes questões que importa assinalar.

Em Portugal, o legislador deixou de encontrar fundamentos suficientes para restringir o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, acompanhando a evolução da sociedade (Lei n. 9/2010, de 31/05). Mas, e não obstante o princípio constitucional da igualdade, a parentalidade nos casais homossexuais, em particular por via da adoção, não goza de idênticos direitos e garantias legais. Na verdade, mantém-se o debate que confronta os interesses/direitos dos adotantes (maiores) e os direitos dos adotados (menores) assumindo-se que a solução decorrerá da prevalência que se atribuir ao interesse/direito, dos primeiros ou, ao superior interesse da criança. A resposta – ainda em aberto – é distinta consoante se entenda ou não que o superior interesse da criança também se realiza no seio de uma família homoparental. Numa segunda questão, não pode deixar de se equacionar também o superior interesse das crianças já nascidas no contexto de uma relação de casal homossexual. O não reconhecimento legal destas famílias transporta consigo a possibilidade de serem negados os laços jurídicos com um dos pais/mães, designadamente, o não biológico/não adotivo, facto que levanta importantes questões se se pensar, por exemplo, em contextos de divórcio/separação dos pais/mães ou de morte daquele que é legalmente reconhecido, atendendo ao direito da criança à continuidade da relação com a outra pessoa com quem estabeleceu laços afetivos (Perrin & Siegel, 2013; Projeto de Lei n. 278/XII).

Conclusão

Partindo da constatação do que aparenta ser uma discrepância entre os resultados da investigação e o que se encontra plasmado no ordenamento jurídico português em matéria de exercício da parentalidade por pessoas com orientação homossexual, o presente artigo procurou sistematizar contributos teóricos e científicos relevantes para a compreensão das famílias homoparentais. Nesta análise destaca-se um relativo consenso da comunidade científica quanto ao ajustamento de pais/mães homossexuais e respetivos filhos, sob condições sociais protetoras do funcionamento familiar mas, também, a reserva na generalização das conclusões dos estudos realizados, atendendo aos limites que lhes foram apontados, nomeadamente, no que respeita às características das amostras utilizadas.

Esta revisão conduz a duas conclusões fundamentais: interpelar o legislador no sentido de rever o quadro jurídico em vigor nesta matéria, tomando em consideração a evidência científica que tem vindo a ser acumulada no estrangeiro e o impacto que o não reconhecimento

legal pode produzir na vida destas famílias enquanto fator de *stress* adicional (Perrin & Siegel, 2013), bem como na garantia e salvaguarda do superior interesse da criança; desenvolver, em Portugal, mais estudos empíricos neste domínio atendendo ao estado de arte em termos nacionais e aos limites apontados aos estudos já realizados. Ainda neste âmbito, importa enfatizar a necessidade de se considerarem as especificidades geográficas no estudo e compreensão de grupos minoritários, na medida em que o contexto social envolvente, mais ou menos aberto à diversidade, poderá ter uma influência que não pode ser negligenciada (Eggeben, 2012; Fond et al., 2011; Gato & Fontaine, 2011; Nogueira & Oliveira, 2010; Perrin & Siegel, 2013).

O investimento da comunidade científica nesta área poderá traduzir-se num contributo para a reflexão acerca (a) das preocupações que ainda são levantadas em torno destas famílias, e que parecem pesar em matéria de regulamentação jurídica; (b) das práticas profissionais nas áreas psicossocial e jurídica, atendendo às responsabilidades que lhes são inerentes em matérias como, por exemplo, os processos de adoção; (c) do papel que estes técnicos devem desempenhar na otimização das condições do funcionamento familiar e de desenvolvimento das crianças, tomando em consideração os desafios específicos experimentados pelas famílias homoparentais.

CAPÍTULO II

SAME-SEX PARENTING: IDENTIFICATION OF SOCIAL REPRESENTATIONS IN A SAMPLE OF PORTUGUESE PROFESSIONALS¹⁴

Abstract

Although international scientific research and the position of professional associations reiterate that the parents' sexual orientation is not a criterion of parenting quality, the social recognition of same-sex parenting remains difficult in Portugal. Given the importance of forensic issues in this field, this study aims to identify the representations of psychologists, social workers, lawyers/attorneys, and judges regarding same-sex parenting. The study involves five homogeneous focus groups with a total of 19 professionals. Content analysis reveals reservations regarding same-sex couples' access to parenting, in particular among lawyers/attorneys. There also emerged narratives that highlight specific competencies in these families and that argue that sexual orientation does not define the quality of parenting. Social narratives are more expressive than scientific knowledge in support of professional representations. These findings have critical implications for professional practice and formation.

Keywords: Same-sex parenting; representations; psychologists; social workers; lawyers/attorneys; judges; Portugal; focus groups; content analysis

¹⁴ Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (2017). Same-Sex Parenting: Identification of Social Representations in a Sample of Portuguese Professionals. *Journal of Homosexuality*, 1–23. doi: 10.1080/00918369.2017.1400314

Introduction

Since the 1970s, there has been growing investment in research on same-sex parenting, which is essential for addressing and overcoming social concerns and discrimination in this area (Gato, 2014; A. E. Goldberg, 2010). Despite the limitations of the studies undertaken (noted by Marks, 2012), it is widely accepted by the scientific community that the development and welfare of children/adolescents are determined more by the quality of the bonds, relational dynamics, the sense of responsibility of the parents, and the social support to the family than by the parents' gender or sexual orientation (APA, 2005; OPP, 2013; Perrin & Siegel, 2013).

In terms of the results of scientific research and the current legal framework in Portugal, until recently, there was a paradoxical situation in that nonmarital partnership and same-sex marriage was allowed (Law No. 7/2001, of 11/05, and Law No. 9/2010, of 31/05, respectively), but restrictions on access to parenting were established, with the adoption and use of medically assisted procreation not being permitted (Articles 4th and 8th, Law No. 32/2006, of 26/07). However, this situation was not overlooked by the legislature, as demonstrated by the successive initiatives toward change presented to Parliament. This process culminated in the Law No. 2/2016, of 29/02, which eliminated the limitations and prohibitions on access to adoption, civil custody, and other legal family relationships by same-sex couples, and the Law No. 17/2016, of 20/06, which extended access to artificial insemination to all women, regardless of marital status and sexual orientation (Article 6).

Nevertheless, progress in the law/justice system is not always accompanied by professional practice and the attitudes of the general population. According to the European Commission (2012), 55% of Portuguese people believe that there is discrimination on the grounds of sexual orientation. Regarding parenting, 2006 data indicate that only 19% agree with adoption by same-sex couples (European Commission, 2006). More recently, in a study based on a sample from the Portuguese population, Costa et al. (2013) identified a mostly favorable attitude to same-sex parenting but, paradoxically, found that in a hypothetical adoption situation, different-sex couples would be evaluated more positively than same-sex couples.

In Portugal, research in this field is recent (Xavier et al., 2015) and has focused mainly on the attitudes of higher education students toward these families (e.g., Costa et al., 2014; Gato, 2014). Costa et al. (2014) analyzed a sample of university students and their attitudes to same-sex parenting and the rights of lesbians and gays and beliefs about the etiology of homosexuality. They concluded that most participants viewed same-sex parenting unfavorably.

Engineering students had a significantly more negative perception of same-sex parenting than psychology students (Costa et al., 2014). From hypothetical cases for adoption with varying sexual orientation, marital status of candidates and gender of the child, Gato (2014) evaluated the students' perception of parenting competence and the expected development of the child. The study also includes answers on a scale about attitudes to lesbians and gays, among other measures. The author notes that, among other conclusions, students studying psychosocial, legal, health, and education subjects, despite not giving any pathological explanation of homosexuality, showed skepticism about the relationship of same-sex couples and same-sex parenting. There was also a greater probability of parental custody of children being given to different-sex parents. Half of the participants stated that they had had no scientific information on the subject of homosexuality and same-sex parenting in their course of study.

Given the importance of addressing attitudes among professionals in mental health, Moita (2001) carried out an analysis focused on Portuguese psychologists' and psychiatrists' discourses surrounding homosexuality, and she concluded that some clinicians still perceive it as a problem. In addition, the sample of gay men and lesbians also included in the study acknowledged some discrimination in relation to their personal characteristics on the part of professionals in the therapeutic process. As same-sex parenting divides opinions in various sectors of society, it is important to understand the perceptions of professionals, particularly those who are involved in a forensic context, as they may have to work with same-sex families, for example, in adoption cases and parental custody determinations (Fonseca et al., 2006; Haney-Caron & Heilbrun, 2014).

Adoption procedures include a social and psychological evaluation of the candidates and specialized technical follow-up in the pre-adoption period. Experts write reports or give opinions, which are sent to the court and included in the final legal decision (Child Welfare Information Gateway, 2015; ISS, 2016). Throughout the process, parents and children are in contact with psychologists, social workers, and legal professionals. It is of the utmost importance that we identify and understand the prevailing social narratives and the personal preconceptions, which may influence recommendations and decisions made by professionals, outweighing the details of a specific case and scientific evidence.

In a qualitative study by Brooks and S. Goldberg (2001), with North American parents, which aimed to identify issues specifically associated with adoption by lesbians and gays, participants identified considerable obstacles, with no clear justification, to applications for adoption and foster care. Ross et al. (2008) carried out seven interviews with adopting mothers

who identified themselves as lesbian and queer in Canada to analyze the impact the adoption process has on mental health and to identify perceived obstacles to accessing adoption services. While positive experiences were recorded in dealings with the services, participants reported instances of homophobia and heterosexism, some more explicit and some more ambiguous, such as the case of a woman not being given a child for possible adoption for no clear reason and despite the apparent show of support for adoption by lesbians and gays.

This reflection can be generalized to cases of parental custody determinations/modifications in divorce/separation proceedings, both in different-sex marriages before coming out and in same-sex marriages. The challenges associated to the safeguarding of the best interest of the child may become more complex when families are submitted to the scrutiny of society regarding the competence of parents and their children's development, as is the case in same-sex parenting (Haney-Caron & Heilbrun, 2014).

An international literature review reveals quantitative and qualitative studies that have examined the perceptions of and attitudes toward same-sex parenting in samples of psychologists, experts in the social/adoption/child care fields, and legal professionals, among other professions.

Both psychologists who took part in the Crawford, McLeod, Zamboni, and Jordan (1999) North American study and school psychologists interviewed by Choi, Thul, Berenhaut, Suerken, and Norris (2006) showed they have generally positive attitudes to same-sex parenting. However, in a hypothetical adoption case, the participants in Crawford et al.'s (1999) study—who had to give their opinions on one of six vignettes telling the story of a couple who wanted to adopt a 5-year-old child—were less likely to recommend parental custody of a girl to a same-sex couple than to a different-sex couple. Using a quantitative approach, Vecho and Schneider (2012), found positive attitudes in a sample of French psychologists regarding the development of children, the legalization of access to parenthood and the parental skills of lesbians and gays. While in a comparative study with French and Canadian psychologists from Quebec, Vecho and Schneider (2015) found that the latter had considerably more confidence than the French in the parenting skills and development of the children, as well as being more in favor of legalization of access to parenting for lesbians and gays.

As for the experts in the social/adoption/child care fields, in Brooks and S. Goldberg (2001) previously mentioned study, information was gathered from a sample of adoption experts through a series of interviews. For many of the participants, personal opinion plays an important role in adoptive and foster care placements, and negative attitudes to same-sex parenting can weigh on decision making. Hall (2010), in a study of adoption agency workers

in North Carolina, where she wanted to know how they evaluated lesbian, gay, and bisexual candidates for adoption, found that most participants felt these candidates should be able to adopt. However, some participants said they knew colleagues who were against placing children in same-sex families.

As for legal professionals, Richman (2005) analyzed appellate court decisions in adoption, custody, and visitation cases between 1952 and 1999 in the United States, where the non-heterosexual orientation of one or both of the parents had been used as an argument. The author also interviewed lawyers and litigants involved in the cases, as well as judges (not involved in the cases). A set of arguments emerged from these interviews that had an influence on the inclusion, exclusion, belief in, or discrediting/minimization of the testimony of the experts at the time of the legal decisions, such as pondering the effects of social discrimination toward the children because of homosexuality.

In Brazil, Uziel (2002) interviewed psychologists, social workers, state prosecutors, and judges involved in the adoption system and analyzed eight adoption cases where the candidates were lesbian or gay. Among other conclusions, she found that in the context of this study, adoption by lesbians/gays raised doubts more than negative opinions. Uziel (2002) also found that professionals found it difficult to deal with these cases because of social attitudes that did not accept same-sex parenting and the resulting exposure of children to risk in the community.

Based on questions raised by these conclusions and considering the existing lack of research in this area in Portugal, the present exploratory study aims to identify the social representations of same-sex parenting by interviewing a sample of psychologists, social workers, lawyers/attorneys, and judges with experience in the area of family and parenting.

The identification of these professionals' social representations will promote scientifically substantiated critical reflection and awareness that can be used to update training and practice for those working in forensic, clinical, and social contexts, allowing them to accurately evaluate and understand same-sex families.

Method

Participants

The sample included five focus groups with a total of 19 participants (three to four per group). There were 12 women and seven men, between 26 and 59 years of age ($M = 38.2$; $SD = 9.3$; see Table 1), deliberately recruited from the authors' contact networks (Lincoln & Guba, 1985; Yin, 2011). Each of the five focus groups had a homogeneous constitution of

psychologists (two groups), social workers, lawyers/attorneys, and judges. The inclusion criteria for the groups were that participants had academic training in these areas and, preferably, professional experience in working with families. None mentioned having had contact with same-sex families. The makeup of the sample was based on the data saturation criterion (Lincoln & Guba, 1985) through diversification of the collected interpretations, considering different professional areas that may be represented in the forensic context.

Table 1

Sociodemographic characteristics of the participants.

Group (code)	<i>n</i>	Gender		Age <i>M</i> = ; <i>SD</i> = (age range)
		female	male	
Psychologists I (PsyI)	4	3	1	<i>M</i> = 32; <i>SD</i> = 5.87 (age range 27-42)
Psychologists II (PsyII)	4	4	0	<i>M</i> = 33; <i>SD</i> = 4.06 (age range 29-38)
Social workers (SW)	4	4	0	<i>M</i> = 35.5; <i>SD</i> = 6.80 (age range 26-45)
Lawyers/attorneys (L/A)	4	0	4	<i>M</i> = 44.5; <i>SD</i> = 10.90 (age range 33-59)
Judges (Jud)	3	1	2	<i>M</i> = 48.3; <i>SD</i> = 2.49 (age range 45-51)
Total	19	12	7	<i>M</i> = 38.2; <i>SD</i> = 9.3 (age range 26-59)

Data collection

Each focus group was scheduled after there had been prior contact with the participants to present the research and obtain their informal agreement to participate. At the beginning of the session, more detailed information about the purpose of the study and ethical issues related to ensuring confidentiality and anonymity in the presentation of the results was provided, in accordance with the principles established by the Order of Portuguese Psychologists for research and by the American Psychological Association. All participants gave written consent to participate and authorization for audio recording. No compensation has been given for participating.

The choice of focus groups was based on the guidelines established by social representations theory for the research domain, which seeks to analyze the subjects' construction of meaning in the context of their social affiliations and information exchanges. Considering social representations as guides to communication and behavior (Vala, 1993; Wagner et al., 1999), it was assumed that the group context would facilitate participant

involvement and reflection (Hughes & DuMont, 1993; Moita, 2001; Wilkinson, 2008; Yin, 2011).

The interviews used a semistructured script constructed for this study based on Bronfenbrenner's ecological model (1977; A. E. Goldberg, 2010) and Belsky's determinants of parenting model (1984, 2008). As discussion topics, the script included the professional's opinion about the influence of the parent's sexual orientation on the exercise of parenting and child development; rationale underlying the opinions; and analysis of the external conditions and the internal characteristics of same-sex families. The sessions were moderated by the first author and had an average duration of 110 minutes. They were held before the entry into force of the amendments provided for in Law No. 2/2016, of 29/02, and Law No. 17/2016, of 20/06.

Data analysis

After the sessions were transcribed in full, following Wilkinson's (2008) guidelines, content analysis was performed using the method proposed by Bardin (2015).

Based on the script topics and the impressions generated during transcription, a preliminary draft of the categorical system was created that provided the basis for categorizing the material, defining each topic as a recording unit and each session as a context unit. All occurrences were coded. Analysis consisted of an iterative process of successive reading of the material; clipping and coding of excerpts; new reading and recoding when pertinent; revision and comparison of the coded excerpts in each category/subcategory, both within each session and across sessions; and, finally, revision of the denominations of the categories, subcategories, and general topics. This process was conducted by the first author and facilitated by the use of the NVivo 8 software package.

Completeness, relevance, and objectivity/accuracy rules were observed (Bardin, 2015). Before the final categorization, discussions regarding coding with the co-authors were held to provide validation (Yardley, 2008). The exclusivity rule did not apply in full because, in some excerpts, the topics appeared to overlap.

Analysis and discussion of the results

Content analysis revealed a set of categories and subcategories, which were grouped into two general topics: (1) perceptions about the influence of (homo-)sexual orientation on parenting and (2) specificities of same-sex families (see the category tree in the Appendix F). Tables 2 and 3 summarize their respective occurrences, which were used for the exploratory

analysis of trends in their distribution for the overall sample and by group. It should be stressed that the analysis emphasized diversity and did not interpret categories/subcategories with fewer references as less important. The narrative excerpts are accompanied by a code identifying the focus group (see Table 1), with a number referring to each participant.

The collected data were analyzed based on information from the literature review regarding same-sex families and the perceptions of and attitudes toward same-sex parenting.

Table 2

Categories and subcategories included in the topic of “perceptions of the influence of (homo-)sexual orientation on parenting” and their respective occurrences by focus group.

Category	Subcategories (occurrences)	Group				
		PsyI (n=4)	PsyII (n=4)	SW (n=4)	L/A (n=4)	Jud (n=3)
influence on the exercise of parenting	has no influence per se (41)	8	9	8	3	13
	has an influence (27)	5	8	0	13	1
influence on child development	lack of implications (46)	11	10	21	3	1
	implications for social adjustment (32)	1	9	9	7	6
	implications for sexual identity (15)	0	10	1	2	2
	implications for identity construction/adjustment (44)	14	10	1	11	8
rationale underlying the participants' perspectives	personal references and value system (260)					
	- accepting (4)	1	1	0	2	0
	- non-accepting (35)	0	0	0	33	2
	- personal perspective without valuation (221)	50	41	58	44	28
	professional experience with other families (40)	9	8	11	4	8
	personal experience as a parent (5)	3	0	2	0	0
	theoretical/scientific knowledge (22)	7	3	10	2	0

Note: PsyI=PsychologistsI; PsyII=PsychologistsII; SW=Social workers; L/A=Lawyers/attorneys; J=Judges.

Table 3

Categories and subcategories included in the topic of “specificities of same-sex families” and their respective occurrences by focus group.

Category	Subcategories (occurrences)	Group				
		PsyI (n=4)	PsyII (n=4)	SW (n=4)	L/A (n=4)	Jud (n=3)
external threats/risk conditions	lack of studies/professional training in the area (32)	1	16	9	1	5
	heterosexism and homophobia (117)	16	42	46	6	7
	heteronormative representation of parenting (24)	4	11	5	1	3
internal weaknesses	child’s difficulties adapting to the family (12)	5	7	0	0	0
	lack of gender role models (34)	9	4	0	9	12
	eventual maladjustment of parents at the self-affirmation level (18)	15	0	1	0	2
	internalized homophobia (24)	7	7	5	0	5
	challenges experienced in access to parenting (6)	2	0	3	1	0
	other stress factors (11)	3	0	0	0	8
	social transformations/ external resources	conducting research/training in this area (30)	2	13	11	3
consolidation of the law (24)		9	9	1	3	2
decisions favorable to the child’s best interests (19)		0	0	0	0	19
awareness/education regarding diversity (67)		15	4	36	10	2
availability of gender role models for the child s (8)		7	0	0	0	1
specific support network (2)		0	0	0	2	0
specific responses to these families (43)		10	9	14	7	3
internal strengths	parenting as a project (5)	1	0	4	0	0
	greater family cohesion (3)	3	0	0	0	0
	greater flexibility in child’s education (8)	0	4	1	3	0
	increased care (3)	0	1	2	0	0
competencies and strategies to be mobilised by these families	self-acceptance (parents) (4)	4	0	0	0	0
	development of resilience (19)	14	1	1	0	0
	formation of and access to informal support network (9)	8	0	1	0	0
non-identification of internal specificities (40)		10	7	10	9	4

Note: PsyI= PsychologistsI; PsyII= PsychologistsII; SW= Social workers; L/A= Lawyers/attorneys; J= Judges.

Perceptions about the influence of (homo-)sexual orientation on parenting

This topic included three categories: (1) influence on the exercise of parenting, (2) influence on child development, and (3) rationale underlying the participants' perspectives (see Table 2).

Influence on the exercise of parenting consisted of two subcategories, namely, non-influence per se and the influence of sexual orientation on the quality of parenting. The non-influence per se on the quality of parenting emerged in the narratives of the various groups of professionals, but less expressively in the group of lawyers/attorneys.

References to the non-influence of the parents' sexual orientation emphasized competencies related to meeting the children's needs: "I do not consider that sexual orientation could influence parenting (. . .). What may influence it (. . .) will be the personal competencies of each parent" (Jud2). This perspective agrees with the position of associations such as the American Psychological Association (APA, 2005), the Order of Portuguese Psychologists (Ordem dos Psicólogos Portugueses) (OPP, 2013), and the American Academy of Pediatrics (Perrin & Siegel, 2013). Some participants questioned the beliefs that still persist in this area (see Clarke, 2001) by emphasizing that "The roles are there! They are played, irrespective of being by two men or two women" (SW4). In some interviews, it was argued that the influence of the parents' sexual orientation can be considered in a similar way to other family configurations that are different from the intact nuclear family: "if we also think about other types of families, single-parent, reconstituted, etc., maybe the concerns are exactly the same" (PsyII1). Household composition was also identified as crucial: "if a child lives with just the mother (. . .) or only with the father, whether they are lesbian/gay or heterosexual, I don't see that this (. . .) would affect parenting" (Jud2).

From the references to the influence of parents' sexual orientation on the exercise of parenting, two perspectives emerged: the possibility of (1) having negative effects—"it has a (. . .) negative influence" (L/A40)—and (2) having an influence but with neither a negative or positive connotation—"I think that sexual orientation (. . .) is not unrelated to the process of exercising parenting. I'm not saying whether it's for the better or the worse" (PsyII1). Some respondents referred to the effect of changing the "natural and biological order of things and, therefore, it would necessarily lead to different results; now, that does not necessarily mean that it leads to bad results" (L/A2).

The perception of the influence of sexual orientation on parenting has appeared previously in the work of Brooks and S. Goldberg (2001), Hall (2010), Richman (2005), and Vecho and Schneider (2015). Despite participants reporting that more often the sexual

orientation of parents does not have an influence, per se, on parenting, the impact of doubts that professionals have about same-sex families must be taken into account—for example, in forensic contexts, such as those reported by parents in the studies by Brooks and S. Goldberg (2001) and Ross et al. (2008). As for the composition of households, Uziel (2002) and Gato (2014) also verified its influence on professionals' positions, with single parents being more easily accepted than couples, given that the latter requires the coexistence of the child with the same-sex couple, thus more explicitly exposing the child to the same-sex nature of the family and making him or her more susceptible to social discrimination.

With the perception of the influence of the parents' sexual orientation on child development, there was a more diverse variety of positions that ranged from a lack of implications to the belief that there would be consequences in terms of social adjustment, sexual identity, and identity construction/adjustment (see Table 2). The social workers were the least expressive about the existence of implications but always brought up questions especially related to social adaptation.

Regarding the lack of implications for child development, the individual characteristics of children/adolescents and the quality of the care and context were emphasized, as opposed to the parents' sexual orientation: “[it is the balance] between individual characteristics, the social and familial support that the child has, and the formal structures that he or she has to adhere to and the impact they may have (. . .) [that contributes to] psychological wellbeing” (SW3). This perspective is once more in line with the conclusions of the APA (2005), the OPP (2013), and Perrin and Siegel (2013). The lack of implications was also justified based on examples such as: “you’re not going to have a lesbian/gay child just because you are a same-sex couple, otherwise we wouldn’t have any” (PsyI4).

In contrast, some professionals highlighted possible implications of same-sex parenting, including the following: (1) the child’s social adjustment, primarily derived from social attitudes—“From the perspective of socialization (. . .) I think it may have implications (. . .) [because] the Portuguese population is still not very receptive to this issue and it may, somehow, exclude (. . .) children who are the offspring of these couples” (PsyII3); (2) the child’s sexual identity, with some participants believing it would have an influence on sexual orientation—“I think it will have more influence on the child’s own sexual orientation” (L/A3)—and in how social gender roles are understood—“it may have implications for roles (. . .) they would have a different view of the role of the woman or man” (PsyII4); and (3) the child’s identity construction/adjustment, which includes a set of more generic perceptions—“for a child raised in a family of this nature (. . .) the influence of such an inversion of the natural

order of things can lead to a number of uncertainties and concerns in relation to him or herself and his or her relationship with other people” (L/A2). The possible impact of household configuration was reiterated: “another thing is understanding exactly to what extent living with a same-sex couple from birth will or won’t influence a child’s development. (. . .) I have some reservations” (Jud2).

The doubts that emerged about the influence of sexual orientation of the parents seem to become stronger when the focus changed to analyzing the impacts on the children. In this sense, the research conducted by Crawford et al. (1999), Uziel (2002), and Gato (2014) also revealed that although, in general, they were not considered incompetent in regard to parenting, gay men and lesbians would be turned down in a hypothetical adoption situation. Vecho and Schneider (2015) found an inverse relationship between the perceived risks for children and the degree of acceptance of legalized access to parenting for lesbians and gay men.

Particularly regarding sexual identity and social adjustment, Uziel (2002) and Gato (2014) also identified a persistent belief in the reduced likelihood of children from same-sex families to develop well in terms of sexual identity, and Richman (2005) found that social attitudes of disapproval toward homosexuality could be used as an argument by judges to question or reject the evidence presented by experts in parental custody determination and adoption processes.

The research did not find significant differences in the gender identity of children brought up by lesbians/gays or heterosexual parents, although the former may be more flexible in their behavior and interests (A. E. Goldberg, 2010); nor, on the other hand, does the research register a greater propensity for lesbian/gay parents to bring up children who identify themselves as lesbian/gay (A. E. Goldberg, 2010).

As for social adjustment, Gato and Fontaine (2011) found differences in the conclusions of several studies, finding that some studies registered no difficulties in terms of social adjustment, while others found there were, concluding that there was possible influence from the surrounding social context on the social adjustment of the children/adolescents. However, as in other cases of social discrimination, these children/adolescents will also have opportunities to build good social relationships that should be considered factors of protection and resilience that will reduce/negate the effects of social discrimination (OPP, 2013). Although reflecting a realistic viewpoint, such concerns held by professionals will only serve to contribute to further discrimination through blaming the victims (Ryan, 1971, as cited in Gato, 2014).

Nevertheless, because these concerns are based on arguments, which, according to Clarke (2001), claim to be for the child's wellbeing, these reservations can defy scientific evidence, resulting in a prevalence of personal/social values when selecting the elements that underlie decisions regarding these families. Thus specifically analyzing the rationale underlying the participants' perspectives, there was a tendency for personal references and value systems, across all professional groups (see Table 2), which ranged from acceptance—"My position is fully favorable to the issue of adoption by lesbians/gay men" (PsyII1)—to complete rejection, which appeared only in the legal professionals' focus groups, both in reference to homosexuality—"I think there is no social acceptance at all (. . .) I do not accept it!" (L/A1)—and in regard to same-sex parenting—"we cannot allow this type of legislative change to invert what is the natural order of things (. . .) or we'll get to these aberrant solutions where a child has as filiation (. . .) the name of two progenitors of the same gender" (L/A2). During a study of students in higher education, Gato (2014) found that the participants in psychosocial fields of study, such as psychology and social work, had far fewer preconceptions about homosexuality than students of other subjects, such as law. This may be due to social desirability, given what is expected of mental health and support professions, but it possibly may be also due to the greater sensitivity to diversity and plurality of human behavior typical of people who choose to study psychosocial subjects (Gato, 2014).

On the other hand, in the sample used in this study the professionals from legal backgrounds are older and predominantly men (see Table 1). Vecho and Schneider (2015) found (in a sample of psychologists) that older people had a less favorable attitude to the parenting ability and legal access to parenting of lesbians/gays. However, this relationship between age and attitude was not verified by Crawford et al. (1999) nor by Choi et al. (2006).

As for the gender of participants, men in Costa et al. (2013) study had more negative views on the parenting ability of same-sex couples and anticipated more emotional problems in children adopted by them than the women did. Choi et al. (2006), in a sample of psychologists, found that female participants had more positive attitudes and feelings toward same-sex parenting than their male counterparts. That said, this link was not found in the studies by Crawford et al. (1999) or Vecho and Schneider (2012).

Some participants emphasized that they give more weight to personal values than to scientific support: "I think that, even if there was scientific evidence, that there would be no consequence for the children (. . .), this wouldn't change my opinion (. . .) what really matters here are the kinds of values, the type of idea of family that one has" (L/A3).

Cultural references and personal values also emerged as a justification in the narratives of participants who spoke out neither for nor against same-sex parenting. The argument of a lack of information or professional experience with regard to these families was prominent in this regard: “I’m talking based on common sense, I have no idea (. . .) because I have no experience or knowledge” (L/A4). This is in line with Gato’s (2014) findings about lack of knowledge of scientific information about homosexuality and same-sex parenting, reported by the students. It should be noted that in this subcategory all excerpts in the narrative alluding to participants’ personal opinion were included, such as “This is my personal opinion.”

Some participants anchored their opinions on professional experience with other families and others on theoretical/scientific rationale: “I read that (. . .) bonding in adoption works the same way (. . .) both in different-sex and same-sex couples” (SW2).

In short, personal opinion was relevant in the participants’ narratives, which only reinforces the need to reflect and act on this matter.

Specificities of same-sex families

This topic brings together narratives relating to the operationalization of the external conditions (risk and protective factors) and internal functioning (weaknesses and strengths) identified by the study’s participants as specific to these families.

An analysis of Table 3 reveals two trends: the first suggests a line of continuity with the perceptions in the topic discussed above; the second seems to suggest a different focus possibly associated with the professional’s respective areas of training areas (Moscovici, 1961, as cited in Vala, 1993) and reflected in the external protective factors and internal strengths perceived as specific to same-sex families.

Following on from the previous issue, conditions perceived as external risk factors emerge. These are gathered together in the threats category, which covers the following three subcategories (see Table 3): (1) the lack of studies/professional training in the area—“there are very few studies on this subject (. . .) something more scientific [is missing] (. . .) which would allow professionals to have more say in this matter” (PsyII3); (2) heterosexist and homophobic attitudes, including those that are inherent to one’s own community—“in the smaller communities, it will be very difficult” (SW2)—the influence of religion—“the biggest threat to same-sex families is beliefs, it is society, it is our moral and religious values that still weigh heavily” (SW2) and the age of professionals—“for us, older people, of course it’s harder (. . .) [and it is people of] our age and older (. . .) who created the structures and everything” (SW3);

and (3) the influence of heteronormative representations of parenting, not only relative to the establishment of parental roles—“because we typically evaluate the issue of father and mother in terms of gender” (PsyII2)—but also in practical terms, from birth records to available resources - “how will the child’s two fathers or two mothers be designated?” (Jud2); “look at the way that society is organized (. . .): [for example], we have nappy changing facilities next to the women’s bathrooms!” (PsyII1).

These narratives seem to be in keeping with the perception of the non-influence per se of the parents’ sexual orientation in parenting and in the child’s developmental outcomes, in addition to the non-identification of internal specificities in same-sex families (see Table 3): “such as strengths, [there’s] affection, unity (. . .), which are also present in different-sex families, and weaknesses, of course, those that are also in different-sex families like conflict; of these problems that exist (. . .). I think the only distinction I can make is just external [society]” (SW4).

However, the lack of studies about same-sex parenting mentioned by some participants is simply not true, at least on an international level. This means we must highlight the importance of training for professionals, especially those in psychosocial fields, given their support role in the courts and/or with families, and those in legal areas, whose work leads to fundamental decisions being made affecting the lives of families. Some studies carried out with professionals in this area reveal a link between training and professional experience with same-sex families and more positive attitudes (Choi et al., 2006; Vecho & Schneider, 2012). However, other studies did not find this link (Crawford et al., 1999; Hall, 2010).

All the same, heterosexism/homophobia and heteronormative representations of parenting exist in the community and are even a cause for concern for lesbians and gays with children (e.g., Gartrell et al., 2000; Tourni & Coyle, 2002), so professionals have a duty to transform this reality by reflecting critically and supporting themselves in scientific research when it comes to making a decision about the parental custody determination or adoption of a child.

Some participants also reported as factors of risk the internal weaknesses that are specific to same-sex families (see Table 3), which include the following: (1) adjustment difficulties in cases of adoption: “a child who is faced with a family that is provided to him or her, in the sense that ‘I will now be joining a different type of family’” (PsyII1); (2) the absence of gender role models: “I think the roles (. . .) may be very restricted, if they were brought up only by two women or two men” (PsyII4); (3) possible maladjustment in terms of self-affirmation (parents): “like with any minority group (. . .) what we see is often movements of

affirmation or exaggerated behavior, which only serves to accentuate stereotypes” (PsyI1); and (4) internalized homophobia, which could lead to self-questioning of parenting skills and family isolation: “they may indirectly have this issue, which is, ‘Am I having this difficulty with my son or daughter because I’m gay?’” (PsyII4); “[lesbian and gay] people (. . .) will always be more likely to (. . .) close down” (Jud1).

These narratives about the internal weaknesses of same-sex families seem to arise associated with perceptions, as analyzed above, that point to the (negative) influence of same-sex parenting on child development, reinforcing the idea of that there are reservations regarding same-sex families. Once more, the expectation of negative consequences for children and the maladjustment of lesbian and gay parents are recurring arguments in the positions that reject same-sex parenting (Clarke, 2001). It should be noted, however, that parents themselves may experience some anxiety regarding the consequences of the lack of a parental figure of the opposite gender for their child’s development, which leads them to seek such contacts, for example, through the personal support network (e.g., A. E. Goldberg & Allen, 2007). Also, the consideration of the potential effects of social stigma on personal functioning is a reality that lesbians and gays assume they must cope with (e.g., Percy, 2005), hoping to rely on professional help, if necessary. However, as Moita (2001) pointed out, these expectations may not be met, which once again brings us back to the need to reflect on the attitudes of mental health professionals and social workers.

Participants also mentioned the following as weaknesses: (1) increased stress factors, which emerge from the fact that the family is in a minority and in relation to the effort involved in the management of experiences that result from social stigma: “they will have to face this additional difficulty compared to a different-sex couple because (. . .) the child will not come home saying ‘my friends teased me because I live with a father and mother’” (Jud3); and (2) challenges experienced in access to parenting: “access (. . .) [to parenthood], I think, is ultimately still a weakness” (PsyI4).

Knowledge of and sensitivity toward these specific issues should be a part of the repertoire of skills a professional possesses so they can provide the services and responses that are useful to these families.

The interviews also revealed protective factors both in terms of social transformations and in regard to the resources and specific internal competencies of same-sex families (see Table 3).

Regarding social transformations that can reduce discrimination and empower community resources, the participants, especially the psychologists (see Table 3), emphasized

the need to perform consolidation of the law to facilitate the social acceptance of same-sex parenting and to safeguard rights: “Many people do not have any idea what the legal issue is (. . .) but I think it should start from there, to allow (. . .) it to be more acceptable” (PsyI2). This safeguarding of these families, established by legal recognition, is consistent with the position of associations such as the American Academy of Pediatrics (Perrin & Siegel, 2013) and the OPP (2013), which also recommend that the access to and recognition of parenting should be weighted according to personal competencies and not sexual orientation.

Opportunities at the legal level were also highlighted, only in the group of judges (see Table 3), in reference to the principles and provisions that exist in the Portuguese legal framework with regard to the protection of children and adolescents¹⁵, as in the case of Law No. 147/99, of 1/11, which, in specific situations, can support making decisions favorable to their best interests, regardless of the makeup of the family: “when a father and a mother separate and if the decision to award custody is in question (. . .), it is not the sexual orientation of one or the other that will determine the decision” (Jud2); “if there were (. . .) information or proof that the child has a good relationship with the mother’s partner, obviously, here, the child will be awarded to her” (Jud2). Once again, this reinforces the need to reflect on the actions of professionals in these matters, especially experts who support the family and minors courts. Experts involved in adoption cases or in regulating parental custody must cater to all relevant circumstances to safeguard the best interests of the child, based on scientific evidence, and contribute to the reduction of possible biases resulting from preconceptions that prevail on the subject of same-se parenting (Haney-Caron & Heilbrun, 2014).

The need to develop research and promote training in this area was also highlighted: “in order to answer the questions we are being asked by these couples, we also need to have some basic knowledge” (PsyII3); as was the importance of investing in intentional training on awareness/education of society, especially by the groups in the psychosocial areas (which were also those that referred most to the influence of heterosexism and homophobia; see Table 3): “I think, if we start shaping (. . .) our children, we will have adults who (. . .) live in a society without prejudice” (SW1). In the view of some participants, this investment should follow the legal framework: “perhaps the most important thing (. . .) is that we work on what we have been discussing so far, i.e., social acceptance” (SW4).

¹⁵ Focus group sessions were held before the entry into force of Law No. 2/2016, of 29/02, and Law No. 17/2016, of 20/06.

The remaining subcategories, which relate to social transformations and external resources, address the availability of informal and formal support structures. Questioning the stereotypes surrounding same-sex parenting, some participants, namely psychologists (see Table 3) noted the availability of gender role models for children who “on a daily basis [interact with] members of both genders and therefore can see the role of each” (PsyI4), as was emphasized by the participants in A. E. Goldberg and Allen’s (2007) study. The participants, in particular those working in the psychosocial field (see Table 3), also mentioned the importance of there being responses to these families, including the following: (1) the intervention of experts: “when we know that a particular child is going to a particular family, all this will be part of a process worked on both with the child and with the adoptive family” (PsyI4); (2) support groups “in which the sharing of experiences is important to understand and to demystify [personal, family and social experiences]” (SW4); and (3) other responses that may be developed to address any challenges that these families may face such as “having some sort of mediation for extreme situations” (SW3). This perspective is in line with the recommendations suggested by A. E. Goldberg (2010) for professionals (but also for institutions and policies) to meet the challenges that discrimination and social and institutional heterosexism pose to these families.

Similar to the findings by Brooks and S. Goldberg (2001), mainly the focus groups made up of psychologists and social workers also alluded to some internal strengths of same-sex families (see Table 3), including the following: (1) parenting being viewed as a project: “as a strength, family planning is more (. . .) thought about and is more desired” (SW3); (2) there being greater family cohesion: “the risk of exclusion by others [within the family] can be [experienced as] a factor of ‘we have to rely on ourselves’ and then work as a unit, maintaining the family itself” (PsyI1); (3) these couples having “greater flexibility to talk about certain subjects [e.g., sexual diversity]” (PsyII2) with the child; and (4) the fact that they can ensure extra care: “I think maybe a same-sex couple ends up paying different attention and providing different care to protect the child” (SW3). This is seen as a yet another specific aspect that professionals should take into account. For example, the lesbian mothers in the study by Bos, Van Balen, Van Den Boom, and Sandfort (2004), who reported most experiences of discrimination, felt they were under pressure to prove the quality of their parenting skills to others (parental justification).

In line with this, predominantly in the professional groups from the psychosocial area, the category of competencies and strategies to be mobilized by these families emerged (see Table 3), which included the following three subcategories: (1) parents’ self-acceptance: “if

the parents accept (. . .) who they are (. . .), they will automatically pass this on to their children” (PsyI4); (2) the development of resilience: “how the family itself supports the child (. . .) if there is more of a position of ‘trying to understand (. . .) people when they do not know things, a lot of people react that way, it’s as though we were Martians’ (. . .). To provide some levity to the situation so that the child does not live with drama” (SW3); and (3) the need for the formation and use of an informal support network: “it has to do with support from the extended family, with the close social relations of the family itself, if it is a more or less isolated family, and all this can function as a protective factor for the child. And this social part is then blurred” (SW3); “to learn to ask for help (. . .). There has to be a good school-home relationship” (PsyI1).

The perception of internal strengths and competencies/strategies to be developed and mobilized by same-sex families is consistent with the research findings, both with regard to the fact that sexual orientation does not determine competence in the exercise of parenting, with same-sex parents being on a par with different-sex parents (APA, 2005; OPP, 2013; Perrin & Siegel, 2013), and in terms of the need for these parents to anticipate and address societal concerns (but also their own) with regard to their child’s development (A. E. Goldberg, 2010). To reinforce what has already been said in the analysis of weaknesses identified by the participants, these families expect professionals to act according to what is right for their particular situation, based on scientific knowledge, giving them support to manage the challenges that they will be confronted with in parenting (if and when necessary).

Conclusions

The analysis of the information gathered from the focus groups, combined with the literature reviewed, reveals reservations regarding same-sex couples’ access to parenting, particularly with regard to (1) the impact on a child/adolescent’s development, (2) the importance given to negative social attitudes, and (3) concerns about the weaknesses specific to these families, both in terms of the children’s experiences (e.g., the reproduction of beliefs associated to the absence of gender role models), and the functioning of the parents (e.g., a possible maladjustment of self-assertion). In the group of lawyers/attorneys, there was a discourse of rejection of the right to parenting through the clear expression that “same-sex parenting is unnatural” and therefore unacceptable. However, there also emerged narratives, especially in the focus group of the psychosocial professionals, that argue that sexual

orientation does not define the quality of parenting per se and that refer to specific strengths and competencies in these families.

The narratives of the participants clearly were based on their personal position rather than scientific knowledge. Some participants mentioned their lack of knowledge about studies on same-sex parenting, while others thought there was little research on the issue.

Nevertheless, there was also self-criticism expressed in assuming professional responsibilities and in recognizing the need to invest in self-training, to provide responses tailored to the specific characteristics of these families (psychologists and social workers), and to safeguard the children's interests in judicial decisions (judges).

The data collected in this study reaffirm the need to reflect on the influence of personal references and values in professional practice as well as the importance of investing in academic and ongoing training, given that these professionals work with families and have responsibilities in decision making regarding the life project of same-sex families.

Schools of higher education must ensure that training includes, as well as scientific knowledge, critical reflection to deconstruct and demystify social concerns and beliefs that surround same-sex parenting. This training should focus on questions related to parenting skills and the resulting development of children/adolescents, and on the specific challenges associated with discrimination and heterosexism.

Based on scientific knowledge and critical thinking about social representations, professionals working with families and, in particular, parenting will be more likely to consider each case on merit and on the skills of the individuals in question, rather than making judgments based on personal prejudice about the sexual orientation of parents, thus safeguarding the best interests of the child (Haney-Caron & Heilbrun, 2014).

Professionals in the psychosocial fields have a special role to play in the optimization of services/responses that same-sex families can turn to in the process of building the identity of the family, the sense of belonging and even the development of resilience (e.g., promoting contact with and between same-sex families).

This study has some limitations, including the number of participants and the difference in the number of focus groups conducted with different professionals, due to difficulties in recruiting and gathering experts for the sessions. Another limitation was connected to the fact that no information was collected about participants' amount of professional experience.

Nevertheless, and although the results cannot be generalized, we must emphasize their contribution to a more objective understanding of professionals' representations of same-sex families in Portugal, which, whether consciously or unconsciously, may influence their work.

Another contribution made by this study was to gather opinions from people working in various different professions. This is an aspect that should be further developed in future studies, in particular to include professionals working in forensic contexts, taking into consideration alterations to the law in Portugal.

On the other hand, given that same-sex families come into contact with professionals in other areas, such as education and health (e.g., with access to medically assisted procreation, in maternity services, pediatrics and mental health), it will be of the utmost importance that the analysis be extended to these areas with a view to optimizing the promotion of inclusion and the wellbeing of same-sex families.

Finally, given the power of personal and social references to same-sex parenting, it is also important to collect data that will give voice to the experiences of gay men and lesbians who are considering parenthood or are already parenting in Portugal.

CAPÍTULO III

PENSANDO A HOMOPARENTALIDADE: UM ESTUDO QUALITATIVO COM JOVENS ADULTOS PORTUGUESES SEM FILHOS¹⁶

Resumo

O momento atual caracteriza-se por importantes mudanças sociais e legais, com potenciais repercussões na vida de pessoas lésbicas e gays. O presente estudo teve como objetivo identificar percepções de jovens adultos portugueses sem filhos relativamente ao eventual projeto de parentalidade. Foram realizadas entrevistas a sete pessoas que se autoidentificaram como lésbicas, gays e bissexuais e que se voluntariaram para participar no estudo. As transcrições das entrevistas foram submetidas a Análise Interpretativa Fenomenológica. Os temas emergentes revelaram que o desejo e a intenção de ter filhos se associavam à ponderação de desafios ligados ao heterossexismo, mas também à reflexão sobre condições e recursos a mobilizar para o enfrentar. São apresentadas implicações com vista à otimização das experiências individuais a este nível.

Palavras-chave: jovens adultos; lésbicas e gays; desejo de ter filhos; intenção de ter filhos; entrevistas.

¹⁶ Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (em revisão). Pensando a Homoparentalidade: Um Estudo Qualitativo com Jovens Adultos Portugueses sem Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. De acordo com revisão solicitada em 17/07/2018.

Abstract

The present period is characterized by important social and legal changes with potential repercussions in the lives of lesbian and gay people. This study aimed to identify perceptions of Portuguese childless young adults regarding the possible parenthood project. Interviews were conducted with seven people who self-identified as lesbian, gay and bisexual and who volunteered to participate in the study. Interview transcripts were subjected to Interpretative Phenomenological Analysis. Emerging themes revealed that desire and intention to have children arose associated with the consideration of challenges related to heterosexism, but also associated with reflection on the conditions and resources to be mobilized to tackle it. Implications for the optimization of individual experience at this level are presented.

Keywords: young adults; lesbian and gay men; parental desires; parental intentions; interviews.

Introdução

A crescente diversidade familiar, o avanço nas técnicas de procriação medicamente assistida (PMA) e as conquistas ao nível dos direitos das minorias sexuais conduziram a importantes transformações nas oportunidades e restrições que as estruturas sociais colocam às famílias homoparentais (Gato, Santos, & Fontaine, 2017; A. E. Goldberg, 2010), apesar dos desafios resultantes do heterossexismo que ainda prevalecem (Herek, 2009). Especificamente, as alterações legais mais progressistas configuram novas oportunidades para lésbicas e gays constituírem família, distintas das situações de homoparentalidade que têm ocorrido no contexto de uma relação heterossexual prévia ao *coming out*, mais frequentes num passado recente. Enquanto processo que integra o reconhecimento e a construção do sentido de si como lésbica, gay ou bissexual e o reconhecimento perante os outros em diferentes contextos como a família, a escola, o trabalho, ao longo do ciclo vital, o *coming out* pode ser influenciado por fatores contextuais tais como as atitudes do meio circundante e a idade e coorte (American Psychological Association, 2012).

Em Portugal, essas alterações legais tiveram um forte impulso com a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2010 (Lei n. 9/2010, de 31/05), ainda que se mantivesse a impossibilidade de adoção em casal (art.º 3.º da Lei n. 9/2010, de 31/05), e o recurso às técnicas de PMA se encontrasse limitado às situações de infertilidade (art.º 4.º da Lei n. 32/2006, de 26/07). Esta situação veio a modificar-se em 2016, com a publicação da Lei n. 2/2016, de 29 de fevereiro, que eliminou as limitações e interdições no acesso à adoção, ao apadrinhamento civil e às demais relações jurídicas familiares por casais do mesmo sexo; e da Lei n. 17/2016, de 20 de junho, que permitiu o acesso à inseminação artificial (IA) a todas as mulheres, independentemente do estado civil e orientação sexual (art.º 6.º).

Este progresso no plano jurídico português coexiste com um clima social de reserva em relação a estas famílias. Num estudo com uma amostra da população portuguesa ($N = 993$), Costa et al. (2013) verificaram que, apesar de uma atitude maioritariamente favorável à homoparentalidade, os participantes mostraram-se mais apoiantes da parentalidade por casais heterossexuais, antecipando maiores dificuldades emocionais e sociais nas crianças adotadas por casais do mesmo sexo. Também Ramos, Atalaia, e Cunha (2016) analisaram as atitudes em relação às famílias homoparentais (entre outras) numa amostra representativa da população portuguesa ($N = 1001$). E, relativamente à questão sobre duas mulheres poderem criar uma criança de forma tão adequada quanto um casal heterossexual, 70.5% das mulheres e 55.2% dos homens, com idades entre os 18 e os 29 anos, concordaram. Esta mesma questão, tendo

por referência os casais do sexo masculino, suscitou posicionamentos menos favoráveis, sobretudo por parte dos participantes homens e mais velhos.

As mudanças legais e sociais atuais poderão criar um efeito de coorte de influência nas aspirações parentais das gerações mais novas de lésbicas e gays, no sentido de fazerem o *coming out* mais cedo e incluírem a parentalidade nos seus projetos de vida (Gato et al., 2017; A. E. Goldberg, 2010; Herek, 2009; Rabun & Oswald, 2009; Stacey, 2006). Este contexto propicia o foco da investigação no projeto de parentalidade, consubstanciado no desejo (querer) e na intenção de ter filhos (tomada de decisão e plano) (W. Miller, 1994, 2011).

Bos, van Balen, e van den Boom (2003) compararam casais de lésbicas que tiveram filhos por meio de IA e casais heterossexuais sem história de problemas de fertilidade, e verificaram que os primeiros referiram ter refletido mais sobre os motivos da parentalidade e apresentavam um desejo mais forte para ter filhos do que os casais heterossexuais. Riskind e Patterson (2010), num estudo com uma amostra de heterossexuais, gays e lésbicas, com idades entre os 15 e os 44 anos e sem filhos, verificaram que estes últimos atribuíam o mesmo valor à parentalidade que os heterossexuais. Todavia, comparativamente aos pares heterossexuais, os gays e lésbicas manifestaram de forma menos marcada o desejo de ter filhos. Noutro estudo com uma amostra de lésbicas, gays e heterossexuais sem filhos, Baiocco e Laghi (2013) também constataram que os primeiros reportaram menos o desejo e a intenção de ter filhos, comparativamente aos pares heterossexuais.

Em Portugal, onde a investigação sobre a homoparentalidade em geral, e particularmente sobre a parentalidade enquanto projeto se encontra em fase de afirmação, Costa e Bidell (2017) realizaram um estudo com uma amostra de lésbicas, gays e bissexuais ($N = 568$), com idades entre os 18 e os 76 anos ($M = 31$, $DP = 10$), com o objetivo de analisar o desejo e a intenção de terem filhos. Uma minoria ($n = 38$) referiu ter filhos. Entre os participantes sem filhos ($n = 530$), em média, 12 anos mais novos, a maioria manifestou o desejo (66%) de ter filhos e a intenção (56%) de o fazer no futuro. Ser mais novo, ter pouco envolvimento religioso e integrar eventos da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, trans) mostraram ser preditores significativos da intenção de ter filhos. Os participantes mais novos manifestaram uma intenção parental significativamente mais forte do que os mais velhos.

Em estudos qualitativos realizados com gays sem filhos (Rabun & Oswald, 2009), gays com filhos (Gianino, 2008), gays com e sem filhos (Berkowitz, 2011; Berkowitz & Marsiglio, 2007; Stacey, 2006) e lésbicas com filhos (Chabot & Ames, 2004; Touroni & Coyle, 2002) o desejo de ser pai/mãe surgiu de forma destacada. Porém, esse desejo foi, em parte, reportado de forma retrospectiva, especificamente nos estudos que incluíram participantes com filhos, tal

como aconteceu na pesquisa de Bos et al. (2003). Mas o desejo de ter filhos nem sempre foi evidenciado. Num estudo em que foram entrevistados gays, Stacey (2006, p. 33) referiu-se ao “*passion-for-parenthood continuum*” para representar a diversidade de atitudes face à parentalidade. O “*passion-for-parenthood continuum*” incluía desde os pais para quem ter filhos era um projeto de vida essencial, até àqueles que manifestavam rejeição da parentalidade, encontrando-se numa zona intermédia os “*situational parents*” (que foram pais, por exemplo, graças a um companheiro motivado). Em Portugal, Aboim et al. (2012) entrevistaram lésbicas ($n = 10$) e gays ($n = 20$), com e sem filhos, e também encontraram narrativas reveladoras de uma diversidade de projetos relativamente à parentalidade, desde a decisão de não a incluir no seu projeto de vida, até ao desejo manifesto de ter filhos, passando pelos que estavam indecisos.

Segundo W. Miller (1994, 2011), a intenção de avançar para o projeto de parentalidade, para além de ser determinada pelo desejo de ter filhos, é influenciada por fatores como o desejo do/a companheiro/a de ser pai/mãe e o apoio da família e amigos. Por seu turno, a implementação das intenções em comportamentos é influenciada pelos acontecimentos de vida, apoio social e presença de obstáculos à concretização. Deste modo, a investigação em torno do projeto/intenção de parentalidade de lésbicas e gays deve também focar-se nos fatores que poderão influenciar as suas tomadas de decisão. Com base na revisão da literatura, Gato et al. (2017), A. E. Goldberg (2010) e Mezey (2013) sistematizaram um conjunto de fatores que englobam as dimensões individual, relacional e contextual.

Ao nível individual, para além do desejo, ou não, de ter filhos, é determinante a influência da homofobia internalizada (Aboim et. al, 2012; Berkowitz & Marsiglio, 2007; S. Brown, Smalling, Groza, & Ryan, 2009; Chabot & Ames, 2004; Gianino, 2008). As mensagens heterossexistas e as vivências associadas à ostracização, discriminação e preconceito podem resultar na internalização e direcionamento contra o/a próprio/a das atitudes negativas da sociedade em relação à homossexualidade (Herek, 2009). Nesse sentido, pode haver lugar também ao questionamento da competência parental e receio de consequências negativas para as crianças, apesar da evidência científica de que a orientação sexual não constitui critério para a definição da qualidade parental (cf. American Psychological Association, 2005; A. E. Goldberg et al., 2014; Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013). No entanto, a capacidade e a necessidade de fazer o *coming out* (Meyer, 2003) pode promover a superação da autoavaliação negativa e conduzir à autoaceitação facilitadora da concretização do projeto de ter filhos.

A homofobia internalizada também tem vindo a ser analisada sob uma perspetiva relacional. Frost et al. (2017) entrevistaram 120 casais, 60 femininos e 60 masculinos, com o

objetivo de analisar a forma como a relação com uma pessoa do mesmo sexo pode implicar a exposição a fatores de stress associados à condição de minoria para além dos que são considerados no nível individual. Verificaram que a existência de discrepâncias, na díade, em questões relacionadas com a internalização do estigma e abertura com o exterior se traduziam em stress ao nível do casal, por exemplo, ao limitarem a possibilidade de ambos os elementos tornarem a relação visível. Num estudo realizado com gays em situação de pré-adoção A. E. Goldberg, Downing, e Moyer (2012) concluíram que o *coming out* mais tardio de um dos elementos do casal poderia protelar a decisão de ter filhos. Ainda na dimensão relacional, um/a companheiro/a que não deseje ter filhos poderá dificultar a concretização do projeto de parentalidade (A. E. Goldberg, 2010), enquanto um/a companheiro/a que pretenda ter filhos pode consolidar o desejo ou facilitar a passagem para a intenção de os ter (Berkowitz & Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; A. E. Goldberg et al., 2012; Stacey, 2006). Em alguns casos, o desacordo pode levar à dissolução da relação e procura de alguém que também queira ter filhos (Berkowitz, 2011; A. E. Goldberg et al., 2012; Touroni & Coyle, 2002) ou, por outro lado, ao desenvolvimento da motivação no outro elemento do casal após um processo de negociação (Berkowitz & Marsiglio, 2007).

A terceira dimensão a considerar é o apoio proporcionado pela rede social, designadamente a família e os amigos, que pode ser percebido como facilitador ou como obstáculo (Baiocco & Laghi, 2013; Berkowitz & Marsiglio, 2007; S. Brown et al., 2009; Chabot & Ames, 2004; Rabun & Oswald, 2009; Touroni & Coyle, 2002). No estudo de Costa e Bidell (2017) não se verificou um efeito significativo do apoio dos amigos na intenção parental. Além disso, a literatura mostra que a disponibilidade e o apoio da comunidade ou de outros pais/mães gays e lésbicas poderá constituir-se como um fator protetor face ao heterossexismo, permitindo igualmente o acesso a modelos de família/parentalidade e a informação sobre formas de acesso à parentalidade (Berkowitz & Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; Costa & Bidell, 2017; Gianino, 2008; A. E. Goldberg, 2010; A. E. Goldberg et al., 2012; Stacey, 2006). Reforçando esta ideia, uma das barreiras identificadas por alguns participantes num estudo que S. Brown et al. (2009) realizaram com lésbicas e gays com filhos foi a falta de apoio da comunidade gay quando decidiram adotar.

Quanto ao contexto social mais ampliado, a condição laboral assume um papel preponderante associado à estabilidade económica e às garantias sociais que proporciona ou não, atendendo aos custos que a educação de uma criança e o acesso à parentalidade podem comportar (Aboim et al., 2012; Berkowitz & Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; A. E. Goldberg et al., 2012; Mezey, 2008, como citado em Mezey, 2013; Rabun & Oswald, 2009).

Além disso, o contexto laboral poderá ser mais uma área de vida onde terão que ser geridos os desafios do heterossexismo (Gato et al., 2017). Devem ainda ser consideradas as oportunidades ou obstáculos ao nível legal, médico e social que, para além de determinarem a informação que se encontra ou não disponível, são preponderantes no acesso à parentalidade, podendo interferir nas intenções parentais (Aboim et al., 2012; Baiocco & Laghi, 2013; Berkowitz & Marsiglio, 2007; Bos et al., 2003; S. Brown et al., 2009; Chabot & Ames, 2004; Gianino, 2008; A. E. Goldberg, 2010; Rabun & Oswald, 2009; Tourni & Coyle, 2002). Por exemplo, um dos obstáculos pode advir das atitudes dos profissionais com quem lésbicas e gays terão que contactar nos serviços de adoção e saúde (e.g., Berkowitz & Marsiglio, 2007; S. Brown et al., 2009; Gianino, 2008; Xavier, Alberto, & Mendes, 2017).

De acordo com várias pesquisas, conhecer/ter amiga/os lésbicas e gays com filhos (e.g., Berkowitz & Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; A. E. Goldberg et al., 2012), contactar com os filhos dos outros e/ou conviver com crianças (Berkowitz & Marsiglio, 2007), experimentar uma noção crescente do desejo de ter filhos e conhecer alguém especialmente motivado (Berkowitz & Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; Stacey, 2006), poderão constituir um ponto de virada na vida de lésbicas e gays em matéria de parentalidade (A. E. Goldberg, 2010).

As perspetivas ecológica e sistémica sustentam que a (homo)parentalidade é determinada por fatores individuais (características dos pais/mães e crianças) e contextuais, desde os mais próximos (relações e rede de apoio) aos mais afastados (condições oferecidas pela sociedade) (Alarcão, 2006; Belsky, 1984, 2008; Bronfenbrenner, 1977; A. E. Goldberg, 2010). Nos estudos anteriormente revistos ressalta que esses fatores também influenciam a tomada de decisão de ter filhos (Gato et al., 2017; A. E. Goldberg, 2010; Mezey, 2013; W. Miller, 1994, 2011). Outra dimensão a considerar é o tempo (Elder, 1998; A. E. Goldberg, 2010). Para Elder (1998), as trajetórias de vida individuais inserem-se e são enquadradas pelo tempo histórico e lugares onde ocorrem, que lhe conferem um significado e uma forma distintos. Os indivíduos constroem a sua trajetória de vida por meio de escolhas e ações realizadas em função das oportunidades e restrições das estruturas sociais. Concretamente no que diz respeito aos projetos de parentalidade de lésbicas e gays, essas oportunidades e restrições incorporam as influências do heterossexismo ao nível das instituições e sistemas ideológicos (e.g., disposições jurídicas mais ou menos restritivas), e da discriminação antecipada/ experimentada nas interações entre maioria e minoria (S. Brown et al., 2009; A. E. Goldberg, 2010; Herek, 2009), obrigando à mobilização de estratégias de *coping* (Herek, 2009; Meyer, 2003).

Reconhecendo a importância de ampliar o investimento da investigação neste domínio específico da homoparentalidade (Gato et al., 2017; Mezey, 2013), nomeadamente em Portugal, e considerando os desafios associados ao estatuto de minoria mas também as oportunidades que se têm vindo a consolidar, sobretudo em termos legais, importa compreender as perspetivas de pessoas lésbicas e gays que eventualmente ponderam incluir a parentalidade no seu projeto de vida, em particular os jovens adultos. Esta fase do desenvolvimento envolve tarefas como a tomada de decisão sobre estilos de vida pessoais e relacionamentos íntimos (Papalia, Olds, & Feldman, 2006), e muitos são aqueles que se envolvem em uniões estáveis e têm filhos, ainda que também se tenha vindo a assistir ao adiamento da parentalidade por diversos motivos, entre os quais se destacam as condições económicas (Mills et al., 2011). Assim, o presente estudo foi orientado pela seguinte questão: o que pensam as lésbicas e gays portugueses em relação à possibilidade de terem filhos? O principal objetivo foi identificar as perceções de jovens adultos portugueses relativamente ao eventual projeto de homoparentalidade. Trata-se de uma análise prospetiva (i.e., anterior à parentalidade), complementar à abordagem retrospectiva presente noutros estudos qualitativos (Aboim et al., 2012; Berkowitz, 2011; Berkowitz & Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; Gianino, 2008; Stacey, 2006; Touroni & Coyle, 2002), e focada nas construções de sentido associadas ao desejo e intenção de ter filhos (cf. Costa & Bidell, 2017) no contexto português. Foi enfatizada a compreensão da singularidade das vivências destes jovens adultos em detrimento de uma abordagem comparativa com as dos pares heterossexuais (cf. Gato, 2016). Espera-se que os resultados possam contribuir para o aprofundamento do conhecimento desta temática, constituindo de igual modo uma oportunidade para a reflexão de lésbicas e gays relativamente ao projeto de parentalidade (e sua concretização), mas também dos profissionais envolvidos na temática do acesso e regulação da parentalidade.

Método

O presente estudo enquadra-se no paradigma construtivista (Lincoln et al., 2011) e foi desenvolvido de acordo com a Análise Fenomenológica Interpretativa, uma abordagem ideográfica que preconiza a exploração em detalhe da forma como os participantes constroem um sentido para o seu mundo pessoal e social (Smith & Osborn, 2008). Adequa-se, assim, à análise das experiências pessoais em torno da ponderação do eventual projeto de homoparentalidade. Esta abordagem envolve ainda uma situação de dupla hermenêutica (Smith

& Osborn, 2008), onde é assumido que os participantes estão a construir um sentido para o seu mundo e o investigador a elaborar um sentido para essa construção.

Participantes e Contexto

Participaram sete pessoas sem filhos, quatro do sexo masculino e três do sexo feminino, que se autoidentificaram como lésbicas ($n = 2$), gays ($n = 4$) e bissexuais ($n = 1$). O intervalo de idades era 23-33 anos ($M = 27.3$; $DP = 3.49$). Todos os participantes eram portugueses. Seis residiam em duas das maiores cidades portuguesas (mais de 100 mil habitantes) ou na respetiva área metropolitana. Uma participante residia num município com menor densidade populacional (menos de 11 mil habitantes). Todos tinham habilitações académicas de nível superior. No momento da entrevista apenas um não trabalhava. Cinco participantes estavam numa relação com uma pessoa do mesmo sexo, sendo que três deles viviam com a/o companheira/o. Duas participantes mantinham uma relação afetiva entre si. Na Tabela 4 foram sistematizadas as características sociodemográficas dos participantes.

Tabela 4

Características sociodemográficas dos participantes

Nome (fictício)	Idade	Sexo	Autoidentificação	Estado civil ^a	Habilitações académicas	Situação profissional
Gil	33	M	Gay	Vive com o companheiro	Licenciatura	Empregado
Nuno	27	M	Gay	Solteiro	Mestrado	Empregado
Luís	31	M	Gay	Solteiro	Mestrado	Bolseiro de investigação
João	26	M	Gay	Numa relação	Licenciatura	Empregado
Ana	26	F	Lésbica	Vive com a companheira	Mestrado	Empregada
Diana	23	F	Lésbica	Numa relação	Licenciatura	À procura do 1.º emprego
Lúcia	25	F	Bissexual	Vive com a companheira	Mestrado	Empregada

Note. M = Masculino; F = Feminino.

^aInclui informação sobre os participantes solteiros, os que namoravam e os que moravam com o/a companheiro/a.

Atendendo aos fatores que, a nível individual, relacional e contextual, poderão influenciar as tomadas de decisão relativas ao projeto de parentalidade (W. Miller, 1994, 2011), as características sociodemográficas, assim como o período de debate político e social que antecedeu a regulamentação do acesso à adoção por casais do mesmo sexo e às técnicas de

PMA por qualquer mulher, durante o qual foram realizadas as entrevistas, constituem o contexto deste estudo.

Técnica e Procedimentos de Coleta dos Dados

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada. Foi utilizado um guia construído para este estudo com base na literatura teórica sobre família e parentalidade, designadamente as perspectivas ecológica e sistémica. Para além dos dados de caracterização sociodemográfica, foram colocadas questões que visavam a exploração das perceções e construções de sentido relativamente a dois tópicos: (a) a parentalidade de um modo geral (competências e características pessoais mais relevantes; fatores contextuais; perceção sobre a influência da orientação sexual; principais desafios que pais/mães têm que gerir na atualidade e como os poderão enfrentar); (b) as expectativas em torno do eventual projeto de parentalidade. Tal como é preconizado pela Análise Fenomenológica Interpretativa, a opção por entrevista semiestruturada permitiu que fosse estabelecido um diálogo entre investigadora e participantes onde, para além da abordagem dos tópicos norteadores, emergisse a exploração de temáticas introduzidas por estes últimos (Smith & Osborn, 2008).

Foram estabelecidos contactos com associações representativas dos direitos LGBT a quem foi apresentado o projeto de investigação e que o divulgaram. Dois participantes contactaram a primeira autora por email e voluntariaram-se para participar na entrevista. Quanto aos restantes, dois foram contactados por intermédio da rede de contactos dos autores e três mediante indicações dos participantes anteriores, por meio do método *snowball* (Yin, 2011). Como é reconhecido na literatura da área (e.g., A. E. Goldberg, 2010), apesar da evolução já ocorrida na sociedade, devem ser ponderadas as influências do heterossexismo na disponibilidade para a colaboração em projetos de investigação. Não obstante, também deve ser ressaltado que existem trabalhos publicados que recorreram à Análise Interpretativa Fenomenológica cujo número de participantes varia entre “um, quatro, nove, quinze e mais” (Smith & Osborn, 2008, p. 56) e que a ênfase desta abordagem está na análise em profundidade das perceções e significados que os indivíduos atribuem ao seu mundo pessoal e social.

Previamente à realização da entrevista, os participantes foram contactados para uma nova apresentação do estudo, confirmação da participação e agendamento da data e local. Em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, pela *American Psychological Association* e pela Declaração de Helsínquia para o domínio da investigação, no início da entrevista foram assinados os consentimentos informados de participação e as autorizações para a gravação áudio, tendo sido garantidas a confidencialidade

e o anonimato na apresentação dos resultados. As entrevistas foram conduzidas pela primeira autora, psicóloga, e realizadas em local indicado pelos participantes, a maioria ($n = 6$) no seu domicílio. Tiveram uma duração máxima de 1 hora e 56 minutos e mínima de 48 minutos. A duração média foi de 1 hora e 20 minutos. As entrevistas gravadas foram, posteriormente, transcritas integralmente.

Procedimentos de Análise dos Dados

As narrativas foram analisadas de acordo com os procedimentos da Análise Fenomenológica Interpretativa (IPA) (Smith & Osborn, 2008). Esta abordagem reconhece um papel ativo ao investigador no acesso ao mundo pessoal dos participantes, implicando a atenção a ideias preconcebidas no sentido de facilitar a expressão dos fenómenos e permanecer aberto a novas construções de sentido (*bracketing*) (Finlay, 2014). Face a isto, considerou-se relevante realizar a revisão aprofundada da literatura científica da área do estudo só após a análise das entrevistas, no sentido de não determinar os significados encontrados aos reportados noutros estudos.

De acordo com Smith e Osborn (2008), após nova escuta da entrevista, foram efetuadas leituras repetidas da transcrição do primeiro caso procedendo-se ao registro de notas respeitantes ao conteúdo e a primeiras interpretações. Essas anotações foram transformadas em temas emergentes, com um nível maior de abstração, que foram depois agregados de acordo com semelhanças conceptuais, resultando numa hierarquização de temas principais e subtemas. A comparação permanente com a narrativa do participante foi transversal a estes procedimentos, os quais foram repetidos para cada caso¹⁷. Depois, num processo iterativo, foram reanalisados e sistematizados todos os temas e subtemas, de todos os casos, procedendo-se a novas agregações quando se verificavam semelhanças de sentido. Nesta fase recorreu-se ao software NVivo (Version 8; QSR International, 2008). Esta última etapa permitiu a identificação de padrões de significados recorrentes (Smith, 2011), nomeadamente os temas e subtemas referidos por pelo menos quatro dos participantes, os quais constituíram o foco desta análise. A fim de permitir a verificação das interpretações (Finlay, 2014; Smith & Osborn, 2008; Touroni & Coyle, 2002), a sua apresentação fez-se acompanhar de excertos das narrativas dos participantes. Procurou-se, assim, ir ao encontro de uma análise sensível aos padrões mais recorrentes e, ao mesmo tempo, ideográfica. Nesses excertos, por forma a manter

¹⁷ No Apêndice D encontram-se as respetivas tabelas, com os temas (e subtemas) individuais.

o anonimato, recorreu-se a nomes fictícios. As reticências assinalam as partes cortadas e os parêntesis retos enquadram as clarificações.

A análise foi realizada pela primeira autora, tendo os coautores efetuado a revisão dos temas finais, confrontando-os com as narrativas dos participantes (Yardley, 2008).

Resultados

Seis dos sete participantes manifestaram de forma clara o desejo de ter filhos. Na Tabela 5 foram sistematizados os temas e subtemas relacionados com as construções de sentido em torno da ponderação de ter filhos, organizados em três tópicos principais, designadamente as motivações sobre a parentalidade, as perceções acerca da influência da orientação sexual na parentalidade e as perceções em torno das condições e desafios que poderão associar-se ao projeto de se tornar pai/mãe.

Tabela 5

Temas e subtemas que emergiram da análise das entrevistas aos participantes (mencionados por pelo menos 4 dos 7 participantes)

Temas	Subtemas
Motivações sobre a parentalidade	Motivações positivas Motivações negativas
Influência da orientação sexual dos pais/mães na parentalidade	Não determina a competência parental Não determina de forma direta o desenvolvimento dos filhos Consequências das atitudes sociais
Condições e desafios da parentalidade ao nível <i>Pessoal</i>	Estabilidade pessoal/maturidade Estabilidade económica <i>Coming out</i> Investimento pessoal aumentado Responsabilidades aumentadas
Condições e desafios da parentalidade ao nível das <i>Relações Próximas</i>	Estabilidade da relação com o/a companheiro/a Desejo de partilhar as responsabilidades parentais Qualidade do apoio da rede informal Insegurança relativamente ao apoio para o projeto de homoparentalidade Negociação dentro do casal
Condições e desafios da parentalidade ao nível do <i>Contexto Social</i>	Conciliação entre trabalho e vida familiar (In)suficiências do apoio instrumental da rede formal às famílias (geral) Atitudes sociais em relação à homossexualidade Insuficiências do apoio da sociedade às famílias homoparentais Modelos (in)disponíveis para a homoparentalidade

Motivações sobre a parentalidade

O desejo de ter filhos surgiu associado a motivações positivas (W. Miller, 1994, 2011) como o facto de gostarem de crianças ($n = 4$)—"quanto] à parte de me imaginar como pai, tenho gosto de estar com as crianças [e.g., os sobrinhos], por mais que elas possam chorar eternidades ou fazer as birras" (João)—e a vontade de contribuir para o desenvolvimento de uma pessoa ($n = 6$)—"é muito importante a educação, o tempo que nós estamos com eles, a qualidade, porque eles aprendem com isso" (Gil).

Ao nível das intenções, os seis participantes consideraram que ainda não seria o momento certo para avançar, ponderando a presença de motivações negativas (Miller, 1994, 2011), nomeadamente as dúvidas sobre se já estão preparados para ter filhos ($n = 4$)—"eu lá por ter 23 anos, tenho muito que crescer, tenho muito que amadurecer para tomar conta de alguém" (Diana)—e/ou o facto de a parentalidade implicar ficar sem tempo para outros projetos pessoais ($n = 4$)—"nós temos planos pessoais ainda muito importantes à frente... ou pelo menos tão importantes quanto a parentalidade. E ainda não decidimos desistir de nenhum deles por causa disso" (Luís). Ainda neste contexto, cinco participantes manifestaram apreensões relativamente às responsabilidades associadas à parentalidade:

É preciso passar por muitas coisas más [desagradáveis] quando se tem filhos, nomeadamente não dormir durante não sei quantos meses, desistir de sair à noite, desistir de estar com os amigos, desistir de fazer montes de coisas... Imaginar-me a não conseguir dormir porque o filho está a chorar e a não conseguir descansar... é complicado, pronto. (Ana)

A participante que referiu não se identificar com o projeto de parentalidade, dissociando a sua opção da sua orientação sexual, também se referiu a essas apreensões:

É uma coisa perfeitamente independente da minha sexualidade... pode ser que mude, não sei... A questão é que eu não me identifico com esse papel, ou seja, não me vejo a ser essa pessoa... que está lá para dar comida, para acordar quatro vezes a meio da noite, para ir buscar à escola, tirar da escola, aturar birras... Independentemente dos ótimos momentos... não me imagino a fazer todos os sacrifícios. (Lúcia)

Influência da orientação sexual dos pais/mães na parentalidade

Este tema diz respeito a um conjunto de percepções partilhadas por todos os participantes como relevantes na ponderação do projeto de parentalidade, começando por estabelecer que a *orientação sexual* – e o género – *não determina a competência parental*:

Acho que não tem nenhuma influência [a orientação sexual dos pais]... Como estes casais [do mesmo sexo] são vistos de forma diferente na lei, isso depois vai ter alguma repercussão. Mas isso já é um passo um bocadinho à frente... Na relação da família não vejo que tenha influência... Não acho que no cômputo geral isso... determine que aquelas pessoas vão ser melhores pais ou piores pais... Em termos de papéis, eu também não acho que haja nenhum papel naturalmente masculino ou feminino num casal, seja ele qual for. (Luís)

Os participantes também referiram que a orientação sexual dos pais/mães *não determina de forma direta o desenvolvimento dos filhos* sustentando-se inclusive na investigação científica: “Por aquilo que a ciência nos tem mostrado, e que os estudos feitos com famílias nos têm mostrado... não existe... praticamente diferença nenhuma [nos filhos] em termos de orientação sexual, em termos de escolaridade” (Ana). Não obstante, o conhecimento que têm da realidade circundante levou-os a equacionar as *consequências das atitudes sociais* no desenvolvimento das crianças, que também ponderaram quando refletiram sobre as condições e os desafios associados à tomada de decisão e ao futuro papel parental, quer ao nível individual, quer relacional e social, como será desenvolvido nos temas seguintes. A ponderação desse impacto é evidente no excerto que se segue:

Imaginemos, por exemplo, um casal de dois homens e um casal de um homem e uma mulher, os dois com filhos de sete anos a entrar para a escola primária; enfim, direi que a probabilidade joga contra o filho do casal de dois homens, por exemplo, em termos de tudo aquilo que nós sabemos, dos gozos [piadas] nas escolas... Mas não creio que seja algo inultrapassável, mas que, se condiciona? Sim! (Nuno)

Condições e desafios da parentalidade ao nível Pessoal

Este tema remete para as condições que, na perspetiva dos participantes, deverão ser acauteladas ao nível individual para a concretização do projeto de parentalidade. Alguns

participantes ($n = 5$) sublinharam a *estabilidade pessoal/maturidade*—“as pessoas têm que estar bem física, psicologicamente... equilibradas para poder aceitar mais alguém no seio familiar” (Diana). A totalidade dos sujeitos realçou a *estabilidade económica*—“tracei para mim próprio ali para os 35 anos começar a pensar na coisa [ter filhos] com mais seriedade para ter já... as finanças mais orientadas” (Nuno); “nós estamos num tal estado de incerteza que também tem muito a ver, acho eu, com o trabalho ser incerto... Também não nos dá essa estabilidade... para pensar a sério neste investimento [ter filhos]” (Luís)

Num sentido mais específico, nas narrativas de seis participantes emergiram questões relacionadas com o *coming out*. Como se pode depreender da experiência de uma das participantes, as vivências associadas ao *coming out* foram percebidas como fundamentais não apenas ao nível individual, em termos de autoaceitação, mas também na relação com os outros, concretamente com a companheira, por exemplo se houver uma discrepância a este nível na díade. Essa abertura foi perspectivada como uma tarefa em aberto e desafiadora na relação (também da família) com os outros e com a sociedade:

Já me assumo como lésbica há muito tempo, há cerca de 10 anos... Foi difícil ao princípio, mas depois foi sendo mais fácil e com cada vez mais abertura... Mas agora estou [numa relação e] é complicado porque envolve outra pessoa que não se quer expor... Acho que a única forma de mudar a sociedade e a forma como as pessoas pensam, apesar de ser à nossa custa e à custa dos nossos filhos, é pormo-nos no meio dela. E é integrarmo-nos no meio dela, e pôr os nossos filhos nas escolas normais, e nós próprios assumirmo-nos no local do trabalho... Até porque nós só vamos mudar as mentalidades das pessoas quando lhes mostrarmos as realidades diferentes. (Ana)

Ainda ao nível das condições e desafios individuais, todos os participantes destacaram a necessidade de um *investimento pessoal aumentado* na hora de pensar o projeto de parentalidade, implicando a exploração de formas de acesso mediante uma procura ativa de informação e tendo presente a salvaguarda da criança:

O primeiro desafio seria como é que nós conseguiríamos ter uma criança. Claro, não é fácil, [como é para] um casal heterossexual... Já li algumas coisas... Lá está, eu acho que temos que estar informados, saber quais são as possibilidades... [refletindo sobre a possibilidade de recorrer a uma “barriga de aluguel”] Como é ilegal, como é que isso

se processaria?... Eu seria pai na mesma, portanto, mas imagino que a criança será sempre dos dois e eu deixarei de ter, à partida, relação com aquela mulher. Havendo alguma coisa, ela poderá sempre questionar o poder parental, não é?... Lá está, eu posso gostar muito de ter uma criança, mas não vou assim, à toa, começar a pensar em outras questões porque, depois, não estou salvaguardado, não posso depois criar mais sofrimento àquela criança. (Gil)

Nesta sequência, numa projeção do eventual papel de pai/mãe, seis participantes anteciparam a necessidade de assumir *responsabilidades aumentadas*, no sentido de estarem preparados e de prepararem os filhos para lidar com as atitudes do meio e com o seu impacto. Como referiu uma das participantes:

Estamos a lidar com crianças, estamos a lidar com a sociedade... temos que ter a capacidade de apoiar muito... Temos que nos preparar para lidar com isso. E ajudar a criança a lidar com isso, para que aquilo não tenha um impacto negativo, como o medo de ir à escola... porque está sempre a passar por, entre aspas, “meterem abaixo a criança”. (Diana)

Condições e desafios da parentalidade ao nível das *Relações Próximas*

Neste tema foram integradas as condições que os participantes consideraram ser primordiais no contexto das suas relações próximas para surgir a intenção de ter filhos. A importância da *estabilidade da relação com o/a companheiro/a*—“há a questão de que ainda não sei se a minha relação é sólida” (Diana)—foi identificada por cinco participantes, eventualmente associada ao *desejo de partilharem as responsabilidades parentais* ($n = 4$), assumindo que cada um dos elementos do casal dará o seu contributo – “quando se tem [um filho] com outra pessoa também há a esperança, não é?, de que algumas competências que falem a um, o outro possa compensar... Eu ter um filho sozinho... está fora de questão” (Luís). A valorização do *apoio* que, enquanto pais/mães poderão ter por parte da *rede informal*, como condição para a intenção de ter filhos, foi unânime—“o facto de ter família próxima, ou amigos muito próximos que possam ficar com as crianças, caso eu não possa..., que possam auxiliar, acho que isso é importante” (Gil).

No que diz respeito às vivências especificamente associadas à orientação sexual, esse apoio da rede informal foi qualificado como um facilitador, como por exemplo, aquele que pode ser encontrado na comunidade gay:

Eu estive três anos a estudar fora... numa cidade, não quer dizer que esteja muito evoluída em questões de mentalidade mas [onde] há outras informações a correr..., a comunidade homossexual é maior do que aqui, certo?... [Lá] tive a oportunidade de estar com pessoas que até já se casaram e que também acabaram por, em conversa, falar... que tinham de ir não sei onde para concretizarem a inseminação. Foi importante e, também, mesmo em questões de como eu via certas coisas [relacionadas com a sua orientação sexual]. (Diana)

Porém, a rede social também foi percebida como um possível desafio:

eu conheço algumas pessoas para quem é mais fácil fazer este passo [revelação aos outros]... Mas, pensando na generalidade da população... estes pais ou mães vão ser alvo de críticas, vão ser alvo de piadas, vão ser alvo de mudanças de atitude por parte das pessoas que os rodeiam. (Ana)

Na sequência desta segunda percepção, quatro participantes referiram a *insegurança relativamente ao apoio* da sua família, e restante rede informal, *para o projeto de (homo)parentalidade*. Como referiram dois deles:

A primeira coisa que o meu pai me disse quando eu lhe disse que era homossexual foi “mas assim eu não vou ter netos a sério”. E eu disse “mas pai, eu posso ter filhos”. E ele disse “não vai ser a mesma coisa”... E é preciso gerir isso. E eu acho que isso é completamente ultrapassável... mas acho que existe muito esta ideia de que não é a mesma coisa, de que não é o natural... É uma coisa difícil de gerir mas acho, sinceramente, que é ultrapassável, tal como é ultrapassável os pais aceitarem os filhos como homossexuais. (Ana)

Embora a família, colegas, amigos, etc., estejam muito confortáveis com a minha homossexualidade, não sinto que estejam muito confortáveis com a ideia de eu ser pai. Algumas pessoas estarão, mas outras nem tanto... Porque de repente há crianças... na história e já não se trata só de “ele faz o que quer com a vida dele”, não é? “Ele já está a fazer o que quer com a vida dele e com a vida das crianças!” (Luís)

Ainda numa dimensão relacional, foi realçado o contributo do investimento a dois/duas, com a valorização, por parte de cinco participantes, da *negociação dentro do casal* enquanto tarefa a cumprir antes de avançar para o projeto de parentalidade atendendo às especificidades associadas à sua orientação sexual, como é evidenciado numa das narrativas:

Tem muito a ver, também, com o companheiro ou a companheira... Quem é que vai ter o filho, no caso de serem duas mulheres. Se vai ser adotado. Se se quer que seja um filho biológico ou não. No caso de dois homens, como é que isso vai ser feito? (Ana)

Condições e desafios da parentalidade ao nível do *Contexto Social*

Este tema remete para as condições e desafios da parentalidade que foram identificados pelos participantes ao nível do contexto social mais ampliado. Como nos dois temas anteriores, emergiram perceções genéricas, mas também específicas, associadas à orientação sexual, em particular as que reportaram para as atitudes da sociedade em relação à homossexualidade e homoparentalidade.

Começando pelas condições de âmbito geral, cinco participantes referiram-se à *conciliação entre trabalho e vida familiar* como um desafio a ter em conta na decisão de ter filhos—“eu acho que a parentalidade, geralmente, pede mais tempo do que aquele que a pessoa tem quando trabalha a tempo inteiro” (Luís). Foi ainda referenciada ($n = 5$) a *suficiência ou não dos apoios de natureza instrumental* que, de um modo geral, a *sociedade/rede formal* disponibiliza para as famílias:

Coisas mais gerais mas que... me preocupam em relação à minha própria parentalidade um dia... Por exemplo, não haver... um apoio legal, uma segurança de residência... as rendas são muito altas, não são reguladas pelo Estado e se tu vives numa casa e... não podes pagar a renda, o dono da casa... tem o direito de te pôr fora... Estando sozinho,

não me preocupa nada, porque se acontecer eu vou para casa de um amigo ou da família, mas se tiveres uma família, já é um bocado diferente, não é? (Luís)

Relativamente às condições específicas, emergiram narrativas relacionadas com as *atitudes sociais em relação à homossexualidade*, por parte de todos os participantes, enquanto fenómeno transversal, incluindo as experiências no local de trabalho:

eu acho que pode haver um fator negativo... e eu, como homossexual, talvez já tenha sentido isso, muitas vezes, até na minha própria cabeça, por causa da sociedade... Eu acho que as coisas já estão a mudar muito... mas ainda há muitos preconceitos. E acho que não são preconceitos só das gerações mais velhas, há muitas pessoas da minha geração, de gerações mais novas que mantêm esses preconceitos. (Gil)

O ambiente dos meus amigos não tem nada a ver com o ambiente trabalho... Eu imaginar-me a chegar ao trabalho e dizer que vou ter um filho com a minha namorada, era, de certeza, esperar que nos próximos anos as pessoas me vissem de forma diferente... e, decididamente, que eu me tornasse num boato e numa fonte de piadas. (Ana)

Complementarmente, ainda no que concerne às atitudes, registaram-se construções de sentido tendentes à compensação dos desafios que lhes estão associados por via da transformação da sociedade, ou pelo menos do meio imediato, complementando o que já foi mencionado relativamente ao *coping*, tanto ao nível pessoal (e.g., o investimento e a assunção de responsabilidades aumentados na parentalidade) como das relações próximas (e.g., o recurso ao apoio da comunidade gay). Neste âmbito foi referida a importância de investir na sensibilização social/comunitária, por exemplo, por meio da escola e dos meios de comunicação (e.g., a televisão), “que são com quem as crianças passam mais horas ao longo do seu dia... [contribuindo para] moldar aquilo que elas acham normal ou não” (Nuno). Surgiu também, como possibilidade, a procura de locais mais inclusivos para constituir família—“eu para conseguir isso [ter filhos], não vai ser aqui [na minha terra]... Recuso-me a ter aqui a minha vida!” (Diana). Das narrativas evidenciou-se ainda a expectativa na mudança das atitudes, ancorada noutras mudanças sociais, enquanto oportunidade para o futuro:

Com os anos, eu penso que, as morais se alterem para achar isso normal, tal como se alteraram, num período que demorou, para o divórcio... Daqui a oito anos, grosso modo, já muita coisa vai ter mudado. Imensas coisas mudaram nos últimos cinco anos. Penso que algumas das dificuldades que eu neste momento não sei como lidar, saberei melhor [como lidar] ou já não existirão tão acentuadamente. (Nuno)

Intrinsecamente associado ao desafio que o heterossexismo representa neste domínio, surgiu a percepção de *insuficiências do apoio da sociedade às famílias homoparentais*, remetendo para apreensões de todos os participantes relativamente ao reconhecimento social/legal e às condições que lhes são ou não asseguradas pela rede formal, incluindo a atuação dos profissionais. Os impedimentos e constrangimentos legais no acesso à parentalidade (adoção e PMA) e no reconhecimento da família—que ainda vigoravam no momento da realização das entrevistas—foram claramente destacados a este nível. Paralelamente a esse destaque, a revisão da lei foi apontada por alguns dos participantes como uma oportunidade, “pelas condições materiais que dá... em tudo o que tenha a ver com legalidade no sistema educativo, no sistema de saúde... e, por outro lado, também pelo lado simbólico... [pelo] efeito protetor” (Luís). Apesar das transformações que, entretanto, se efetivaram a este nível, é fundamental referir também a percepção de que a mudança da lei não será suficiente, não obstante a sua importância – “a legislação... é o que nos rege enquanto sociedade, mas acho que não vai ser a mudança da legislação que vai fazer a mudança na sociedade” (João). Neste seguimento, foi exteriorizada insegurança relativamente à atuação da rede formal, nomeadamente: (a) na candidatura a adoção—“eu receio que sim. Eu acho que não se deve colocar [a questão da orientação sexual dos candidatos] mas, naturalmente, tem muito a ver com as pessoas que encontramos à frente a avaliar o processo” (Gil); (b) na relação com a escola—“ainda não sei como é que agiria se... essas críticas viessem da parte dos professores do meu filho” (Nuno); (c) e no contacto com os serviços de saúde—“apesar do acesso, em teoria, ser igual, a recetividade dos profissionais de saúde àquela família não vai ser igual”(Ana).

Na base destas inseguranças pareceu estar também a noção da representação heterossexista da parentalidade, onde “tudo o que não é... pai, mãe e filho, representa uma dificuldade acrescida [aumentada]” (Nuno). Possivelmente associada a esta percepção, cinco participantes referiram ainda a *disponibilidade ou não de modelos (de homoparentalidade)*. Essa (in)disponibilidade tanto foi enunciada de forma direta—“não tenho conhecimento de

nenhum casal homossexual” (Gil)—como indiretamente, invocando outras configurações familiares diferentes da de casal heterossexual no momento de refletir sobre os desafios da homoparentalidade: “não penso que seja situação exclusiva das famílias homossexuais. Penso que uma família, por exemplo, uma criança filha de uma mãe solteira possa ter tantas ou mais dificuldades” (Nuno).

Discussão

Este estudo teve como objetivo identificar as percepções de jovens adultos portugueses sem filhos relativamente ao eventual projeto de homoparentalidade, num momento marcado pelo debate de alterações legislativas centradas sobre esta questão. O desejo de ter filhos foi referido pela maioria ($n = 6$) dos participantes, dado consistente com a diversidade de projetos identificada por Stacey (2006) e Aboim et al. (2012), também em estudos qualitativos, e surgiu associado a motivações positivas (Miller, 1994, 2011), como gostarem de crianças e quererem contribuir para o desenvolvimento de uma pessoa. Foi manifesto o adiamento dessa intenção, eventualmente, até estarem asseguradas as condições percebidas como necessárias. Algumas condições, assim como os desafios antecipados pelos participantes, são gerais. Outros foram especificamente associados à sua orientação sexual.

Começando pelos primeiros, na literatura sobre a parentalidade (e.g., Alarcão, 2006; Belsky, 1984, 2008; Hoghughi, 2004; Miller, 1994, 2011) também surgem evidenciadas a importância da estabilidade pessoal e económica, da estabilidade da relação com o/a companheiro/a, do apoio da rede informal e do apoio da rede formal às famílias. Mills et al. (2011) referiram a este propósito que as incertezas ao nível económico e as insuficiências das políticas de apoio às famílias são algumas das razões por que as pessoas têm adiado a parentalidade. Em estudos realizados com lésbicas e gays, a estabilidade laboral e económica (Aboim et al., 2012; Berkowitz, 2011; Berkowitz & Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; A. E. Goldberg et al., 2012; Mezey, 2008, como citado em Mezey, 2013; Rabun & Oswald, 2009) e a estabilidade da relação de casal (Aboim et al., 2012; Berkowitz, 2011; Gianino, 2008; A. E. Goldberg et al., 2012; Rabun & Oswald, 2009; Tourni & Coyle, 2002) também se destacaram como fatores determinantes para a tomada de decisão de ter filhos. No nosso estudo, a valorização da estabilidade da relação de casal pareceu associar-se à idealização de um projeto parental partilhado.

Quanto às percepções que surgiram especificamente associadas à orientação sexual, mesmo considerando que esta – assim como o género dos pais/mães – não determina, per se, a

competência parental nem a qualidade do desenvolvimento dos filhos, os participantes não se mostraram indiferentes às barreiras associadas ao heterossexismo que poderão ter que enfrentar (S. Brown et al., 2009; A. E. Goldberg, 2010; Herek, 2009). Assim, elencaram um conjunto de desafios e preocupações ao nível individual, relacional e do contexto social mais ampliado, interligados entre si e tendo como denominador comum as atitudes negativas da sociedade, cujo impacto consideraram ter que ser ponderado no que diz respeito às crianças. Esta apreensão relativamente às atitudes sociais foi identificada noutros estudos (Aboim et al., 2012; Berkowitz & Marsiglio, 2007; S. Brown et al., 2009; Chabot & Ames, 2004; Gianino, 2008; Rabun & Oswald, 2009; Touroni & Coyle, 2002).

Desenvolvendo esta análise, no nível individual foi referida como condição para a intenção de ter filhos a vivência do *coming out*, fundamental para a autoaceitação e bem-estar (Meyer, 2003) e perspetivada como uma tarefa em aberto, que exige uma negociação permanente com os outros e com a sociedade em geral (American Psychological Association, 2012; Herek, 2009). Tendo em conta o desejo de partilha das responsabilidades parentais, a existência de discrepâncias no casal relativamente à abertura com o exterior emergiu como um desafio adicional a ter em conta nessa vivência (Frost et al., 2017).

Os desafios na relação com os outros pareceram refletir-se de modo particular na insegurança percebida pelos participantes relativamente ao apoio da família e amigos para o projeto de homoparentalidade. Estas apreensões já tinham surgido nos estudos de Baiocco e Laghi (2013), Berkowitz e Marsiglio (2007), S. Brown et al. (2009), Chabot e Ames (2004) e Touroni e Coyle (2002). No nosso estudo, essa insegurança associou-se à perceção de não valorização desse projeto por parte dos outros, a qual parece ter sido construída pelos participantes a partir das mensagens de desconforto e inautenticidade recebidas do exterior (e.g., o pai que disse “não vou ter netos a sério”).

Essa perceção de insegurança também se estendeu ao contexto social mais ampliado, não apenas no que se refere às atitudes da sociedade em relação à homoparentalidade, ou aos dispositivos de apoio a estas famílias, como os legais (percebidos como importantes mas não suficientes), mas também no contacto com serviços e profissionais intervenientes nas questões da infância e família, à semelhança do que concluíram Berkowitz e Marsiglio (2007), S. Brown et al. (2009) e Gianino (2008). Enquadrando uma leitura ecológica (Bronfenbrenner, 1977; A. E. Goldberg, 2010), os participantes não só ponderaram os desafios já experimentados nos contextos mais próximos, mas anteciparam aqueles com que se poderão deparar na altura de concretizar a decisão de ter filhos; além disso, não se focaram apenas na transição para a parentalidade, mas anteveem o exercício da parentalidade ao longo do desenvolvimento dos

filhos (e.g., na escola). É de realçar que não se mostraram dissuadidos pelos eventuais constrangimentos legais.

Ainda como desafio foi antecipada a falta de modelos para a futura família, que também foi identificada por S. Brown et al. (2009) e Touroni e Coyle (2002), cujas participantes referiram sentir as suas famílias como pioneiras a este nível. Tendo em conta a distância temporal que separa o nosso estudo da pesquisa de Touroni e Coyle (2002), esta perceção dos participantes pode ter-se devido à pouca visibilidade da homoparentalidade em Portugal, atendendo ao seu reconhecimento ainda pouco expressivo no plano social (Costa et al., 2013; Ramos et al., 2016) e em consolidação no plano jurídico.

Mas as narrativas dos participantes não ficam circunscritas a apreensões, revelando igualmente expectativas de mudanças na sociedade e a conseqüente transformação das oportunidades que daí possam advir (Elder, 1998; Gato et al., 2017; A. E. Goldberg, 2010), o que é convergente com as pesquisas de Rabun e Oswald (2009) e Touroni e Coyle (2004). Além disso, perante o reconhecimento dos desafios anteriormente elencados, elaboraram uma reflexão sobre as condições e recursos a considerar para a tomada de decisão de ter filhos.

Ao nível pessoal, e em consonância com outros estudos (Berkowitz & Marsiglio, 2007; Bos et al., 2003; Chabot & Ames; Gianino, 2008), os participantes anteciparam a necessidade de uma reflexão e um investimento aumentados relativamente ao projeto de parentalidade, não apenas por razões relacionadas com o acesso em si, mas também porque qualquer decisão terá que implicar a salvaguarda da criança. Este compromisso veio reforçar a existência de uma ponderação refletida e crítica do projeto de parentalidade e da intenção de terem filhos, que parece contrastar com a reserva existente em torno destas famílias em Portugal (e.g., Costa et al., 2013; Ramos et al., 2016). Essa ponderação estendeu-se à antecipação da necessidade de serem assumidas responsabilidades parentais aumentadas ao longo do ciclo vital da família. Os participantes anteveem as suas responsabilidades parentais como acrescidas porque, para além das funções de apoio e proteção, educação e integração sociocultural dos filhos (Alarcão, 2006), deverão incluir a preparação (de todos) para lidar com o estigma, vivido/esperado, de forma adaptativa (Herek, 2009). Mais uma vez, foi manifesta a perceção de que o estatuto de minoria sexual obriga a negociações permanentes com o exterior, por exemplo, com a escola dos filhos. Esta ponderação em torno das estratégias de *coping* também foi identificada nos estudos de S. Brown et al., (2009), Chabot e Ames (2004) e Rabun e Oswald (2009).

O compromisso de investimento e a responsabilização aumentados também se refletiram ao nível relacional, nomeadamente na negociação que foi percebida como necessária dentro do casal. A procura ativa de informação e a salvaguarda da criança foram estendidas ao

casal, que terá que refletir e chegar a consensos em aspetos que, para além de serem instrumentais no acesso à parentalidade (e.g., decisão de quem vai fazer inseminação), poderão ter implicações na forma como vai ser construído o sentido de si como pai/mãe e a relação com a criança (e.g., ter ou não um laço biológico com ela). Essa negociação pareceu ainda ligar-se ao desejo de partilha de responsabilidades revelada por alguns participantes, em função das características e interesses individuais, dado que parece ser consistente com a conceção de “parentalidade sem género” (*degendering parenting*) referida por Rabun e Oswald (2009, p. 282).

Complementando a reflexão em torno de estratégias de *coping*, o apoio da comunidade gay foi valorizado por alguns dos participantes em consonância com o que foi verificado noutras pesquisas (Berkowitz & Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; Costa & Bidell, 2017; Gianino, 2008; A. E. Goldberg et al., 2012), assim como a ponderação da procura de contextos comunitários mais inclusivos para constituir família, também reportada por Rabun e Oswald (2009). Esta reflexão em torno da procura e criação de redes de apoio para a futura família foi particularmente notória no caso da participante que residia num contexto mais pequeno, percebido como não aceite, podendo ainda configurar uma alternativa à não valorização do projeto de parentalidade por parte da família e restante rede de proximidade.

Considerações finais

No sentido de identificar as perceções de jovens adultos portugueses sem filhos relativamente ao eventual projeto de homoparentalidade foram realizadas entrevistas a lésbicas, gays e bissexuais. As narrativas dos participantes traduziram uma motivação associada à ponderação refletida, crítica, responsável e contextualizada do (eventual) projeto de homoparentalidade. Mesmo considerando que a orientação sexual não determina a competência parental nem o desenvolvimento das crianças, per se, não foram descuradas as possíveis influências do heterossexismo. Assim, para além de se referirem a um conjunto de condições que, no geral, consideraram fundamentais para a tomada de decisão de ter filhos, como a estabilidade pessoal, económica, da relação afetiva e o apoio da rede informal e formal, os participantes também equacionaram os desafios associados ao estatuto de minoria sexual. Esses desafios foram perspetivados relativamente a várias questões: (a) ao eventual impacto das atitudes negativas da sociedade nos (futuros) filhos; (b) nas vivências do *coming out*, individual/do casal, enquanto tarefa permanente nas trocas com exterior; (c) na insegurança quanto ao apoio por parte da família e restante rede informal, associada à perceção da não

valorização/dificuldade de aceitação do eventual projeto parental; (d) nos constrangimentos esperados nos contactos com a rede formal (e.g., os serviços de adoção, a escola dos filhos); e (e) na (in)disponibilidade de modelos para a família. Todavia, também animados pela expectativa de mudanças na sociedade e das oportunidades que daí possam resultar, os participantes refletiram sobre os recursos que poderão ser mobilizados para a gestão desses desafios. Assim, ao nível pessoal, identificaram a necessidade de um investimento aumentado e consciente da salvaguarda das crianças, preocupação que se estendeu para a reflexão sobre as (eventuais) futuras responsabilidades parentais. A perspetiva de partilhar o projeto parental com um/a companheiro/a levou à extensão dessa intencionalidade para o casal, por meio da negociação de aspetos ligados às alternativas de acesso à parentalidade, e eventualmente, também com a abertura ao exterior. Foi ainda equacionada a procura/criação de redes (alternativas) de apoio para a futura família.

O facto dos resultados reportarem perceções prospetivas sobre os desafios esperados e os recursos que são antecipados para os enfrentar constitui um contributo para a reflexão—particularmente pertinente neste momento, nomeadamente em Portugal—sobre condições que permitam otimizar as experiências de lésbicas e de gays que pretendam ter filhos, uma vez que as alterações na Lei não são suficientes. Além disso, podem constituir a base de mudanças a nível social, dos profissionais e dos próprios indivíduos no sentido de facilitar essa tomada de decisão. Assim, os resultados do presente estudo, para além de contribuírem para a compreensão das especificidades das vivências de pessoas lésbicas e gays que aspiram a concretizar o projeto de parentalidade, também apelam à necessidade de investir na formação e sensibilização dos profissionais com responsabilidades na área da família. Essa formação deverá enquadrar a compreensão das necessidades específicas das minorias sexuais, quer a nível individual, quer relacional e social/comunitário, nomeadamente: (a) o desenvolvimento de estratégias para gerir os desafios do heterossexismo, discriminação e homofobia internalizada, de acordo com uma abordagem afirmativa e promotora do bem-estar (e.g., American Psychological Association, 2012); (b) o conhecimento/disponibilização de informação sobre as formas de acesso à parentalidade, como a adoção e as técnicas de PMA, suas características e condições e a sensibilização para a importância de incluir outras famílias homoparentais na rede informal de apoio; e (c) a responsabilização profissional na transformação dos contextos onde se movem estas famílias.

Este estudo tem algumas limitações a considerar, associadas essencialmente às características sociodemográficas dos participantes, designadamente a exclusividade de habilitações académicas de nível superior e o facto de se terem autoproposto para participar no

estudo. Estas limitações têm sido reportadas na literatura da área (cf. A. E. Goldberg et al., 2014). Não obstante, ainda que os resultados não possam ser generalizados para outras situações além das que dizem respeito a este estudo, espera-se que as conclusões possam ser úteis em contextos semelhantes e que possam ser encontradas conexões com outras experiências pessoais e profissionais, assim como com outros estudos (Smith & Osborn, 2008; Yardley, 2008). Como propostas para trabalhos futuros, seria importante analisar o(s) processo(s) de transição para a parentalidade de lésbicas e gays, no contexto português, mais concretamente, conhecer os aspetos decisivos ou pontos de virada (A. E. Goldberg, 2010) na tomada de decisão, os desafios (efetivamente) encontrados, e a forma como são integrados, ou não, o investimento e a noção de responsabilidade aumentada.

CAPÍTULO IV

CHALLENGES AND RESOURCES IN PARENTING: PERSPECTIVES FROM A SAMPLE OF GAYS AND LESBIANS IN PORTUGAL¹⁸

Abstract

Despite recent changes in the legal system, the social recognition of same-sex parenting remains difficult in Portugal. In addition, research on this topic remains scarce and focuses primarily on social attitudes. Seeking to identify perceptions regarding the challenges and resources related to same-sex parenting, seven lesbians and one gay man who were mothers/father in the context of a former heterosexual relationship ($n = 2$) or in a planned lesbian family ($n = 6$) were interviewed. Their accounts were analysed using Interpretive Phenomenological Analysis. The emerging themes demonstrate the challenges associated with their experiences with parenting and an assumption of increased responsibility at this level, which includes reflection on and management of those challenges. Specific meanings arose, depending on family history. The results contribute to a deeper understanding of these families in Portugal, analogous to international studies. Implications for professionals who work with families are presented.

Keywords: same-sex parenting, Portugal, challenges, increased responsibility in parenting, interpretative phenomenological analysis

¹⁸ Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (manuscript submitted for publication in July 2018). Challenges and Resources in Parenting: Perspectives from a Sample of Gays and Lesbians in Portugal. *Journal of Homosexuality*.

Introduction

Despite society's attitudes and concerns regarding same-sex parenting, the results of research conducted in families with lesbian and gay parents consistently indicate that these parents and children are competent and psychosocially well-adjusted (e.g., American Psychological Association, 2005; A. E. Goldberg et al., 2014; Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013).

Research on same-sex parenting began in the late 1970s, prompted by legal disputes, particularly in the case of women, over child custody after one parent had come out. Following an initial phase that focussed on situations in which parenting occurred in the context of a former heterosexual relationship, a second phase emerged because of social changes, during which the focus shifted to parenting in the context of a same-sex relationship through adoption, foster care, or artificial insemination (AI) (Johnson, 2012). In both phases, the focus was on the functioning of the family and the implications for the children's development, generally based on comparisons with heterosexual families. More recent studies have emphasized the specific details and diversity of these families (Gato, 2016; Johnson, 2012). This trend may be observed, for example, in analyses of particular characteristics associated with the family history, such as when parenting occurred in the context of a former heterosexual relationship before coming out (e.g., Berger, 1998, 2000; Giunti & Fioravanti, 2016; Lynch & Murray, 2000) or in the context of a planned lesbian family through AI (e.g., Bos & van Balen, 2008; Bos, van Balen, van den Boom et al., 2004; Gartrell et al., 2000; A. E. Goldberg, 2006; A. E. Goldberg & Allen, 2007; Padavic & Butterfield, 2011; Touroni & Coyle, 2002) or through adoption or surrogacy (see A. E. Goldberg et al., 2014).

A review of the literature also indicates that more studies have been conducted with lesbians than with gay men (A. E. Goldberg, 2010), and samples have tended to be small and limited to well-educated, financially stable, urban Caucasians (A. E. Goldberg et al., 2014).

The few studies on this subject that have been conducted in Portugal (Xavier et al., 2015) generally highlighted the attitudes of higher education students about same-sex parenting (e.g., Costa et al., 2014; Gato & Fontaine, 2013, 2016, 2017; Gato, Freitas et al., 2012). Nevertheless, there are also some analyses of these attitudes in samples of the community (Costa et al., 2013; Costa, Pereira, & Leal, 2015; Ramos et al., 2016) and studies about professionals' representations towards these families (Machado, 2012; Xavier et al., 2017). A review of the Portuguese literature also reveals some studies focussing on parenting intentions and desires (Aboim, et al. 2012; Costa & Bidell, 2017), the transition to parenthood (Franco,

2013) and the experiences of these parents (Aboim et al., 2012; Oliveira, 2004) and children (Oliveira, 2004).

With regard to social recognition, Gato, Freitas et al. (2012) analysed a sample ($N = 1288$) of students in the fields of education, health and social sciences with regard to the parenting skills of candidates for adoption whose situations fit 14 possible scenarios that included different combinations of sexual orientation and marital status. Although the candidates' parenting skills were generally assessed positively, parenting by same-sex couples was assessed less positively than heterosexual parenting. One aspect that stands out in this result is the perception of how much support the parents will have from the community; the participants believed that same-sex families would receive less support, given the levels of prejudice, but that single lesbians and gay men would receive more support from the community than would same-sex couples. Gato and Fontaine (2013) also used scenarios that sought to understand beliefs about the psychosexual development of children adopted by same-sex couples in a sample of university students ($N = 768$) in the fields of social science, education, health and engineering. The authors determined that concerns and bias were present in this respect, with participants considering that a child adopted by a same-sex couple would be less likely than a child adopted by a heterosexual couple to develop a normative sexual identity. The participants even assumed that the children would imitate the homosexual orientation of their adoptive parents.

An exploratory study by Costa et al. (2014) examined the attitudes of a sample ($N = 292$) of university students in a variety of academic fields using a questionnaire. A majority of the participants showed an unfavourable attitude towards same-sex parenting. Differences were observed among respondents' field of study, with psychology students showing a more positive attitude than engineering students towards same-sex parenting.

Using a sample of university students ($N = 500$) and scenarios that portrayed different situations of adoption, Gato and Fontaine (2016) showed the persistence of a heteronormative representation of parenting with regard to what are termed parenting skills and to the developmental results of the children, concluding that male participants expressed more negative attitudes than did females. However, both men and women considered that a child adopted by a same-sex couple would run a greater risk of being a victim of social discrimination than a child adopted by a heterosexual couple. Along the same line of research, Gato and Fontaine (2017) analysed the predictors of attitudes towards families with same-sex parents in a sample of students in the fields of psychology, social work, medicine, nursing and teacher training ($N = 600$). They observed that male participants, those who mentioned not having

gay/lesbian friends and those who had more conservative attitudes towards gender roles showed higher levels of modern heterosexism, which was related to a more negative view of both lesbians' and gays' parenting abilities and the development of their children.

Similar results were obtained in studies that sampled the general population. In fact, in a study in which participants ($N = 993$) had to answer a questionnaire that included a vignette describing different situations of adoption, Costa et al. (2013) concluded that although respondents may express a favourable attitude towards same-sex parenting, when faced with a choice about a hypothetical adoption decision, the majority of them would favour a heterosexual couple over a same-sex couple. Those authors also determined that respondents expected more emotional and social problems in children adopted by a lesbian couple and even more in children adopted by two gay men compared with children adopted by a heterosexual couple. In a sample comprising Portuguese heterosexuals ($N = 1690$), Costa et al. (2015) asked participants about their personal contact with gays and lesbians, their attitudes towards them, and their attitudes towards same-sex parenting. They concluded that women and non-religious respondents were more likely to have gay and lesbian friends, feel more comfortable in their presence, and revealing less negative attitudes towards homosexuality and same-sex parenting.

In a study on Portuguese attitudes towards family life, Ramos et al. (2016) questioned a representative sample ($N = 1001$) regarding, among other things, male and female same-sex families and observed differences related to the gender and age of the respondents: when asked whether two women can raise a child as well as a heterosexual couple, 70.5% of women and 55.2% of men between ages 18 and 29 agreed that they can; the response was less favourable for a male couple, particularly among men and older respondents.

With regard to studies conducted among professionals, Machado (2012) interviewed physicians specializing in reproductive medicine ($n = 5$) and family court judges ($n = 5$) to discover representations about lesbian motherhood at a time when the law did not yet allow these couples access to Medically Assisted Procreation techniques. The results indicated two significant medical and legal views: an unfavourable attitude based on the idea that motherhood should result from a complementary relationship between people of opposite genders and another that considered lesbian motherhood to be identical to heterosexual motherhood, based on the idea that parenting consists of carrying out one's parental responsibilities, regardless of sexual orientation. Xavier et al. (2017) held focus group sessions with professionals in the fields of social sciences (psychologists and social workers) and law (lawyers/attorneys and judges) ($N = 19$) to identify representations about same-sex parenting. As with Machado's (2012) study, the data were collected at a time when there were still legal barriers to parenting

by gays and lesbians, particularly with regard to adoption by same-sex couples, as well as to the use of Medically Assisted Procreation techniques. The content analysis revealed both a reserved attitude with regard to this access, more marked in the group of lawyers/attorneys, and the perception that sexual orientation does not define the quality of parenting. It was also observed that professionals tend to base their views on social narratives and personal beliefs rather than on scientific knowledge.

The other studies focussed on the experiences of these families in the Portuguese context. Aboim et al. (2012) interviewed lesbians ($n = 10$) and gay men ($n = 20$) with and without children regarding their desire and intentions regarding parenthood and observed a wide range of projects, from refusal to indecision to a stated desire to have children. Costa and Bidell (2017) analysed the desire and intention to have children in a sample of lesbians, gays and bisexuals ($N = 568$) with and without children, aged 18 to 76. A majority of those without children ($n = 530$) declared a desire to have children (65%) and the intention (56%) to do so in the future.

Through interviews, Franco (2013) analysed the psychological experiences of a lesbian couple during the transition to parenthood. She determined that the decision to have a child was preceded by deep thought, negotiation and planning. She observed a strong concept of family unity and sharing of parental responsibilities, for example, in the importance attributed by the couple to the personal and parental characteristics of both mothers rather than biological ties. She also identified a difference in terms of the significant experiences, which was evident, for example, in the non-biological mother's concern about how she would explain to others that she was also the mother.

In the study by Aboim et al. (2012), the parenting experiences of participants with children were marked by others' reactions and the lack of a legal framework at that time, distinguished by the variety of routes to and forms of parenthood (single adoption with the presence of a stepfather, biological children from a previous heterosexual relationship with the presence of a stepfather/stepmother). This variety was also reported by the sample subgroup of participants with children ($n = 38$) in the study by Costa and Bidell (2017), including heterosexual conception/adoption, artificial insemination, co-parenting arrangements, and adoption by one parent, among others, with a large majority having a biological relationship with the children, who were often born in a former heterosexual relationship.

In Oliveira's (2004) exploratory study, interviews were conducted with 11 children, aged 7 to 23, born in previous heterosexual relationships, and with 15 fathers/mothers and their companions. The researcher also interviewed a number of professionals from different fields.

The results highlighted the perception that the sexual orientation of parents is not a determining factor in the child's development, which is shaped more by the quality of family relationships than by the family structure, despite the negative impact of social attitudes on all areas of family life.

Like their counterparts in the American Psychological Association (Paige, 2005), in 2013, the Order of Portuguese Psychologists (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013) took the position, based on international research, that important decisions about children's and adolescents' lives should be based on the quality of the relationships between parents and children rather than on the sexual orientation of the fathers/mothers. This position was published at a time when political and social debate was occurring about the possibility of co-adoption by same-sex couples.

In this sense, the Portuguese context is characterized by an increasing legal recognition of same-sex families. In 2001, the non-marital partnerships were recognized (Law No. 7/2001 of 11 May) and in 2010, civil marriage (Law No. 9/2010 of 31 May). However, none of the documents provided for the possibility of adoption by a couple (Art. 7, Law No. 7/2001 of 11 May and Art. 3, Law No. 9/2010 of 31 May). In addition, access to Medically Assisted Procreation techniques was limited to different-sex couples diagnosed with infertility or other procreation-related health problems (Law No. 32/2006 of 26 July). Political proposals to amend the law continued to be advanced, accompanied by the corresponding social debate. The year 2016 represents an important milestone in this regard, with the removal of limitations/bans on legal family rights, such as joint adoption (Law No 2/2016 of 29 February) and the expansion of access to medically assisted insemination for all women, irrespective of marital status and sexual orientation (Art. 6, Law No. 17/2016 of 20 June). However, these changes do not yet allow male couples to use surrogacy because this option is available only in the case of a 'missing or damaged uterus, or a disease of this organ that completely and permanently prevents pregnancy' (Art. 1, Law No. 25/2016 of 22 August).

In summary, the literature review points to a social climate in Portugal in which attitudes of reservation coexist with a progressive legal recognition of families with same-sex parents. In this context, this study seeks to identify perceptions of non-heterosexual parents with respect to both the challenges and the resources related to same-sex parenting. The current state of research makes this investment imperative because studies that explore the experiences of these families from their perspective remain scarce in Portugal, despite the development of this field at the international level.

This analysis is based on the several starting points. First, the concept of parenting as a relational and functional model that underlies the adults' performance of support and executive functions, such as the protection, education and sociocultural integration of the children. This model undergoes restructuring over the course of the family's life cycle, in accordance with the needs of individual development and the system itself as well as the corresponding social expectations (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995; A. E. Goldberg, 2010; Relvas, 1996). Second, the ecological approach (Belsky, 1984, 2008; Bronfenbrenner, 1977; A. E. Goldberg, 2010) renders it possible to identify at various systemic levels the possible influences of institutional heterosexism and sexual prejudice (Herek, 2009) on the family's development and functioning (American Psychological Association, 2005; A. E. Goldberg, 2010), calling for the mobilization of coping strategies and the development of resilience (Herek, 2009; Meyer, 2003; Oswald, 2002; Walsh, 2012).

These results will hopefully deepen the understanding of these families in Portugal, analogous to international studies, thereby contributing to the professional performance of those who work in the field of parenting and helping to dispel the prejudices surrounding this topic.

Method

Participants

The sample is one of convenience; participants were contacted using the snowball method (Yin, 2011). The participants were eight individuals who identified themselves as parents, lesbians ($n = 7$) and gay ($n = 1$). The researchers contacted associations that advocate for LGBT rights in Portugal, such as *ILGA-Portugal* and *Opus Gay*, among others, to publicize the study, and two participants volunteered to be interviewed. The others were referred by participants who had been interviewed ($n = 5$) or were reached through the authors' network of contacts ($n = 1$).

The average age of the participants was 40.1 years ($SD = 4.61$). All were employed university graduates. Six resided in urban areas and two in rural areas. Five were in non-marital partnerships, one was married, one was divorced, and one was single. The maximum number of children was two, with an average age of 7.4 ($SD = 6.43$) years (age range 1–19).

As in the studies of Aboim et al. (2012) and Costa and Bidell (2017), the routes to parenthood were diverse: two participants, a man and a woman, became parents in the context of a former heterosexual relationship, and six were mothers in a current or prior lesbian

relationship. Of these, two underwent artificial insemination abroad with an anonymous donor, one mother conducted self-insemination (that is, without medical treatment), one mother became a parent by *in vitro* fertilization abroad with a known donor, and two participants were non-biological mothers (both without legal recognition at the time of the interview).

Procedures for the Collection and Analysis of Data

Prospective participants were contacted prior to the interview to have the purpose of the study explained, to secure their agreement, and to schedule the interview. The interviews began with the participants signing informed consent forms and authorizing audio recording, with assurances that ethical principles would be respected regarding confidentiality and anonymity in the reporting of results.

The interviews were guided by a semi-structured script designed for this study, based on the ecological model of Bronfenbrenner (1977), the determinants of parenting model (Belsky, 1984, 2008), and the systemic perspective of the family life cycle (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995; Relvas, 1996). The first section of the script collected socio-demographic information, followed by questions regarding the participants' experiences with parenting, focussing particularly on the transition to parenthood and the resources and challenges encountered since then, both of an internal and external nature. Topics that emerged from the participants' accounts were also explored (Smith & Osborn, 2008).

The interviews were conducted in settings convenient to the participants, including at home ($n = 6$), in the workplace ($n = 1$), or in a public location ($n = 1$). The interviews were conducted by the first author at a time when the above legal changes in the access to joint adoption and artificial insemination had not yet occurred. The duration of the interviews varied from 36 to 139 minutes.

After being transcribed in full, the interviews were subjected to Interpretative Phenomenological Analysis (IPA) (Smith & Osborn, 2008), an ideographic approach that explores in detail the perceptions and meanings that individuals attach to their experiences, events, and states and in which an active role is attributed to the researcher because it is assumed that access to the interviewees' personal world depends on and is influenced by the researcher's conceptions. IPA thus constitutes a situation of double hermeneutics (Smith & Osborn, 2008), requiring the researcher to be alert to preconceived ideas, facilitate the expression of phenomena and remain open to new constructions of meaning (bracketing) (Finlay, 2014). Thus, it was decided that it would be better to proceed directly to the analysis

of the interviews before delving into a review of the literature to avoid restricting the meanings identified in the interviews to concepts previously mentioned in the existing research.

Following Smith and Osborn (2008), after listening to the interview recording again, the transcript of the first case was re-read several times while notes were taken regarding the content and initial interpretations. Next, the notes were transformed into emerging themes at a higher level of abstraction. This process culminated in the development of a chronological list of themes, which were then grouped according to conceptual similarities in a hierarchy of main themes and sub-themes while constantly being checked against the participant's narrative. These procedures were repeated for each case¹⁹. Finally, all the themes were reviewed and systematized in an iterative process that focussed on the similarities and differences among the participants. The co-authors reviewed the final list of themes, checking them against the data (Yardley, 2008).

The parallel records of the participants' narratives sought to preserve their first-hand accounts of experiences and to allow readers to examine the suitability of the interpretations (Finlay, 2014; Smith & Osborn, 2008; Touroni & Coyle, 2002).

In the analysis, excerpts from the interviews are in quotes and accompanied by letters identifying the interviewee and her/his route to parenthood (i.e., in the context of a previous heterosexual relationship—*PHR*; lesbian biological mother—*LBM*; lesbian non-biological mother—*LNBM*). Omitted sections are indicated by ellipses in parentheses, and clarifications are depicted by brackets. The collected data were discussed based on information both from Portuguese and international literature reviews regarding same-sex families.

Analysis and Discussion of Data

Overall, the themes reflect the motivations and the internal and external challenges and resources participants associated with their parenting experiences. Given the social context in Portugal, this analysis addresses the following themes: *i*) challenges/obstacles arising from outside and the *ii*) assumption of increased responsibility in parenting.

i) Challenges/obstacles arising from outside

This theme includes participants' perceptions about factors outside the family system that affect the family internally. It should be noted that in this analysis, we included only those

¹⁹ No Apêndice E encontram-se as respetivas tabelas, com os temas (e subtemas) individuais.

experiences that participants associated with their sexual orientation and/or family configuration. The subthemes refer to the challenges/obstacles presented by social attitudes and values, the quality of support, and the availability of models for the family.

Social Discrimination against Homosexuality

As observed in other studies (e.g., Gartrell et al., 2000; Lynch & Murray, 2000; Oliveira, 2004), nearly all participants referred to negative social attitudes towards homosexuality as a threat. For example, B (*LBM*) mentioned that “being lesbian (...) continues to be an instrument of stigmatization that anyone who wants to can use against” her.

Discrimination within the LG Community

In addition, one of the participants who had children in a former heterosexual relationship experienced negative reactions within the LG community: “The greatest homophobia I’ve experienced is among homosexuals, for having had two children from a previous relationship with a man” (H, *PHR*).

Berger (2000) also referred to the multiple stigmatization gay/lesbian stepfamilies may experience because of discrimination both in society and in the LG community for being involved in parenting.

Heteronormative Representation of Parenting

Contemporary manifestations of heterosexism and sexual prejudice may be observed in negative attitudes towards marriage and parenting by lesbians and gays, among others (e.g., Gato & Fontaine, 2017). In this sense, and consistent with the first sub-theme, prevailing values favouring heteronormative representations of parenthood (Gato, 2014; A. E. Goldberg, 2010) were also identified by some participants as a challenge by those who had children from a former heterosexual relationship, as was the case of H (*PHR*): “People have said to me, ‘I thought you couldn’t be a lesbian because you have children’”. Heteronormative representations of parenthood were also perceived as a challenge by those who were mothers in a planned lesbian family. For example, according to D (*LBM*), “We live in a very standardized society (...) everybody talks about ‘the father and mother’, and people aren’t very sympathetic to anything that differs [from that norm]”.

The participants also mentioned real experiences of social scrutiny of their families, perhaps prompted by other people’s concern for the development of their children. For

example, D (*LBM*) mentioned that the “one issue they raise is their [the children’s] future sexual orientation”.

In a specific reference to the work of professionals, one of the participants stressed the need to be attentive to the outside, for example, on commemorative dates:

We have to be on top of everything, [for example, the] Father’s Day [activities] (...)

Two years ago, I think, there was an assistant/auxiliary staff member that was telling [my child] at the end of the day, “Oh, take your Father’s Day present” (...) and this woman knows us! (...) Why don’t they have a group thing and talk about different families? And why don’t they promote that? (E, *LNBM*)

These perceptions of the participants reflect the attitudes of the surrounding environment. As we have seen, studies conducted with samples of university students (Costa et al., 2014; Gato & Fontaine, 2013, 2017; Gato, Freitas et al., 2012) and with samples of the general population (Costa et al., 2013; Ramos et al., 2016) reveal a general context characterized by reservations with regard to same-sex parenting, evidenced by ongoing concerns about the parental competence of lesbians and gays and the development of their children.

Given that some of these students will become professionals responsible for dealing with the subject of parenting in the psychosocial and legal spheres (Gato & Fontaine, 2017; Gato, Freitas et al., 2012; Machado, 2012; Xavier et al., 2017), one can foresee the additional challenge that non-traditional family configurations may face with regard to parenting projects.

Lack of Support for the Project of Parenting/Coming Out

Another emerging challenge is related to the lack of support for planning/undertaking parenthood, with specific features associated with family history.

Like the findings of Aboim et al. (2012), the participants’ experiences remain marked by a sense of lack of support. This is felt at the exo/macro level, evidenced by restrictive legal provisions and lack of protection for the family cited by participants who became parents in the context of a lesbian relationship, as was the case of one of the non-biological mothers: “It weighs a little on you to imagine having children who don’t have legal papers (...) [we encounter] a lot more hurdles than a traditional family” (F, *LNBM*). Another non-biological mother recalled how those restrictions influenced the decisions of the couple surrounding the project of parenthood: “Legally, it would be one of us adopting, not both of us (...) I would

prefer to just adopt [as a couple]; I think there are plenty of kids here that need homes (...) I wish we could expand our family more easily” (E, *LNB*). The law and perceptions of the legal context also influenced the pathways the participants in the study of Park, Kazyak, and Slauson-Blevins (2016) used to achieve parenthood.

In the case of another participant, what seemed most significant in this regard was the way she felt exposed at the time of the child’s birth registration because she did not give the father’s name: “I lied in court. And it wasn’t very pleasant to have to say, ‘Look, I slept with someone I didn’t know’” (D, *LBM*).

At the micro/meso level, participants had to deal with the reactions of others. For example, one of the participants who was a parent in a former heterosexual relationship remembers the difficulties of coming out to others, both for her and for the children:

Some of my daughter’s problems stem from that (...) from the comments that this provoked (...) A co-worker once said to me, “You’re either very brave or completely crazy, because exposing your children to a situation like that is complicated” (...) And I remember my grandmother also saying, “What will people say to the kids?” (H, *PHR*).

Another participant mentioned similar challenges faced by his children at school:

[People] never went after the father or mother. They never dared to look me in the face and ask me, “Are you really homosexual? Is that why you got divorced?” No one ever did that. But they would attack my children at school (G, *PHR*).

Tasker (2013) underscored the concerns of these fathers and mothers for their children, not only because of the divorce itself but also because of others’ negative reactions to their coming out.

With regard to the family of origin, the decision to have children may not have the same support that is guaranteed to heterosexual couples (A. E. Goldberg, 2006, 2010). One of the participants who was a mother in the context of a planned lesbian family recalled the family’s less than favourable reaction to her decision to have children:

When I told my mother that we were going to have a child, she asked me, “But why?” And I said to her, “Why didn’t you ask my sister that when she decided to have a child?” (...) “Ah, because in your situation, it’s different” (...) There is a large difference.

While a heterosexual couple experiences pressure to have children, a same-sex couple, at least for now, gets a startled reaction; it's more or less discouraged (B, *LBM*).

Lack of References for the Family Model

A perceived lack of references for the family model also emerged, inferred in our analysis from the apparent need to anchor the family in other so-called non-traditional family configurations when reflecting on their situation. As B (*LBM*) said, “We can use divorce as an imperfect analogy. After the 25th of April’s Revolution, a child of divorced parents was “that poor little thing!”” In addition to the analogy of situations of divorce in the past, in Portugal, comparisons have also been made to the experiences of interracial couples and marriages between partners of different ages: “for example, a multi-racial family (...) It would get the same reaction, wouldn't it? When they are the first to appear...” (F, *LNBM*); “They are treated differently, as with anything new, like a multi-racial couple is treated differently, like a couple of very different ages is treated differently” (H, *PHR*).

In Touroni and Coyle’s (2002) study, some of the participants mentioned the lack of models for lesbian parenting. It seems appropriate to stress the time difference that separates the two studies. Referring again to the broad social context, this perception of the participants may be linked to the lack of visibility of same-sex parenting in Portugal, associated with its lack of social recognition, as suggested by studies about attitudes towards these families, such as legal recognition, given the short history of legal changes at this level.

As A. E. Goldberg et al. (2014) noted, despite lingering concerns regarding same-sex parenting, which are sometimes expressed as concern for the children’s welfare because of social prejudice (Clarke, 2001), a topic to which the participants of this study were not indifferent, there is widespread agreement among researchers that sexual orientation does not determine the quality of parenting. Thus, as Oswald (2002) suggested in a revision of the literature that focused on the resilience processes that enable members of gay and lesbian families to create and strengthen their family networks, it is important to direct the focus from the sorts of problems that are posed by challenges such as heterosexism towards the study of the strengths deployed by these families to confront those challenges.

In this vein, the next theme includes participants’ reflections and experiences in managing the challenges and obstacles previously analysed.

ii) Assumption of increased responsibility in parenting

The term ‘increased’ is intended to convey the idea of taking on responsibilities beyond the normal support, protection, education and socialization required of parents, in accordance with the children’s development (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995; Relvas, 1996), which, although not the object in this analysis, were also revealed in this study. Bos, van Balen, van den Boom et al. (2004) employed the term ‘parental justification’ to refer to these parents’ need to prove the quality of their parenting to others, for example, by devoting more attention to their children than other parents do in anticipation of society’s negative reactions.

Some participants referred to strategies and reflections that began with their coming out and the dissolution of their heterosexual marriage: “My daughter was very small and would be raised by two women. [I read] a book; that’s where I got a lot of it” (H, *PHR*). Others referred to the process of deciding to have children: “It’s no wonder that gays and lesbians, in general, think much more than a heterosexual couple before having a kid (...) because they know they’ll be under society’s magnifying glass. And I think it would be almost irresponsible not to understand this” (B, *LBM*).

The sub-themes refer to intentional actions and the construction of meaning that validate and affirm the family when integrated into a context perceived to be somewhat hostile (Oswald, 2002).

Openness and Assertiveness with Others

As with other studies (e.g., Gartrell et al., 2000), in the first sub-theme, participants noted the need to be open with others regarding their family, aware of the message they would send their children if they were not. One of the biological mothers mentioned, “If we don’t start to share this too, it will be much harder for her [our daughter]. We set the example; she really must see we’re comfortable with this” (A, *LBM*).

Another participant, who became a mother in the context of a former heterosexual relationship, also said that keeping secrets would not be positive for the family: “There’s nothing worse than a child (...) having to keep a secret” (H, *PHR*). Lynch and Murray (2000) also concluded that the needs of the children were crucial to these parents’ decisions regarding coming out, in the sense of creating an environment of openness with others, a fact that some participants in Giunti and Fioravanti’s (2016) Italian study also mentioned as being one of the greatest benefits of that decision.

And as one of the participants noted, openness begins with the self-acceptance:

I think a person who's in the position I was in five years ago [not ready to come out] shouldn't take this on (...) [We need] to show the world that people like me have all the skills and then some to be able to raise children (D, *LBM*).

Another participant also referred to opening up to the outside world as an ongoing active task (Oswald, 2002) but one that is necessary to guarantee her rights and the rights of her children:

[In one of the schools], we sat at the principal's desk, and when they gave us the card to fill out, it asked for "name of the father, name of the mother". We answered right away, "This child has no father; it has two mothers. What should I do, scratch out where it says father and put mother?" You have to inform people of things and give them room to ask questions (...), but this is not asking for permission (...) I don't need anyone's blessing to demand that my rights and, essentially, the rights and guarantees of my children be respected. And I think this attitude has also made a difference (B, *LBM*).

Anticipating/Managing Children's Questions/Experiences Regarding their Family

Parallel to the openness with the outside world, participants also referred to investing in the anticipation and management of their children's questions and experiences in an age-appropriate manner by providing information regarding their family and how it might be perceived by others:

Throughout their lives, there will be the confrontation with the question of not having the traditional family. Whether in school, or with their friends, or at university, or on the street (...) We expect they'll start to ask us questions. [We'll] try to explain in an age-appropriate way (C, *LBM*).

In a study based on interviews with five lesbian families (mothers and children), Litovich and Langhout (2004) identified similar strategies for coping with heterosexism that included openness regarding sexual orientation, explaining their family to the children, and alerting them to possible incidents.

These concerns were also verified by Lynch and Murray (2000) in a reference to the parents' respect for their children, particularly adolescents, by the level of openness desired by

the children in relation to their family. This seems to match the strategy adopted by G (*PHR*): “For better or for worse, I decided to avoid showing up in places where he hangs out with his [teenage] friends”.

The participants talked about the measures they have taken to compensate for the family’s lack of legal standing (Oswald, 2002; Park et al., 2016), particularly with regard to non-recognition of the non-biological mother in planned lesbian families. Thus, one of the mothers mentioned that ‘just to be safe in the future, her [the partner’s] brother is registered as the father’ (A, *LBM*). To secure the children’s future, another participant also said,

At this time, the other person has no legal authority over the children (...) So if something happens to me, the children won't have a right to anything. We would most likely have to make wills or donations to each other now, while we're alive, to be able to secure [their future] (C, *LBM*).

Building Resilience in Children

This set of intentional strategies that focused on the development of family resilience (Walsh, 2012) seemed to culminate in the empowerment of children by reinforcing their strengths and defences to face potential social stigma. As two participants mentioned, “Of course, lesbian and gay parents, and thinking of myself too, have additional concerns that other parents don’t have, [of] preparing their children for the less positive looks they’ll get from society’ (H, *PHR*). ‘Since it’s already difficult for me (...) I try to give them strength (...) [to] build up their defences” (G, *PHR*).

And how do the participants do/intend to do it? By preparing children to talk with others about their family—“They [children] will need to have their own explanations ready” (F, *LNBM*)—and teaching them respect for diversity—“Telling stories, I always try to point out differences and show her we must respect differences [in people]” (D, *LBM*); “we try to promote the idea that there are other kinds of families” (E, *LNBM*). These strategies were also observed by Gartrell et al. (2000).

Some participants also noted the importance of providing opportunities for contact with other same-sex families—“No wonder I feel it’s important for my kids to meet other children who have two fathers, two mothers” (B, *LBM*); “we try to give [our daughter] opportunities to play with children who have two mothers” (A, *LBM*)—the benefits of which were also highlighted in the study by Bos and van Balen (2008).

Valuing Male Reference Figures

Our analysis also revealed the value placed on the presence of male figures, particularly for the lesbian planned families (for both girls and boys): “[Her godfather] is a male reference figure for her and very important to her. And to us” (E, *LNBM*); “We think it’s important for the boys to have male figures present in their lives; we arrange for that to happen” (C, *LBM*); “we discuss these issues as a couple; there will always be male figures around” (F, *LNBM*). This intention/behaviour was observed in other studies (e.g., A. E. Goldberg & Allen, 2007) although Franco (2013) observed a difference in this area in the couple she interviewed, with only one of the mothers valuing a male presence.

In addition to actively searching out contacts with other same-sex families, valuing the presence of male figures can serve as another way to legitimize and obtain support for the family (Oswald, 2002). It may also be a mechanism for managing the personal concerns regarding children growing up without a male role model and the social scrutiny analysed in the first theme.

Negotiating the Name by Which Each Mother/the Stepparent will be Called

Finally, along with intentional actions, reflection has also emerged about the language used to *constitute* the family as another way to address the fact that the family is not recognized by the outside world (Oswald, 2002).

One of the non-biological mothers’ experience was clear in this area:

[Although] the fact that she [the other mother] gave birth (...), I still feel like I’m a *mum* too (...). I shouldn’t have to legally be the aunt, you know? [on the child’s birth registration, they named her brother as the father]. It’s something that bothers me; it devalues my role in terms of society, and I don’t think that’s fair. But I don’t let it devalue my role here at home (...) And it works because I have a supportive partner (...) that says, “you are as much a mother as I am” (E, *LNBM*).

The other non-biological mother specifically stressed the need for thinking about the name by which each mother will be addressed, concluding that the choice will end up being what feels “comfortable” for the family: “They [children] are the ones who’ll end up choosing; it has to feel comfortable, maybe, at home, and then other people will get used to it” (F, *LNBM*).

The couple interviewed by Franco (2013) also highlighted this reflection about the name by which each parent would be addressed. On the one hand, that preparation appears to

refer to the construction of parental identity as well as to conveying this relationship to children, particularly for the non-biological lesbian mothers (Bergen, Suter, & Daas, 2006; Padavic & Butterfield, 2011); conversely, such preparation also appears to be a component of negotiating relations between family and society (Bergen et al., 2006; R. Brown & Perlesz, 2007), perceived as necessary in light of the challenges facing so-called non-traditional families.

The experience of one of the participants who had children in a former heterosexual relationship motivated this reflection. Referring to the relationship of the children with her current partner, she said, “They call her aunt. It was their decision (...) they felt awkward addressing her by her name” (H, *PHR*). Berger (1998), R. Brown and Perlesz (2007) and Lynch and Murray (2000) also observed this reflection in these specific families: once more, defining the name, and eventually, the role that the same-sex partner will assume both within and outside the family.

Conclusions

Because studies of these families in Portugal remain scarce (Aboim et al., 2012; Costa & Bidell, 2017; Franco, 2013; Oliveira, 2004), this study contributes to the body of knowledge through an in-depth analysis, based on interviews, of the meanings and experiences of parenting in a sample of seven lesbians and one gay man who were mothers/father in the context of a former heterosexual relationship ($n = 2$) or in a planned lesbian family ($n = 6$). This analysis is of particular interest in view of the specific features of the social context surrounding access to and the exercise of same-sex parenting and the fact that there is no single way for families to cope with the challenges they face (Walsh, 2012).

With regard to attitudes towards same-sex parenting in Portugal in the first theme, the meanings narrated by the participants were related to their perceptions of and experiences with both external challenges and obstacles stemming from social attitudes and values, the perceived lack of support for the project of parenthood, and the lack of references for the family. As other studies have observed (e.g., Bergen et al., 2006; Bos & van Balen, 2008; R. Brown & Perlesz, 2007; Gartrell et al., 2000; Litovich & Langhout, 2004; Lynch & Murray, 2000), these challenges appear to have been considered by our participants as promoters of (self-)mobilization of ‘extra’ forces and resources to ensure the family’s well-being. The second theme addressed the intentional actions and constructions of meaning designed to validate and affirm the family (Oswald, 2002) in a context generally perceived to be somewhat hostile, namely, the set of additional responsibilities parents consider it their duty to assume the

following: *openness and assertiveness with others, anticipating/managing children's questions/experiences with regarding their family, building resilience in children, valuing male reference figures and negotiating the names by which each mother/stepparent will be called.*

The data also suggested the need to consider the heterogeneity of same-sex families based on their history. Although families refer to common experiences, some challenges and strategies take particular forms, such as the construction of the parental identity of the non-biological mothers in lesbian planned families (cf. Bos, 2013) and the impact that coming out has on the entire family in the case of participants who had children in the context of a previous heterosexual relationship (cf. Tasker, 2013).

There are limitations to this study that require acknowledgement, namely, the sample size, which is small and includes diverse pathways to parenthood. It should be emphasized, however, that studies have made use of IPA with a variable number of participants, ranging from one to fifteen or more and that the objective is to conduct a deep analysis of perceptions and the meanings that individuals attribute to their personal and social worlds (Smith & Osborn, 2008). The sample primarily comprised women and people with university degrees who volunteered to participate in the study, limitations that have also been noted in other studies (cf., A. E. Goldberg et al., 2014). Given the social context surrounding these families in Portugal, it is important to ask whether the results would be the same if the participants faced more difficulty affirming the family's identity to the outside world, for example, compared with the degree of openness revealed by our sample (A. E. Goldberg, 2010).

Although they cannot be generalized, these results may offer a resource for professionals in the formal support network at a time when these families can be expected to achieve greater visibility because of legal changes that have occurred in Portugal. The participants recognized social challenges to be a vulnerability factor but also referred to protective and resiliency factors (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013; Walsh, 2012), which, in addition to being mobilized by families, should be promoted by those who work in this field. First, professionals must reflect on the influence of personal beliefs in this matter and use scientific evidence when working with these families (Xavier et al., 2017). In maintaining an ecological approach (Bronfenbrenner, 1977; A. E. Goldberg, 2010; Walsh, 2012), these protective factors could include *i*) supporting families in contextualizing their situation, helping them recognize and manage 'normative' experiences resulting from the challenges posed by the outside world, in accordance with each family's specific circumstances; *ii*) facilitating the construction of informal support networks by, for example, promoting meetings among same-sex-parent families as a way to expand instrumental support (e.g., by exchange of information)

and support the construction of family identity; and *iii*) contributing to creating a positive environment in the context of the formal network in which families circulate, such as educational institutions, health services, and the legal system, among others, investing in raising awareness of this issue in society.

Further studies are necessary, both qualitative and quantitative, with a view to a deep knowledge and social and professional sensitization and respect for different family configurations. In future studies, in addition to extending this study to more families, it will be important to identify how the meanings constructed by these parents change or remain the same considering the legislative changes that recently occurred in Portugal. Another relevant topic for research would be to identify the experiences and meanings associated with the desire and intention to have children among those who do not yet have any.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou contribuir para a compreensão da(s) realidade(s) das famílias homoparentais em Portugal, tendo como objetivos (a) a identificação de representações sociais de profissionais de áreas psicossociais e jurídicas relativamente ao exercício da parentalidade por lésbicas e gays, (b) a identificação de perceções de jovens adultos sem filhos em torno de um eventual projeto de homoparentalidade e (c) a identificação de perceções de pais/mães relativamente aos desafios e condições da homoparentalidade.

No sentido de responder a esses objetivos, para além da revisão da literatura, o desenho da investigação integrou três estudos realizados com diferentes subgrupos de participantes, contribuindo cada um deles para a compreensão de diferentes perspetivas e contextos dessa realidade: os dos profissionais da área psicossocial e jurídica, os de lésbicas e gays com filhos e os de jovens adultos sem filhos. Os resultados apresentados de forma autónoma nos Capítulos II, III e IV serão analisados de modo integrado permitindo uma leitura global do objeto de estudo ou, como referem Lincoln et al. (2011), uma metanarrativa dos participantes, buscando na interação das partes a compreensão (necessariamente provisória) da essência do todo. Essa análise mantém como referencial de base o mapa teórico anteriormente definido: o modelo ecológico (Belsky, 1984, 2008; Bronfenbrenner, 1977, 1986; A. E. Goldberg, 2010) complementado pela perspetiva sistémica do ciclo vital da família (Alarcão, 2006; Carter & McGoldrick, 1995; A. E. Goldberg, 2010; Relvas, 1996), tendo sido consideradas de modo particular as influências do heterossexismo institucional e do preconceito sexual (A. E. Goldberg, 2010; Herek, 2009), a par de uma leitura ecológica e desenvolvimental da resiliência familiar (A. E. Goldberg, 2010; Oswald, 2002; Walsh, 2012, 2016).

Esta síntese conclusiva encontra-se, assim, dividida em três secções:

- i. a discussão integrada das perceções dos diferentes participantes relativamente aos projetos e vivências da homoparentalidade, tanto na primeira pessoa como na perspetiva dos profissionais com responsabilidades em matéria de família e parentalidade, com um potencial envolvimento no contexto forense;
- ii. a reflexão em torno das implicações e contributos desta investigação para a compreensão e intervenção em processos que envolvam estas famílias nos contextos forenses, mas também na promoção da sua afirmação na sociedade;
- iii. a reflexão em torno das limitações dos estudos realizados e a proposta de novas questões que poderão orientar futuras linhas de investigação sobre esta temática, em Portugal.

SÍNTESE INTEGRATIVA DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Apesar do heterossexismo e preocupações sociais existentes em torno das famílias homoparentais (Gato, 2014; A. E. Goldberg, 2010; Herek, 2009), e dos limites apontados aos estudos realizados (e.g., Marks, 2012), atualmente é consensual na comunidade científica que o desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes são mais determinados pela qualidade dos vínculos, dinâmica relacional familiar, sentido de competência dos pais/mães e suporte social à família, do que pelo género ou orientação sexual das figuras parentais (e.g., American Psychological Association, 2005; Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013; Perrin & Siegel, 2013).

Como explanado ao longo dos Capítulos anteriores, em Portugal, o reconhecimento social das famílias homoparentais ainda é marcado por reservas (Costa et al., 2013; Costa et al., 2014; Costa et al., 2015; Gato, 2014; Gato & Fontaine, 2013, 2016, 2017; Gato, Freitas et al., 2012; Machado, 2012; Ramos et al., 2016). De acordo com dados do Eurobarómetro (European Commission, 2012), 55% dos portugueses consideravam existir discriminação com base na orientação sexual.

Mas o momento atual também se caracteriza por mudanças sociais, sobretudo legais (Lei n. 2/2016, de 29/02; Lei n. 17/2016, de 20/06), que poderão permitir às gerações mais novas de lésbicas e gays fazerem o *coming out* mais cedo e incluir a parentalidade nos projetos de vida. Acresce que esta é uma área de estudo ainda em afirmação no nosso país, em contraste com o significativo investimento já existente a nível internacional, afigurando-se particularmente relevante a análise de questões que possam emergir nos contextos forenses, atendendo às especificidades dos percursos de acesso à parentalidade nestas famílias e, uma vez mais, ao escrutínio social a que estão sujeitas.

É este o contexto que envolve a emergência e o desenvolvimento dos três estudos que integram esta tese, devendo ser recordado que os dados foram recolhidos numa altura anterior às alterações legislativas anteriormente mencionadas, mas já marcada pelo debate político e social que as precedeu. Após a síntese de cada um deles, será feita uma análise integrativa dos principais resultados.

Representações sociais de profissionais de áreas psicossociais e jurídicas

O primeiro estudo foi desenvolvido com o objetivo de identificar representações relativamente à homoparentalidade em profissionais com um potencial envolvimento no

contexto forense. Nesse sentido, foram realizadas cinco sessões de grupos focais com psicólogos (duas sessões com dois grupos diferentes), assistentes sociais (uma sessão), advogados/ juristas (uma sessão) e magistrados (uma sessão), num total de 19 profissionais (três a quatro por sessão). As sessões foram realizadas em torno do tópico de discussão “opinião profissional acerca do exercício da parentalidade por sujeitos homossexuais”.

Da Análise de Conteúdo (Bardin, 2015; Wilkinson, 2008), resultaram temas e subtemas que foram agrupados em dois grandes tópicos: as *percepções relativas à influência da orientação sexual na parentalidade* e as percepções relativas às *especificidades das famílias homoparentais* (ver Apêndice F).

Através de uma análise exploratória de tendências na distribuição das categorias e subcategorias (cf. Tabelas 2 e 3 do Capítulo II) verificou-se que os profissionais tinham perspectivas relativamente à influência da orientação sexual na parentalidade que vão desde o considerar que não tem influência, passando pelas reservas veladas, até à rejeição explícita da homoparentalidade, nomeadamente no caso do grupo focal dos advogados/juristas. As reservas face à homoparentalidade eram baseadas: nos impactos negativos no desenvolvimento de crianças e adolescentes (ainda que, em contraste, nas percepções relativas às competências dos pais/mães se tenha evidenciado a noção de que a orientação sexual não define a qualidade do exercício parental); no peso atribuído às atitudes negativas da sociedade (ainda que deva ser considerada a realidade social); e nas preocupações com as eventuais fragilidades no funcionamento destas famílias (tanto no que diz respeito às experiências dos filhos, associadas, por exemplo, à ausência de figuras de referência do sexo oposto, como no que concerne ao ajustamento dos adultos, por exemplo, ao serem problematizadas as vivências associadas à afirmação e autoaceitação da homossexualidade). Deve ainda ser sublinhada a tendência dos participantes para apoiarem as suas percepções no posicionamento pessoal e narrativas sociais, em contraste com o recurso ao conhecimento científico, sendo referido o desconhecimento ou a escassez de estudos nesta área.

Em termos gerais, estes resultados estão em consonância com os de outros estudos internacionais realizados com profissionais da área psicossocial e jurídica (Brooks & S. Goldberg, 2001; Crawford et al., 1999; Hall, 2010; Richman, 2005; Uziel, 2002; Vecho & Schneider, 2015) e com estudantes portugueses de cursos superiores dessas mesmas áreas (e.g., Gato, 2014). Como sublinhado por Clarke (2001), as expectativas do impacto negativo nos filhos e de desajustamento de mães e pais, lésbicas e gays, constituem argumentos recorrentes nas posições de rejeição da homoparentalidade, podendo prevalecer face às evidências científicas e repercutir-se nas práticas profissionais. Todavia, também se verificou o

posicionamento crítico dos participantes face às suas responsabilidades profissionais, patente no caso dos magistrados, na reflexão em torno da salvaguarda do interesse superior das crianças nas decisões que interferem com a sua vida e com a dos que lhes são significativos; e no caso dos psicólogos e assistentes sociais, no reconhecimento da necessidade de investirem em formação que lhes forneça conhecimento e competências para uma atuação ajustada às especificidades das famílias homoparentais. De notar, ainda, que foi predominantemente nestes dois grupos que foram identificadas forças internas e competências a mobilizar por estas famílias, por exemplo, para fazer face aos desafios do heterossexismo, à semelhança do que já tinham constatado Brooks e S. Goldberg (2001), com profissionais das mesmas áreas.

De um modo geral, estes resultados, ao cobrirem uma necessidade da investigação no nosso país, contribuem para uma compreensão mais objetiva das representações de profissionais de áreas psicossociais e jurídicas relativamente à homoparentalidade, em Portugal, as quais, consciente ou inconscientemente, poderão influenciar ao nível das práticas. O facto de terem sido analisadas perceções de profissionais de diferentes áreas ligadas ao contexto forense é também um contributo a destacar.

Projeto de parentalidade em jovens adultos sem filhos

No segundo estudo tinha-se como objetivo identificar perceções e construções de sentido de jovens adultos portugueses sem filhos em torno do desejo e intenções parentais. Foram entrevistadas sete pessoas que se autoidentificaram como lésbicas ($n = 2$), gays ($n = 4$) e bissexuais ($n = 1$), sendo a média de idades 27.3 ($DP = 3.49$).

Da análise das transcrições das entrevistas desenvolvida com base nos procedimentos previstos pela Análise Interpretativa Fenomenológica, que permite a exploração detalhada da forma como os indivíduos constroem um sentido para o seu mundo pessoal e social e dos significados que atribuem às suas experiências e acontecimentos de vida (Smith, 1996; Smith, 2011; Smith & Osborn, 2008), verificou-se que o desejo de ter filhos foi referido pela maioria dos participantes ($n = 6$), ainda que tenham manifestado o adiamento dessa intenção, eventualmente até estarem asseguradas as condições percebidas como necessárias para o exercício da parentalidade. Algumas dessas condições e desafios são gerais, como por exemplo a estabilidade económica e da relação afetiva. Outros foram associados pelos participantes à sua orientação sexual. No geral, os temas e subtemas que concretizam esses desafios e condições encontram-se agregados em três tópicos fundamentais (cf. Tabela 5 do Capítulo III): *as motivações sobre a parentalidade, perceções acerca da influência da orientação sexual na*

parentalidade, que parecem pesar na ponderação de ter filhos; e as *percepções sobre as condições e desafios da parentalidade* que são antecipados ao nível pessoal, relacional e do contexto social alargado.

Assim, à intenção de ter filhos associa-se a consideração de desafios relacionados com o heterossexismo, mas também a expectativa de mudanças na sociedade e a consideração de condições necessárias para enfrentar o estigma, por exemplo, através da reflexão e investimento acrescidos relativamente ao projeto de parentalidade, tanto individualmente como ao nível do possível casal, condições que são projetadas sob a forma de antecipação de responsabilidades parentais, também elas, acrescidas, tendo sempre presente a salvaguarda das crianças. Foram identificados o suporte da comunidade gay e a procura de contextos comunitários mais inclusivos da diversidade familiar como recursos e fontes de suporte ao exercício de uma futura parentalidade.

Estes temas e subtemas vão ao encontro dos resultados de estudos congéneres realizados a nível internacional (e.g., Berkowitz & Marsiglio, 2007; Bos et al., 2003; Chabot & Ames, 2004; Gianino, 2008; A. E. Goldberg et al., 2012; Rabun & Oswald, 2009), e sugerem aspetos que poderão ser importantes para a compreensão das construções de sentido em torno das intenções parentais de pessoas não heterossexuais em Portugal, em complemento às abordagens quantitativas, como é o caso do estudo anteriormente citado de Costa e Bidell (2017) também realizado com uma amostra portuguesa. No cômputo geral, os resultados destacam um conjunto de percepções prospetivas sobre os desafios associados à concretização do projeto de homoparentalidade, e os recursos que poderão ser mobilizados para os enfrentar, constituindo-se como um contributo para a reflexão tanto de lésbicas e gays que pretendam ter filhos, como dos profissionais envolvidos nas temáticas do acesso e regulação da parentalidade.

Percepções de pais/mães relativamente aos desafios e condições da parentalidade

O terceiro estudo teve como objetivo identificar percepções sobre os desafios e recursos associados ao exercício da parentalidade em pessoas que já têm filhos. Participaram oito indivíduos que se autoidentificaram como pais/mães e lésbicas ($n = 7$) e gays ($n = 1$), com uma média de idades de 40.1 anos ($DP = 4.61$). Um homem e uma mulher tiveram os filhos no contexto de uma relação heterossexual anterior. As restantes participantes ($n = 6$) foram mães no contexto de uma relação lésbica atual/anterior. Duas dessas participantes recorreram a inseminação artificial com dador anónimo no estrangeiro. Num caso a opção recaiu sobre a

“inseminação caseira” e noutra na fertilização *in vitro* com dador conhecido, fora do país. Duas eram mães não biológicas (sem reconhecimento legal na altura da entrevista). Os procedimentos seguidos na recolha e análise dos dados foram similares aos descritos no estudo anterior (participantes sem filhos).

Tendo em conta as especificidades do contexto português foram focados os temas e subtemas que os participantes associaram à sua orientação sexual e tipo de família, designadamente: (a) os *desafios/obstáculos vindos do exterior*, relacionados com as atitudes e valores sociais, modelos (in)disponíveis e qualidade do apoio/suporte à família; e (b) a *assunção de uma responsabilidade acrescida na parentalidade*, que remete para um conjunto de ações intencionais e construções de sentido, como é o caso da reflexão em torno da linguagem utilizada para “constituir” família, direcionadas para a sua validação e afirmação num contexto envolvente percebido ainda como pouco aceitante. Estes aspetos também são partilhados, genericamente, pelos participantes sem filhos, ainda que evidenciem uma maior concretização nas construções de sentido dos pais/mães, presumivelmente devido às experiências já vividas. As experiências dos participantes com filhos evidenciam vivências em comum, mas também singularidades associadas à história familiar (e.g., as questões em torno da construção da identidade parental das mães não biológicas ou os impactos do *coming out* em todo o sistema familiar nas situações de relação heterossexual anterior).

Sendo ainda escassos os estudos realizados com estas famílias em Portugal (Aboim et al., 2012; Costa & Bidell, 2017; Franco, 2013; Oliveira, 2004), estes resultados vêm contribuir para este corpo de conhecimento através de uma análise de construções de sentido, social e experiencialmente situadas, de pessoas com diferentes percursos de acesso à parentalidade. À semelhança dos outros dois estudos que integram esta investigação, verificaram-se pontos de contacto com os resultados de trabalhos internacionais congéneres, designadamente no que diz respeito: (a) aos desafios percebidos (Berger, 2000; Bos & van Balen, 2008; Gartrell et al., 2000; A. E. Goldberg, 2006; González et al., 2010; Lynch & Murray, 2000; Park et al., 2016; Touroni & Coyle, 2002), (b) aos recursos mobilizados para os enfrentar (Bergen et al., 2006; Berger, 1998; Bos & van Balen, 2008; R. Brown & Perlesz, 2007; Gartrell et al., 2000; Giunti & Fioravanti, 2016; A. E. Goldberg & Allen, 2007; Litovich & Langhout, 2004; Lynch & Murray, 2000; Park et al., 2016), (c) e às especificidades associadas ao percurso de acesso à parentalidade, designadamente no contexto de uma relação heterossexual anterior (Berger, 1998, 2000; R. Brown & Perlesz, 2007; Giunti & Fioravanti, 2016; Lynch & Murray, 2000), ou numa relação com uma pessoa do mesmo sexo, em particular no que concerne às vivências

da mãe não biológica (Bergen et al., 2006; R. Brown & Perlesz, 2007; Padavic & Butterfield, 2011).

Estes resultados constituem um recurso para os profissionais da rede de apoio formal, numa altura em que é expectável uma maior visibilidade das famílias homoparentais em Portugal associadas às mudanças legais entretanto ocorridas. Para além de sugerirem a heterogeneidade de experiências que podem decorrer da história de acesso à parentalidade, os participantes apresentam uma narrativa da sua realidade familiar consciente dos desafios associados ao heterossexismo, mas referindo-se também a fatores de proteção. Quanto a estes, para além de serem (auto)mobilizados pelas famílias, deverão ser compreendidos e promovidos por quem tem responsabilidades profissionais nestas áreas.

Das representações dos profissionais às perspetivas e experiências individuais

Os três estudos interligados vieram colmatar algumas das insuficiências verificadas neste domínio de investigação em Portugal ao permitirem uma abordagem compreensiva, simultaneamente, multi-etapas, em termos de ciclo vital da família (jovens adultos que manifestaram o desejo e a intenção de ter filhos e pais/mães), multi-informadores, incluindo as perspetivas de profissionais das áreas psicossociais e jurídicas, e multinível, uma vez que as narrativas envolvem perceções sobre o micro e o mesossistema (eventual projeto e vivências da parentalidade na primeira pessoa), o exo e o macrossistema (representações de profissionais de áreas psicossociais e jurídicas e perceções de todos os participantes relativamente ao contexto social mais abrangente, incluindo os referenciais sobre homossexualidade e parentalidade).

Com a ressalva das diferenças existentes ao nível da recolha e análise dos dados, tendo como objetivo identificar os significados/construções de sentido nas ações individuais e interações sociais dos diferentes subgrupos de participantes, realizou-se um exercício de *diálogo* entre os vários resultados. Com base nos níveis de análise propostos pelos modelos ecológico e sistémico, a Figura 1 contextualiza os recursos antecipados/mobilizados, em particular, pelos participantes sem filhos e com filhos face aos desafios do(s) meio(s) envolvente(s), desde os ambientes mais próximos aos mais afastados, especificamente aqueles relacionados com o heterossexismo (que emergiram nas narrativas dos três subgrupos de participantes). Atendendo às reservas presentes no discurso dos profissionais, destacam-se os desafios que poderão representar estas interseções em concreto.

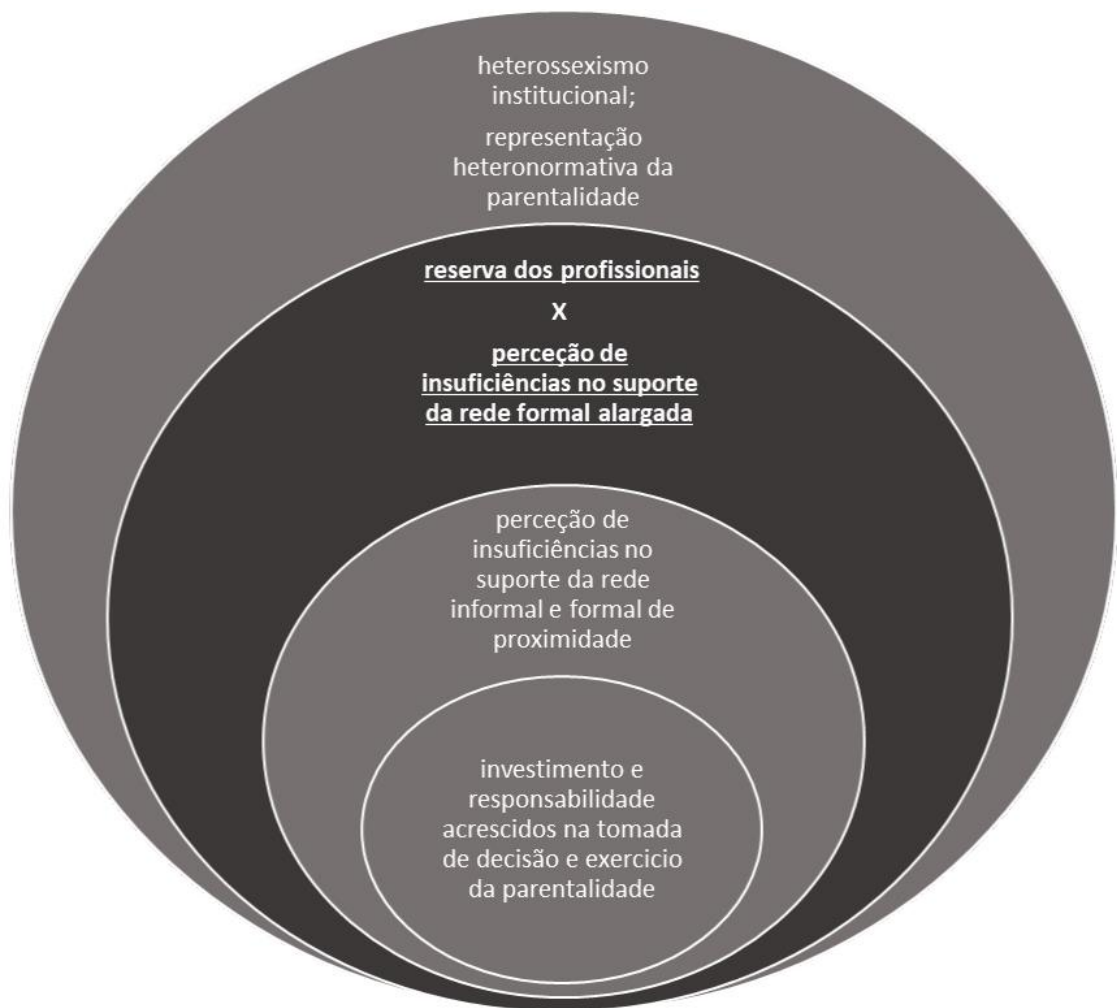


Figura 1: Recursos internos antecipados/mobilizados face aos desafios percebidos, relacionados com o heterossexismo.

Evocando razões diferentes, nos três subgrupos de participantes emergiram percepções relativas à vulnerabilidade resultante do estigma sexual (Herek, 2009). As experiências narradas enquanto membro de uma minoria sexual, independentemente de já ter ou não filhos, são claras a este nível. De acordo com uma das participantes sem filhos “chegar ao trabalho e dizer que [ia] ter um filho com a namorada, era, de certeza, esperar que nos próximos anos as pessoas [a] vissem de forma diferente’ (Ana). No subgrupo dos participantes com filhos, B refere que “ser lésbica (...) continua a ser um instrumento de estigmatização que quem quiser poderá ir buscar para [a] recriminar”. Também no grupo dos profissionais estas questões foram amplamente exploradas ao nível das ameaças externas às famílias homoparentais (cf. Tabela 3, Capítulo II).

Tendo presente a conceitualização de heterossexismo moderno (Gato, Fontaine et al., 2012), as experiências de vulnerabilidade incluem as dificuldades ao nível do reconhecimento da família por parte da sociedade, associadas à representação heteronormativa da parentalidade.

Estas percepções emergiram nos três estudos, tal como sugerem as narrativas que se seguem: “é ver a forma como a sociedade está organizada (...), por exemplo, temos fraldários ao pé das casas de banho das mulheres” (PsyII1); “tudo o que não é (...) pai, mãe e filho, representa uma dificuldade acrescida” (Nuno, *participante sem filhos*); “vivemos numa sociedade muito padronizada (...) toda a gente fala ‘o pai e a mãe’, as pessoas não são muito simpáticas a tudo o que fuja disso” (D, *mãe biológica*). No caso concreto dos jovens adultos e pais/mães esta percepção parece ainda associar-se à falta de modelos para a família, como sugere o participante que refere “não [ter] conhecimento de nenhum casal homossexual” (Gil, *participante sem filhos*) ou a participante que parece ancorar-se noutras situações para refletir sobre a sua família: “podemos, mal comparando, ir buscar a analogia dos divórcios, não é? Após o 25 de abril, uma criança que fosse filha de pais divorciados era ‘ai coitadinha’” (B, *mãe biológica*).

Apesar das atitudes do meio envolvente constituírem um desafio para as famílias homoparentais, tal como sugerem os resultados de estudos realizados com amostras portuguesas sobre a temática (Costa et al., 2013; Costa et al., 2014; Costa et al., 2015; Gato, 2014; Gato & Fontaine, 2013, 2016, 2017; Gato, Freitas et al., 2012; Machado, 2012; Ramos et al., 2016), as narrativas dos profissionais também configuram reservas (suas) em relação a estas famílias, como se pode inferir, por exemplo, na ponderação de eventuais impactos nas crianças (Clarke, 2001): “sob o ponto de vista da questão da socialização (...) acho que poderá ter implicações (...) [porque] a população portuguesa ainda não está muito recetiva a esta questão e poderá vir, de certa forma, a excluir, (...) as crianças” (PsyII3). Essa reserva fica ainda mais clara na expressão aberta de rejeição, especialmente no grupo dos advogados/juristas, evidenciada, por exemplo, na apreciação negativa às eventuais alterações à Lei (que entretanto acabaram por ocorrer): “não se pode permitir que este tipo de medidas legislativas alterem aquilo que é a ordem natural das coisas (...), sob pena de chegarmos a estas soluções aberrantes onde uma criança tem como filiação (...) dois progenitores do mesmo sexo” (L/A2)—mas também em relação à própria homossexualidade, num sentido mais lato— “eu acho que não há aceitação social nenhuma (...) eu não aceito!” (L/A1).

Ainda que também tenha havido referências ao facto de não ser a orientação sexual, per se, que define a qualidade do exercício parental, por exemplo, “não vejo que a orientação sexual possa influenciar no exercício da parentalidade (...). O que poderá influenciar (...) serão as competências pessoais de cada pai ou mãe” (Jud2), o espectro de posicionamentos dos profissionais reflete as apreensões dos outros dois subgrupos de participantes. Um dos jovens adultos sem filhos, ao referir-se ao processo de candidatura à adoção, disse recear o peso que possa ser dado à orientação sexual a este nível: “eu receio que sim. Eu acho que não se deve

colocar, mas, naturalmente, tem muito a ver com as pessoas que encontramos à frente a avaliar o processo” (Gil, *participante sem filhos*). Atendendo às experiências de uma das mães não biológicas que a levam a manter-se vigilante face ao modo como o meio reage à sua família, designadamente em relação às interações da filha, quando diz “temos que estar atentas a tudo, [por exemplo, as atividades] do dia do pai” (E), pode-se compreender e antever o potencial *desencontro* nas interseções entre perspetivas da família e dos profissionais, tanto ao nível do exossistema como do mesossistema (Bronfenbrenner, 1977, 1986; A. E. Goldberg, 2010).

A análise articulada e conjunta das perceções e narrativas dos participantes dos três grupos possibilita uma compreensão mais integrada dos desafios singulares e acrescidos que as famílias homoparentais poderão enfrentar na concretização do projeto de parentalidade no nosso país. Assim, é inequívoca a necessidade de reflexão e ação ao nível da formação e prática, tanto mais considerando a tendência revelada pelos profissionais para sustentarem as suas perceções no posicionamento pessoal e narrativas sociais, paralelamente ao desconhecimento/perceção de escassez de estudos nesta área, discutido sobretudo nas sessões dos técnicos da área psicossocial: “há ainda muito pouco estudo acerca desta temática (...) [falta] algo mais científico (...) que permita aos profissionais ter uma palavra mais certa acerca desta questão” (PsyII3); e se considerarmos ainda a aparente necessidade de recurso à experiência profissional com outras famílias para a sustentação dos seus posicionamentos: “trabalho com famílias multiproblemáticas e (...) o que acaba por ser o mais importante mesmo ali é o afeto, o que é passado [à criança] e não necessariamente a relação dos pais (...), o que importa aqui é mesmo o afeto, a relação” (PsyI4) (cf. Tabelas 2 e 3, Capítulo II). Nas sessões dos profissionais das áreas psicossociais destacou-se igualmente a necessidade de investirem em processos promotores de uma atuação ajustada às especificidades das famílias homoparentais: “para podermos auxiliar nas questões que nos são colocadas por parte destes casais também precisamos de ter algum conhecimento de base” (PsyII3).

Ainda ao nível do mesossistema, nas entrevistas dos jovens adultos foi evidenciada a insegurança em relação ao apoio da rede informal para o projeto de parentalidade, associada à perceção da não valorização/dificuldade de aceitação do mesmo por parte dos outros significativos: “embora a família, colegas, amigos, etc., estejam muito confortáveis com a minha homossexualidade, não sinto que estejam muito confortáveis com a ideia de ser pai” (Luís, *participante sem filhos*); “a primeira coisa que o meu pai me disse quando eu lhe disse que era homossexual foi “mas assim eu não vou ter netos a sério”” (Ana, *participante sem filhos*). Essa perceção colhe expressão na experiência de reações menos favoráveis a esse nível, reportada por uma das mães biológicas, (B), “quando eu disse à minha mãe que íamos ter um

filho ela perguntou-me, ‘mas porquê?’ e eu disse-lhe ‘porque é que não perguntaste isso à minha irmã quando ela decidiu ter um filho?’ ‘Ah, porque na tua situação é diferente’”.

Considerando agora o microsistema, ainda que de diferentes formas, tanto os participantes sem filhos como os participantes com filhos referiram recursos que podem/devem ser mobilizados pelo sistema familiar para fazer face aos desafios associados ao estatuto de grupo estigmatizado. Esses recursos integram, desde logo, a ponderação da intenção (tomada de decisão e plano) de ter filhos (W. Miller, 1994, 2011) dada a necessidade de recorrer a formas alternativas de acesso à parentalidade (Stacey, 2009). Essa ponderação foi, aliás, reconhecida como uma das forças destas famílias nos grupos focais, sobretudo o dos assistentes sociais (cf. Tabela 3, Capítulo II): “como força, o planeamento familiar é mais demorado, obviamente, e logo é mais pensado e é mais desejado” (SW3). Parece, assim, pertinente estabelecer o paralelo entre quem aspira e quem já passou pela experiência da transição para a parentalidade. Tal como verificado noutros estudos (e.g., Bos et al., 2003; Berkowitz e Marsiglio, 2007; Chabot & Ames, 2004; Gianino, 2008), os participantes sem filhos anteciparam a necessidade de reflexão e de investimento acrescido quando projetarem a parentalidade. Esse investimento comporta a procura ativa de informação sobre formas de acesso à (homo)parentalidade, que poderá ser suportada, por exemplo, pela investigação realizada nesta área. Passa ainda pela perceção da tomada de decisão enquanto processo complexo e exigente a nível individual e relacional, implicando a negociação do casal, e tendo presente a salvaguarda da futura criança. Por seu turno, os participantes com filhos, designadamente as mulheres que foram mães no contexto de uma relação anterior/atual lésbica, *confirmaram* os desafios internos que estão subjacentes a este projeto (ver Tabela 6). À semelhança dos resultados de estudos realizados internacionalmente (e.g., Chabot & Ames, 2004) e também em Portugal (Franco, 2013), a transição para a parentalidade surgiu associada a reflexão e deliberação na procura e seleção de formas de acesso à maternidade, mediada pela consideração das restrições legais (Park et al., 2016) que, na altura, ainda não permitiam o recurso a técnicas de PMA no nosso país. Passou também pela negociação, no seio do casal, de quem avançaria com a inseminação/gravidez, onde foram preponderantes fatores como a idade e a estabilidade laboral (Chabot & Ames, 2004). A tomada de decisão caracterizou-se igualmente pela necessidade de ter informação sobre o dador (no caso de duas participantes), perspetivando o interesse futuro dos filhos (A. E. Goldberg, 2006; Touroni & Coyle, 2002), e pelos procedimentos reconhecidos ou não como necessários, nomeadamente no caso da participante que optou por fazer inseminação sem recurso a intervenção médica (Chabot & Ames, 2004; Nordqvist, 2011).

Tabela 6

Tornar-se pai/mãe: do investimento pessoal esperado ao vivido

Jovens adultos sem filhos (n = 7)	Pais/mães (n = 8)
<p>Gil “imagino como um projeto desafiador... Já vi hipóteses, a nível abstrato, atenção!” (<i>investimento antecipado</i>)</p>	<p>A (LBM): “na altura decidimos que era eu que ia ter a criança porque tinha um trabalho mais estável” (<i>sobre o processo de tomada de decisão</i>)</p>
<p>Nuno “um casal heterossexual para ter filhos basta existir, um casal homossexual tem de querer... Quando chegar à altura vou informar-me do que é que existe... se no meu país eu não puder fazer as coisas da maneira que eu quero [procuro outra] reconhecida em Portugal” (<i>investimento antecipado</i>)</p>	<p>B (LBM): “informámo-nos, conversámos e acabámos por optar por uma hipótese adotada por muitos casais de lésbicas em Portugal, a inseminação caseira” (<i>sobre o processo de tomada de decisão</i>)</p>
<p>Luís “exige uma deliberação que acaba por te assustar um bocado, tu tens que ir ler, tens que que te inscrever” (<i>investimento antecipado</i>)</p>	<p>C (LBM): “foi uma decisão que demorou o seu tempo a ser maturada... depois tivemos que pensar no ‘como’... Vimos que em Espanha não havia esta possibilidade de se conhecer um pouco mais do dador e acabámos por escolher outro país” (<i>sobre o processo de tomada de decisão</i>)</p>
<p>João “além de ter alguma curiosidade, tenho interesse até porque, enquanto homossexual, é um objetivo que tenho [ser pai], não digo a curto prazo, mas por ter esse tipo de interesse também vou acompanhando [a investigação na área]” (<i>investimento antecipado</i>)</p>	<p>D (LBM): “[tive que fazer] a inseminação em Espanha” (<i>sobre acesso propriamente dito, note-se, antes das alterações à lei</i>)</p>
<p>Ana “essa decisão não pode ser tomada de ânimo leve, tem que ser ponderada, tem que ser discutida, tem que ser pensada e tomando, obviamente, em conta todos os fatores que vão influenciar a vida do casal e a vida do filho” (<i>investimento antecipado</i>)</p>	<p>E (LNBM): “primeiro decidimos quem iria engravidar. A minha situação laboral [menos favorável] e a possibilidade de a inseminação correr melhor com a minha companheira [pesaram na decisão]” (<i>sobre o processo de tomada de decisão</i>)</p>
<p>Diana “não sei se foi na televisão que eu vi e depois a partir daí é que percebi [a propósito de ter andado à procura de informação sobre inseminação artificial]” (<i>investimento antecipado</i>)</p>	<p>F (LNBM): “demorou um bocadinho, tomar este passo... a [companheira] como era a mais velha era quem avançava [para a inseminação]” (<i>sobre o processo de tomada de decisão</i>)</p>
<p>Lúcia “tudo tem que ser ponderado...há que perceber ‘como’... As coisas mais banais são complicadas [para as famílias homossexuais]” (<i>ainda que tenha referido não querer ter filhos, também antecipa a necessidade de um investimento acrescido</i>)</p>	<p>G (PHR): “esta decisão [divórcio e <i>coming out</i>] partiu de mim... estava a iludir uma pessoa [ex-mulher]” (<i>redefinição identitária, autenticidade</i>)</p>
	<p>H (PHR): “pensei que se calhar me tinha forçado muito [ao casar com um homem]... cada pessoa tem o seu percurso e o meu tinha que ser este... e uma das razões que me levou a falar muito cedo com os meus filhos foi eles não saberem por interpostas pessoas” (<i>redefinição identitária, autenticidade</i>)</p>

Nota: Por uma questão de consistência, foram mantidos os nomes fictícios/as letras para identificação dos participantes e as siglas usadas nos Capítulos III e IV (*LBM = lesbian biological mother, LNBM = lesbian non-biological mother, PHR = previous heterosexual relationship*).

Na Tabela 6, para além de estarem sistematizadas as narrativas em torno dos investimentos acrescidos, esperados e vividos, no acesso à parentalidade, estão também ilustradas as idiossincrasias da experiência de *coming out* dos dois participantes, uma mulher e um homem, que tiveram os filhos no contexto de uma relação heterossexual anterior. Essas experiências remetem para o entrecruzar da necessidade de reconstrução da relação consigo próprio, ao nível da identidade, e com os outros, especialmente os membros da família, em termos de autenticidade e confiança. Autores como B. Miller (1978), Lynch (2004) e Pearcey (2005) referiram-se às experiências específicas destes pais e mães em busca do reconhecimento familiar, ao mesmo tempo que percebiam o casamento heterossexual como um compromisso difícil de manter, enquanto aspetos que envolveram o processo de integração identitária como pai/mãe não heterossexual. No que se refere à autenticidade, Lynch e Murray (2000) concluíram que as necessidades dos filhos seriam tidas como essenciais na decisão do *coming out* destes pais/mães, no sentido de ser criado um ambiente de abertura, aspeto identificado como um dos maiores benefícios dessa tomada de decisão por alguns participantes do estudo de Giunti e Fioravanti (2016). Neste contexto, Pennington (1987, como citado em Tasker, 2013), com base na experiência da psicoterapia, sublinhou o quanto o segredo, que poderia ser forçado pelas atitudes sociais, pode minar a confiança dentro do sistema familiar.

Importa lembrar que a tarefa de (re)definição identitária desta mãe e deste pai se inscreveu nas interações com o meio, desde os contextos mais próximos aos mais alargados, marcadas pelas atitudes da sociedade em relação à homossexualidade e homoparentalidade. Mas, as questões ligadas ao *coming out* também emergiram nos discursos das restantes mães e dos jovens sem filhos. Para além de se tratar de uma questão essencial para a autoaceitação e bem-estar individual (Meyer, 2003), conscientes do estigma, os participantes perspetivaram o *coming out* como uma tarefa em aberto, que implica a gestão da visibilidade e a negociação permanente com os outros e com as instituições sociais (Herek, 2009; Oswald, 2002). Por exemplo, uma das participantes sem filhos refletiu a este propósito que “já [se] assume como lésbica há muito tempo (...). [E que a] única forma de mudar a sociedade e a forma como as pessoas pensam, apesar de ser à [custa deles e dos filhos, é colocarem-se] no meio dela” (Ana). No caso dos participantes com filhos, uma das mães biológicas, (D), referiu que “uma pessoa que esteja no patamar que [ela] estava há 5 anos atrás [não preparada para fazer o *coming out*], não deve entrar numa aventura destas [ter filhos]”. Da parte dos profissionais, designadamente numa das sessões realizadas com psicólogos, também foi reconhecida a relevância da autoaceitação dos pais/mães no contexto da parentalidade: “se os pais se aceitam (...) como são (...) automaticamente irão passar isso para os filhos. Para assumir um filho (...) têm que

se assumir a eles próprios, para passar essa informação para os filhos” (PsyI4). Ainda assim, é importante salientar que as eventuais especificidades destas vivências, associadas ao percurso de acesso à parentalidade (i.e., se antes ou após o *coming out*), não foram antecipadas pelos profissionais da nossa amostra. Quando surgiram menções ao tipo de família nas sessões dos grupos focais, estas foram associadas apenas à questão da biparentalidade ou monoparentalidade (cf. Capítulo II).

Na sequência do anteriormente exposto, os participantes sem filhos também anteciparam responsabilidades acrescidas no que concerne ao exercício da parentalidade propriamente dito. Como referiu uma delas, (Diana), “estamos a lidar com crianças, estamos a lidar com a sociedade (...). Temos que nos preparar para lidar com isso. E ajudar a criança a lidar com isso”. Esta perspetiva foi partilhada pelos participantes com filhos, com base nas suas vivências, sendo articulada sob a forma de uma *assunção de responsabilidade acrescida na parentalidade*. Este aspeto emergiu igualmente nos grupos focais, sobretudo no caso dos profissionais da área psicossocial (cf. Tabela 3, Capítulo II), por exemplo, sob a forma de cuidados específicos: “eu acho que, se calhar, um casal homossexual acaba por ter uma atenção diferente e um cuidado diferente de proteger a criança” (SW3).

Assim, os desafios percebidos e as vivências associadas ao estatuto de grupo minoritário (Herek, 2009), enquanto fontes de stress extrafamiliar (Minuchin, 1979, 2012), pareceram ser elaborados pelos pais/mães através da mobilização de recursos e forças *acrescidos* direcionados não apenas para a estabilidade, bem-estar e continuidade do sistema familiar (Alarcão, 2006; Relvas, 1996; Walsh, 2012, 2016), mas também para a sua validação e afirmação num meio percebido como pouco aceitante (Oswald, 2002). Tal como foi desenvolvido no Capítulo IV, esses recursos e forças materializaram-se nas seguintes ações intencionais e construções de sentido:

- i. *abertura e assertividade com os outros*: ação ligada pelos participantes à gestão em permanência do *coming out*, tida como necessária para garantir a salvaguarda de direitos, mas também para passar uma mensagem de segurança aos filhos relativamente à sua família;
- ii. *antecipação/gestão das questões/experiências dos filhos associadas à sua família*: para além de medidas de compensação dos (anteriores) impedimentos legais, integra a ação direcionada para o fornecimento de informação aos filhos sobre a sua família e possíveis reações do exterior, de um modo adequado ao nível de desenvolvimento destes, incluindo o respeito pelo grau de abertura que eles possam querer ter com o meio envolvente;

- iii. *desenvolvimento da resiliência dos filhos*: ações especificamente dirigidas ao desenvolvimento/reforço das forças e competências dos filhos para lidarem com o estigma esperado/vivido, incluindo a preparação para falarem sobre a sua família, a educação para o respeito pela diversidade e o contacto com outras famílias homoparentais. Quanto a este último aspeto, importa assinalar que o suporte da comunidade gay, de um modo geral, também foi valorizado no subgrupo dos participantes sem filhos tomando a forma de reflexão em torno da procura/criação de redes de apoio para a futura família, podendo eventualmente configurar uma alternativa à não valorização do projeto de parentalidade por parte da família e restante rede de proximidade;
- iv. *valorização da presença de figuras masculinas de referência*: na sequência da anterior, emergiu como mais uma forma de obter suporte para a família, designadamente nas narrativas das mulheres que foram mães no contexto de uma relação lésbica (tanto de meninas como de meninos), a par da valorização do apoio da restante rede informal (ver Apêndice E);
- v. *negociação dos nomes por que cada mãe/a companheira da mãe será tratada*: em complemento das ações anteriores, esta dimensão de natureza simbólica constituiu-se como uma mais uma forma de “fazer” e afirmar a família e os laços que unem os seus elementos, para além dos biológicos, aspeto que pareceu ser particularmente relevante no caso das duas mães não biológicas (na altura da entrevista, ainda sem reconhecimento legal da sua ligação à criança).

Na revisão da literatura internacional emergiram resultados semelhantes em estudos com amostras congêneres (e.g., Bergen et al., 2006; Berger, 1998; Bos & van Balen, 2008; R. Brown & Perlesz, 2007; Gartrell et al., 2000; Giunti & Fioravanti, 2016; A. E. Goldberg & Allen, 2007; Litovich & Langhout, 2004; Lynch & Murray, 2000; Padavic & Butterfield, 2011; Park et al., 2016).

Antes de concluir esta síntese é essencial clarificar o porquê da *responsabilidade acrescida*. Concretizando um aspeto referido de modo breve no Capítulo IV, onde foi esclarecido que o termo “acrescida” (*increased*) pretendia assinalar responsabilidades que eram assumidas para além das funções parentais típicas de proteção, educação e socialização dos filhos, de acordo com o seu nível de desenvolvimento (Alarcão, 2006; Cruz, 2005; Minuchin, 1979; 2012; Relvas, 1996), importa compreender aquilo que para os participantes com filhos (também) significa *ser pai/mãe*, em simultâneo com a assunção de responsabilidade acrescida

decorrente da ponderação das reações do exterior à sua família. Nesse sentido, seguem-se os aspetos mencionados por todos os participantes com filhos (ver Apêndice E), ilustrados por algumas das suas narrativas.

Parentalidade e responsabilidade pelo outro

Na perspetiva de uma das participantes que foi mãe no contexto de uma relação lésbica, a satisfação das necessidades básicas das crianças, a estruturação de um ambiente promotor do seu desenvolvimento e o apoio na necessidade cognitiva de compreensão do mundo envolvente, são cruciais, ao ponto de terem implicado a redefinição de prioridades:

A nossa vida fica absolutamente condicionada pela existência daqueles pequenos seres que tanto dependem de nós. Higiene, cuidado, alimentação, portanto, questões mais biológicas e funcionais da própria criança (...). Os rituais são essenciais (...). Ser capaz de colocar o outro e as necessidades do outro à frente das próprias necessidades. [Perceber] que eles precisam de aprender tudo. (B)

Parentalidade e vinculação

A satisfação das necessidades de afeto e de estabelecimento de relações de vinculação seguras foi descrita pelo participante (homem) cujos filhos nasceram numa relação heterossexual anterior com uma ênfase na expectativa de retorno em fases posteriores do ciclo vital da família:

Penso que tenho sido um bom pai para eles e reconheço que, apesar de estar divorciado, a nossa relação continua a ser excelente (...). Que perspetivas é que isso trará para o futuro? Eu espero continuar a contar com eles, pelo menos, eles vão contar comigo sempre que necessitarem! E eu espero, um dia mais tarde, vir de facto a contar com o apoio e com o carinho deles. (G)

Parentalidade e estabelecimento de limites adequados

Uma participante que também foi mãe após o *coming out*, antecipando o futuro da filha e posicionando-se de forma crítica face à educação que recebeu e às pressões/precauções que caracterizam os tempos atuais, destacou a importância dos limites da seguinte forma:

Na minha geração, o que eu sentia era que era tudo fácil. As coisas apareciam-nos facilmente e eu não quero mostrar isso à minha filha. Mas depois dou por mim a... a sociedade consumista a fazer-me pressão. Não é fácil. Não [quero que ela] seja extremamente mimada e “eu quero, posso e mando e vou ter tudo”, porque depois no futuro não vai ser assim. (D)

Parentalidade e respeito pelos filhos

Uma das mães não biológicas fez questão de sublinhar que “as crianças veem o mundo de uma forma completamente diferente dos adultos e não podemos esquecer isso” (E), destacando assim o respeito pela individualidade da filha em função, por exemplo, da sua idade e fase de desenvolvimento, como mais um dos aspetos envolvidos nas responsabilidades parentais (no geral).

Parentalidade e desenvolvimento de competências

Por fim, e como se pode depreender das palavras de outra participante de uma família lésbica, sendo também unanimemente mencionado por todos os participantes, o exercício parental interpela ao desenvolvimento pessoal, designadamente em termos de autoconfiança, como forma de fazer face aos desafios que, de um modo geral, representa a educação de uma criança: “a pessoa tem que encarar isto como uma aprendizagem que se vai fazendo no dia-a-dia... [É preciso] convencermo-nos mesmo que estamos a fazer o melhor que sabemos e podemos” (C).

Face à adversidade esperada/vivenciada no contacto com o exterior (Herek, 2009), é possível que as responsabilidades *acrescidas* sejam vividas de modo particular na função de integração social dos filhos, tanto de dentro para fora como de fora para dentro do sistema familiar, tendo levado os participantes com filhos a ponderar e a acionar estratégias como o suporte mútuo, o respeito pelas necessidades de cada membro do sistema familiar e a procura e disponibilidade de apoio instrumental e emocional nos contextos envolventes, como vimos anteriormente, com vista ao desenvolvimento da resiliência familiar (Oswald, 2002; Walsh, 2012, 2016). A passagem que se segue é um exemplo desta ideia:

É lógico que os pais homossexuais têm, e isto quase de certeza, daqueles que eu conheço e pensando em mim também, cuidados acrescidos que os outros pais não têm. Por

exemplo, nós temos o cuidado, normalmente, de preparar os nossos filhos para olhares menos positivos que eles vão receber da sociedade, não é? Ao passo que os pais heterossexuais, penso que não têm essa preocupação, porque já sabem que os filhos não vão ser questionados, à partida, pelos pais, pelo tipo de pais [que têm]. (H)

Em suma, a reflexão, deliberação e comprometimento críticos, responsáveis e contextualizados dos participantes em torno do (eventual) projeto e exercício da parentalidade parecem contrastar com as reservas dos profissionais e também da sociedade portuguesa em relação à homoparentalidade (e.g., Costa et al., 2013; Ramos et al., 2016).

A leitura proporcionada por esta metanarrativa (Lincoln et al., 2011) das perceções e construções de sentido dos participantes que integraram os três estudos vem contribuir para o aprofundamento da compreensão da(s) realidade(s) da homoparentalidade em Portugal, fornecendo fundamentos para uma reflexão mais integrada sobre as questões que poderão ser colocadas por estas famílias, e que se colocam a estas famílias, na relação com o meio envolvente, designadamente o contexto forense, tendo em conta as vivências particulares do acesso à parentalidade (sem esquecer as questões da regulação desse exercício).

IMPLICAÇÕES DO ESTUDO PARA A PSICOLOGIA FORENSE

Numa primeira análise, os resultados desta investigação apelam à reflexão sobre a influência do sistema de crenças e valores pessoais nas práticas profissionais, mas também sobre a formação inicial e contínua. As reservas manifestadas pelos profissionais que participaram nas sessões de grupos focais, associadas às narrativas sociais menos favoráveis que envolvem estas famílias em Portugal, tal como é sugerido pelos estudos realizados com amostras de estudantes do Ensino Superior (Costa et al., 2014; Gato, 2014; Gato & Fontaine, 2013, 2016, 2017; Gato, Freitas et al., 2012) e amostras da comunidade (Costa et al., 2013; Costa et al., 2015; Ramos et al., 2016), refletem potenciais dificuldades que poderão ser experimentadas por estas famílias no contacto com o contexto forense, tal como foi até referido no subgrupo dos participantes sem filhos. Tendo em conta que, de acordo com os resultados da investigação no domínio da homoparentalidade, a concretização do interesse superior da criança não depende da orientação sexual dos pais/mães (Ordem dos Psicólogos Portugueses,

2013; Paige, 2005), a elaboração de pareceres, a mediação de eventuais conflitos e as tomadas de decisão judiciais, conforme os casos, deve ser orientada não por essa característica, mas pelas competências parentais, qualidade dos vínculos e da relação parento-filial e ainda pela importância de não serem quebrados os vínculos entre figuras parentais e filhos.

As recentes alterações à Lei, por exemplo, em matéria de adoção por casais do mesmo sexo (Lei n. 2/2016, de 29/02), trouxeram novas oportunidades para as gerações mais novas de pessoas não heterossexuais que, em Portugal, pretendam concretizar o projeto de parentalidade (Costa & Bidell, 2017; A. E. Goldberg, 2010), mas tal não significa que fiquem automaticamente garantidas as condições necessárias à prossecução desse objetivo, podendo até acontecer que esta visibilidade se venha a traduzir em novos desafios. Foi essa, aliás, a posição sustentada por uma das organizações representativas dos direitos LGBT em Portugal, a Associação ILGA-Portugal, ao afirmar que é necessário assegurar a formação dos profissionais envolvidos nestes processos (Manso, 2017). Nesse sentido, a familiaridade com as conclusões da investigação realizada no domínio da homoparentalidade, tendo presente os limites apontados aos estudos realizados (Haney-Caron & Heilbrun, 2014), é fundamental para a atuação competente dos profissionais com responsabilidades em matéria de família, a começar pelos da área psicossocial que prestam apoio aos Tribunais através de avaliações e da elaboração de relatórios/perícias, designadamente nos processos de adoção e de regulação das responsabilidades parentais, mas também dos magistrados e advogados. Este aspeto é tanto mais relevante se lembrarmos, uma vez mais, as referências que surgiram nos grupos focais relativamente ao desconhecimento ou escassez de investigação neste domínio, sobretudo nas sessões realizadas com os profissionais da área psicossocial.

As informações prestadas por estes técnicos devem ser exaustivas, pertinentes para a situação em questão e apoiadas na evidência científica, em detrimento de julgamentos de ordem pessoal ou moral, no sentido de salvaguardar o interesse superior da criança nas decisões que interferem com a sua vida e com a daqueles que lhe são significativos (Haney-Caron & Heilbrun, 2014). E devem, inclusivamente, contribuir para a o esclarecimento de eventuais enviesamentos de outros profissionais que possam estar menos familiarizados com os resultados da investigação realizada neste domínio, como parecem também sugerir as narrativas dos grupos focais (recordem-se as reservas que emergiram mais claramente na sessão dos advogados/juristas).

O investimento na promoção do conhecimento e de capacidade reflexiva e autocrítica dos profissionais com responsabilidades em matéria de família e parentalidade, tanto da área psicossocial como jurídica, deve partir das instituições de Ensino Superior, mas deve também

ser concretizado através de formação contínua. Esse processo de formação poderá ser orientado pelas lentes teóricas proporcionadas pelo modelo ecológico e pela perspectiva sistémica, considerando de modo particular as influências do heterossexismo institucional e do preconceito sexual, mas também a noção de resiliência familiar. Como sublinhado por Carneiro (2009) e reiterado por Gato, Freitas et al. (2012), mediante a abordagem afirmativa deverá ser reconhecida a forma como o heterossexismo contribui para as dificuldades destas pessoas e famílias.

Quanto aos conteúdos a tratar, afigura-se pertinente a análise dos estereótipos e preconceitos que existem à volta da homoparentalidade (cf. Capítulo I), até como forma de promover a autorreflexão dos formandos/técnicos. Recorde-se a este propósito a concetualização de estigma internalizado, apresentada por Herek (2009), enquanto incorporação, ao nível individual, do estigma no sistema de valores pessoal. O processo de socialização do profissional enquanto pessoa decorre num contexto marcado pelo estigma, o que implica a necessidade de reconhecimento das influências do heterossexismo e preconceito sexual que caracterizam o percurso pessoal e a forma como se poderão traduzir na atuação profissional (Carneiro, 2009). Assim, a formação deverá abordar a investigação sobre as competências parentais de lésbicas e gays e particularmente sobre o desenvolvimento e adaptação das crianças e adolescentes que crescem nestas famílias. Como vimos, as reservas dos profissionais pareceram tornar-se mais claras quando a discussão passou da ponderação da influência da orientação sexual no exercício da parentalidade para o impacto nos filhos, à semelhança do que sugerem os resultados de outros estudos realizados com profissionais (e.g., Crawford et al., 1999; Uziel, 2002; Vecho & Schneider, 2015).

A formação deve abordar os desafios específicos que se associam ao estatuto de grupo estigmatizado, promovendo o conhecimento das necessidades das pessoas pertencentes a minorias sexuais, desde o âmbito individual, ao relacional e social mais alargado, como sugerem as narrativas dos participantes sem e com filhos, mas também os recursos que são antecipados/(auto)mobilizados para fazer face aos desafios encontrados num meio percebido como pouco acolhedor da diversidade sexual e familiar. Quanto a este aspeto, não pode haver margem para incertezas: as atitudes sociais negativas são uma realidade, mas o papel dos profissionais tem de ser o de promover a afirmação destas pessoas e famílias, assim como a transformação das narrativas sociais dominantes, e não o de contribuir para a manutenção da discriminação, através da sua reprodução no exercício das suas funções. Importará de igual modo investir no conhecimento das possibilidades previstas na Lei (como acontece no que respeita a todas as famílias), designadamente no caso dos profissionais das áreas psicossociais,

até para fornecerem informação sobre os processos legais envolvidos no acesso à parentalidade, como a adoção, mas também na regulação do exercício das responsabilidades parentais.

Tendo presentes as vivências dos participantes com filhos, deverá haver lugar ainda para a reflexão sobre a heterogeneidade das famílias homoparentais, indo para além da conceção essencialista da *não diferença* comparativamente às não heterossexuais (Clarke, 2002), no sentido de considerar as suas idiosincrasias, tais como o impacto do *coming out* em todo o sistema familiar nos casos de união heterossexual anterior, ou os desafios particulares da construção da identidade parental no caso das mães não biológicas.

Em suma, este investimento na formação dos profissionais deverá ser promotor de uma reflexão crítica que permita a desconstrução e desmistificação dos eventuais estereótipos e preconceitos em torno da homoparentalidade e a correlativa tomada de consciência do dever profissional nesta matéria. Assim, a par da mobilização do conhecimento científico para a sustentação das práticas, um outro aspeto a acautelar pelos profissionais poderá ser o recurso à supervisão. É ainda de enfatizar o recurso a uma linguagem inclusiva, por exemplo, nos documentos, formulários e informações que, de um modo geral, são dirigidos às famílias. Esse cuidado será importante para a criação/comunicação de um contexto de aceitação e respeito pela diversidade familiar, essencial para o estabelecimento da relação profissional e, claro, o bem-estar das famílias. Esta última consideração permite pensar as implicações dos resultados desta investigação para outros níveis de análise, para além do contexto forense, mas que se intersejam com este.

A intervenção dos profissionais, sobretudo das áreas psicossociais, deve pautar-se pela otimização de outros contextos, como é o caso das escolas, serviços de saúde, sensibilizando para a promoção de ambientes acolhedores da diversidade familiar. Algumas das vivências e apreensões dos jovens adultos sem filhos e dos pais/mães que integraram o nosso estudo tornam clara a necessidade do investimento a este nível. Esta ação mais alargada será essencial para sustentar o que possa ser feito diretamente com o/pelo sistema familiar. Por exemplo, nas escolas, enquanto contextos de encontro de famílias, crianças, adolescentes, para além da adoção de linguagem inclusiva, é fundamental a aposta no reconhecimento (vs. silenciamento) e valorização da diversidade humana e familiar nas disposições e expressões da cultura organizacional. Consideramos mesmo que a recente publicação do regime de educação inclusiva pode ser um contributo a este nível, ao dar uma moldura legal para este intento. No Preâmbulo do Decreto-Lei n. 54/2018, de 6 de julho, é assumida como prioridade “a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um pleno nível de

educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social”. Entendemos que a consideração da situação das crianças e adolescentes das famílias homoparentais, face à realidade social do país, não pode ficar à margem dessa inclusão.

Como sublinha Walsh (2016), a leitura ecológica da resiliência familiar implica o reconhecimento de que as famílias não podem agir isoladamente, sendo necessária uma abordagem preventiva/interventiva multinível. As possibilidades atualmente plasmadas na Lei, no sentido do maior reconhecimento das famílias homoparentais em Portugal, constituem um importante contributo neste âmbito, mas é imperativo que se façam acompanhar pela consciencialização de todos quanto poderão estar envolvidos nestes assuntos. Nesta sequência, importa retirar também implicações dos resultados para a prevenção/ação ao nível do sistema e subsistemas familiares (microsistema), na linha do que é proposto por Minuchin (1979, 2012) para a intervenção em situações de stress extrafamiliar, e Walsh (2012, 2016) no que se refere ao *empowerment* e desenvolvimento da resiliência familiar, tendo como cenário a abordagem afirmativa (Carneiro, 2009; Gato, Freitas et al., 2012). Assim, importa sublinhar a necessidade de: (a) apoiar pessoas/famílias no acesso a informação fidedigna sobre as diferentes formas de acesso à parentalidade, como a adoção, mas também técnicas de Procriação Medicamente Assistida, suas características e condições; (b) apoiar pessoas/famílias na contextualização da sua situação, ajudando-as a reconhecer e a gerir experiências expectáveis face aos desafios do heterossexismo, de acordo com as circunstâncias específicas de cada caso (e.g., de acordo com o percurso de acesso à parentalidade); e (c) mediar na construção de redes de suporte informal, designadamente promovendo o encontro entre famílias homoparentais como forma de ampliar o suporte instrumental (e.g., através da troca de informações) e apoiar na construção da identidade familiar e sentimento de pertença (através do conhecimento de outros modelos de família). A formação dos profissionais, sobretudo da área psicossocial, deverá possibilitar o desenvolvimento de competências que tornem possível esta atuação.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PROPOSTAS PARA PESQUISAS FUTURAS

Não obstante os contributos desta investigação para a compreensão da(s) realidade(s) das famílias homoparentais em Portugal, e as implicações que daí decorrem para as práticas profissionais e para a reflexão sobre mudanças fundamentais para a sua afirmação social, os

estudos que a integram têm limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados e orientar na definição de pesquisas futuras.

Começando pelos participantes, no caso dos grupos focais há a assinalar tanto o número de pessoas como a diferença no número de sessões realizadas com os diferentes profissionais. Estas limitações resultam das dificuldades em recrutar e reunir os especialistas para as sessões. Nos restantes subgrupos—jovens sem filhos e pais/mães—também deve ser assinalado o número de participantes, ainda que com a ressalva de que a revisão da literatura dá conta de trabalhos que recorreram à Análise Interpretativa Fenomenológica com “um, quatro, nove, quinze e mais” indivíduos (Smith & Osborn, 2008, p. 56) e que esta metodologia enfatiza a análise em profundidade das construções de sentido da pessoa em relação ao seu mundo pessoal e social.

Há também que atender às características sociodemográficas dos participantes que integraram estes dois últimos subgrupos, designadamente as habilitações académicas apenas de nível superior, a proveniência sobretudo de áreas urbanas, o facto de serem mais mulheres do que homens, nomeadamente no caso dos pais/mães, bem como o facto de se terem voluntariado para participar no estudo. Estas limitações têm sido assinaladas noutros trabalhos tal como referem, por exemplo, A. E. Goldberg et al. (2014). Atendendo ao contexto social que envolve a homoparentalidade (e a homossexualidade) em Portugal, importa refletir sobre se os resultados seriam os mesmos caso houvesse dificuldades significativas na abertura com o exterior e na afirmação da família, em contraste com o grau de abertura que pareceu caracterizar os participantes do nosso estudo. Ainda no caso concreto dos participantes com filhos deve ser assinalada a heterogeneidade de formas de acesso à parentalidade, apesar de ter possibilitado a exploração de idiosincrasias que se poderão associar às diferentes histórias familiares.

Estas considerações, associadas à natureza particularista e idiográfica da pesquisa qualitativa, tornam difícil a generalização dos resultados para outras situações além das que são retratadas nesta investigação (Smith & Osborn, 2008; Yin, 2011). Todavia, a expectativa é que as conclusões possam ter utilidade em situações semelhantes às que foram partilhadas pelos participantes e que possam ser encontradas conexões com outras experiências individuais e profissionais (Smith & Osborn, 2008; Yardley, 2008).

Outro aspeto a assinalar tem a ver com o recurso a duas metodologias de recolha e análise dos dados, ressalva que já foi feita aquando da integração dos resultados dos três estudos. De qualquer forma, e como foi descrito no enquadramento metodológico, as características das técnicas e métodos selecionados estão em conformidade com os objetivos dos estudos. Além disso, as dificuldades no acesso à população homossexual também pesaram

na tomada de decisão de realizar entrevistas individuais no caso dos jovens adultos sem filhos e dos pais/mães, em vez de grupos focais, como aconteceu com os profissionais.

Qualquer investigação origina novas questões e projeta novos estudos. Por outro lado, o atual enquadramento jurídico, que traz mais oportunidades para pessoas lésbicas e gays que pretendam concretizar um projeto de parentalidade em Portugal, suscita mais estudos, tanto qualitativos como quantitativos, com vista ao aprofundamento do conhecimento em torno da diversidade familiar e da sensibilização social e profissional.

Face às alterações legais ocorridas, devem ser recolhidos dados com mais profissionais envolvidos no contexto forense, com o objetivo não apenas de aprofundar a conhecimento das suas perceções em relação à homoparentalidade, mas também de compreender de forma mais aprofundada os desafios que identificam quando trabalham com estas famílias: será que as alterações à Lei se repercutem nos posicionamentos dos profissionais? Em caso afirmativo, de que forma? Quais as questões que emergem da efetivação da Lei (nos serviços da Segurança Social, Tribunais, Conservatórias do Registo Civil e Serviços de Mediação)?

Recorrendo a uma abordagem quantitativa, será importante analisar os fatores de influência nesse posicionamento e atitudes. Essa mesma necessidade é sublinhada por Gato e Fontaine (2017) nas conclusões do estudo que realizaram com estudantes de Psicologia, Serviço Social, Medicina, Enfermagem e da área da Formação de Professores, onde verificaram o valor preditivo de características como o sexo, os contactos interpessoais com lésbicas e gays, e as atitudes em relação aos papéis de género e em relação a pessoas homossexuais, nas atitudes em relação às famílias homoparentais. Esses estudos poderão contribuir para a tomada de decisão sobre os processos de formação nestas áreas. Por exemplo, será importante o contacto dos formandos/profissionais com a missão e ação das associações representativas dos direitos LGB?

Por outro lado, e como já foi mencionado, será fundamental conhecer as vivências de crianças/adolescentes e famílias homoparentais nas várias entidades comunitárias, por exemplo a escola e a saúde. É essencial conhecer as perceções de profissionais da área da Educação e da Saúde, designadamente aqueles envolvidos nos tratamentos de Procriação Medicamente Assistida, mas também nas consultas de Saúde Materno-Infantil, Pediatria e Saúde Mental.

Este investimento na investigação deverá ainda ser alargado a mais famílias, designadamente em amostras diferenciadas de acordo com a forma de acesso a parentalidade (e.g., nesta investigação faltaram os casos de adoção). E aqui será de igual modo importante

perceber se as experiências e construções de sentido refletem ou não as mudanças legislativas, e se sim, de que forma.

O recurso a planos longitudinais, como acontece já a nível internacional, por exemplo o trabalho de Golombok e colaboradores (Golombok & Bagder, 2010; Golombok et al., 1997; MacCallum & Golombok, 2004), poderá ser pertinente para analisar os aspetos decisivos e os pontos de viragem (A. E. Goldberg, 2010) na tomada de decisão de ter filhos, o processo(s) de transição para a parentalidade em função das formas de acesso (e.g., adoção ou inseminação artificial), assim como as dinâmicas familiares, os desafios encontrados e os recursos mobilizados para os gerir, tendo como enquadramento o contexto português.

E quais as perspetivas e construções de sentido dos filhos? E de outros familiares, como os avôs e as avós? A vulnerabilidade associada ao estatuto de minoria interpela à compreensão, também, das perspetivas destas outras vozes do sistema familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, S., Costa, C. G., & Gomes, N. (2012). Famílias LGBT e políticas públicas. In *Observatório das Famílias e das Políticas de Família (Org.), Seminário Políticas Públicas e Novas Parentalidades*. Lisboa. Obtido de http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/images/OFAPseminario2012/aboim%20_costa_%20gomes_%20familias%20lgbt%20e%20politicass%20publicas.pdf
- Alarcão, M. (2006). *Desequilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (3a ed.). Coimbra: Quarteto.
- Amato, P. R. (2012). The well-being of children with gay and lesbian parents. *Social Science Research, 41*, 771–774. doi: 10.1016/j.ssresearch.2012.04.007
- American Psychological Association (APA). (2005). *Lesbian and Gay Parenting*. Washington, DC: Autor.
- American Psychological Association. (2012). Guidelines for psychological practice with lesbian, gay, and bisexual clients. *American Psychologist, 67*(1), 10–42. doi: 10.1037/a0024659
- American Psychological Association. (2017). *Ethical Principles of Psychologists and Code of Conduct. Adopted August 21, 2002. With the 2010 Amendments to Introduction and Applicability and Standards 1.02 and 1.03. With the 2016 Amendment to Standard 3.04*. Obtido de <http://www.apa.org/ethics/code/>
- Anfara, V. A., Jr., & Mertz, N. T. (2006). Introduction. In V. A. Anfara, Jr., & N. T. Mertz (Eds.), *Theoretical frameworks in qualitative research* (pp. xiii–xxxii). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Armesto, J. (2002). Developmental and contextual factors that influence gay fathers' parental competence: A review of the literature. *Psychology of Men & Masculinity, 3*, 67–78. doi: 10.1037/1524-9220.3.2.67
- Ashworth, P. (2008). Conceptual foundations of qualitative psychology. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology. A practical guide to research methods* (2a ed., pp. 4–25). London: Sage.
- Baiocco, R., & Laghi, F. (2013). Sexual orientation and the desires and intentions to become parents. *Journal of Family Studies, 19*(1), 90–98. doi: 10.5172/jfs.2013.19.1.90
- Baiocco, R., Santamaria, F., Ioverno, S., Fontanesi, L., Baumgartner, E., Laghi, F. & Lingardi, V. (2015). Lesbian mother families and gay father families in Italy: Family functioning,

- dyadic satisfaction, and child well-being. *Sexuality Research and Social Policy*, 12(3), 202–212. doi: 10.1007/s13178-015-0185-x
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo* (4a ed.). (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70.
- Baumrind, D. (2005). Patterns of parental authority and adolescent autonomy. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 108, 61–69. doi: 10.1002/cd.128 C
- Bayle, F., & Martinet, S. (2008). *Perturbações da parentalidade*. Lisboa: Climepsi.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55(1), 83–96. doi: 10.2307/1129836
- Belsky, J. (2008). Social-contextual determinants of parenting. In R. Tremblay, M. Boivin, & R. Peters (Eds.), *Encyclopedia on Early Childhood Development* (2a ed., pp.1–6). Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development and Strategic Knowledge Cluster on Early Child Development. Obtido de <http://www.child-encyclopedia.com/documents/BelskyANGxp-Parenting.pdf>
- Bergen, K., Suter, E. A., & Daas, K. L. (2006). "About as solid as a fish net": Symbolic construction of a legitimate parental identity for nonbiological lesbian mothers. *Journal of Family Communication*, 6(3), 201–220. doi: 10.1207/s15327698jfc0603_3
- Berger, R. (1998). The experience and issues of gay stepfamilies. *Journal of Divorce & Remarriage*, 29(3), 93–102. doi: 10.1300/J087v29n03_06
- Berger, R. (2000). Gay stepfamilies: A triple-stigmatized group. *Families in Society*, 81(5), 504–516. doi: 10.1606/1044-3894.1052
- Berkowitz, D. (2011). Maternal instincts, biological clocks, and soccer moms: Gay men's parenting and family narratives. *Symbolic Interaction*, 34(4), 514–535. doi: 10.1525/si.2011.34.4.514
- Berkowitz, D. (2013). Gay men and surrogacy. In A. E. Goldberg, & K. R. Allen (Eds.), *LGBT-Parent Families. Innovations in Research and Implications for Practice* (pp. 71–85). New York, NY: Springer Services+Business Media.
- Berkowitz, D., & Marsiglio, W. (2007). Gay Men: Negotiating Procreative, Father, and Family Identities. *Journal of Marriage and Family*, 69(2), 366–381. doi: 10.1111/j.1741-3737.2007.00371.x
- Borrillo, D. (2009). A homofobia. In T. Lianço & D. Diniz (Orgs.), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15–46). Brasília, DF: Letras Livres.
- Bos, H. (2013). Lesbian-mother families formed through donor insemination. In A. E. Goldberg, & K. R. Allen (Eds.), *LGBT-Parent Families. Innovations in Research and*

- Implications for Practice* (pp. 21–37). New York, NY: Springer Services + Business Media.
- Bos, H., & van Balen, F. (2008). Children in planned lesbian families: Stigmatisation, psychological adjustment and protective factors. *Culture, Health & Sexuality, 10*(3), 221–236. doi: 10.1080/13691050701601702
- Bos, H., van Balen, F., & van den Boom, D. (2003). Planned lesbian families: Their desire and motivation to have a child. *Human Reproduction, 18*(10), 2216–2224. doi: 10.1093/humrep/deg427
- Bos, H., van Balen, F., & van den Boom, D. (2004). Experience of parenthood, couple relationship, social support, and child-rearing goals in planned lesbian mother families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 45*(4), 755–764. doi: 10.1111/j.1469-7610.2004.00269.x
- Bos, H., van Balen, F., van den Boom, D. C., & Sandfort, T. (2004). Minority stress, experience of parenthood and child adjustment in lesbian families. *Journal of Reproductive and Infant Psychology, 22*(4), 291–304. doi: 10.1080/02646830412331298350
- Brewaeys, A., Ponjaert, I., Van Hall, E. V., & Golombok, S. (1997). Donor insemination: Child development and family functioning in lesbian mother families. *Human Reproduction, 12*(6), 1349–1359.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an Experimental Ecology of Human Development. *American Psychologist, 32*, 513–531. doi: 10.1037/0003-066X.32.7.513
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology, 22*(6), 723–742.
- Brooks, D., & Goldberg, S. (2001). Gay and lesbian adoptive and foster care placements: Can they meet the needs of waiting children? *Social Work, 46*, 147–157. doi:10.1093/sw/46.2.147
- Brown, R., & Perlesz, A. (2007). Not the “other” mother. *Journal of GLBT Family Studies, 3*(2-3), 267–308. doi: 10.1300/J461v03n02_10
- Brown, S., Smalling, S., Groza, V., & Ryan, S. (2009). The Experiences of Gay Men and Lesbians in Becoming and Being Adoptive Parents. *Adoption Quarterly, 12*(3), 229–246. doi: 10.1080/10926750903313294
- Carneiro, N. (2009). *“Homossexualidades”*. Uma Psicologia entre ser, pertencer e participar. Porto: Livpsic.

- Carneiro, N., & Menezes, I. (2007). From an oppressed citizenship to affirmative identities: Lesbian and Gay political participation in Portugal. *Journal of Homosexuality*, 53, 65–82. doi: 10.1300/J082v53n03_05
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cass, V. C. (1979). Homosexual identity formation: A theoretical model. *Journal of Homosexuality*, 4(3), 219–235.
- Chabot, J., & Ames, B. (2004). “It wasn’t ‘let’s get pregnant and go do it’”: Decision making in lesbian couples planning motherhood via donor insemination. *Family Relations*, 53(4), 348–356. doi: 10.1111/j.0197-6664.2004.00041.x
- Child Welfare Information Gateway. (2015). *Adoption options: Where do I start?* Washington, DC: Department of Health and Human Services, Children’s Bureau. Obtido de <https://www.childwelfare.gov/pubs/f-adoption/>
- Choi, H.-S., Thul, C. A., Berenhaut, K. S., Suerken, C. K., & Norris, J. L. (2006). Survey of school psychologist’s attitudes, feelings, and exposure to gay and lesbian parents and their children. *Journal of Applied School Psychology*, 22, 87–107. doi:10.1300/J370v22n01_05
- Clarke, V. (2001). What about the children? Arguments against lesbian and gay parenting. *Women’s Studies International Forum*, 24(5), 555–570. doi:10.1016/S0277-5395(01)00193-5
- Clarke, V. (2002). Sameness and difference in research on lesbian parenting. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 12, 210–222. doi:10.1002/casp.673
- Clarke, V. (2007). Men not included? *Journal of GLBT Family Studies*, 3(4), 309-349. doi: 10.1300/J461v03n04_01
- Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida. (2017). *Deliberação n.º 13-II/2017, de 27 de janeiro – admissibilidade do recurso a fertilização recíproca*. Obtido de <http://www.cnpma.org.pt/Docs/Deliberacao13-II.pdf>
- Côrte-Real, C. P. (2006). Homoparentalidade: Uma perspectiva jurídica. In E. Ferreira (Ed.), *Actas do encontro sobre homoparentalidade, Lisboa, 3 de Julho 2004* (pp. 31–37). Lisboa: ISPA.
- Costa, P. A., Almeida, R., Anselmo, C., Ferreira, A., Pereira, H., & Leal, I. (2014). University students’ attitudes toward same-sex parenting and gay and lesbian rights in Portugal. *Journal of Homosexuality*, 61(12), 1667–1686. doi: 10.1080/00918369.2014.951253

- Costa, P. A., & Bidell, M. (2017). Modern Families; Parenting desire, intention, and experience among Portuguese lesbian, gay, and bisexuals individuals. *Journal of Family Issues*, 38(4), 500–521. doi: 10.1177/0192513X16683985
- Costa, P. A., Caldeira, I., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H., & Leal, I. (2012). Atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade [Resumo]. In *I Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses Afirmar os Psicólogos*. Lisboa. Obtido de http://congresso.ordemdospsicologos.pt/Livro%20resumos%20PCOPP_web_final.pdf
- Costa, P. A., Caldeira, S., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H., & Leal, I. (2013). Atitudes da População Portuguesa em Relação à Homoparentalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 790–798. doi: 10.1590/S0102-79722013000400020
- Costa, P. A., Pereira, H., & Leal, I. (2015). “The contact hypothesis” and attitudes toward same-sex parenting. *Sexuality Research and Social Policy*, 12(2), 125–136. doi: 10.1007/s13178-014-0171-8
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Crawford, I., McLeod, A., Zamboni, B., & Jordan, M. (1999). Psychologists’ attitudes toward gay and lesbian parenting. *Professional Psychology: Research and Practice*, 30, 394–401. doi:10.1037/0735-7028.30.4.394
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Cummings, E. M., & Cummings, J. S. (2002). Parenting and Attachment. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting Volume 5 Practical issues in parenting* (2a ed., pp. 35-58). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Decreto-Lei n. 54*, de 6 de julho de 2018. (2018). Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos.
- Dempsey, D. (2010). Conceiving and negotiating reproductive relationships: Lesbians and gay men forming families with children. *Sociology*, 44(6), 1145–1162. doi: 10.1177/0038038510381607
- Eggeben, D. J. (2012). What can we learn from studies of children raised by gay or lesbian parents? *Social Science Research*, 41, 775–778. doi: 10.1016/j.ssresearch.2012.04.008
- Elder, G. (1998). The Life Course as Developmental Theory. *Child Development*, 69(1), 1–12.
- European Comission. (2006). *Eurobarómetro 66. Opinião Pública na União Europeia. Relatório Nacional. Portugal*. Obtido de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb66/eb66_pt_nat.pdf

- European Commission. (2012). *Discrimination in the EU in 2012*. Obtido de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_393_en.pdf
- Falk, P. J. (1989). Lesbian mothers: psychosocial assumptions in family law. *American Psychologist*, *44*, 941–947. doi: 10.1037/0003-066X.44.6.941
- Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2013). Lesbian and gay adoptive parents and their children. In A. E. Goldberg, & K. R. Allen (Eds.), *LGBT–Parent Families. Innovations in Research and Implications for Practice* (pp. 39–55). New York, NY: Springer Services+Business Media.
- Ferreira, E. (2006). Homoparentalidade: Que realidade(s)? In E. Ferreira (Ed.), *Actas do encontro sobre homoparentalidade, Lisboa, 3 de Julho 2004* (pp. 61–66). Lisboa: ISPA.
- Fialho, A. J. (2013). *Guia prático do Divórcio e Responsabilidades Parentais* (2a ed.). Obtido de http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/guia_pratico_divorcio_responsabilidades_parentais.pdf
- Finlay, L. (2014). Engaging Phenomenological Analysis. *Qualitative Research in Psychology*, *11*(2), 121–141. doi: 10.1080/14780887.2013.807899
- Flaks, D. K., Ficher, I., Masterpasqua, F., & Joseph, G. (1995). Lesbians choosing motherhood: A comparative study of lesbian and heterosexual parents and their children. *Developmental Psychology*, *31*(1), 105–114.
- Fond, G., Franc, N., & Purper-Ouakil, D. (2011). Homoparentalité et development de l' enfant: Données actuelles. *L'Encéphale*, *38*, 10–15. doi: 10.1016/j.encep.2011.05.005
- Fonseca, A., Simões, M., Taborda Simões, M., & Pinho, M. (2006). *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina.
- Franco, J. (2013). *Vivências Psicológicas de um Casal Homossexual Feminino na Transição para a Homoparentalidade* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.12/2760>
- Frost, D. M., LeBlanc, A. J., de Vries, B., Alston-Stepnitz, E., Stephenson, R., & Woodyatt, C. (2017). Couple-level minority stress: An examination of same-sex couples' unique experiences. *Journal of Health and Social Behavior*, *58*(4), 455–472. doi: 10.1177/0022146517736754
- Gartrell, N., Banks, A., Reed, N., Hamilton, J., Rodas, C., & Deck, A. (2000). The National Lesbian Family Study: 3. Interviews with mothers of five-year-olds. *American Journal of Orthopsychiatry*, *70*(4), 542–548. doi:10.1037/h0087823
- Gato, J. (2014). *Homoparentalidades: perspetivas psicológicas*. Coimbra: Almedina.

- Gato, J. (2016). Beyond Comparison: New Trends in Research With Families with GLB Members in Europe. *Journal of GLBT Family Studies*, 12(1), 1–4. doi: 10.1080/1550428X.2016.1127095
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2010). Desconstruindo preconceitos sobre a homoparentalidade. *LES Online*, 2(2), 14–21.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Ex aequo*, 23, 83–96.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2013). Anticipation of the sexual and gender development of children adopted by same-sex couples. *International Journal of Psychology*, 48(3), 244–253. doi: 10.1080/00207594.2011.645484
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 312–322. doi: 10.1590/S0102-71822014000200008
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2016). Attitudes toward adoption by same-sex couples: Effects of gender of the participant, sexual orientation of the couple, and gender of the child. *Journal of GLBT Family Studies*, 12(1), 46–67. doi: 10.1080/1550428X.2015.1049771
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2017). Predicting attitudes toward lesbian and gay parent families among Portuguese students from helping professions. *International Journal of Sexual Health*, 29(2), 187–201. doi: 10.1080/19317611.2016.1268232
- Gato, J., Fontaine, A. M., & Carneiro, N. (2010). Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais. In *Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho, Portugal. Obtido de <http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/GatoFontaineCarneiro.pdf>
- Gato, J., Fontaine, A. M., & Carneiro, N. (2012). Multidimensional Scale of Attitudes Toward Lesbians and Gay Men: Construction and preliminary validation. *Paidéia (USP Ribeirão Preto)*, 22(51), 11–20. doi:10.1590/S0103-863£2012000100003
- Gato, J., Freitas, D., & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social. *Psicologia*, 26(1), 71–95.
- Gato, J., Santos, S., & Fontaine, A. M. (2017). To have or not to have children? That is the question. Factors influencing parental decisions among lesbian and gay men. *Sexuality Research and Social Policy*, 14(3), 310–323. doi: 10.1007/s13178-016-0268-3

- Gerson, K. (1983). Changing family structure and the position of women. A review of the trends. *Journal of the American Planning Association*, 49(2), 138–148. doi: 10.1080/01944368308977057
- Gianino, M. (2008). Adaptation and Transformation: The Transition to Adoptive Parenthood for Gay Male Couples. *Journal of GLBT Family Studies*, 4(2), 205–243. doi: 10.1080/15504280802096872
- Giddens, A. (2009). The global revolution in family and personal life. In A. Skolnick, & J. Skolnick (Orgs.), *Family in transition* (15a ed., pp. 25–31). New York, NY: Pearson.
- Giunti, D., & Fioravanti, G. (2016). Gay men and lesbian women who become parents in the context of a former heterosexual relationship: An explorative study in Italy. *Journal of Homosexuality*, 64(4), 523–537. doi: 10.1080/00918369.2016.1191244
- Goldberg, A. E. (2006). The transition to parenthood for lesbian couples. *Journal of GLBT Family Studies*, 2(1), 13–42. doi: 10.1300/J461v02n01_02
- Goldberg, A. E. (2010). *Lesbian and gay parents and their children: Research on the family life cycle*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Goldberg, A. E., & Allen, K. R. (2007). Imagining men: Lesbian mothers' perceptions of male involvement during the transition to parenthood. *Journal of Marriage and Family*, 69(2), 352–365. doi:10.1111/j.1741-3737.2007.00370.x
- Goldberg, A. E., Downing, J., & Moyer, A. (2012). Why parenthood, and why now? Gay men's motivations for pursuing parenthood. *Family Relations*, 61(1), 157–174. doi: 10.1111/j.1741-3729.2011.00687.x
- Goldberg, A. E., Gartrell, N., & Gates, G. (2014). *Research Report on LGB-Parent Families*. LA, CA: The Williams Institute, UCLA School of Law. Obtido de <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/lgb-parent-families-july-2014.pdf>
- Golombok, S. & Badger, S. (2010). Children raised in mother-headed families from infancy: a follow-up of children of lesbian and single heterosexual mothers, at early adulthood. *Human Reproduction*, 25(1), 150–157. doi: 10.1093/humrep/dep345
- Golombok, S., Mellish, L., Jennings, S., Casey, P., Tasker, F., & Lamb, M. E. (2014). Adoptive gay father families: Parent–child relationships and children's psychological adjustment. *Child Development*, 85(2), 456–468. doi: 10.1111/cdev.12155
- Golombok, S., Perry, B., Burston, A., Murray, C., Mooney-Somers, J., Stevens, M., & Golding, J. (2003). Children with lesbian parents: A community study. *Developmental Psychology*, 39(1), 20–33. doi: 10.1037/0012-1649.39.1.20

- Golombok, S., Tasker, F., & Murray, C. (1997). Children raised in fatherless families from infancy: Family relationships and the socioemotional development of children of lesbian and single heterosexual mothers. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(7), 783–791.
- González, M. M., López, F., & Serantes, A. (2010, julho). *Familias homoparentales en España tras el cambio legislativo: Logros, dificultades y retos*. Sessão de artigos apresentada no X Congreso Español de Sociología, Pamplona, España. Obtido de <http://www.fes-sociologia.com/files/congress/10/grupos-trabajo/ponencias/303.pdf>
- Guba, E., & Lincoln, Y. (2004). Competing paradigms in qualitative research. Theories and issues. In S. N. Hesse-Bieber, & P. Leavy (Eds.), *Approaches to qualitative research: A reader on theory and practice* (pp. 17–38). New York, NY: Oxford University Press.
- Guerra, P., Gago, L., Massena, A., & Perquilhas, M. (2015). O novo regime geral do processo tutelar cível: Disposições gerais e processos especiais—as responsabilidades parentais. In P. Guerra, L. Gago, A. Massena, & M. Perquilhas (Org.), *As leis das crianças e jovens—Reforma de 2015* (pp. 619–799). Obtido de http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb_As_Leis_Crianças_Jovens_Reforma_2015.pdf
- Hall, S. J. (2010). Gauging the gatekeepers: How do adoption workers assess the suitability of gay, lesbian, or bisexual prospective parents? *Journal of LGBT Family Studies*, 6, 265–293. doi:10.1080/1550428X.2010.490899
- Haney-Caron, E., & Heilbrun, K. (2014). Lesbian and Gay parents and determination of child custody: The changing legal landscape and implications for policy and practice. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(1), 19–29. doi: 10.1037/sgd0000020
- Hegarty, P., & Massey, S. (2006). Anti-Homosexual Prejudice... as Opposed to What? *Journal of Homosexuality*, 52, 47–71. doi: 10.1300/J082v52n01_03
- Herek, G. M. (2009). Sexual stigma and sexual prejudice in the United States: A conceptual framework. In D. A. Hope (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation: Vol. 54. Contemporary perspectives on lesbian, gay, and bisexual identities* (pp. 65–111). New York, NY: Springer Science + Business Media.
- Hicks, S. (2005). Is gay parenting bad for kids? Responding to the "very idea of difference" in research on lesbian and gay parents. *Sexualities*, 8(2), 153–168. doi: 10.1177/1363460705050852

- Hoghugh, M. (2004). Parenting - an introduction. In M. Hoghugh, & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting. Theory and research for practice* (pp. 1–18). London: Sage.
- Hughes, D., & DuMont, K. (1993). Using Focus Groups to facilitate culturally anchored research. *American Journal of Community Psychology*, 21(6), 775–806. doi: 10.1007/BF00942247
- Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS). (2016). *Guia prático: Adoção*. Obtido de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/14984/adocao/eda1d840-7306-49b7-a699-cbfa9d8d604c>
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). *Guia prático: Adoção*. Obtido de http://www.seg-social.pt/documents/10152/24032/N32_adocao/eda1d840-7306-49b7-a699-cbfa9d8d604c
- Johnson, S. M. (2012). Lesbian mothers and their children: The third wave. *Journal of Lesbian Studies*, 16(1), 45–53. doi: 10.1080/10894160.2011.557642
- Lei n. 1*, de 12 de agosto de 2005. (2005). 8.^a versão da Constituição da República Portuguesa.
- Lei n. 2*, de 29 de fevereiro de 2016. (2016). Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares.
- Lei n. 5*, de 2 de março de 2017. (2017). Estabelece o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil, alterando o Código Civil aprovado pelo Decreto-Lei n. 47344, de 25 de novembro de 1966, e o Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n. 131/95, de 6 de junho.
- Lei n. 7*, de 11 de maio de 2001. (2001). Com as alterações previstas na Lei n. 23/2010, de 30 de agosto. Proteção das uniões de facto.
- Lei n. 9*, de 31 de maio de 2010. (2010). Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.
- Lei n. 17*, de 20 de junho de 2016. (2016). Alarga o âmbito dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida, procedendo à segunda alteração à Lei n. 32/2006, de 26 de julho.
- Lei n. 25*, de 22 de agosto de 2016. (2016). Regula o acesso à gestação de substituição, procedendo à terceira alteração à Lei n. 32/2006, de 26 de julho.
- Lei n. 32*, de 26 de julho de 2006. (2006). Procriação medicamente assistida.
- Lei n. 43*, de 14 de junho de 2017. (2017). 73.^a versão do Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro. Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação. Revoga, a partir da data da entrada em vigor do novo Código Civil, toda a legislação civil relativa às matérias que o mesmo abrange.

- Lei n. 61*, de 31 de outubro de 2008. (2008). Altera o regime jurídico do divórcio.
- Lei n. 141*, de 8 de setembro de 2015. (2015). Aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível, e procede à primeira alteração à Lei n. 103/2009, de 11 de setembro, que estabelece o regime jurídico do apadrinhamento civil.
- Lei n. 143*, de 8 de setembro de 2015. (2015). Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n. 47 344, de 25 de novembro de 1966, e o Código de Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n. 131/95, de 6 de junho, e aprova o Regime Jurídico do Processo de Adoção.
- Lei n. 147*, 1 de setembro de 1999. (1999). Alterada pela Lei n. 23/2017, de 23/05. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.
- Lerner, R. M., & Lerner, J. V. (1987). Children in their contexts: A goodness of fit model. In J. B. Lancaster, J. Altmann, A. S. Rossi, & L. R. Sherrod (Eds.), *Parenting across the lifespan: Biosocial dimensions* (pp. 377–404). Chicago: Aldine.
- Lincoln, Y., & Guba, E. (1985). *Naturalistic inquiry*. Newbury Park, CA: Sage.
- Lincoln, Y., Lynham, S., & Guba, E. (2011). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences, revisited. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (4a ed, pp. 97–128). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Litovich, M. L., & Langhout, R. D. (2004). Framing heterosexism in lesbian families: A preliminary examination of resilient coping. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 14(6), 411–435. doi: 10.1002/casp.780
- Long, J. K. (1996). Working with lesbians, gays, and bisexuals: Addressing heterosexism in supervision. *Family Process*, 35, 377–388.
- Lynch, J. M. (2004). The identity transformation of biological parents in lesbian/gay stepfamilies. *Journal of Homosexuality*, 47(2), 91–107. doi: 10.1300/J082v47n02_06
- Lynch, J. M., & Murray, K. (2000). For the love of the children: The coming-out process for lesbian and gay parents and stepparents. *Journal of Homosexuality*, 39(1), 1–24. doi: 10.1300/J082v39n01_01
- MacCallum, F., & Golombok, S. (2004). Children raised in fatherless families from infancy: a follow-up of children of lesbian and single heterosexual mothers at early adolescence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(8), 1407–1419. doi: 10.1111/j.1469-7610.2004.00324.x
- Machado, T. (2012). ‘*Que arranjem um homem*’: *Representações de médicos e juizes acerca da maternidade lésbica medicamente assistida* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://hdl.handle.net/10216/74034>

- Manso, M. (2017, 28 de fevereiro). Adopção por casais do mesmo sexo aprovada há um ano. *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2017/02/28/sociedade/noticia/adopcao-por-casais-do-mesmo-sexo-aprovada-ha-um-ano-1763541>
- Marina, S., Marina, D., Marina, F., Fosas, N., Galiana, N., & Jové, I. (2010). Sharing motherhood: biological lesbian co-mothers, a new IVF indication. *Human Reproduction*, 25(4), 938–941. doi: 10.1093/humrep/deq008
- Marks, L. (2012). Same-sex parenting and children's outcomes: A closer examination of the APA's brief on lesbian and gay parenting. *Social Science Research*, 41, 735–751. doi: 10.1016/j.ssresearch.2012.03.006
- Meyer, I. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674–697. doi: 10.1037/0033-2909.129.5.674
- Mezey, N. J. (2013). How lesbians and gay men decide to become parents or remain childfree. In A. E. Goldberg, & K. R. Allen (Eds.), *LGBT–Parent Families. Innovations in Research and Implications for Practice* (pp.59–70). New York, NY: Springer Services + Business Media.
- Miller, B. (1978). Adult sexual resocialization: Adjustments toward a stigmatized identity. *Alternative Lifestyles*, 1(2), 207–234.
- Miller, W. (1994). Childbearing motivations, desires and intentions: A theoretical framework. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, 120(2), 223–258.
- Miller, W. (2011). Differences between fertility desires and intentions: Implications for theory, research and policy. *Vienna Yearbook of Population Research*, 9, 75–98. Obtido de <http://www.jstor.org/stable/41342806>
- Miller, W. L., & Crabtree, B. F. (2004). Depth Interviewing. In S. N. Hesse–Bieber, & P. Leavy (Eds.), *Approaches to qualitative research: A reader on theory and practice* (pp. 185–202). New York, NY: Oxford University Press.
- Mills, M., Rindfuss, R., McDonald, P., & te Velde, E. (2011). Why do people postpone parenthood? Reasons and social policy incentives. *Human Reproduction Update*, 17(6), 848–860. doi:10.1093/humupd/dmr026
- Minuchin, S. (1979). *Familles en thérapie*. Paris: Ed. Jean Pierre Delarge.
- Minuchin, S. (2012). *Families and Family Therapie*. London: Routledge.
- Moita, G. (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico. A homossexualidade dos dois lados do espelho* (Tese de Doutorado). Obtido de <http://hdl.handle.net/10216/64568>

- Morgan, D. L. (2004). Focus groups. In S. N. Hesse-Bieber, & P. Leavy (Eds.), *Approaches to qualitative research: A reader on theory and practice* (pp. 263–285). New York, NY: Oxford University Press.
- Morin, S. F. (1977). Heterosexual Bias in Psychological Research on Lesbianism and Male Homosexuality. *American Psychologist*, *32*, 629–637.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son publique*. Paris, France: PUF.
- Mucklow, B. M., & Phelan, G. K. (1979). Lesbian and traditional mothers' responses to Adult Response to Child Behavior and self-concept. *Psychological Reports*, *44*, 880–882.
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (Orgs.). (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Nordqvist, P. (2011). 'Dealing with sperm': comparing lesbians' clinical and non-clinical donor conception processes. *Sociology of Health & Illness*, *33*(1), 114–129. doi: 10.1111/j.1467-9566.2010.01279.x
- Oliveira, G. (2016). Critérios jurídicos da parentalidade. In G. de Oliveira (Coord.), *Textos de Direito da Família para Francisco Pereira Coelho* (pp. 271–306). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi: 10.14195/978-989-26-1113-6_9
- Oliveira, S. M. (2004). *"E as crianças?" Famílias homoparentais portuguesas falam de si*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Programa de Pós-graduação em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, Lisboa.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP). (2013). *Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais*. Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2016). *Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Publicado na 2ª Série do Diário da República a 20 de abril de 2011. 1ª Revisão publicado no Diário da República 2ª Série nº 246 / 2 de dia 26 de dezembro de 2016. Obtido de https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod_deontologico
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2017). *Guia Orientador da Intervenção Psicológica com Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT)*. Obtido de https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/guidelines_opp_lgbt_marco_2017.pdf
- Oswald, R. F. (2002). Resilience within the family networks of lesbians and gay men: Intentionality and redefinition. *Journal of Marriage and Family*, *64*(2), 374–383. doi: 10.1111/j.1741-3737.2002.00374.x

- Padavic, I., & Butterfield, J. (2011). Mothers, fathers, and “mathers”. *Gender & Society*, 25(2), 176–196. doi: 10.1177/0891243211399278
- Paige, R. U. (2005). Proceedings of the American psychological association for the legislative year 2004: Minutes of the annual meeting of the council of representatives, February 20–22, 2004, Washington, DC, and July 28 and 30, 2004, Honolulu, Hawaii, and minutes of the February, April, June, August, October, and December 2004 meetings of the board of directors. *American Psychologist*, 60(5), 436–511. doi: 10.1037/0003-066X.60.5.436
- Pailhé, A., Mortelmans, D., Castro, T., Trilla, C., Digoix, M., Festy, P. . . . Toulemon, L. (2014). *State-of-the-art report. Changes in the life course* (Working Paper 6). Obtido de <http://www.familiesandsocieties.eu/wp-content/uploads/2014/12/WP6PailheMortelmansEtal2014.pdf>
- Pallotta-Chiarolli, M., Haydon, P., & Hunter, A. (2013). “These are *our* children”: Polyamorous parenting. In A. E. Goldberg, & K. R. Allen (Eds.), *LGBT–Parent Families. Innovations in Research and Implications for Practice* (pp.117–131). New York, NY: Springer Services + Business Media.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento Humano* (8a ed.). Porto Alegre: Artmed Editora.
- Park, N. K., Kazyak, E., & Slauson-Blevins, K. (2016). How law shapes experiences of parenthood for same-sex couples. *Journal of GLBT Family Studies*, 12(2), 115–137. doi: 10.1080/1550428X.2015.1011818
- Pearcy, M. (2005). Gay and bisexual married men’s attitudes and experiences: Homophobia, reasons for marriage, and self-identity. *Journal of GLBT Family Studies*, 1(4), 21–42. doi:10.1300/J461v01n04_02 810
- Pereira, H., & Leal, I. (2002). A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais. *Análise Psicológica*, 1, 107–133.
- Perrin, E., & Siegel, B.; Committee on Psychosocial Aspects of Child and Family Health. (2013). Technical Report: Promoting the Well-Being of Children whose Parents are Gay or Lesbian. *Pediatrics*, 131, 1374–1383. doi:10.1542/peds.2013-0377
- Portugal, A., & Alberto, I. (2011). O Papel da Comunicação no Exercício da Parentalidade: Desafios e especificidades. *Psychologica*, 52, 387–400.
- Preissle, J. (2006). Feminist research ethics. In S. N. Hesse - Biber (Ed.), *Handbook of feminist research: Theory and Praxis* (1a ed., pp. 515–532). London: SAGE.
- Projeto de Lei n. 278/XII.* (2012). Consagra a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e procede à 23ª alteração ao Código do Registo Civil. Obtido de

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=37202>

- QSR International. (2008). NVivo (Version 8) [Computer Software]. Victoria, Australia: QSR International Pty Ltd.
- Rabun, C., & Oswald, R. F. (2009). Upholding and Expanding the Normal Family: Future Fatherhood through the Eyes of Gay Male Emerging Adults. *Fathering*, 7(3), 269–285. doi: 10.3149/fth.0703.269
- Ramalho, V. (2008). *Homoparentalidade: estudo exploratório da adequação do comportamento parental numa amostra homossexual*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Ramos, V., Atalaia, S., & Cunha, V. (2016). *Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos Portugueses em 2014 (Research brief 2016)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Obtido de <http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/index.php/publicacoes/livros/116-vida-familiar-e-papeis-de-genero-atitudes-dos-portugueses-em-2014>
- Regnerus, M. (2012). How different are the adult children of parents who have same-sex relationships? Findings from the New Family Structures Study. *Social Science Research* 41, 752–770. doi: 10.1016/j.ssresearch.2012.03.009
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família. Perspetiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. (2002). A mulher na família: “Em torno dela”. In A. P. Relvas, & M. Alarcão (Coords.), *Novas Formas de Família* (pp. 299–340). Coimbra: Quarteto.
- Richman, K. (2005). Judging knowledge: The court as arbiter of social scientific knowledge and expertise in LGBT custody and adoption cases. *Studies in Law, Politics, and Society*, 35, 3–28.
- Riskind, R., & Patterson, C. (2010). Parenting intentions and desires among childless lesbian, gay, and heterosexual individuals. *Journal of Family Psychology*, 24(1), 78–81. doi: 10.1037/a0017941
- Rosa, E., & Tudge, J. (2013). Urie Bronfenbrenner’s Theory of Human Development: Its Evolution From Ecology to Bioecology. *Journal of Family Theory & Review*, 5, 243–258. doi: 10.1111/jftr.12022

- Ross, L., Epstein, R., Goldfinger, C., Steele, L., Anderson, S., & Strike, C. (2008). Lesbian and queer mothers navigating the adoption system: The impacts on mental health. *Health Sociology Review, 17*, 254–266. doi:10.5172/hesr.451.17.3.254
- Ryan-Flood, R. (2009). Queering Representation: Ethics and Visibility in Research. *Journal of Lesbian Studies, 13*(2), 216–228. doi: 10.1080/10894160802695387
- Ryan, W. (1971). *Blaming the victim*. New York, NY: Vintage Books.
- Smith, J. A. (1996). Beyond the divide between cognition and discourse: using interpretative phenomenological analysis in health psychology. *Psychology & Health, 11*(2), 261–271. doi: 10.1080/08870449608400256
- Smith, J. A. (2004). Reflecting on the development of interpretative phenomenological analysis and its contribution to qualitative research in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 1*(1), 39–54. doi: 10.1191/1478088704qp004oa
- Smith, J. A. (2011). Evaluating the contribution of interpretative phenomenological analysis. *Health Psychology Review, 5*(1), 9–27. doi: 10.1080/17437199.2010.510659
- Smith, J. A., & Osborn, M. (2008). Interpretative Phenomenological Analysis. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology. A practical guide to research methods* (2a ed., pp. 53–80). London: Sage.
- Stacey, J. (2006). Gay parenthood and the decline of paternity as we knew it. *Sexualities, 9*(1), 27–55. doi: 10.1177/1363460706060687
- Stacey, J. (2009). Gay and Lesbian Families: Queer like us. In A. Skolnick, & J. Skolnick (Orgs.), *Family in transition* (15a ed.) (pp. 480–502). New York, NY: Pearson.
- Stacey, J., & Biblarz, T. J. (2001). (How) Does the sexual orientation of parents matter? *American Sociological Review, 66*, 159–183. doi: 10.2307/2657413
- Tasker, F. (1999). Children in Lesbian-Led Families: A Review. *Clinical Child Psychology and Psychiatry, 4*, 153–166. doi: 10.1177/1359104599004002003
- Tasker, F. (2013). Lesbian and Gay Parenting Post-Heterosexual Divorce and Separation. In A. E. Goldberg, & K. R. Allen (Eds.), *LGBT–Parent Families. Innovations in Research and Implications for Practice* (pp.3–20). New York, NY: Springer Services + Business Media.
- Telingator, C. J., & Patterson, C. J. (2008). Children and adolescents of lesbian and gay parents. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 47*, 1364–1368. doi: 10.1097/CHI.0b013e31818960bc

- Touroni, E., & Coyle, A. (2002). Decision-making in planned lesbian parenting: An Interpretative Phenomenological Analysis. *Journal of Community & Applied Social Psychology, 12*(3), 194–209. doi: 10.1002/casp.672
- Tribunal Constitucional. (2018). *Acórdão n.º 225/2018*. Obtido de <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20180225.html>
- UNICEF. (s. d.). *A Convenção sobre os Direitos da Criança. Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990*. Obtido de https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf
- Uziel, A. P. (2002). *Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas* (Tese de Doutoramento). Obtido de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000249903>
- Vala, J. (1993). Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala, & M. Monteiro (Coord.), *Psicologia Social* (pp. 353–384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vecho, O., & Schneider, B. (2005). Homoparentalité et développement de l'enfant: bilan de trente ans de publications. *La Psychiatrie de l'Enfant, 48*, 271–328. doi: 10.3917/psy.481.0271
- Vecho, O., & Schneider, B. (2012). Attitudes des psychologues français à l'égard de l'homoparentalité. *Psychiatrie de l'Enfant, 55*, 269–292. doi:10.3917/psy.551.0269
- Vecho, O., & Schneider, B. (2015). Attitudes envers l'homoparentalité: Une comparaison entre psychologues français et Québécois. *Canadian Journal of Behavioural Science/ Revue Canadienne des Sciences du Comportement, 47*, 102–112. doi:10.1037/a0037607
- Wagner, W., Farr, R., Jovchelovitch, S., Lorenzi-Cioldi, F., Marková, I., Duvee, G., & Rose, D. (1999). *Theory and method of social representations* [online]. London: LSE. Research Online. Obtido de <http://eprints.lse.ac.uk/2640>
- Wall, K. (2005). Introdução. In K. Wall (Org.), *Famílias em Portugal: Percursos, interações, redes sociais* (pp. 35–49). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Walsh, F. (2012). Family resilience. Strengths forged through adversity. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes* (4a ed., pp. 339–427). New York, NY: Guilford Press.
- Walsh, F. (2016). Foundations of a Family Resilience Approach. In F. Walsh, *Strengthening Family Resilience* (3a ed., pp. 3–21). New York, NY: Guilford Press.
- Wilkinson, S. (2008). Focus Groups. In J. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology. A practical guide to research methods* (2a ed., pp. 186–206). London: Sage.

- World Medical Association. (2013). *WMA Declaration of Helsinki—ethical principles for medical research involving human subjects*. Obtido de <https://www.wma.net/what-we-do/medical-ethics/declaration-of-helsinki/>
- Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (2015). Homoparentalidade: da abordagem científica aos normativos legais em Portugal. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 179–188. doi: 10.1590/1807-03102015v27n1p179
- Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (2017). Same-Sex Parenting: Identification of Social Representations in a Sample of Portuguese Professionals. *Journal of Homosexuality*, 1–23. doi: 10.1080/00918369.2017.1400314
- Yardley, L. (2008). Demonstrating Validity in Qualitative Psychology. In J. A. Smith (Ed.), *Qualitative Psychology. A practical guide to research methods* (2a ed., pp. 235–251). London: Sage.
- Yin, R. K. (2011). *Qualitative Research from Start to Finish*. New York, NY: The Guilford Press.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 123–147. doi: 10.1590/S0104-71832006000200006
- Zaouche-Gaudron, C., & Vecho, O. (2005). L'homoparentalité en questions. *Andrologie*, 15, 287–294.

APÊNDICES

Apêndice A

Guião de entrevista semiestruturada para as sessões de grupos focais e respetivo modelo de consentimento informado

Apêndice B

Guião de entrevista semiestruturada para os participantes sem filhos e respetivo modelo de consentimento informado

Apêndice C

Guião de entrevista semiestruturada para os participantes com filhos e respetivo modelo de consentimento informado

Apêndice D – Perceções em torno da ponderação de ter filhos: temas individuais (jovens adultos sem filhos)

Apêndice E – Perceções em torno dos desafios e condições da parentalidade: temas individuais (pais/mães)

Apêndice F

Appendix F: Category tree: Social representations of professionals on the topic of same-sex parenting

Apêndice A - Guião de entrevista semiestruturada para as sessões de grupos focais e respetivo modelo de consentimento informado

A presente sessão de *grupo focal* vai ser desenvolvida no âmbito de uma investigação que tem como objetivo o estudo da homoparentalidade em Portugal. A colaboração é voluntária, estando garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes. A sua participação é extremamente importante na medida em que contribuirá para o incremento do conhecimento científico em torno desta temática, no nosso país. Obrigada pela sua disponibilidade e colaboração.

Constituição do Grupo:

Sexo ___; idade ___; Profissão _____ Sexo ___; idade ___; Profissão _____
Sexo ___; idade ___; Profissão _____ Sexo ___; idade ___; Profissão _____
Sexo ___; idade ___; Profissão _____ Sexo ___; idade ___; Profissão _____
Sexo ___; idade ___; Profissão _____ Sexo ___; idade ___; Profissão _____

Data da entrevista: ___/ ___/ _____
(dia) (mês) (ano)

1 – Na vossa opinião, a orientação sexual, heterossexual ou homossexual, dos progenitores, tem alguma influência no exercício da parentalidade?

2 – Em que é que baseiam a vossa opinião? Leituras, conhecimento de casos, questões religiosas, princípios, outros?

3 – Consideram que há implicações no desenvolvimento e adaptação dos filhos de progenitores com orientação homossexual? Qual é a base que fundamenta a vossa opinião sobre este tópico?

(4 – Caso não seja abordado no ponto anterior, explorar questão do desenvolvimento da identidade sexual, ajustamento psicológico e relacionamento social dos filhos.)

5 - Quais consideram ser as Forças/Possibilidades (as mais-valias) que caracterizam as famílias homoparentais? São idênticas ou diferenciam-se das famílias de casal heterossexual?

6 – Quais consideram ser as Fraquezas/Fragilidades (vulnerabilidades), que caracterizam estas famílias? São idênticas ou diferenciam-se das famílias de casal heterossexual?

7 – Quais consideram ser as Oportunidades (do exterior) para estas famílias? São idênticas ou diferenciam-se das famílias de casal heterossexual?

8 – Quais consideram ser as Ameaças/Desafios (do exterior) que se colocam a estas famílias? São idênticas ou diferenciam-se das famílias de casal heterossexual?

9 – Em função das respostas às questões 6 e 8: O que se pode fazer para que as ameaças e fragilidades destas famílias possam ser superadas/reduzidas?

Agradeço a vossa disponibilidade e colaboração.

Consentimento informado

Eu, _____, declaro que fui informado(a) sobre o âmbito, objetivo e forma de recolha da informação da sessão de *grupo focal* desenvolvida em torno do tópico “opinião profissional acerca do exercício da parentalidade por sujeitos homossexuais”, que será gravada em áudio, e que concordei em participar, depois de garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados pessoais.

Assinatura: _____

Data: ____/ ____/ _____

(dia) (mês) (ano)

Apêndice B - Guião de entrevista semiestruturada para os participantes sem filhos e respetivo modelo de consentimento informado

A presente entrevista enquadra-se numa investigação que tem como objetivo o estudo da parentalidade em Portugal. A colaboração é voluntária, garantindo-se a confidencialidade e o anonimato dos participantes. A sua colaboração é extremamente importante na medida em que contribuirá para um conhecimento mais objetivo do exercício da parentalidade no nosso país.

Obrigada pela sua disponibilidade e colaboração.

Código ____

Data da entrevista: ____/____/____

(dia) (mês) (ano)

Dados pessoais:

Idade: ____

Género: Feminino Masculino

Nível de Escolaridade: _____ Profissão: _____

Local de residência (Freguesia e Concelho): _____

Nacionalidade: portuguesa outra: _____

Estado civil:

Solteiro

União de Facto data: _____

Casado data: _____

Separado / Divorciado data: _____

Recasado data: _____

Viúvo data: _____

TÓPICOS DA ENTREVISTA

1- Na sua perspetiva, quais são as competências e características mais relevantes no exercício da parentalidade?

2 – Quais considera serem os fatores/aspectos relevantes (ajudando ou dificultando) para o exercício da parentalidade?

3 – Na sua opinião, a orientação sexual, heterossexual ou homossexual, dos pais/mães tem alguma influência no exercício da parentalidade? Se sim, qual/quais?

4 – Na sua opinião, a orientação sexual, heterossexual ou homossexual, dos pais/mães tem implicações no desenvolvimento e adaptação dos filhos? Se sim, qual/quais?

5- Quais considera serem os principais desafios que pais/mães têm que enfrentar na sociedade atual? São idênticos ou diferenciam-se nas famílias de heterossexuais e nas famílias homossexuais?

6- (Em função da resposta anterior) O que poderá ser feito para superar esses desafios?

7- Quais são as suas expectativas e projetos relativamente a uma futura parentalidade?

8- Como se pensa/imagina num futuro papel como pai/mãe?

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração.

Agradeço ainda que referencie outras pessoas a incluir neste estudo.

Consentimento informado

Eu, _____, declaro que fui informado(a) sobre o âmbito, objetivo e forma de recolha da informação na entrevista conduzida por _____, que será gravada em áudio, e que concordei em participar, depois de garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados pessoais.

Assinatura: _____

Data: ___/___/_____
(dia) (mês) (ano)

Apêndice C - Guião de entrevista semiestruturada para os participantes com filhos e respetivo modelo de consentimento informado

A presente entrevista enquadra-se numa investigação que tem como objetivo o estudo da parentalidade em Portugal. A colaboração é voluntária, garantindo-se a confidencialidade e o anonimato dos participantes. A sua participação é extremamente importante na medida em que contribuirá para um conhecimento mais objetivo do exercício da parentalidade no nosso país.

Obrigada pela sua disponibilidade e colaboração.

Código ____

Data da entrevista: ____/____/____

(dia) (mês) (ano)

Dados pessoais:

Idade: _____

Sexo: Feminino Masculino

Nível de Escolaridade: _____ Profissão: _____

Local de residência (Freguesia e Concelho): _____

Nacionalidade: portuguesa outra: _____

Estado civil:

Solteiro

União de Facto data: _____

Casado data: _____

Separado / Divorciado data: _____

Recasado data: _____

Viúvo data: _____

Filhos:

Sexo	Idade	Regulação legal da parentalidade ²⁰	Com quem vivem?	Se tem o regime de visita dos filhos, qual a frequência dos contactos?

Composição do agregado familiar:

²⁰ Quem tem a confiança judicial e exerce as responsabilidades parentais; quem presta alimentos; regime de visitas.

TÓPICOS DA ENTREVISTA

1. Ser pai/mãe, resultou de que circunstâncias? Foi planeado? Era um projeto vosso?
2. Que expectativas tinham relativamente aos filhos e ao papel de pai/mãe? Como veem agora essas expectativas e esse papel?
3. Quais as pessoas que estão envolvidas no cuidado/educação do(s) vosso(s) filho(s)? Qual o papel de cada um de vós nessa educação?
4. De que forma se articula com o outro progenitor relativamente à educação dos vossos filhos?
5. Partindo da vossa própria experiência, quais consideram serem as possibilidades, os aspetos positivos e oportunidades que o facto de ser pai/mãe vos trouxe para a vossa vida?
6. No vosso ponto de vista, quais são as competências mais relevantes para o papel de pai e mãe?
7. Partindo da vossa própria experiência, quais consideram serem os desafios que os pais e as mães têm que enfrentar atualmente no seu papel parental?
Os desafios são idênticos ou diferenciam-se nas famílias de heterossexuais e nas famílias homossexuais?
8. Baseando-se na vossa própria experiência, como poderão os pais e as mães lidar com tais desafios?
9. Partindo da vossa própria experiência, quais consideram serem as desvantagens e os aspetos negativos que o facto de ser pai/mãe trouxe para a vossa vida?
10. Açam que a orientação sexual dos pais/mães (homossexual ou heterossexual) influencia a qualidade do exercício da parentalidade? De que modo?
11. Açam que a orientação sexual dos pais/mães (homossexual ou heterossexual) influencia o desenvolvimento dos filhos? De que modo?

(- O(s) vosso(s) filho(s) têm conhecimento da sua/vossa orientação sexual? Se sim, desde quando e como foi feita essa revelação?

- Como é que ele(s) lida(m) com esse facto na atualidade?)

Agradeço a disponibilidade e colaboração.

Agradeço que referencie outras pessoas a incluir neste estudo.

Consentimento informado

Eu, _____, declaro que fui informado(a) sobre o âmbito, objetivo e forma de recolha da informação na entrevista conduzida por _____, que será gravada em áudio, e que concordei em participar, depois de garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados pessoais.

Assinatura: _____

Data: ____/ ____/ _____

(dia) (mês) (ano)

Apêndice D – Percepções em torno da ponderação de ter filhos: temas individuais (jovens adultos sem filhos)

Gil (nome fictício)

Temas emergentes	Temas (e subtemas)	Tópico geral
<p>“espero daqui a uns anos... acho que ia ser um bom pai”</p> <p>receio da mãe de não ter netos; ter uma relação biológica com a criança; criar uma pessoa; criar uma família com outra pessoa; gostar de crianças</p> <p>responsabilidade/preocupação constante/toda a vida; dúvidas sobre preparação para (“medo”)</p> <p>já pensou em adoção singular; “barriga de aluguer”; projeto de coparentalidade com amigas lésbicas; “ir lá fora a um país” buscar uma criança</p> <p>questão económica para já não é um problema, “mas não sei se daqui a dois anos o terei”</p> <p>medo que comece a “ficar tarde”</p> <p>“primeiro tive que ultrapassar este preconceito... para me aceitar... e depois consegui dizer às outras pessoas”</p> <p>“projeto desafiador... como é que a criança chega...”</p> <p>falar com a escola; ensinar a criança a defender-se</p> <p>“acho que é completamente indiferente serem dois pais heterossexuais ou homossexuais”; “não acredito que a homossexualidade seja contagiosa”; “pode haver um fator negativo... o preconceito da sociedade”; “criança... aprende a viver com a diferença... vai também aceitar a diferença”</p>	<p>Desejo de ser pai (não para já)</p> <p>Motivações: - positivas</p> <p>- negativa</p> <p>Exploração de formas de acesso</p> <p>Estabilidade económica</p> <p>Idade</p> <p><i>Coming out</i></p> <p>Investimento pessoal acrescido</p> <p>Responsabilidade parental acrescida</p> <p>Percepção sobre a influência da orientação sexual - não determina a parentalidade, desenvolvimento - possibilidade de influências indiretas nos filhos e de benefícios</p>	<p>“Eu”</p>
<p>“tenho que pensar na criança primeiro”, não pode ser “a qualquer custo”</p> <p>valoriza a estabilidade da relação com o companheiro</p> <p>“ele (companheiro) ainda não contou” à família e amigos mais afastados</p> <p>o desejado balanço de responsabilidades entre “progenitores”</p> <p>apoio da família (geral)</p>	<p>Salvaguarda da (futura) criança</p> <p>Estabilidade da relação</p> <p>Diferenças no casal ao nível do <i>coming out</i></p> <p>Partilha de responsabilidades parentais (com companheiro)</p> <p>Ter ou não apoio da rede informal</p>	<p>“Com os outros”</p>

<p>hoje em dia “as famílias estão todas muito distantes”</p> <p>“trabalhar” e “manter a família”</p> <p>as condições do bairro, a qualidade do ensino</p> <p>especificidades dos processos de adoção e atuação dos profissionais (“tem muito a ver com as pessoas que encontramos à frente a avaliar o processo”)</p> <p>“mudou muito a maneira como a sociedade vê a homossexualidade, mas ainda há muitos preconceitos”</p> <p>“a nível de adoção acho que se privilegia um casal heterossexual”</p> <p>“a ideia que o pai é mais rigoroso... a mãe transmite mais carinho...”</p> <p>“não tenho conhecimento de nenhum casal homossexual”</p> <p>há uns anos “uma mãe solteira [também] era mal vista”</p>	<p>Isolamento das famílias</p> <p>Conciliação trabalho/vida familiar</p> <p>Ter ou não apoio instrumental da rede formal</p> <p>Insegurança relativamente à atuação da rede formal</p> <p>Atitudes do meio em relação à homossexualidade (e mudanças)</p> <p>Falta de apoio da sociedade à homoparentalidade</p> <p>Representação heteronormativa da parentalidade</p> <p>Falta de contacto com famílias homoparentais</p> <p>Necessidade de ancoragem noutros arranjos familiares</p>	<p>“À minha volta”</p>
---	--	------------------------

Nuno (nome fictício)

Temas emergentes	Temas (e subtemas)	Tópico geral
<p>“quero ter filhos”</p> <p>criar uma pessoa; criar uma família com um companheiro; gostar de crianças; continuar a família; fazer diferente dos pais</p> <p>preocupação para toda a vida; dúvidas sobre se está preparado para lidar com as atitudes do meio</p> <p>adoção (a que lhe faz “mais sentido”); projeto de coparentalidade com uma amiga</p> <p>autoconhecimento, “estrutura mental”</p> <p>“ter uma fonte de rendimento”</p> <p>“um casal heterossexual para ter filhos basta existir, um casal homossexual para ter filhos tem de querer”</p> <p>“permanente necessidade de justificação perante os outros da validade da família”</p>	<p>Desejo de ser pai</p> <p>Motivações: - positivas</p> <p>- negativas</p> <p>Exploração de formas de acesso</p> <p>Maturidade/estabilidade pessoal</p> <p>Estabilidade económica</p> <p>Investimento pessoal acrescido</p> <p>Responsabilidade parental acrescida</p>	<p>“Eu”</p>

<p>“a forma como as pessoas vivem a sua orientação dentro da sua família condiciona a família que vão constituir ou não”</p> <p>a orientação sexual não influencia a “relação com os filhos”; a considerar: “gozos nas escolas... adaptação aos colegas”; “em termos da identidade afetiva e sexual” da criança “penso que não” tem implicações. “Até pelo contrário... pode ser benéfico... conhecerem vários modelos à volta”</p>	<p><i>Coming out</i></p> <p>Perceção sobre a influência da orientação sexual</p> <ul style="list-style-type: none"> - não determina a parentalidade, desenvolvimento - possibilidade de influências indiretas nos filhos e de benefícios <p>Timing (não é o certo)</p>	
<p>ter filhos ainda não está “na ordem do dia”</p> <p>importância do apoio familiar</p> <p>com a família “não sei como é que o vou fazer. Porque atrás do meu filho quero que venha o meu marido... E como é que isso se faz? Eu não sei...”</p> <p>valoriza estar numa relação “com a pessoa com quem isso vai acontecer”</p> <p>conjugam decisões relativas às crianças (e.g., escola)</p> <p>“sozinho não pondero” (ter filhos)</p>	<p>Apoio da rede informal</p> <p>Insegurança relativamente ao apoio da família</p> <p>Estabilidade da relação</p> <p>Acordo entre o casal</p> <p>Partilha das responsabilidades parentais</p>	<p>“Com os outros”</p>
<p>a crise económica</p> <p>a qualidade da educação que se recebe</p> <p>adoção como “processo extraordinariamente complicado”; “mais um pouco para casais homossexuais”</p> <p>custos e questões éticas das “barrigas de aluguer”</p> <p>“tudo o que não é... pai, mãe e filho representa uma dificuldade acrescida”</p> <p>“eu não queria estar na pele do primeiro casal gay em Portugal que se divorciou”; mas “penso que as morais se alterem... tal como se alteraram... para o divórcio [no geral]”</p> <p>“não penso que seja situação exclusiva das famílias homossexuais” (e.g., mãe solteira)</p> <p>“do lado dos desafios... a vertente legislativa parecendo que não, importa”</p>	<p>Crise económica</p> <p>(In)suficiências da rede formal</p> <p>Especificidades do processo de adoção</p> <p>Especificidades do processo de PMA</p> <p>Representação heteronormativa da parentalidade</p> <p>Atitudes do meio face à homossexualidade (em mudança)</p> <p>Falta de modelo para a família/ancoragem noutras configurações familiares</p> <p>Falta de apoio para as famílias homoparentais</p>	<p>“À minha volta”</p>

Luís (nome fictício)

Temas emergentes	Temas (e subtemas)	Tópico geral
<p>“eu sempre imaginei que ia ter filhos”</p> <p>ter uma relação biológica com a criança; criar uma família com outra pessoa; criar uma pessoa; dar sentido à vida; transmitir os gostos/ interesses pessoais</p> <p>dúvidas sobre preparação para ter filhos; menos tempo para outros projetos pessoais; preocupações/responsabilidades para toda a vida</p> <p>possibilidade de projeto de coparentalidade com uma amiga; pensou em adotar quando estava com o ex-companheiro</p> <p>importância das “condições mais materiais”</p> <p>“estabilidade... emocional”</p> <p>a questão da “idade”</p> <p>“não é agora nem para o ano que vem”</p> <p>necessidade de procura de informação (e.g., na “Segurança Social”); “tu tens que ir ler, tens que te inscrever”</p> <p>“assente o ponto que isto [orientação sexual] não tem, quanto a mim, nenhuma influência negativa sobre as crianças... não acho que deva... desencorajar-nos... [mesmo que] com o resto da sociedade... vá sentir que a sua família é diferente”</p>	<p>Desejo de ser pai</p> <p>Motivações - positivas - negativas</p> <p>Exploração de formas de acesso</p> <p>Estabilidade económica</p> <p>Estabilidade pessoal</p> <p>Idade</p> <p>Timing (não é o certo)</p> <p>Investimento pessoal acrescido</p> <p>Perceção sobre a influência da orientação sexual - não determina a parentalidade, desenvolvimento - possibilidade de influências indiretas nos filhos</p>	<p>“Eu”</p>
<p>divergência de perspetivas em relação à parentalidade com ex-companheiro</p> <p>desejo de partilhar a parentalidade</p> <p>ter o “apoio da família” (no geral)</p> <p>“mesmo à minha volta... não sinto que estejam muito confortáveis com a ideia de eu ser pai”</p>	<p>Necessidade de acordo no casal</p> <p>Partilha das responsabilidades parentais</p> <p>Apoio da rede informal</p> <p>Insegurança relativamente ao apoio da família</p>	<p>“Com os outros”</p>
<p>estado da economia</p> <p>conciliação de papéis (casa, trabalho)</p> <p>os pais e mães estão sozinhos (no geral)</p> <p>falta de “segurança de residência”, as “dificuldades económicas”</p>	<p>Estabilidade laboral</p> <p>Conciliação trabalho/vida familiar</p> <p>Isolamento das famílias</p> <p>Insuficiências das políticas de apoio às famílias/apoio formal</p>	<p>“À minha volta”</p>

falta de “reconhecimento legal”; “legalmente não podem ser ambos pais ou mães” (tem de mudar)	Falta de apoio da sociedade às famílias homoparentais	
“questão da aceitação, de ser ou não aceite no bairro, na escola, na rua, no trabalho”	Atitudes da sociedade	
“não tenho contacto próximo com pessoas homossexuais com filhos”	Falta de contacto com famílias homoparentais	

João (nome fictício)

Temas emergentes	Temas (e subtemas)	Tópico geral
<p>Ter filhos “é um objetivo que tenho, não digo a curto prazo”</p> <p>transmitir valores à nova geração; criar uma pessoa; gostar de crianças; filhos como fonte de apoio emocional</p> <p>“não tenho propriamente um projeto, uma idealização”; mas “por ter esse tipo de interesse também vou acompanhando” os estudos na área</p> <p>ainda tem outros objetivos a concretizar (e.g., “viajar mais”)</p> <p>carreira e estabilidade financeira; ter casa</p> <p>“é necessário que as pessoas estejam preparadas para tal”</p> <p>“coragem para assumir”; “passar por esse processo é bom para... compreender o que o filho vai precisar”</p> <p>assumir o “papel” de fazer os filhos sentirem-se “seguros face a todo o tipo de comentários que possam ouvir”</p> <p>“acho que têm as mesmas capacidades de dar aquilo que um casal heterossexual tem”; o filho não tem que ser “idêntico aos pais”; “acho que a criança pode ser alvo de chacota”; “deve ser mais complicado em casos que a descoberta (<i>coming out</i>) por um dos pais seja mais tardia e a criança venha a saber antes” (de falarem com ela)</p>	<p>Desejo de ser pai (não para já)</p> <p>Motivações positivas</p> <p>Investimento pessoal acrescido</p> <p>Timing (não é o certo)</p> <p>Estabilidade económica</p> <p>Estabilidade/maturidade</p> <p><i>Coming out</i></p> <p>Responsabilidade parental acrescida</p> <p>Perceção sobre a influência da orientação sexual</p> <ul style="list-style-type: none"> - não determina a parentalidade, desenvolvimento - possibilidade de influências indiretas nos filhos - influência negativa quando os filhos descobrem sozinhos 	<p>“Eu”</p>
<p>valoriza a “relação estável” que tem</p> <p>valoriza o “consentimento, a vontade de ambas as partes pela responsabilidade que daí advém” (casal)</p> <p>“acho que é importante ter as duas pessoas presentes”</p> <p>valoriza os “que estão ao redor”</p>	<p>Estabilidade da relação</p> <p>Necessidade de acordo entre o casal</p> <p>Partilha das responsabilidades parentais</p> <p>Ter ou não apoio da rede informal</p>	<p>“Com os outros”</p>

desemprego (no geral)	Estabilidade laboral	“À minha volta”
“as frustrações do trabalho... direcionadas para os filhos”	Conciliação trabalho/vida familiar	
“uma maior abertura e uma maior aceitação da própria sociedade... acho que é o fator mais determinante”; mas “acho que isso vai-se mudando... com o passar das gerações”	Atitudes do meio face à homossexualidade (e mudança como expectativa)	
“acho que a posição geográfica interfere”	Procura de locais mais aceites	
“faz-me um bocado de confusão que a nível de legislação não seja possível que uma criança seja amada por dois pais ou duas mães”	Falta de apoio da sociedade para as famílias homoparentais	
“nós próprios somos capazes de nos discriminar dentro deste grupo”	Discriminação dentro da comunidade LGBT	
“nunca tive contacto com nenhum casal homossexual que tivesse filhos”	Falta de modelos para a família	

Ana (nome fictício)

Temas emergentes	Temas (e subtemas)	Tópico geral
“eu imagino-me a ser mãe”	Desejo de ser mãe	“Eu”
“mas não me vejo a ter filhos nos próximos anos”	Timing (não é o certo)	
criar uma pessoa; filhos trazem conforto para a vida/fonte de apoio; fazer diferente dos pais	Motivações: - positivas - negativas	
responsabilidade para toda a vida; menos tempo para os outros projetos pessoais		
“São só ideias” para já: ter um filho biológico ou não tanto faz; pensou num projeto de coparentalidade com um amigo gay; ainda “não sei se me imagino mais como mãe solteira ou como mãe com alguém”	Exploração de formas de acesso	
importância da “estabilidade financeira”	Estabilidade económica	
“é preciso estar preparado, é preciso saber lidar com as situações”	Estabilidade pessoal/maturidade	
“a forma como vamos ter um filho ou não... é muito mais difícil para um casal de pessoas do mesmo sexo... decisão tem que ser ponderada”	Investimento (pessoal) acrescido	
“perceber quais é que são as dificuldades para os casais homossexuais em relação à parentalidade... e quais é que são as formas de as conseguir contornar”	Responsabilidade parental acrescida	

<p>“importância do <i>coming out</i>, de nos expormos” para “mudar a mentalidade das pessoas”</p> <p>“se pudéssemos dissecar o casal, a família... sem elementos sociais à volta... os estudos têm mostrado... não existe praticamente diferença nenhuma, em termos de orientação sexual, escolaridade...”; “o crítico é o percurso da criança... ao longo das suas relações” com o exterior; filhos podem ter “uma visão diferente do mundo... mais aberta”</p>	<p><i>Coming out</i></p> <p>Perceção sobre a influência da orientação sexual</p> <ul style="list-style-type: none"> - não determina a parentalidade, desenvolvimento - possibilidade de influências indiretas nos filhos, benefícios 	
<p>a “outra pessoa não se quer expor”</p> <p>“a outra pessoa não” quer ter filhos</p> <p>“idealmente todas as questões devem ser discutidas, pesadas... pelas duas pessoas do casal”</p> <p>“conseguir ter uma relação” (no geral)</p> <p>valoriza o apoio da família, amigos, vizinhos (geral)</p> <p>o pai disse “mas assim eu não vou ter netos a sério”</p> <p>é preciso pensar na criança, como é que ela “se vai integrar”</p>	<p>Diferenças no casal ao nível do <i>coming out</i></p> <p>Diferenças no casal relativamente ao desejo de ter filhos</p> <p>Acordo/negociação no casal</p> <p>Estabilidade da relação</p> <p>Apoio da rede informal</p> <p>Insegurança relativamente ao apoio da família ao eventual projeto de parentalidade</p> <p>Salvaguarda da criança</p>	<p>“Com os outros”</p>
<p>o “desemprego jovem”</p> <p>“a profissão... o tempo que permite estar com a criança, porque há profissões que são complicadas”</p> <p>as questões da educação, saúde, acesso à cultura</p> <p>“e se o professor mostrar pruridos?” (em relação à homoparentalidade); “recetividade dos profissionais de saúde... não vai ser igual”</p> <p>“a existência de associações ligadas a este assunto é fulcral”</p> <p>importância dos “estudos feitos como famílias” nesta área</p> <p>“impacto... das decisões legais na forma como a sociedade lida com certos assuntos”</p> <p>“mobilizar a atenção” para “que as pessoas se interessem pelo assunto”</p> <p>mesmo sendo “melhor aceite” a relação entre pessoas do mesmo sexo, “não é assim tão aceite que tenham filhos”</p>	<p>Estabilidade laboral</p> <p>Conciliação trabalho/vida familiar</p> <p>Apoio instrumental da rede formal/(in)suficiências</p> <p>Insegurança no apoio da rede formal às famílias homoparentais</p> <p>Apoio da comunidade LGBT</p> <p>Importância da investigação sobre homoparentalidade</p> <p>Revisão da lei como oportunidade</p> <p>Sensibilização da sociedade como oportunidade</p> <p>Atitudes do meio em relação à homossexualidade/</p>	<p>“À minha volta”</p>

face aos constrangimentos legais: “vai sempre haver alguém na relação que vai ser legalmente menos importante... a pessoa pode deixar de ver o seu filho” “pensar ter um filho num bairro... que seja mais aberto”	homoparentalidade (e mudanças) Falta de apoio às famílias homoparentais Procura de locais mais aceitantes	
---	---	--

Diana (nome fictício)

Temas emergentes	Temas (e subtemas)	Tópico geral
<p>“é um desejo, pronto”</p> <p>mas, “não é uma realidade já”</p> <p>dar uma família a uma criança (através da adoção); criar uma pessoa; gostar de crianças</p> <p>dúvidas sobre se já está preparada</p> <p>as “responsabilidades financeiras”</p> <p>“tenho muito que amadurecer para conseguir tomar conta de alguém”</p> <p>procura de informação sobre o “como” (e.g., televisão)</p> <p>adoção (“a que me faz mais sentido”); ou “quem sabe... uma inseminação”</p> <p>“temos que nos preparar... E ajudar a criança a lidar” (com a “discriminação”)</p> <p>“eu não me escondo de ninguém!”</p> <p>“não é por ser hetero ou homo que deve influenciar... para ter uma criança”; “o que pode dificultar... é a discriminação”</p>	<p>Desejo de ser mãe</p> <p>Timing (não é o certo)</p> <p>Motivações: - positivas - negativas</p> <p>Estabilidade económica</p> <p>Maturidade/Estabilidade pessoal</p> <p>Investimento pessoal</p> <p>Exploração de formas de acesso</p> <p>Responsabilidade parental acrescida</p> <p><i>Coming out</i></p> <p>Perceção sobre a influência da orientação sexual - não determina a parentalidade, desenvolvimento - influências indiretas nos filhos</p>	<p>“Eu”</p>
<p>ainda “não sei se a minha relação está sólida”</p> <p>“em relação aos meus pais... por eles eu não ia ser assim... ‘ai o que é que as pessoas vão pensar”</p> <p>“inseminação... dependendo... do que a [minha] companheira também gostasse”</p> <p>é preciso pensar na criança</p>	<p>Estabilidade da relação</p> <p>Insegurança relativamente ao apoio da família</p> <p>Necessidade de acordo entre o casal</p> <p>Salvaguarda da criança</p>	<p>“Com os outros”</p>

<p>“a discriminação”; “se calhar, até ao tempo de eu ter a criança, mais comum se torna”</p> <p>“para conseguir isso [ter filhos], não vai ser aqui”</p> <p>é precisa “consciencialização social”</p> <p>“pergunto-me até que ponto é que as escolas... estão preparadas para combater a homofobia”</p> <p>“tive a oportunidade de estar com casais do mesmo sexo... também por aí já ouvi que tinham de ir não sei onde para concretizarem a inseminação”</p> <p>processo de adoção (e.g., importância de formação para candidatos)</p> <p>inseminação: tentativas e custos (“financeiramente”)</p> <p>é preciso apoiar mais (todos) os pais (e.g., informação); criar atividades para as crianças</p>	<p>Atitudes do meio em relação à homossexualidade (e possibilidade de mudança)</p> <p>Procura de locais mais aceitantes</p> <p>Importância da sensibilização da sociedade</p> <p>Insegurança relativamente ao apoio da rede formal</p> <p>Importância do apoio da comunidade LGBT</p> <p>Especificidades do processo de adoção</p> <p>Especificidades do processo de PMA</p> <p>Insuficiências do apoio da rede formal</p>	<p>“À minha volta”</p>
---	--	------------------------

Lúcia (nome fictício)

Temas emergentes	Temas (e subtemas)	Tópico geral
<p>“Pelo menos nesta altura não tenho... não me identifico muito com o projeto de parentalidade... é uma coisa... independente da minha sexualidade”</p> <p>responsabilidade acrescida/preocupação constante; menos tempo para outros projetos pessoais</p> <p>“quanto mais disponibilidade financeira... maior vai ser o leque de coisas que vão estar acessíveis à criança”</p> <p>“constituir uma família com um casal homossexual é uma decisão muito mais ponderada do que... uma boa parte das famílias heterossexuais”</p> <p>“desenvolver uma estratégia... transmitir àquela criança que a sua família não é pior do que a dos outros”</p> <p>“para matricular os miúdos ir falar com, com os diretores da escola, explicar a situação”</p> <p>“ninguém da comunidade LGBT tem a menor dúvida que as pessoas são igualmente qualificadas para ser pais”; “o desenvolvimento das crianças... é perfeitamente normal mesmo que sejam filhos de casais homossexuais... claro</p>	<p>Não se identifica com o projeto de parentalidade</p> <p>Motivações negativas</p> <p>Implica estabilidade económica</p> <p>Implica investimento acrescido</p> <p>Implica responsabilidade acrescida</p> <p><i>Coming out</i></p> <p>Perceção sobre a influência da orientação sexual:</p>	<p>“Indivíduo”</p>

que... vai ter que haver um processo de adaptação à sociedade”	- não determina a parentalidade, desenvolvimento - influências indiretas nos filhos	
“que tipo de implicações é que vai ter para a criança?... as coisas mais banais são complicadas” “o resto da família pode ter um papel espetacular” (na educação das crianças, de um modo geral)	Salvaguarda da criança Apoio da rede informal	“Com os outros”
“empregos com cargas laborais muito pesadas... deixam menos tempo para estar com as crianças” “a sociedade rotula, segrega” “assusta... [quando] lei não é clara... há uma série de coisas que ficam dependentes do bom senso... quando é preciso fazer uma avaliação social de uma família... os valores da pessoa que vai avaliar não podem ser um critério” “argumento de que a criança tem que crescer rodeada da figura masculina, da figura feminina é... perfeitamente absurdo, não se aplica” em muitas famílias” “uma ponderação muitíssimo maior... a pessoa tem que pensar sozinha... não são coisas que possa aprender em lado nenhum” “o estado legal em Portugal é uma coisa inaceitável... [em termos de] proteção legal... precisa de ser resolvido de uma forma emergente” “o contexto que rodeia o casal... estar rodeado de um círculo de pessoas LGBT... com filhos” pode ajudar “vantagem de ter acesso a alguma bibliografia científica” (sobre homoparentalidade)	Conciliação trabalho/vida familiar Atitudes do meio face à homossexualidade (e homoparentalidade) Insegurança relativamente ao apoio da rede formal Representação heteronormativa da parentalidade Falta de referências para o modelo familiar Falta de apoio para as famílias homoparentais/necessidade de revisão da lei Apoio da comunidade LGBT Importância da investigação sobre homoparentalidade	“À nossa volta”

Apêndice E – Percepções em torno dos desafios e condições da parentalidade: temas individuais (pais/mães)

A (mãe biológica)

TORNAR-SE MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>motivações para a parentalidade</u> - <i>projeto em casal</i>: “ela (companheira) é que sempre quis muito ser mãe”</p> <p><u>desafios internos/pessoais</u> - <i>tomada de decisão</i>: “na altura decidimos que era eu que ia ter a criança porque tinha um trabalho mais estável... direitos” - <i>(auto)gestão das restrições legais</i> (à época): “para salvar o futuro” - <i>outras dificuldades</i>: “responsabilidade financeira para poder ter filhos”; “não é fácil... é muito exame” (Inseminação Artificial)</p>	<p>(não mencionou suportes/obstáculos do meio na transição para a parentalidade)</p>
SER MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>recursos e ganhos internos/pessoais</u> - <i>instinto parental</i>: “isso eu acho que é quase inato... é estranho... quando uns pais não conseguem tratar de uma criança” - <i>parentalidade enquanto processo de vinculação</i>: “o afeto... isso é o básico”; “somos três pessoas que gostam umas das outras” - <i>responsabilidades parentais assumidas pelo casal</i>: “tentamos criar consenso e quando arranjamos uma estratégia, depois é segui-la” - <i>características pessoais equilibram o exercício parental</i>: “eu sou um bocadinho mais flexível... ela (companheira) é menos... É bom ter estas duas figuras assim não iguais” - <i>parentalidade trouxe transformações pessoais positivas</i>: “veio abrir um campo novo para mim, de sentimentos, acho que também me tornou um pouco mais madura” - <i>realização pessoal enquanto mãe</i>: “agora que a tive ainda bem porque realmente é uma experiência muito interessante” - <i>reconhecimento da legitimidade da curiosidade face à sua família</i>: “nunca fui maltratada... a pediatra dela ficou curiosa e fez montes de perguntas” - <i>nomes por que a filha as trata</i>: “somos a mãe e a mamã, foi ela que nos pôs os nomes”</p> <p><u>desafios internos / pessoais</u> - <i>condição/recursos económicos</i> - <i>parentalidade enquanto função complexa</i>: “todos os dias são um desafio”</p>	<p><u>oportunidades/suporte do meio</u> - <i>apoio da rede informal</i> (e vínculos): “os meus pais ajudam”, “a minha irmã”, “o padrinho, ela adora a madrinha”, “ela tem dois primos... Tem com quem brincar”; “somos próximos de alguns amigos... ela gosta imenso deles”, “temos a nossa amiga... que também é mãe, por isso sempre nos ajudou imenso”; “tentamos que ela também brinque com crianças que tenham duas mães”;</p> <p><u>desafios/obstáculos do meio</u> - <i>questões ambientais</i>: “em termos ambientais... estamos a ir por um caminho um bocado louco” - <i>escrutínio social aos pais</i>: “a sociedade, às vezes, pode ser um bocado repressiva nas nossas opções” (e.g., educação dos filhos)</p>

<ul style="list-style-type: none"> - <i>parentalidade implica o desenvolvimento de competências</i>: “há algumas coisas que se têm que aprender” - <i>parentalidade como fonte de responsabilidade pelo outro</i>: “naturalmente, quando é um bebé há uns cuidados... que são básicos”; “valores que nós tentamos implementar... e transmitir-lhe” - <i>parentalidade implica o estabelecimento de limites adequados</i>: “nós resolvemos que as birras vamos ter que ignorar” - <i>respeito pela individualidade da filha</i>: “ela [é pequena] ainda agora não percebe isso muito bem” (a família) - <i>(auto)gestão das restrições legais</i>: “a questão dos registos... ainda está tudo desorientado” <p><u>assunção de responsabilidade acrescida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>autoaceitação, abertura e assertividade relativamente à família</i>: “se nós não começarmos a partilhar isto também, para ela (filha) vai ser muito mais difícil... lidar... nós somos o exemplo... ela tem mesmo que ver que nós também estamos à vontade com isto” - <i>abertura e gestão das questões da filha acerca da sua família</i>: “nós explicamos... qual é a nossa história, porque é que ela nasceu... ao longo do tempo vamos tendo sempre que vir reatualizando as coisas” - <i>antecipação de vivências que a filha terá que gerir</i>: “claro que se tivermos uma sociedade repressora... ela pode-se sentir triste por causa disso” - <i>desenvolvimento da resiliência como compromisso</i>: “é um desafio mas que se ultrapassa” 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>discriminação social da homossexualidade</i>: “eu acho que a sociedade é que tem que começar a abrir um pouco e a mudar mentalidades” p. 8, 9) - <i>escrutínio social às famílias homoparentais</i>: “esta questão de nós sermos duas mães... é um desafio!”
ORIENTAÇÃO SEXUAL E PARENTALIDADE	
<ul style="list-style-type: none"> - <i>orientação sexual não determina o exercício da parentalidade per se</i>: “eu não acho que influencie, eu acho que um casal homossexual ou heterossexual é exatamente a mesma coisa a nível de educação, desde que as pessoas saibam o que é estão a fazer e se realmente foi uma coisa que desejaram... nós somos uma família como outra qualquer” - <i>orientação sexual não determina os resultados desenvolvimentais dos filhos per se</i>: “o que pode influenciar é a forma de agir e de lidar com a criança” 	

B (mãe biológica)

TORNAR-SE MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>motivações para a parentalidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>parentalidade como projeto em casal</i>: “era uma vontade da minha ex-companheira ter filhos, essa ideia... foi-se impondo naturalmente” (nela) 	<p><u>suportes do meio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>apoio da rede informal</i>: “existe uma rede completamente subterrânea de troca de informações para qualquer pessoa que de repente diga ‘eu estou grávida’... eu recorri a todas essas fontes” - <i>parentalidade como projeto de vida na comunidade LG</i>: “conheço muitas pessoas, em particular mulheres... que têm vindo a querer, no seio das suas relações homossexuais, ter crianças”

<p><u>desafios internos/pessoais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>exploração de formas de acesso</i>: “excluída a possibilidade de adoção (em casal), virámo-nos para a possibilidade de utilizar técnicas de PMA” - <i>tomada de decisão sobre forma de acesso</i>: “acabámos por optar por uma hipótese... adotada por muitos casais de lésbicas em Portugal, a IA caseira... [a inseminação médica] envolveria um acompanhamento médico que nós não reconhecíamos como necessário... é... economicamente mais vantajosa... pode ser uma boa alternativa a ir ao estrangeiro... mas levanta uma série de questões legais” <p><u>assunção de responsabilidade acrescida</u></p> <p>“penso que não é à toa que gays e lésbicas, de um modo geral, pensam muito mais do que um casal heterossexual antes de terem uma criança... porque sabem, sentem, intuem que há de facto um escrutínio social... não entender isso seria quase uma irresponsabilidade”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>apoio da comunidade LG</i>: “até pela minha experiência pessoal, tenho vindo a acompanhar muitas situações, de muitas pessoas que chegam a pedir conselhos, a tentar perceber... quais são as hipóteses [para aceder à parentalidade]” <p><u>desafios/obstáculos do meio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>discriminação social da homossexualidade</i>: “há de facto um escrutínio social” - <i>falta de apoio para o projeto de (homo)parentalidade</i>: “Quando eu disse à minha mãe que íamos ter um filho ela perguntou ‘mas porquê?’... há um espanto, há uma espécie de desaconselhar de ter filhos”; “O Estado português pressupõe, à partida, que cada criança tem que ter um pai e uma mãe”
<p>SER MÃE (temas e subtemas)</p>	
<p><u>recursos e ganhos internos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>negociação informal da regulação das responsabilidades parentais</i>: “desde o momento em que nos separamos que criámos um sistema de partilha das crianças... as decisões... eram discutidas entre nós” - <i>satisfação com a articulação com a outra mãe</i>: “separámo-nos... e nunca tivemos problemas, entendemo-nos perfeitamente” - <i>parentalidade enquanto processo de vinculação</i>: “acho que o que é importante é que eles tenham também a estrutura pessoal e familiar suficientemente segura para que eles possam encontrar o apoio de que precisam” - <i>parentalidade enquanto processo que superou expectativas</i>: “suplantou largamente as minhas expectativas, porque muitas vezes a questão da parentalidade é apresentada como um processo complexo” - <i>realização pessoal enquanto mãe</i>: “sinto-me feliz com a vida que tenho. Sinto que eles são crianças felizes, que estão bem” - <i>perceção de autoeficácia enquanto mãe</i>: “perceber que eles dependem de mim ... e que, no entanto, eu sou capaz de desempenhar esse tipo de tarefas” - <i>parentalidade enquanto papel essencial na vida adulta</i>: “é uma componente essencial da minha vida” 	<p><u>suportes do meio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>apoio (e vínculos) da rede informal</i>: “há outras pessoas que, não tendo um vínculo biológico, têm um vínculo emocional... com as crianças... quantas mais pessoas estiverem envolvidas na educação, e no cuidado, e no amar, melhor... portanto, há uma rede social, uma rede de proximidade”; (outras famílias homoparentais) “Não é à toa que eu sinto que é importante para os meus filhos conhecerem outras crianças que tenham dois pais, duas mães” - <i>apoio da rede formal</i>: “que as instituições sejam claras e não permitam o abuso” - <i>crença na primazia do superior interesse da criança</i> (aquando de decisões do Tribunal, apesar das restrições legais): “Penso que hoje... porque eles já falam, já percebem, e se houvesse um problema, por exemplo, se eu morresse... a opinião deles (filhos) já seria de tal modo vinculativa, que dificilmente a coisa correria mal” - <i>crença na mudança de atitudes da sociedade, com a passagem do tempo</i>: “[filhos estão bem] fruto também de alguma largueza de espírito das próprias instituições..., da própria sociedade portuguesa que tem evoluído imenso” - <i>estudos sobre famílias homoparentais</i>: “não sei se a vida dentro de uma casa com dois homens ou com duas mulheres, se é assim tão diferente e, se calhar,

- *parentalidade trouxe transformações pessoais positivas*: “abriu novas, grandes e diversas possibilidades e aprendizagens na minha vida... que não teriam acontecido se eu não tivesse sido mãe”

- *parentalidade enquanto veículo de integração social* (para uma lésbica): “já não sou só aquela fulana que por acaso é lésbica, sou acima de tudo a mãe de... e com quem, de repente, já há imenso em comum... e isso nivela, cria... aproximação”

- *conotação positiva da sua família*: “penso que uma das grandes mais-valias das pessoas homossexuais quando de facto têm filhos, é que contribuem não só para a sua liberdade individual, mas contribuem pelo exemplo que dão à sociedade para garantir a liberdade de todas as pessoas”

desafios internos/pessoais

- *conciliação dos papéis da vida adulta*: “o dia-a-dia é um permanente desafio... há imensas questões práticas de gestão do próprio tempo que... são grandes desafios”

- *parentalidade enquanto função complexa*: “a tarefa de mãe é de tal modo vasta, de tal modo complexa”

- *parentalidade implica o desenvolvimento de competências*: “sem depender muito daquilo que dizem os livros, daquilo que diz a vizinha, ou daquilo que diz a mãe, mas de ir aprendendo e criando um sistema que seja suficientemente seguro”

- *parentalidade como fonte de responsabilidade pelo outro*: “a nossa vida fica absolutamente condicionada pela existência daqueles pequenos seres que tanto dependem de nós...”

- *parentalidade implica o estabelecimento de limites adequados*: “outra questão tem a ver... com as questões de autoridade. Eu tenho da vida... uma noção muito paritária, muito de diálogo... mas eu percebi, ao ser mãe, que... é necessário de facto impor autoridade e impor a nossa vontade à vontade deles. E isso para mim... quase que me violentou inicialmente”

- *resultados desenvolvimentais dos filhos*: “Eu acho que o grande desafio é criar crianças que sejam suficientemente autoconfiantes e que tenham... uma noção do outro”

- *respeito pela individualidade dos filhos*: “outra coisa que é essencial é que eles são diferentes uns dos outros e não se pode, até com uma criança pequena, não se pode agir da mesma maneira com A e com B”

- *respeito pelas opções da outra mãe*: “eu podia implicar... mas isso seria não respeitá-la... eu procuro manter a minha individualidade... respeitando, ainda que não concordando, às vezes, com certas atitudes... dela”

também, por isso é que é muito importante fazer este tipo de análises”

- (à época) *possibilidade de alteração da lei/importância da lei*: “eu acredito que isto vai mudar. Acho que, por exemplo, o facto de termos aprovado a lei do casamento vai criar pressão para os casais homossexuais casarem e, eventualmente, daqui a alguns anos... serão alvo da sociedade no sentido de ter filhos como qualquer outro”

desafios/ obstáculos do meio

- *pouco apoio (formal) para a parentalidade*: “de repente, a sociedade em si passa-me a parecer um bocado mais estúpida... Por exemplo, tentar andar com um carrinho de bebé numa cidade é uma experiência que qualquer elemento de um gabinete de urbanismo... devia fazer”

- *discriminação social da homossexualidade*: “o grau de homofobia em que vivemos é de tal ordem que muitos gays e lésbicas continuam a achar que o facto de ser gay ou lésbica é um impedimento a ter filhos”; “ser lésbica, sei que... continua a ser um instrumento de estigmatização que quem quiser poderá ir buscar... para me recriminar”

- *falta de apoio para as famílias homoparentais*: “a outra figura parental não tem qualquer vínculo legal com as crianças”; “o facto de... não haver um enquadramento legal que fundamente isto, cria alguma instabilidade”

- *escrutínio social às famílias homoparentais*: sob “observação social ou monitorização psicológica da parte das instituições”

- *preocupações / mitos relacionados como o desenvolvimento dos filhos das famílias homoparentais*: “(há) uma espécie de medo profundo da sociedade em que, se gays e lésbicas educarem criancinhas, essas criancinhas também serão gays e lésbicas”

- *falta de referências para família*: (necessidade de ancoragem noutras configurações familiares – o caso do divórcio, como evoluiu) “podemos... mal comparando... ir buscar a analogia dos divórcios... Após o 25 de abril, uma criança que fosse filha de pais divorciados era ‘ai coitadinho’... Hoje em dia...”

- *(re)definição identitária*: “de repente, dou por mim a ter... muito menos em comum com essas pessoas com as quais eu fazia ativismo, e muito mais em comum com homens e mulheres heterossexuais, ou não, que tinham filhos da mesma idade”

- *reconhecimento da legitimidade da curiosidade face à sua família*: “É uma certa curiosidade natural das pessoas... que entendo perfeitamente como legítima. Eu própria sou muito mais curiosa!”

- *(experiências de) vulnerabilidade*: (filho, aquando do desmame) “Gritava às 4 ou às 5 da manhã ‘eu tenho fome!’. Eu pensava ‘vem aí a CPCJ’, alguém diz que aquela mãe lésbica e desnaturada não dá comida à criança. Portanto, eu sentia-me exposta... por a minha criança gritar, mas sentia-me duplamente vulnerável por ser lésbica, porque sei que isso continua a ser um instrumento de estigmatização que quem quiser poderá ir buscar... para me recriminar”

- *(experiência de) ambivalência face aos estudos sobre famílias homoparentais*: “é extremamente assustador pensar que, de facto, isso é assim analisado e avaliado. Ou seja, gays e lésbicas só terão direito, só lhes deverá ser reconhecido o direito a ter crianças, se essas crianças forem particularmente capazes? Então, e se... essas crianças tiverem os desequilíbrios e os problemas e as questões... que os outros todos têm?”

- *(auto)gestão das restrições legais*: “as crianças estão registadas apenas com o meu nome”

assunção de responsabilidade acrescida

- *autoaceitação, abertura e assertividade relativamente ao carácter da família*: “é informar as pessoas das coisas e dar espaço... para fazerem perguntas, para colocar as objeções e para falar, mas não é pedir autorização... essa atitude também tem vindo a marcar alguma diferença. E isto tem-se repetido, no Infantário, depois no outro Infantário, depois na Escola Primária”

- *abertura e gestão das questões dos filhos acerca/associadas à sua família*: “é importante que as crianças conheçam a orientação sexual dos pais e é preciso estar preparado para as perguntas que vão fazer”

- *antecipação de vivências [experiências] que os filhos terão que gerir*: “um desafio que nunca está completamente vencido. Ele (filho) pode mudar para uma escola... [onde] pode não ter da parte deste ou daquele professor, o apoio, a disponibilidade, a boa vontade”

- *desenvolvimento da resiliência*: “Não é à toa que eu sinto que é importante para os meus filhos conhecerem outras crianças que tenham dois pais, duas mães”

ORIENTAÇÃO SEXUAL E PARENTALIDADE

- *orientação sexual influencia positivamente o exercício da parentalidade, mas não é a única influência*: “[orientação sexual] influencia no sentido positivo (cuidados)... mas eu acredito que há pessoas profundamente capazes... independentemente da orientação sexual”

- *orientação sexual influencia positivamente os resultados desenvolvimentais, mas não é a única influência*: “se eu partir do pressuposto que a orientação sexual faz das pessoas pais mais capazes, mais respeitadores das diferenças... [isso] conduzirá a crianças também elas mais respeitadoras das diferenças, emocionalmente mais estáveis, mais capazes de lidar com a diversidade”; “não me parece que... isto seja contagioso ou que se passe de pais para filhos porque se não teríamos que perguntar aos meus pais”

C (mãe biológica)

TORNAR-SE MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>motivações para a parentalidade</u></p> <p>- <i>parentalidade como projeto do casal</i>: “partimos para este projeto de ter filhos em conjunto... ligado à nossa relação”</p> <p>- <i>idade</i>: “também pelo avançar da idade, impunha-se que começássemos a pensar nisso”</p> <p><u>desafios internos/pessoais</u></p> <p>- <i>tomada de decisão inicial</i>: “Foi uma decisão que demorou o seu tempo a ser maturada”</p> <p>- <i>exploração de formas de acesso à parentalidade</i>: “tomámos a decisão de avançar e depois tivemos que pensar no ‘como’... eu também pensava na minha cabeça que era assim uma coisa muito complicada”; “começámos por Espanha... Vimos que em Espanha não havia esta possibilidade de se conhecer um pouco mais do dador e acabámos por escolher um outro país”</p> <p>- <i>tomada de decisão sobre forma de acesso</i> (opção por dador conhecido): “em relação ao dador... tentamos ver se havia locais onde a criança poderia ter acesso a informação sobre o dador quando crescesse... não é uma situação que nós nos vemos a promover mas... é lícito” (pensando na criança)</p> <p>- <i>tomada de decisão sobre quem faria o processo de inseminação</i>: “decidimos que seria eu primeiro, também pela questão da idade ... e eu manifestava mais o desejo de avançar”</p> <p>- <i>outras dificuldades</i>: “o primeiro tratamento falhou... uma grande desilusão... também já joga com a nossa fertilidade... [como] somos ambas mulheres... tivemos que definir um limite de tentativas para mim... do ponto de vista psicológico, não é fácil”</p>	<p><u>suportes do meio</u></p> <p>- <i>apoio da rede informal</i>: “tendo por referência a experiência passada de uma amiga nossa” (outra família homoparental); “temos amigos em Espanha, portanto, também ajudaram dando-nos algumas indicações de possíveis clínicas”</p> <p>- <i>apoio da rede formal</i>: “a médica acabou por desmistificar... foi aquilo que nos permitiu lançar à descoberta”</p> <p><u>desafios/obstáculos do meio</u></p> <p>- <i>falta de apoio para o projeto de parentalidade</i>-disposições legais restritivas (à época): “parece-nos lícito que exista uma regulamentação que permita estas situações, o reconhecimento... da outra pessoa (companheira)... como tendo também algum poder legal sobre as crianças”</p>
SER MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>recursos e ganhos internos</u></p> <p>- <i>sentido de humor</i>: “também ter algum sentido de humor”</p>	

- *parentalidade enquanto processo de vinculação*: “capacidade de amar, obviamente, de entrega”
- *responsabilidades parentais assumidas pelo casal*: “discutimos ao final do dia coisas que se passaram e que achamos que precisam de ser afinadas e combinamos entre nós”
- *realização pessoal enquanto mãe*: “também é maravilhoso”
- *parentalidade trouxe transformações pessoais positivas*: “faz-me estar mais atenta aos outros”
- *parentalidade trouxe maior ligação à família*: “trouxe também uma ligação maior à família”

desafios internos/pessoais

- *cuidar de si*: “sentirem-se eles [os pais] bem. De estarem bem”
- *conciliação dos papéis da vida adulta*: “eu acho que o desafio... passa pelo equilíbrio entre a vida familiar e a pessoal... porque nós queremos ser todos bons pais, mas depois também queremos ser bons profissionais ”
- *parentalidade enquanto função complexa*: “já tinha ideia que era um desafio um bocadinho difícil... é de facto difícil”
- *parentalidade como fonte de responsabilidade pelo outro*: “trouxe mais responsabilidade... mas também uma capacidade de me centrar menos em mim... agora o foco passam a ser os filhos”
- *parentalidade implica o desenvolvimento de competências*: “a pessoa tem que encarar isto como uma aprendizagem que vai fazendo no dia-a-dia... convencermo-nos mesmo que estamos a fazer o melhor que sabemos e que podemos”
- *parentalidade implica o estabelecimento de limites adequados*: “não é estar sempre a passar com a mão na cabeça, mas ter uma, um tipo de educação positiva, não focar só nos aspetos negativos, mas basear no reforço positivo... também não é assim muito fácil, mas pronto”
- *resultados desenvolvimentais dos filhos*: “ao mesmo tempo é um desafio... e uma oportunidade, ver como é que conseguimos que saiam adultos que nós pretendemos responsáveis, que gostem do próximo, que respeitem os outros”
- *respeito pela individualidade dos filhos*: “vamos esperar que sejam eles a fazer as perguntas e o que nós vamos fazer é tentar explicar adequando à idade” (em relação à família)
- *(auto)gestão das restrições legais*: “Nós teremos que fazer, muito provavelmente agora em vida, testamentos ou doações uma à outra para podermos acautelar”

assunção de responsabilidade acrescida

- *autoaceitação, abertura e assertividade relativamente ao tipo de família*: “na escolinha...

suportes do meio

- *apoio e vínculos da rede informal*: “as avós, que estão mais presentes”; “Estão presentes os tios, estão presentes os amigos, estão presentes os avós”
- *apoio da rede formal*: “Com a escola... devo confessar que no início antecipei, assim, reações piores do que aquelas que temos vindo a encontrar... percebem a situação e não tem havido nada de complicado até à data”

desafios/obstáculos do meio

- *falta de apoio para o projeto de parentalidade*: “é um grande handicap que existe em termos de vazio legal e que depois também tem algumas implicações no dia-a-dia”

<p>nós avançamos referindo como é que é a nossa família”</p> <p>- <i>antecipação das questões dos filhos acerca da sua família / abertura com os filhos acerca da sua família</i>: “nós antecipamos que comecem a ser eles a fazerem-nos as perguntas... vamos esperar que sejam eles a fazer as perguntas e o que nós vamos fazer é tentar explicar adequando à idade”</p> <p>- <i>antecipação de vivências que os filhos terão que gerir</i>: “antecipo... ao longo da vida deles o confronto com a questão de não terem a família tradicional. Seja na escola, seja junto dos amigos..., na faculdade... Na rua”</p> <p>- <i>valorização da presença de figuras masculinas de referência</i>: “Por exemplo, nós achamos que é relevante haver a presença de figuras masculinas na vida dos meninos. Nós fazemos com que isso aconteça”</p> <p>- <i>reflexão acerca do nome por que cada uma será tratada</i>: “ainda não está fechado... para já nós autointitulamo-nos a ‘mãe (nome dela)’ e a ‘mãe (nome da companheira)’”</p>	
ORIENTAÇÃO SEXUAL E PARENTALIDADE	
<p>- <i>orientação sexual influencia o exercício da parentalidade</i>: “eu acho que pode influenciar de alguma forma... a educação, sim, vai ser afetada pelo facto de serem duas mulheres ou dois homens ou um homem e uma mulher”</p> <p>- <i>orientação sexual não determina os resultados desenvolvimentais dos filhos per se</i>: “mas acho que não influencia a capacidade dessas crianças se sentirem amadas e terem a autoconfiança, segurança no amor que têm em casa”</p>	

D (mãe biológica)

TORNAR-SE MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>motivações para a parentalidade</u></p> <p>- <i>parentalidade como projeto pessoal</i>: “sempre quis ser mãe... tem a ver com gosto da maternidade... Voltaria a fazê-lo. Aliás, essa hipótese está em agenda”</p> <p><u>desafios internos/pessoais</u></p> <p>- <i>(re)definição identitária e autoaceitação</i>: “Acho que há 5 anos se sentia mais. Ou se calhar eu estava menos preparada do que estou hoje em dia... não estava preparada para me assumir... no entanto, eu não faço nada de mal”</p> <p>- <i>exploração de formas de acesso à parentalidade</i>: IA em “Espanha. Cá em Portugal não é possível”</p> <p>- <i>falta de suporte da ex-companheira</i>: “durante algum tempo pensei que pudéssemos ser as duas a fazê-lo, mas depois [ex-companheira] estava muito ausente”</p> <p>- <i>outras dificuldades superiores ao esperado</i>: “há dificuldades que eu nunca pensei que fossem tão</p>	<p><u>suportes do meio</u></p> <p>- <i>apoio da rede formal</i>: (inseminação) “fui seguida cá por um médico, que sabia” da situação</p> <p>- <i>apoio da rede informal</i>: “se fosse necessário, muitas vezes a minha mãe ia... buscá-la à creche. E ficava em minha casa até eu chegar”</p> <p><u>desafios/obstáculos do meio</u></p> <p>- <i>falta de apoio para o projeto de (homo)parentalidade</i>: “a minha família que ao princípio dizia, ‘e coitadinha da criança, sem pai’”</p> <p>- <i>escrutínio da rede formal</i>: “eu registei-a na maternidade, tive todo o processo das assistentes sociais à minha volta a perguntar se eu tinha condições para ter a criança... disse que não tinha pai... Depois fui a Tribunal”</p> <p>- <i>discriminação social da homossexualidade</i>: “toda a homofobia... da sociedade”</p> <p>- <i>representação heteronormativa da parentalidade</i>: “porque me disseram que precisavam da autorização do pai e eu a explicar no Banco que não tinha pai, e a dizerem-me ‘mas tem de ter’...”</p>

<p>difíceis... O simples facto de abrir uma conta, para a minha filha, sentir discriminação”</p> <p>- <i>(auto)gestão das questões legais</i> (à época): “não é agradável eu ter que dizer que ‘olhe, dormi com alguém... que não conhecia’” (no Tribunal; registo da filha)</p>	
<p>SER MÃE (temas e subtemas)</p>	
<p><u>recursos e ganhos internos</u></p> <p>- <i>parentalidade enquanto processo de vinculação</i>: “brincar com a criança... estar mesmo com a criança. Estar presente com a criança”</p> <p>- <i>satisfação com a relação com a atual companheira</i>: “há a mãe e há a companheira que é quase a segunda mãe”; “a educação direta sou eu e a minha companheira”</p> <p>- <i>vínculo filha/atual companheira</i>: “têm uma relação muito gira”</p> <p>- <i>realização pessoal enquanto mãe</i>: “tive alguns momentos difíceis, mas compensa... É muito bom ser mãe”</p> <p>- <i>parentalidade enquanto papel que dá sentido à vida</i>: “se estamos mais em baixo, basta pensar naquela personagem e tudo muda”</p> <p>- <i>parentalidade trouxe transformações pessoais positivas</i>: “fui obrigada a crescer, um filho faz-nos crescer”</p> <p>- <i>parentalidade tem implicações positivas no desempenho profissional</i>: “remetendo para a parte profissional, fez-me dar mais valor a algumas famílias, se calhar, sem ser mãe não valorizava tanto as dificuldades que uma criança acarreta”</p> <p>- <i>conotação positiva da sua família</i>: “fá-los ser mais, isto por crianças que eu conheço, mais velhas... menos preconceituosas. Mais abertos a aceitarem a diferença”</p> <p><u>desafios internos/pessoais</u></p> <p>- <i>condição/recursos económicos</i>: “o fator económico é preponderante na educação..., o poder proporcionar, ou não”</p> <p>- <i>conciliação dos papéis da vida adulta</i>: “Às vezes sou mais mãe... outras alturas sou mais eu, não deixo de ser mãe, mas também pensar um bocadinho em mim”</p> <p>- <i>primazia do vínculo filha/ex-companheira</i>: “Têm uma relação afetiva, muito forte, mas é só isso”</p> <p>- <i>negociação informal de visitas</i>: “poderia vir... mais vezes ver a criança. Não o faz. Não passa férias com ela porque não o quer” (ex-companheira)</p> <p>- <i>dificuldades na articulação com ex-companheira</i>: comunica-se [decisões]... não é uma relação fácil”</p> <p>- <i>repetição de padrões transgeracionais</i>: “a minha mãe às vezes... dizia-me coisas que eu depois dizia ‘eu nunca hei de fazer isto com ninguém’, e, de repente, damos por nós a... seguir os padrões”</p>	<p><u>suportes do meio</u></p> <p>- <i>apoio e vínculos da rede informal</i>: “Depois há os avós, que ajudam muito”, “e a madrinha também contribui; “o ano passado fomos a um encontro de famílias [homoparentais]... fomos ver um espetáculo, um Teatro... Ela percebeu que as pessoas gostam umas das outras e eu acho que é muito por aí”</p> <p>- <i>apoio da rede formal</i>: “quando eu abordei a direção (escola)... foi no sentido de que eles estivessem preparados... para alguns pais... que lhes fizesse pressão. E eles automaticamente disseram que toda a gente ali tem que respeitar a diferença”</p> <p>- (à época) <i>possibilidade de alteração da lei/salvaguardas legais</i>: coparentalidade será “uma coisa boa”</p> <p><u>desafios/ obstáculos do meio</u></p> <p>- <i>discriminação social da homossexualidade</i>: “o que se pensa tem a ver com o foro sexual”; “o meu problema não são as crianças... nós adultos é que já temos tudo muito formatado”</p> <p>- <i>representação heteronormativa da parentalidade e relações</i>: “com a sociedade, a experiência não é assim muito positiva porque há os padrões e... vivemos numa sociedade muito, muito padronizada... toda a gente fala o pai e a mãe ... tudo o que fuja... as pessoas não são muito simpáticas”</p> <p>- <i>escrutínio social às famílias homoparentais</i>: “por que é que das 9 às 5 me consideram uma educadora e depois me proíbem as 24 horas?”; “uma questão muito que se ouve... a orientação sexual delas (crianças) no futuro”</p> <p>- <i>referências para o modelo familiar</i>: (necessidade de ancoragem noutras configurações familiares menos tradicionais) “há tantas crianças... que não têm pai”</p>

- *aprendizagem da partilha das responsabilidades parentais com a atual companheira*: “agora nesta nova fase que é um bocado de descoberta para mim... de repente há uma pessoa que aparece e diz ‘não tens que decidir tudo sozinha’ e agora sou eu que tenho que fazer uma aprendizagem... eu... muitas vezes, não sei pedir a opinião”
- *parentalidade enquanto função complexa*: “quando não temos filhos achamos que é tudo mais simples”
- *parentalidade como fonte de responsabilidade pelo outro* “conseguir proporcionar à... (filha) a melhor educação possível”
- *parentalidade implica o desenvolvimento de competências*: “é juntar um bocado o que me ensinaram, o que a vida me ensinou... acho que não há um ‘livrozinho’, é no dia-a-dia”
- *parentalidade implica o estabelecimento de limites adequados*: “não [quero que ela] seja extremamente mimada e ‘eu quero, posso e mando’... porque depois no futuro não vai ser assim”
- *resultados desenvolvimentais da filha*: “Eu acho que os desafios para mim é conseguir fazer com que ela seja uma pessoa, no futuro, justa... e confiante das suas decisões ”
- *respeitar a individualidade da criança*: “temos que ir por fases” (do desenvolvimento infantil)
- *preocupações associadas às disposições legais restritivas*: “a quem pertence esta criança se me acontece alguma coisa?”

assunção de responsabilidade acrescida

- *autoaceitação, abertura e assertividade relativamente à família*: “A escola para onde ela foi, fomos falar com os donos da escola, explicámos a situação, também foi quase um ultimato, dissemos ‘ou aceitam ou a menina não é posta aqui’”; “acho também que uma pessoa que esteja no patamar que eu estava há 5 anos atrás... não deve entrar numa aventura destas... isto sim, é um desafio, mostrar ao mundo que pessoas como eu têm todas as capacidades e mais algumas de poder educar filhos”
- *abertura e gestão das questões da filha acerca da sua família*: “sempre disse que ela não iria ser criada numa mentira, mas não estava preparada pra ela começar a falar, a fazer perguntas, a falar na sua família”; “queremos que ela seja educada com a verdade, que tem... duas mães”; “isto ainda não está muito definido na cabeça dela” (filha)
- *desenvolvimento da resiliência como compromisso*: “Eu espero que a minha filha dentro de poucos anos consiga argumentar ‘sim, tenho duas mães, e então?’”; “Contar histórias...Tento sempre mostrar-lhe a diferença, não usando só o

tema. Qualquer diferença e que temos que respeitar qualquer diferença. Muito importante!”	
ORIENTAÇÃO SEXUAL E PARENTALIDADE	
<p>- <i>orientação sexual não determina o exercício da parentalidade per se</i>: “Não é pela sua orientação sexual que são mais ou menos, melhores ou piores. Podemos ser tão maus como tão bons pais como os outros”</p> <p>- <i>orientação sexual não determina os resultados desenvolvimentais dos filhos per se</i>: “são normais, é tudo normal. Mas são crianças mais abertas à diferença”</p>	

E (mãe não biológica)

TORNAR-SE MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>motivações para a parentalidade</u></p> <p>- <i>parentalidade como projeto</i> (pessoal): “Eu sou mais velha do que ela (companheira), acho que quis ter um filho mais cedo do que ela”</p> <p>- <i>crianças que precisam de uma família/de ser adotadas</i>: “o mundo está sobrepovoado, então, por que não cuidarmos das crianças que já existem?”</p> <p><u>desafios internos/pessoais</u></p> <p>- <i>exploração de formas de acesso</i>: (não sendo possível adotar em casal) “pensamos no Apadrinhamento Civil”, “inseminação”</p> <p>- <i>tomada de decisão sobre a forma de acesso</i>: “primeiro decidimos quem iria engravidar. A minha situação laboral [menos favorável] e a possibilidade da inseminação correr melhor com a minha companheira [pesaram na decisão]”</p> <p>- <i>(re)definição identitária / afirmação como a outra mãe</i>: “o facto de ela ter dado à luz e eu não, não implica que não me sinta uma mãe também, eu só não passei pelo parto”</p> <p><u>assunção de responsabilidade acrescida</u>: “tomar a decisão de ter filhos, sendo homossexual, implica pensar, provavelmente, muito mais a sério do que um hetero ... é o meu palpite”</p>	<p>(não referiu suportes do meio na transição para a parentalidade)</p> <p><u>desafios/obstáculos do meio</u></p> <p>- <i>falta de apoio para o projeto de (homo)parentalidade</i>: “é mais difícil para os homossexuais criar uma família, ter filhos, ser bem recebido ou ser sequer recebido”</p> <p>- <i>disposições legais restritivas</i>: “nós gostaríamos de adotar [como um casal] mas isso não é possível” (à época)</p>
SER MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>recursos e ganhos internos/pessoais</u></p> <p>- <i>responsabilidades parentais assumidas (e negociadas) pelo casal</i>: “Temos um sistema, ela e eu, se estivermos, uma ou outra, muito stressadas, a outra assume a situação... esse sistema funciona”</p> <p>- <i>parentalidade como processo de vinculação</i>: “asseguramo-la que a amamos e que planeamos estar sempre presentes para ela... garantimos-lhe que ela tem uma família e que estamos juntas”</p> <p>- <i>satisfação com a relação conjugal</i>: “Eu tenho uma companheira que me apoia e que diz ‘tu és uma mãe tanto quanto eu sou’, e isso é realmente, em última análise, o que interessa”</p>	<p><u>oportunidades/suporte do meio</u></p> <p>- <i>apoio da rede informal</i> (e vínculos): a tia da criança “é um modelo muito positivo”; “Ela tem um padrinho, que está aqui agora”; “Tentamos explicar-lhe que existem outras famílias... Não temos muitos amigos homossexuais com crianças, ... conhecemos só algumas mães, precisamos de conhecer mais”</p> <p>- <i>apoio da rede formal</i>: “a escola, quer dizer, é o que é, mas cuidam dela” (da filha)</p> <p>- <i>crença na mudança de atitudes da sociedade, com a passagem do tempo</i>: “As coisas estão a mudar em termos dos direitos dos homossexuais”</p>

- *nomes por que a filha as trata*: “foi ela que escolheu a forma como nos chama às duas”
- *realização pessoal enquanto mãe*: “[ser mãe] é uma experiência maravilhosa”
- *parentalidade trouxe transformações pessoais positivas*: “Eu sei que agora sou muito mais sensível às coisas agora... trouxe profundidade para a minha vida, pelo menos é o que sinto”
- *conotação positiva da sua família*: “Eu acho que crescer numa família com duas mães pode ter a vantagem deles, provavelmente, terem uma mente mais aberta”

desafios internos / pessoais

- *condição/recursos económicos*: “nós tentamos dar conta das questões financeiras”
- *cuidar de si*: “Eu acho que temos que nos cuidar... não acho que se possa ser bom para as outras pessoas se não formos bons para nós mesmos”
- *conciliação dos papéis da vida adulta*: “ter tempo suficiente, está a tornar-se um grande problema para os pais”
- *reconhecimento dos seus limites*: “Eu sei que tenho algumas falhas na minha educação ... Já estou preocupada quando ela começar com a matemática e as ciências porque são uma lacuna minha”
- *parentalidade implica o desenvolvimento de competências*: “é preciso estar informado e não ficar apenas na zona de conforto com o que se pensa ou com o que se cresceu”
- *parentalidade como fonte de responsabilidade pelo outro*: “trouxemo-los para o mundo e devemos [protegê-los]”
- *parentalidade implica o estabelecimento de limites adequados*: “tentamos ensinar-lhe o certo e o errado”
- *respeito pela individualidade da filha*: “as crianças veem o mundo de uma forma completamente diferente dos adultos e não podemos esquecer isso”
- *resultados desenvolvimentais da filha*: “Eu acho que pode ser, será um desafio tentar ajudá-la a fazer as melhores escolhas”
- *(re)definição identitária/afirmar-se como a outra mãe*: “há pessoas que dizem ‘quando é que vais ser mãe?’ Mas eles sabem que eu tenho uma filha!... Eu não passei pelo parto, mas tudo o resto tem vindo a ser algo natural”
- *(gestão de disposições legais restritivas) não reconhecimento legal como mãe*: “...É algo que me incomoda, desvaloriza meu papel na sociedade, e eu não acho isso justo. Mas eu não deixo isso desvalorizar meu papel aqui [em casa]”

assunção de responsabilidade acrescida

- *autoaceitação e abertura e assertividade relativamente ao carácter da família*: “eles

- (à época) *possibilidade de alteração da lei/salvaguardas legais*: “Espero que as coisas mudem, que sejam mais abertas para as famílias homossexuais poderem adotar”

desafios/obstáculos do meio

- *crise económica*: “outro desafio, é que temos que aceitar que as oportunidades para os nossos filhos podem vir a ser menores do que as que tivemos”
- *pressões para o consumo*: “mas podemos tentar sair desse sistema; nós tentamos não consumir demais”
- *organização do sistema educativo* – “tenho algumas preocupações com o sistema educativo... Preferia que fosse um pouco mais aberto em termos de como as crianças aprendem”
- *discriminação social da homossexualidade*: “é estranho para mim que as outras pessoas digam ‘oh sim, bem que me disseram que ela tem duas mães’”; “[Lidar com] as questões da aceitação, discriminação” (como desafio)
- *representação heteronormativa da parentalidade*: “temos que estar sempre por dentro das coisas, por exemplo, o que se faz no dia do pai” (na escola)
- *falta de apoio para as famílias homoparentais* (disposições legais restritivas à época): “é estranho, podemos casar, mas mais nada, enquanto há muitas pessoas que seriam ótimos pais e mães e há muitas crianças que precisam deles!”
- *escrutínio social às famílias homoparentais*: (preocupações / mitos relacionados como o desenvolvimento dos filhos) eles [na pré-escola] estavam a dizer ‘oh, mas a criança tem duas mães’... acho que é quase como se sentissem pena dela”

<p>conhecem-nos na pré-escola... nós conversamos com eles... para mim é senso comum: as famílias são diferentes e essas diferenças devem ser faladas”</p> <p>- <i>abertura e gestão das questões da filha acerca da sua família</i>: “tentamos ser muito abertas em relação à nossa família”; “somos honestas com ela em qualquer questão”</p> <p>- <i>gestão/antecipação de vivências da filha associadas à sua família</i>: “ela pode vir a ter algumas dificuldades na escola às vezes, é possível, porque tenho a certeza que há crianças que vão gozar com o assunto... Acho que ela se vai integrar sempre muito bem, mas tenho a certeza que isso vai acontecer em algum momento”</p> <p>- <i>valorização da presença de figuras masculinas de referência</i>: “[o padrinho] é um modelo muito importante, penso eu, como modelo masculino para ela. E é muito importante para ela. E para nós.”</p> <p>- <i>desenvolvimento da resiliência</i>: “procuramos que ela perceba que existem outros tipos de famílias ... Explicámos-lhe todo o processo e dissemos-lhe que ela não tem pai, e que há muitas famílias que não têm, e que têm dois pais e duas mães, mas que são todas famílias”</p>	
ORIENTAÇÃO SEXUAL E PARENTALIDADE	
<p>- <i>orientação sexual não determina o exercício da parentalidade per se</i>: “quando se trata de uma família, o importante é dar amor ao filho e a atenção de que precisa. Hetero ou homossexual, não importa ... Eu não acho que seja suficiente ser heterossexual para ser um bom pai ou mãe”</p> <p>- <i>orientação sexual não determina os resultados desenvolvimentais dos filhos per se</i>: “Eu não tenho nenhum estudo para consultar, mas eu aposto que a conclusão é que estas crianças são bem ajustadas”</p>	

F (mãe não biológica)

TORNAR-SE MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>motivações para a parentalidade</u></p> <p>- <i>parentalidade como projeto do casal</i>: “tem de ser planeado no nosso caso”</p> <p>- <i>idade</i>: “ela (companheira) como era a mais velha... era quem avançava”</p> <p><u>desafios internos/pessoais</u></p> <p>- <i>tomada de decisão inicial</i>: “já temos anos de relação... Demorou um bocadinho a dar este passo”</p> <p>- <i>exploração de formas de acesso à parentalidade</i>: “nós queríamos escolher o dador e, portanto, optámos por Londres... eles aceitam bancos de esperma de outros países”; “estivemos para aí um ano à procura”</p> <p>- <i>tomada de decisão sobre forma de acesso</i>: “era [importante] ter alguma informação [do dador]”; “[salvaguardámos] que pudesse conhecer o dador aos 18 anos, se assim o desejar”</p>	<p><u>suportes do meio</u></p> <p>- <i>mudanças sociais</i> (e legais): “[mais recentemente] já se aceita que se apresente os processos, os dados da inseminação e ninguém pergunta mais nada... [há uns anos] não se fazia o registo sem um processo de investigação”; “Eu acho que com o casamento essa parte ficou agilizada [o registo das crianças]”</p> <p><u>desafios/obstáculos do meio</u></p> <p>- <i>falta de apoio para o projeto de parentalidade</i> - disposições legais restritivas (à época): “pesa um bocadinho... imaginar ter crianças que depois não têm papéis”; “bastantes mais obstáculos que uma família tradicional”</p>

<p>- (re)definição identitária / afirmação como a outra mãe (o não reconhecimento legal como a outra mãe)</p>	
<p>SER MÃE (temas e subtemas)</p>	
<p><u>recursos e ganhos internos/pessoais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>responsabilidades parentais assumidas pelo casal</i>: “é equilibrado como em qualquer casal... há duas figuras maternas... há pais e mães que têm exatamente as mesmas funções em termos de parentalidade... Portanto seria o equivalente” - <i>características pessoais equilibram o exercício parental</i>: “se calhar, eu era a mãe mais galinha... tinha que me controlar mais um bocadinho... e ela era mais metódica na educação, portanto, a impor a disciplina do sono” - <i>parentalidade enquanto processo de vinculação</i>: “A parte emocional é muito importante”; “aproveitar ao máximo o tempo que se está com a criança” - <i>realização pessoal enquanto mãe</i>: “ia ficar uma parte da minha vida muito por viver... se calhar para aí 70% passaria ao lado se não tivesse a possibilidade de ser mãe” - <i>perceção de autoeficácia</i>: “aos 5 meses já dormia 12 horas, pronto, fizemos aí um bom trabalho” - <i>parentalidade trouxe transformações pessoais positivas</i>: “muda a perspetiva em que se vê a vida... depois de se ter filhos deixa-se de ser egoísta” - <i>conotação positiva da sua família</i> – “[li que] Os filhos [serão]... mais abertos porque habituaram-se à variedade... o facto de terem uma família diferente... pode levá-los a aceitar mais facilmente a diferença” <p><u>desafios internos / pessoais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>cuidar de si</i>: “tomar umas vitaminas... Cuidarmos mais para termos mais saúde” - <i>conciliação dos papéis da vida adulta</i>: “Acho que a falta de tempo é o pior... estamos muito tempo a trabalhar. Para os educar...” - <i>parentalidade como fonte de responsabilidade pelo outro</i>: “reorganiza-se as prioridades todas”; “o facto de ter filhos também dá mais preocupações” - <i>parentalidade implica o desenvolvimento de competências</i>: “estivemos a ler um dos livros e depois estivemos a ver qual era a melhor estratégia”; “há várias orientações, mas tem que se perceber as que existem e escolher” - <i>parentalidade implica o estabelecimento de limites adequados</i>: “educação, o saber dizer ‘não’, também” - <i>respeito pela individualidade dos filhos</i>: “acho que o temperamento é importante” - <i>resultados desenvolvimentais dos filhos</i>: “temos um papel de tentar pôr no mundo, pelo menos, seres que... tenham a questão do bem e do mal” 	<p><u>oportunidades/suporte do meio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>apoio e vínculos da rede informal</i>: “têm dois tios, têm os amigos, vão ter padrinhos... depois há os avós; “família como a nossa com quem nos relacionamos é [só uma]” - (expectativa de) <i>apoio da rede formal</i>: “numas das escolas... tudo bem... na outra escola também tudo bem... na segunda escola... tudo bem acolhido”; “A escola em si, eu acho que vai ser ágil e vai haver apoio” - <i>estudos sobre famílias homoparentais</i>: “já li alguns artigos”; “já li algumas coisas sobre o assunto” - (à época) <i>possibilidade de alteração da lei/salvaguardas legais</i>: “como há casamento [entre pessoas do mesmo sexo]... há uma franca diferença... as pessoas já sabem que havendo casamento, há de haver famílias” <p><u>desafios/obstáculos do meio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>insegurança nos empregos</i>: “parte da insegurança... há muito mais a preocupação do emprego... não há ninguém que possa dizer que não pode acontecer nada” - <i>discriminação social da homossexualidade</i>: “muitas vezes não serão as crianças, são depois os pais das crianças” - <i>escrutínio social às famílias homoparentais</i>: “o único sítio em que o nosso núcleo familiar teve assim alguma reação, assim, menos clara de início, foi uma única, ou seja, uma em cinco, e teve a conclusão que era ilegal! ... mas depois entravam na mesma, ou seja, a pessoa foi falar com a advogada, a diretora da escola, viu que não havia questão nenhuma legal” - <i>representação heteronormativa da parentalidade</i>: “é o modelo familiar que não é o tradicional”; “há papéis que estão mais associados ao pai e outros associados à mãe” - <i>falta de apoio para o projeto de parentalidade</i>: (disposições legais restritivas) “acho que é a

<p>- <i>(re)definição identitária / afirmar-se como a outra mãe</i>: “[ter mais tempo para os filhos], à parte da amamentação... para mim ou mesmo para os pais homens, a verdade é que também tem importância”</p> <p>- <i>(auto)gestão das restrições legais</i>: “temos que tratar destes papéis, já estamos em atraso porque se acontece alguma coisa, temos questões muito práticas para resolver”</p> <p><u>assunção de responsabilidade acrescida</u></p> <p>- <i>autoaceitação, abertura e assertividade com o exterior relativamente à família</i>: “numa das escolas estivemos todos com a diretora”; “há o meio mais próximo que tem que estar esclarecido sobre o modelo familiar”</p> <p>- <i>antecipação das questões dos filhos acerca da sua família / abertura com os filhos acerca da sua família</i>: “nós vamos ter que explicar também, fase a fase, e vai ser também uma explicação diferente, consoante a idade”</p> <p>- <i>antecipação de vivências que os filhos terão que gerir</i>: “e ainda virão mais obstáculos... não sabemos porque ainda vai ser um livro para abrir”</p> <p>- <i>desenvolvimento da resiliência como compromisso</i>: “até agora todo o contexto social tem sido protegido... a partir do momento em que entrar na escola deixa de ser protegido... aí vão ter que saber lidar com perguntas... porque já nos acontece a nós... eles depois vão ter que também ter o seu discurso para explicar”</p> <p>- <i>valorização da presença de figuras masculinas de referência</i>: “nós discutimos estas questões, haverá sempre figuras masculinas à volta”</p> <p>- <i>reflexão acerca do nome por que cada uma será tratada</i>: “há de ser mais o que nos for confortável, dentro de casa, e depois o resto que se habitue”</p>	<p>legislação que não está a acompanhar agora a realidade”</p> <p>- <i>falta de referências para o modelo familiar</i>: (necessidade de ancoragem noutras configurações familiares “uma família, por exemplo, multirracial. Também faria o mesmo efeito, não é? Quando são as primeiras a aparecer...”</p>
<p style="text-align: center;">ORIENTAÇÃO SEXUAL E PARENTALIDADE</p> <p>- <i>orientação sexual não determina o exercício da parentalidade per se</i>: “Acho que no exercício da parentalidade, em si, acho que não... mesmo num casal heterossexual esse papel de pai mais tradicional... já se mistura com o da mãe”; “eu acho que no dia-a-dia [não influencia]”</p>	

G (pai no contexto de uma relação heterossexual anterior)

<p style="text-align: center;">TORNAR-SE PAI (temas e subtemas)</p> <p><i>projeto do casal</i>: “tomamos a decisão de ser pais”</p>	
<p>- <u>motivações para o coming-out</u></p> <p>- <i>(re)definição identitária</i>: “esta decisão [divórcio e coming out] partiu de mim... ao fim de [tantos] anos de matrimónio, as coisas não estarem a correr bem... resolvi pedir ajuda”</p> <p>- <i>autenticidade/confiança</i>: “achei que era o melhor para todos”; “estava a iludir uma pessoa” (ex-mulher)</p>	<p><u>suportes do meio no coming out</u></p> <p>- <i>apoio da rede informal</i>: ex-mulher “encarou normalmente”; família de origem dele como “pilar fundamental”</p> <p>- <i>apoio da rede formal</i> (satisfação com “ajuda” especializada que procurou)</p>

<p><u>recursos e possibilidades internos/pessoais</u> -<i>parentalidade para além da conjugalidade</i>: “tenho que reconhecer que o papel da mãe é fundamental”</p> <p><u>desafios internos/pessoais no coming-out</u> - <i>homofobia internalizada</i>: “aqueles primeiros momentos de rejeição, de não querer, de não aceitar... recorri sempre a tudo para evitar esta situação” - <i>impacto nos filhos</i>: “não me podiam perguntar a mim... a primeira coisa que fizeram foi atacar os miúdos”; divórcio e “agregado familiar... desmembrado”, “para os miúdos foi complicado”</p> <p><u>assunção de responsabilidade acrescida</u> (pelo pai e pela mãe, após divórcio e <i>coming out</i> dele) - <i>respeito pela individualidade dos filhos na abertura com o meio</i>: “dizia-lhes ‘se vocês acharem que devem omitir’...” - <i>desenvolvimento da resiliência dos filhos</i>: “pegar neles e levantá-los... penso que eles vão tirar mais tarde essa aprendizagem”; “criar um bocado a barreira da defesa para os comentários”</p>	<p><u>desafios/obstáculos do meio no coming out</u> - <i>discriminação social da homossexualidade</i>: “comentários terríveis na escola” - <i>falta de apoio para o coming out</i>: “foi um bicho de sete cabeças”; “inicialmente, da parte dos meus sogros, aquilo foi muito complicado”</p>
<p>SER PAI (temas e subtemas)</p>	
<p><u>recursos e ganhos internos/pessoais</u> - <i>instinto parental</i>: “eu acho que isso parte de dentro de nós. O ser pai, o ser mãe” - <i>parentalidade para além da conjugalidade</i>: “a facilidade que houve na educação dos miúdos porque eu e a mãe continuamo-nos a dar bem” - <i>parentalidade enquanto processo de vinculação</i>: “penso que tenho sido um bom pai para eles e reconheço que, apesar de estar divorciado, a nossa relação continua a ser excelente... espero continuar a contar com eles... eles vão contar comigo sempre que necessitarem...” - <i>realização pessoal enquanto pai</i>: “São as coisas belíssimas que eu tenho na vida!”; “sou um dos bons pais” - <i>parentalidade enquanto papel que dá sentido à vida</i>: “grande parte da minha felicidade” - <i>parentalidade trouxe transformações pessoais positivas</i>: “mais maturidade” - <i>parentalidade tem implicações positivas no desempenho profissional</i>: “ajuda a amadurecer a nível profissional”</p> <p><u>desafios internos/pessoais</u> - <i>parentalidade enquanto função complexa</i>: “é uma tarefa um bocado árdua” - <i>parentalidade implica o desenvolvimento de competências</i>: com “leituras”, através dos “outros”; equilíbrio entre o que se “ouve”/o que se “faz” - <i>parentalidade implica a coesão dos pais</i> - <i>respeito pela vida da ex-mulher</i> - <i>parentalidade como fonte de responsabilidade pelo outro</i>: necessitam de “apoio para sempre”;</p>	<p><u>oportunidades/suportes do meio</u> - <i>apoio da rede informal</i>: família de origem “pilar fundamental”; “Os meus filhos estão cá em casa com o meu companheiro sem problema nenhum.” - <i>apoio da rede formal</i> (satisfação com “ajuda” especializada que procurou) - <i>estudos sobre famílias homoparentais</i> (“importantes”) - <i>maior visibilidade da homossexualidade nos “media”</i></p> <p><u>desafios/obstáculos do meio</u> - <i>pouco apoio para a parentalidade</i> (de um modo geral) - <i>pressões do exterior</i>: “riscos” para os filhos (no geral) - <i>discriminação social da homossexualidade</i>: “nós como seres humanos temos um bocado de dificuldades em viver com a diferença”; “a sociedade é muito cruel... é esmagadora... a sociedade não lida bem com estas questões”</p>

<p>“filhos como prioridade”; “preocupações para sempre”</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>parentalidade implica o estabelecimento de limites adequados</i>: de acordo com “idade dos filhos”; “importância do reforço positivo” - <i>resultados desenvolvimentais dos filhos</i>: como vai ser “o futuro” - <i>impacto das vivências negativas dos filhos</i>: “isto acaba por ser um sofrimento para os nossos filhos” - <i>(re)definição identitária</i>: “também tenho que saber gostar de mim como sou, que é a parte mais difícil” - <i>homofobia internalizada</i>: “sou um bocado crítico ... relativamente à homossexualidade”; “eu não queria nada criar estas situações aos meus filhos... a mágoa que me deixa em mim...”; “Lamento que tenha acontecido... tenho pena” <p><u>assunção de responsabilidade acrescida (pai e mãe)</u></p> <p>“para além do, do papel de mediadores, também temos aqui um papel fundamental que é ultrapassar aquilo que a sociedade também faz aos nossos filhos”</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>abertura e assertividade com o exterior relativamente à família</i>: “nunca abandonei o meu local de trabalho, nunca modifiquei a minha postura... vou enfrentar tudo e vou lutar”; “continuo à espera que os outros me respeitem” - <i>abertura e gestão das questões/vivências dos filhos e respeito pela individualidade dos filhos</i>: “se bem ou mal, tomei a decisão de evitar aparecer em ambientes onde ele frequente com colegas” (filho adolescente) - <i>desenvolvimento da resiliência dos filhos</i>: “tentar cicatrizar aquelas feridas que eram de facto dolorosas para os miúdos”; “criar-lhes defesas”; educação para o respeito pela diversidade para que “respeitem os outros” 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>falta de referências para o modelo familiar</i>: (necessidade de ancoragem noutras situações de discriminação, como o “racismo”) - <i>falta de apoio</i>: “houve aqui uma fase... (em que tentaram) denegrir a minha imagem”
<p>ORIENTAÇÃO SEXUAL E PARENTALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>orientação sexual não determina o exercício da parentalidade per se</i>: “Aquilo que eu era como pai naquela altura, continuo a ser agora... continuo a educá-los da mesma forma” - <i>orientação sexual não determina os resultados desenvolvimentais dos filhos per se</i>: “eles continuam a ser iguais” 	

H (mãe no contexto de uma relação heterossexual anterior)

<p>TORNAR-SE MÃE (temas e subtemas)</p>	
<p><i>projeto pessoal</i>: “eu sempre quis ser mãe, desde muito jovem”</p>	
<p><u>motivações para o <i>coming out</i></u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>(re)definição identitária</i>: “pensei que se calhar me tinha forçado muito [ao casar com um homem]”; “eu acho que cada pessoa também tem o seu percurso e o meu tinha que ser este” 	<p><u>suportes do meio no <i>coming out</i></u></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>parentalidade como projeto de vida na comunidade homossexual</i>: “as pessoas querem ter filhos e... são capazes de ter filhos”

<p>- <i>autenticidade/confiança</i>: “uma das razões que me levou a falar muito cedo com eles foi eles (filhos) não saberem por interpostas pessoas”; “não há nada pior do que uma criança que vive rodeada de um segredo e de uma criança que tem que manter um segredo”; “com a minha família é uma questão aberta com algumas pessoas... com outras é tácita”</p> <p><u>recursos e possibilidades internos/pessoais</u></p> <p>- <i>parentalidade facilitou a aceitação por parte da família de origem</i>: “eu penso que também foi mais fácil... aceitar... tendo eu já filhos... Porque já não tiveram aquela coisa ‘ai agora não vamos ter netos’”</p> <p>- <i>configuração do casal</i>: (menor visibilidade por serem duas mulheres) “Dois homens a dormir na mesma cama faz muito mais confusão do que duas mulheres”</p> <p>- <i>importância de comunicar para reparar</i>: “mais tarde falava com eles” (filhos; quando havia conflitos)</p> <p><u>desafios internos/pessoais no coming out</u></p> <p>- <i>homofobia internalizada</i>: “Eu tinha uma imagem muito má, que me foi transmitida... ‘Se é assim, se é aquilo ... nem quero andar lá perto’”</p> <p>- <i>impacto nos filhos</i>: “alguns dos problemas da minha filha vão vir daí... dos comentários que isso motivou”</p> <p>- <i>impacto negativo no ex-cônjuge</i>: “não corresponde à verdade, mas percebo que ele tenha sentido assim, que eu só me tinha aproximado dele e casado com ele porque queria ter filhos”</p> <p>- <i>negociação do “nome” da atual companheira</i>: “Eles chamam-lhe tia... foi uma decisão deles... eles acham que lhes facilita a vida porque tratar pelo nome era estranho”</p> <p><u>assunção de responsabilidade acrescida</u></p> <p>“porque a minha filha era bastante pequena e... ia ser educada... por duas mulheres... um livro, foi daí que eu tirei muita coisa”</p> <p>- <i>desenvolvimento da resiliência dos filhos como compromisso</i>: “eu também pensei nisso (o que diriam os outros)... uma das primeiras coisas que eu disse aos meus filhos foi: ‘vocês não têm de responder a nada que não queiram e questões é com a mãe’”</p>	<p>- <i>apoio da rede informal</i>: “comecei a apresentar algumas pessoas que viviam com dois pais ou duas mães” (aos filhos); “eu tive uma coisa a meu favor... as pessoas já me conheciam... podem ter tido alguma estranheza mas depois pensaram logo ‘bem, mas basicamente é a mesma pessoa’”</p> <p><u>desafios/obstáculos do meio no coming out</u></p> <p>- <i>discriminação social da homossexualidade</i>: “é uma coisa que faz alguma confusão às pessoas”; “se o mundo, quando eu era jovem fosse o que é hoje”</p> <p>- <i>discriminação dentro da comunidade LG</i>: “a maior, a maior homofobia que eu conheço é entre os homossexuais... pelo facto de eu ter tido dois filhos de uma relação anterior com um homem”</p> <p>- <i>representação heteronormativa da parentalidade</i>: “pessoas que me diziam ‘eu de facto achava que tu não podias ser lésbica porque tu tens filhos’”</p> <p>- <i>escrutínio social às famílias homoparentais</i>: preocupações / mitos relacionados como o desenvolvimento dos filhos “eu lembro-me da minha avó também falar disso ‘ai, o que é que as pessoas vão dizer aos miúdos’”</p> <p>- <i>falta de apoio para o coming out</i>: “houve uma vez uma colega que me disse ‘tu ou és muito corajosa ou és completamente louca, porque expões os teus filhos a uma situação dessas é complicado’”</p>
SER MÃE (temas e subtemas)	
<p><u>recursos e ganhos internos/pessoais</u></p> <p>- <i>negociação (in)formal das responsabilidades parentais</i>: “É muito informal... portanto, é quando eles querem e quando o pai quer”</p> <p>- <i>flexibilidade</i>: “também falo mais uma vez da minha experiência, tirando as apetências de cada um, ... não há tarefas mais masculinas ... e tarefas mais femininas”</p>	<p><u>oportunidades/suportes do meio</u></p> <p>- <i>apoio da rede informal</i>: companheira dela e amiga do pai “têm tido o papel de ajudar”; “as crianças... não estão fechadas em casa... estão rodeadas por pessoas de ambos os sexos”</p> <p>- <i>apoio da rede formal</i>: “a psicóloga”</p> <p>- <i>crença na mudança de atitudes da sociedade</i>: “sinto muita diferença com 5 ou 6 anos atrás... pelo</p>

- *parentalidade enquanto processo de vinculação* (pais/filhos): “amor incondicional... em termos afetivos... houve um investimento que eu acho que agora também está a ser retribuído”; “ter a porta sempre aberta para quando corre bem, quando corre mal”

- *confirmação das expectativas relativamente ao papel de mãe*: “porque eu acho que os meus filhos são pessoas interessantes”

- *parentalidade enquanto papel que dá sentido à vida*: dão “muito sentido à vida. Mais do que qualquer outra coisa”

- *parentalidade enquanto processo que garante a continuidade do eu*: “os filhos continuam-nos”

- *parentalidade trouxe transformações pessoais positivas*: “mais reflexão”

- *parentalidade tem implicações positivas no desempenho profissional*: “e na minha profissão eu acho que é muito importante... havia muita coisa que eu só percebi depois de ter filhos”

- *parentalidade enquanto veículo de integração social*: “no nosso país, e não só, ser mãe dá um estatuto”; “socialmente as pessoas têm um bocado mais de respeito por nós”

- *conotação positiva do divórcio*: “às vezes eu penso que se há alguma coisa boa... nos divórcios... eles agora veem o pai a agarrar no aspirador e a limpar a casa”

- *conotação positiva da sua família*: “provavelmente os meus filhos terão maior tolerância a tudo e a compreender os outros e a pôr-se no lugar dos outros”

desafios internos/pessoais

- *primazia do vínculo pais/filhos*: “Eu penso que é mais importante eles terem uma boa relação (com o pai)”

- *sobrecarga de responsabilidades*: “a mãe é que tem sempre que assegurar tudo”

- *parentalidade como fonte de responsabilidade pelo outro*: “os meus filhos desde que chegam à cama que fazem a cama; acompanhar cf. idade “estou no computador lá o lado. E depois vou comentando”

- *parentalidade implica o desenvolvimento de competências*: “sempre li muitos livros de... como é que se cuida de bebés”; “as coisas aprendem-se com a experiência e por tentativa e erro”; “E depois um sentido crítico... não ‘comer’ também tudo o que nos dizem”

- *parentalidade implica o estabelecimento de limites adequados*: “perceber quando é que temos que ceder e quando é que não temos”; “fui sempre muito assertiva... para que eles percebessem que o que estava a criticar era a atitude, não a pessoa deles”; “se o pai disse, está dito; se a mãe disse está dito” (consistência entre educadores)

menos já não é uma coisa tão estranha. E já começam (os outros) também a perceber a história da parentalidade”

- *maior visibilidade da homossexualidade nos media*: “a televisão também tem passado mais mensagens dessas”

- *estudos sobre famílias homoparentais*: “um estudo que vi” (a que recorre para responder)

desafios/obstáculos do meio

- *pressões do exterior*: (riscos - filhos) “todos os dias há uma coisa nova, sobretudo nesta idade”

- *discriminação social da homossexualidade*: “os olhares menos positivos... da sociedade”; filhos vão “enfrentar alguma provação social”; “eu penso que a classe social e o grau de instrução são muito marcantes... quanto mais para baixo... mais dificuldades as pessoas têm e mais as crianças vão sofrer”;

- *falta de referências para o modelo familiar*: (necessidade de ancoragem noutras configurações familiares menos tradicionais) “o caso da, de mães solteiras”; “casal multirracial... casal com idades muito diferentes” (também tratados de forma diferente)

- *falta de apoio*: “alguns cuidados que os pais precisarão de ter porque a sociedade não lhes está a oferecer a mesma coisa”

- *escrutínio social às famílias homoparentais*: “as únicas diferenças vão vir de fora... a percepção que as outras pessoas vão ter da família”

- *preocupações / mitos relacionados com a competência parental e desenvolvimento dos filhos*:

- *parentalidade implica o questionamento de padrões educativos aprendidos*: “tenho a minha, a minha experiência pessoal... da minha família. Mas essa tenho, tenho tentado decantá-la muito... havia um exagero de responsabilidades”

- *respeito pela individualidade dos filhos*: “uma aprendizagem que eu vou fazendo, é também aceitar quando as escolhas e as opiniões deles não são sempre iguais às minhas”

- *resultados desenvolvimentais dos filhos*: “isto foi uma preocupação que eu sempre tive, não criar crianças que tivessem dificuldades... em encaixar-se fora de casa”; “claro que as coisas que mais nos angustiam é o que é que vai ser o futuro deles”

- *(re)definição identitária (dela) e autoaceitação*: “eu sou mãe deles, certo, mas também sou eu”; “a minha vida é a minha vida e os meus filhos não comandam a minha vida”

- *reação ambivalente da filha*: “ainda hoje diz, ‘tudo bem, mas eu não aprovo’... ela gosta das pessoas como pessoas, mas acha que aquela relação não devia existir”

assunção de responsabilidade acrescida

(“não podemos ignorar” a sociedade)

- *autoaceitação, assertividade e abertura com exterior*: “um cuidado acrescido... eu diria dependendo do grau de consciência dos pais, e se calhar... de ativismo”; “damos exemplo, não é?”

- *(abertura e) gestão das questões/vivências dos filhos acerca/associadas à sua família*: (respeito pela abertura seletiva com o meio) “ele (filho) partilha com quem ele acha que deve partilhar... é um bocado como eu...”

- *desenvolvimento da resiliência nos filhos*: (mantém o compromisso que assumiu nesse sentido) “não vamos é pensar que a criança passa incólume e transparente por isto tudo... é lógico que os pais homossexuais têm... e pensando em mim também, cuidados acrescidos que os outros pais não têm... preparar os nossos filhos para olhares menos positivos que eles vão receber da sociedade”

“sexo à frente dos filhos, é o que toda a gente acha que os homossexuais fazem”; “Para mim esse é o grande mito. Sempre houve crianças... criadas só pelas mulheres... Às vezes os pais ficavam viúvos e criavam as crianças também”

ORIENTAÇÃO SEXUAL E PARENTALIDADE

- *orientação sexual não determina o exercício da parentalidade per se*: “igual nos cuidados básicos e outros”; “nem todos investem nas questões da igualdade de género”; “cada caso é um caso”

- *orientação sexual não determina os resultados desenvolvimentais dos filhos per se*: “o importante é que as suas necessidades sejam respondidas” e a “qualidade da relação”

Apêndice/Appendix F - Category tree: Social representations of professionals on the topic of same-sex parenting

